

## Capítulo 3: História do Conflito

Capítulo 3: História do Conflito .....	1
Capítulo 3: História do Conflito .....	5
3.1 Introdução .....	5
3.2 Colonialismo português em Timor-Leste.....	7
Síntese .....	7
Chegada dos portugueses.....	7
Consolidação do poder colonial.....	8
Administração portuguesa e resistência timorense .....	9
Timor Português no século XX.....	10
Movimento internacional em prol da descolonização e posição de Portugal.....	11
Planos de fomento portugueses e crescente sentimento anticolonial.....	12
3.3 Mudanças em Portugal e processo de descolonização .....	14
Síntese .....	14
MFA e Revolução dos Cravos.....	14
Descolonização rápida, agitação em Portugal.....	14
Repercussões da Revolução dos Cravos no Timor Português .....	16
Formação de partidos políticos no Timor Português.....	16
3.4 Ambiente político internacional e política da Indonésia relativamente ao Timor Português..	19
Síntese .....	19
Nações Unidas e Timor Português.....	19
Indonésia e comunidade internacional.....	20
Política indonésia relativamente ao Timor Português .....	21
3.5 Processo de descolonização e partidos políticos .....	26
Síntese .....	26
Alvorecer da consciência política .....	26
Composição dos partidos políticos.....	27
Evolução interna e tensões.....	28
Preparação dos partidos políticos para o confronto armado .....	29
A Fretilin e o espectro do comunismo .....	31
“Missão impossível” do governador Lemos Pires.....	33
Coligação entre UDT e Fretilin.....	35
3.6 Crescente envolvimento da Indonésia no Timor Português: desestabilização e diplomacia	37
Síntese .....	37
<i>Operasi Komodo</i> e intensificação das operações militares secretas .....	37
Diplomacia indonésia .....	38
3.7 Movimento armado do 11 de Agosto e conflito interno armado.....	44
Síntese .....	44
UDT desencadeia o seu movimento armado do 11 de Agosto.....	44
Fracasso nas negociações: conflito interno armado .....	46
Retirada da UDT para a fronteira .....	48
Resposta de Portugal ao conflito interno .....	48
Resposta da Indonésia.....	49
3.8 Timor Português sob administração da Fretilin.....	50

Síntese .....	50
Prisioneiros e violência política.....	51
Restauração da ordem.....	53
Administração.....	53
Balibó: Indonésia aumenta intensidade das operações militares .....	55
3.9 Declaração unilateral de independência da Fretilin e resposta.....	57
Síntese .....	57
Enquadramento da declaração unilateral de independência da Fretilin.....	57
Declaração de independência .....	59
Reacções à declaração de independência .....	61
Iminência de invasão em larga escala .....	62
3.10 Invasão em larga escala .....	64
Síntese .....	64
Indonésia decide invadir e fazer guerra aberta.....	64
Díli prepara a sua estratégia de defesa .....	65
Preparativos militares indonésios: Operação <i>Seroja</i> (Lotus) .....	66
Invasão de Díli e Baucau .....	66
Resposta da ONU à invasão em larga escala.....	70
3.11 Experiência timorense dos primeiros tempos de ocupação e as tentativas da Indonésia para formalizar a integração.....	72
Síntese .....	72
Consolidação das ABRI; Indonésia dá posse a “Governo Provisório” .....	72
Fretilin em retirada; massacres de prisioneiros .....	73
Avanços das <i>ABRI</i> , início de 1976 .....	74
Experiência timorense dos primeiros tempos de ocupação.....	75
Reagrupamento da Fretilin.....	75
Indonésia formaliza a integração.....	76
Continuação da Operação <i>Seroja</i> —Introdução dos aviões <i>Bronco OV-10</i> , fornecidos pelos EUA .....	77
Impasse militar, finais de 1976 .....	78
3.12 “Cercos e aniquilamento”: as etapas finais da <i>Operasi Seroja 1977-79</i> .....	80
Síntese .....	80
População civil nas montanhas .....	80
Capacidade militar das <i>ABRI</i> forçada ao máximo e confiança inicial da Fretilin .....	81
EUA lideram rearmamento dos militares indonésios.....	82
Fretilin: divisões internas e purga violenta .....	82
Intensificação das operações militares das <i>ABRI</i> : cerco e aniquilamento, Agosto de 1977 a Agosto de 1978.....	83
Rendição: a descida do Monte Matebian .....	87
3.13 Rendição, reinstalação e fome.....	89
Síntese .....	89
Rendição e execução de prisioneiros.....	89
Campos de trânsito .....	90
Campos de detenção a mais longo prazo e estratégia de segurança das <i>ABRI</i> .....	91
Território fechado .....	91
Socorro do CICV e da CRS .....	93
Ataúro como ilha-prisão .....	94

Encerramento dos campos de detenção.....	95
3.14 Operação Segurança ( <i>Operasi Keamanan</i> ).....	96
Síntese.....	96
Situação em Díli e no território de Timor-Leste, 1979/1980.....	96
Primeiro levantamento: Díli, Junho de 1980.....	97
“Cercos de pernas”: <i>Operasi Kikis</i> .....	98
Consequências da operação.....	99
3.15 Reconstruindo a Resistência.....	102
Síntese.....	102
Sobreviventes da Fretilin às ofensivas de 1978/79.....	102
Reagrupamento.....	103
Conferência de Reorganização Nacional, em Março de 1981.....	104
Crescimento da Resistência.....	105
Resistência liderada por Xanana Gusmão: rumo à unidade nacional.....	106
Igreja Católica.....	107
3.16 Cessar-fogo de 1983 e suas consequências.....	109
Introdução.....	109
Eleições nacionais indonésias em Timor Leste: 1982.....	109
Reorganização do pessoal civil e militar indonésio e ações da Resistência.....	110
Nova abordagem dos militares indonésios: as negociações.....	110
Cessar-fogo.....	111
Nomeação de Murdani como comandante-em-chefe das <i>ABRI</i> - 1983.....	112
Afastamento de monsenhor D. Martinho da Costa Lopes.....	112
Cessar-fogo minado.....	112
Fim do Cessar-fogo.....	114
3.17 Consolidação e início da mudança: 1984/1991.....	116
Síntese.....	116
Desenvolvimento da Resistência.....	116
Repressão e detenção.....	118
Ascensão do movimento de juventude clandestino.....	118
Igreja Católica.....	119
Situação nas Nações Unidas.....	120
Visita do Papa João Paulo II.....	121
Jacarta abre Timor Leste.....	122
Evolução da situação internacional no final da década.....	123
3.18 Momentos de viragem.....	124
Síntese.....	124
Massacre de Santa Cruz, 12 de Novembro de 1991.....	124
Impacto internacional de Santa Cruz.....	126
Captura de Xanana Gusmão.....	127
Rede estudantil clandestina.....	128
Plano de Paz do CNRM e iniciativas diplomáticas.....	130
Processo no Tribunal Internacional de Justiça: Portugal contra a Austrália 1991/95.....	130
Prémio Nobel da Paz, 1996.....	131
Nações Unidas.....	132
3.19 Da <i>Reformasi</i> ao anúncio da Consulta Popular.....	133
Síntese.....	133

Queda de Soeharto .....	134
CNRT e campanha diplomática .....	135
Repercussões da <i>Reformasi</i> em Timor-Leste .....	135
Aparecimento das milícias .....	136
Apelos de Xanana Gusmão à tolerância.....	138
Negociações sobre o regime de autonomia.....	138
Terror crescente das milícias.....	140
Acordos de Maio.....	141
Medidas de segurança ao abrigo dos Acordos de 5 de Maio .....	142
3.20 Consulta Popular .....	144
Síntese .....	144
Instalação da UNAMET.....	145
Comissão Eleitoral.....	145
Escolha .....	145
Coordenação da Consulta Popular pelo Governo indonésio .....	146
Presença internacional em Timor-Leste.....	146
Observadores timorenses e indonésios.....	147
Segurança durante o acto eleitoral.....	147
Violência do <i>TNI</i> -milícias: Junho/Julho .....	148
Dare II .....	149
Recenseamento eleitoral .....	149
Campanha .....	150
Degradação da situação de segurança: Agosto .....	153
Preparativos finais para a votação .....	154
Acto eleitoral .....	154
Escrutínio e resultados.....	155
3.21 Partida da Indonésia: terra queimada.....	157
Síntese .....	157
Violência após o anúncio dos resultados.....	158
<i>TNI</i> assumem controlo formal.....	159
Complexo da UNAMET .....	160
Aumento da pressão internacional.....	161
Evacuação forçada da população .....	163
Chegada da Interfet: retirada do <i>TNI</i> .....	164
Formação da UNTAET: Resolução do Conselho de Segurança.....	165
regresso a casa.....	165

# Capítulo 3: História do Conflito

## 3.1 Introdução

1. O presente Capítulo descreve o contexto histórico dos acontecimentos abrangidos pelos subcapítulos do Relatório relativos à violação dos direitos humanos. Baseia-se em informação de fontes primárias pertencentes à própria Comissão, recolhida em testemunhos, entrevistas e depoimentos apresentados em audiências públicas, em provas documentais disponibilizadas à Comissão e na análise de fontes secundárias relevantes. Em termos gerais, limita-se a uma rápida síntese dos acontecimentos, momentos e pontos de viragem decisivos verificados durante o período abrangido pelo mandato da Comissão, relevantes para os conflitos políticos, os esforços feitos para resolver esses conflitos e as violações dos direitos humanos ocorridas durante esses conflitos. No âmbito do presente Relatório, não foi possível fornecer relatos definitivos sobre algumas questões fundamentais que permanecem objecto de conjectura histórica, relativamente a este período e a estes acontecimentos. Também não compete à Comissão emitir tais juízos de valor definitivos. Neste Capítulo tenta-se efectivamente identificar, pelo menos, algumas dessas questões e a Comissão incentiva uma investigação mais aprofundada sobre estes aspectos importantes da história de Timor-Leste, bem como a análise e escrita sobre os mesmos.

2. Esta análise e escrita sobre a história de Timor-Leste é um passo fundamental no sentido da construção da nação e a maneira como for dado irá reflectir que tipo de sociedade a nossa nova nação promove. O Relatório da Comissão baseia-se em grande medida nos testemunhos e entrevistas fornecidos por cidadãos comuns de Timor-Leste, provenientes de todo o país, e procura trazer a sua voz ao diálogo contínuo centrado na construção do nosso novo país. Não se pretende elaborar uma história exclusiva, que registe apenas os pontos de vista ou os feitos dos líderes nacionais, ou das pessoas de diversos campos políticos opostos. Baseia-se na ideia de que o registo e a análise da história se devem abrir a informação e ideias novas, bem como a informação e pontos de vista que não são forçosamente populares em termos políticos. Embora a história seja fundamental para a construção de uma nação, uma história simplista que procure varrer para debaixo do tapete as realidades desagradáveis, ou que não torne visíveis os contributos de pessoas de todos os quadrantes, não poderá contribuir para a criação de uma nação resistente e sustentável. Uma narrativa histórica que reconheça a complexidade e dê espaço à voz de pessoas muitas vezes silenciadas, abrindo caminho a uma reflexão de espírito aberto, poderá contribuir para a construção de uma nação onde a ideia de força se baseie no respeito pelos outros, no pluralismo e na democracia fundamentada na igualdade entre todos os cidadãos.

3. A narrativa da história de Timor-Leste é fundamental para construir os alicerces do nosso relacionamento com os nossos vizinhos internacionais, em especial a Indonésia. No depoimento por si prestado à audiência da Comissão sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, o historiador indonésio Dr. Asvi Warman afirmou a este propósito:

*Será a memória colectiva dos dois países que irá determinar a natureza e a força ou fraqueza do relacionamento entre ambos. Isso irá reflectir-se na escrita da história dos dois países.<sup>1</sup>*

4. O presente Capítulo começa com uma breve síntese da história colonial de Timor-Leste sob o domínio português, dando especial ênfase ao período que conduziu ao conflito interno de Agosto/Setembro de 1975 e à posterior invasão indonésia. Analisam-se os acontecimentos e relacionamentos que envolveram o processo de descolonização no Timor Português, dentro do

território, na Indonésia e no contexto geopolítico regional mais vasto. Esta análise é vital para se compreenderem as causas dos conflitos políticos em Timor-Leste e as oportunidades perdidas de evitar a guerra e de encontrar soluções pacíficas para problemas políticos, baseadas nos princípios do direito internacional. Nela intervieram timorenses, indonésios e pessoas de outros países.

5. Outras secções, mais adiante, tratam das principais campanhas militares lançadas pela Indonésia nas décadas de 1970 e 1980 e dos esforços políticos feitos por este país para conseguir o reconhecimento internacional da sua anexação de Timor-Leste. Tratam igualmente das dificuldades extremas do povo de Timor-Leste durante os anos de guerra intensa, nas montanhas e nos acampamentos, na época dos bombardeamentos e da fome que devastaram a população. Reconstituem a mudança de estratégia da Fretilin/Falintil – depois de se ver praticamente destruída após as campanhas de 1978 –, do crescimento de uma rede clandestina nas cidades e aldeias de todo o país e da expansão militar indonésia, com a criação de uma rede de vigilância apertada. Descrevem-se em seguida os anos de consolidação da administração indonésia e da Resistência, durante a década de 1980, centrando-se o texto no desenvolvimento de um sentido de unidade nacional e na ascensão de uma nova geração de jovens na resistência à ocupação.

6. Acontecimentos como o Massacre de Santa Cruz, a captura de Xanana Gusmão e o Prémio Nobel da Paz, ocorridos na década de 1990, são descritos como momentos de viragem decisivos na luta do povo de Timor-Leste pelo reconhecimento do seu direito à autodeterminação. Em secções posteriores, analisam-se as repercussões da crise financeira asiática na Indonésia e em Timor-Leste, bem como a intensificação dos esforços internacionais, sob a liderança do novo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, para se encontrar uma solução para a questão de Timor Leste. O Capítulo reconstitui os esforços desenvolvidos em prol de uma solução após a queda do Presidente Soeharto, no interior de Timor-Leste e a nível internacional, bem como o aparecimento das milícias no território—quando se tornou evidente que esta solução poderia contemplar a escolha da independência pelo povo de Timor-Leste. Em seguida, descreve-se a rápida evolução dos acontecimentos em 1999, conducente aos Acordos de 5 de Maio, e a violência das milícias-*TNI* exercida contra a população civil na época que antecedeu o anúncio dos resultados da Consulta Popular. Descreve-se o período da UNAMET e a realização da votação. O Capítulo analisa em algum pormenor a incapacidade da Indonésia para garantir a segurança, durante e após a votação, e o papel desempenhado pelo *TNI* e pelos grupos de milícias na escalada da violência registada em todo o território após o anúncio dos resultados da votação, que rejeitou o regime de autonomia especial proposto pela Indonésia. Descrevem-se os esforços desenvolvidos pelos timorenses e por entidades internacionais no sentido de uma intervenção que pusesse fim à violência e assegurasse o respeito pelos resultados da votação, por parte da Indonésia. O Capítulo termina com a chegada da Interfet e o regresso progressivo a Timor-Leste dos timorenses de Leste que se encontravam em Timor Ocidental e noutras regiões da Indonésia, em Portugal, na Austrália e em muitos outros países do mundo, pelos quais se haviam dispersado durante os anos do conflito.

7. A Comissão espera que esta síntese histórica ajude o leitor a compreender o conteúdo dos restantes capítulos e subcapítulos do presente Relatório e que inspire as gerações actuais e futuras de historiadores timorenses a realizarem mais trabalho, no sentido de aprofundarem o conhecimento do nosso passado, como parte dos nossos esforços constantes para criar um futuro baseado no respeito mútuo entre as pessoas, no respeito pelos direitos humanos e no amor pela paz.

## 3.2 Colonialismo português em Timor-Leste

### Síntese

8. Os portugueses contactaram pela primeira vez com Timor no século XVI, quando andavam em busca de sândalo. Nos finais do século XVI, a primeira igreja católica foi construída em Lifau, Oecusse, base inicial da primeira administração portuguesa de Timor. Portugal e os Países Baixos mantiveram relações tensas entre si, na qualidade de duas principais potências colonizadoras do arquipélago e, no século XVIII, o poderio militar holandês alterou em seu favor o equilíbrio de poder com Portugal. Em 1771, Portugal transferiu a sua base para Díli e passou a centrar cada vez mais os seus esforços na metade oriental da ilha. Na última metade do século XIX, Portugal introduziu à força em Timor culturas comercializáveis como o café, procurando consolidar a sua administração colonial através de impostos e trabalho forçado, o que gerou uma série de revoltas por parte dos timorenses. A tática colonial de dividir para reinar foi utilizada para dividir e enfraquecer os líderes tradicionais timorenses.

9. Em 1913 as fronteiras coloniais entre as partes portuguesa e holandesa de Timor foram fixadas no Tribunal Internacional da Haia, por meio de uma decisão conhecida como *Sentença Arbitral*, ao abrigo da qual Portugal ficou com a metade oriental da ilha e com o enclave de Oecusse. No século XX, Portugal esteve sob o domínio do regime autoritário do primeiro-ministro Salazar. Timor era a mais longínqua das colónias portuguesas, sendo o seu desenvolvimento—físico e político—consideravelmente negligenciado.

10. A Segunda Guerra Mundial trouxe um quadro de violência terrível a Timor, com as Forças Aliadas a desembarcarem no território neutral de Timor Português, seguindo-se o desembarque das forças de ocupação japonesas. O número de mortos entre os timorenses foi de 40 a 60 mil pessoas. Depois da guerra, a administração colonial portuguesa regressou. Timor manteve-se uma ilha pobre, embora relativamente pacífica, até que a Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974, veio abrir o caminho à descolonização de Timor-Leste.

11. A Comissão identificou três importantes repercussões da colonização portuguesa de Timor-Leste. Em primeiro lugar, a tática posta em prática pelos colonizadores de virar os diversos grupos sociais uns contra os outros enfraqueceu as alianças políticas indígenas. Esta prática limitou o desenvolvimento da unidade necessária para a construção da nação. Em segundo lugar, não se desenvolveu qualquer tradição de governo autónomo. A maioria dos habitantes de Timor-Leste vivia subjugada a um sistema feudal. Em terceiro lugar, o regime colonial português não desenvolveu nem institucionalizou quaisquer valores democráticos e de direitos humanos ainda que existissem valores culturais tradicionais e de a Igreja inculcar valores religiosos. Por isso, a actividade política que emergiu em 1974/75 viu-se sujeita a forte distorção e manipulação. Todos estes factores contribuíram para a desordem e conflito interno que surgiram durante o processo de descolonização, em 1975. Durante a guerra civil de Agosto de 1975, Portugal retirou-se do território. O partido político Fretilin emergiu vitorioso da guerra civil e criou um governo provisório parcialmente funcional. Estes factores contribuíram para que a Indonésia tivesse capacidade para invadir Timor-Leste em 1975, com níveis mínimos de protesto internacional.

### Chegada dos portugueses

12. Os portugueses alcançaram Timor pela primeira vez no início do século XVI, andando em busca de sândalo branco. Após a conquista de Malaca pelos portugueses, em 1511, os missionários portugueses construíram a primeira igreja na ilha em 1590.<sup>2</sup> Dava-se assim início a um período de colonização em Lifau (Oecusse), na costa Norte da parte ocidental de Timor, tendo por protagonistas os frades franciscanos, os comerciantes de sândalo e os *topasses*, um grupo racialmente miscigenado a partir de marinheiros, comerciantes e soldados portugueses,

cujos descendentes subsistem em Timor até hoje. Portugal estabelecera colónias noutras ilhas da região, mas estas não eram seguras. Os holandeses rapidamente desalojaram os portugueses de Malaca, de Macassar e de Sulawesi e, em 1652, expulsaram-nos da sua recém-construída fortaleza de Kupang, em Timor Ocidental, apenas cinco anos depois de ser terminada.

13. Em 1702, o governo português estabeleceu formalmente a sua presença em Lifau, administrando Timor a partir da colónia de Goa. O método seguido pelo governador de conceder patentes militares aos reis locais (*liurai*) criou na governação de Timor um precedente que havia de perdurar até ao século XX. Porém, os portugueses tiveram de enfrentar desafios no território, quer vindos dos *liurai* itinerantes quer dos poderosos *topasses*, que nessa época dominavam o comércio de sândalo e, apesar da sua ascendência portuguesa, só esporadicamente se mostravam cooperantes. Incapazes de controlar Lifau com firmeza, os portugueses transferiram-se para Díli em 1769, entrando assim em contacto com o povo Belu, que habitava a zona oriental da ilha.

### Consolidação do poder colonial

14. A partir da sua nova base, em Díli, os portugueses dispunham de influência e controlo geográfico limitados sobre Timor-Leste. Durante algum tempo, Portugal viu-se confinado à costa Norte, devido à resistência local e à sua capacidade militar limitada. Em 1851, o governador Lopes de Lima dava início a uma série de complexas negociações territoriais com as autoridades coloniais holandesas, implicando os *liurai* e centradas nos patrimónios de áreas fronteiriças como Maucata, mais para o interior de Timor-Leste, em Maubara, e na ilha das Flores, controlada pelos portugueses. Destas negociações resultou o princípio da troca de territórios entre Portugal e os Países Baixos, com vista ao estabelecimento de uma fronteira negociada com base numa divisão Leste-Oeste da ilha entre as potências coloniais rivais. Isto veio aliviar Portugal das guerras coloniais com os Países Baixos, permitindo-lhe reforçar o seu poder na parte oriental da ilha. Em 1895, Portugal criou unidades militares/administrativas em todos os dez distritos de Timor-Leste. Oecusse foi acrescentada, tornando-se o 11º distrito.<sup>3</sup> Portugal construiu aquartelamentos militares, escritórios, algumas escolas, hospitais e prisões, antes dos finais do século XIX. A Igreja Católica, que estivera banida durante vinte anos, desde 1834, foi reabilitada e as boas-vindas dadas ao bispo D. Medeiros.

15. As negociações territoriais iniciadas pelo governador Lopes da Lima em 1851 culminaram com o acordo entre Portugal e os Países Baixos de o assunto ser levado ao Tribunal Internacional da Haia, onde uma decisão definitiva sobre as fronteiras coloniais ficou lavrada numa *Sentença Arbitral* datada de 1913. A troca final de territórios entre os Países Baixos e Portugal, no seguimento dessa decisão, teve lugar em 1917.<sup>4</sup> Como resultado, Timor-Leste permaneceu a única possessão colonial portuguesa no arquipélago, deixando os Países Baixos na posição de potência colonial em ascensão.

16. Esta definição formal das fronteiras internacionais entre os Países Baixos e Portugal transformou-se num ponto de referência fundamental para o futuro político de Timor-Leste. Quando, após a Segunda Guerra Mundial, a Indonésia lutou pela independência e a conquistou, fundamentou as suas pretensões nacionais junto da ONU nas antigas fronteiras coloniais holandesas. Foi com base neste princípio que manteve a luta, acabando por entrar em guerra, pela posse de Irian Jaya/Papua Ocidental, na década iniciada em 1960. Embora alguma retórica

---

<sup>3</sup> A batalha de Penfui teve lugar entre as potências coloniais portuguesa e holandesa em meados do século XVII e constituiu um ponto de viragem para Portugal. Penfui localiza-se a Norte da cidade de Kupang, perto do local do aeroporto actual. A derrota portuguesa perante os militares holandeses resultou na expulsão efectiva dos *topasses* – apoiados pelos portugueses – do maior porto da ilha, em Kupang. Tratou-se de um claro indício da superioridade militar dos holandeses. O local da batalha também se situa perto da prisão para onde, em 1983, foram levados 69 prisioneiros de Timor-Leste, no contexto das acções de aniquilação após o massacre de Kraras [ver Subcapítulo 7.4: Prisão, Tortura e Maus-Tratos].

se exprimisse no conceito de “Grande Indonésia” durante a luta nacionalista, nela se incluindo áreas da Malásia Britânica e do Bornéu, esta nunca foi seriamente proposta à ONU. Em exposições apresentadas às Nações Unidas nos finais da década de 1950 relativamente às suas reivindicações sobre Irian Jaya, a Indonésia negou explicitamente ter qualquer reivindicação a fazer relativamente ao Timor português.<sup>5</sup> Mais tarde, em 1974/75 e nos anos que se seguiram, o governo indonésio nunca tentou seriamente invocar que a Indonésia tinha reivindicações territoriais sobre o antigo Timor português.

17. Igualmente importante e decorrente deste relacionamento colonial é o facto de o Governo português nunca ter renunciado ao seu estatuto legal de potência administrante de Timor-Leste, ao longo do período do mandato da Comissão. Isto permitiu que a questão de Timor-Leste se mantivesse viva na agenda das Nações Unidas, como território não-autónomo, factor que o tornava radicalmente distinto de outras lutas nacionalistas ou separatistas ocorridas no interior do arquipélago indonésio durante o século XX.

### Administração portuguesa e resistência timorense

18. Os portugueses exerceram uma autoridade indirecta através dos *liurai*, cuja cooperação asseguraram permitindo-lhes que retivessem autonomia nos seus territórios de origem. Os portugueses aproveitaram-se das rivalidades existentes entre os *liurai*. Ao fazê-lo, conseguiram ganhar acesso ao poder dos seus pequenos exércitos ou grupos milicianos, dos quais se serviram para reforçarem os seus próprios recursos militares, de si limitados.<sup>6</sup> Os colonizadores utilizaram pela primeira vez as milícias dos *liurai* que lhes eram leais em 1642, durante a campanha contra o reino de Wehale<sup>7</sup>, e continuaram a fazê-lo até esmagarem a rebelião de Viqueque, em 1959. Para os portugueses, o preço pago por esta política de dividir para reinar foi o de uma persistente resistência localizada à autoridade portuguesa. Para os habitantes de Timor-Leste, esse preço foi uma perpétua fraqueza e desunião.

19. O poder e prosperidade dos portugueses decaíram ao longo dos séculos XVII e XVIII. Das suas colónias, Timor Português era a mais distante e menos importante e Portugal fez nela um limitado investimento económico e político. O valor decrescente da madeira de sândalo levou Portugal a introduzir novas culturas no século XIX, a fim de desenvolver o sector das exportações. Porém, a economia agrícola de subsistência do Timor Português dispunha de poucos excedentes de mão-de-obra, necessários a essas culturas. Por volta de 1859, o governador Afonso de Castro introduziu os trabalhos forçados no cultivo de culturas para venda – sobretudo o café, mas também o trigo e outras culturas não indígenas. Portugal ainda governava Timor de forma indirecta, o que dificultava a governação, em especial devido à resistência às suas políticas económicas coercivas. Nas décadas iniciadas em 1890 e 1900, o governador Celestino da Silva alargou o sistema dos trabalhos forçados, que tinha como característica particular a construção de estradas. O peso dos impostos e as políticas de trabalho forçado, ambos resultantes do subinvestimento realizado por Portugal na colónia, eram extremamente impopulares.

20. A resistência dos *liurai* começou pouco depois da instalação de um governador em Lifau. Por volta de 1710, a imposição de um tributo em géneros, a *finta*, provocou uma rebelião e um ressentimento continuados que contribuíram para que Portugal transferisse a sua administração para Díli em 1769.<sup>8</sup> Depois, Portugal enfrentou uma resistência limitada, até que o governador Afonso de Castro recorreu à força militar para impor o cultivo do café. Esta impopular iniciativa provocou uma revolta em 1861, seguida de uma série de rebeliões localizadas, dirigidas pelos *liurai*, contra os excessos coloniais. Em resposta, em 1895 a administração portuguesa impôs o controlo directo sobre Timor-Leste, quando o governador Celestino da Silva afirmou a presença administrativa e militar na totalidade do território, dividindo-o em onze distritos, incluindo o enclave de Oecusse.<sup>9</sup>

---

<sup>5</sup> Em português receberam o nome de *moradores* ou *arraias*.

21. Por consequência, Portugal separou Timor de Goa, transformando-o num distrito administrativo separado em 1896. No entanto, as rebeliões continuaram. A última e mais duradoura foi dirigida por Dom Boaventura, *liurai* de Manufahi, que se revoltou contra o imposto *per capita* lançado em 1908. A resistência de Dom Boaventura radicava na revolta de seu pai, o *liurai* Dom Duarte; este chefiou várias rebeliões nos finais do século XIX, até que, em 1895, o governador Celestino da Silva atacou o reino de Same, forçando Dom Duarte a render-se em 1900. Mais tarde, em 1908 o governador Celestino da Silva substituiu a *finta* por um imposto *per capita*. O filho de Dom Duarte, Dom Boaventura, rebelou-se em 1911. Os portugueses reuniram um enorme exército de *liurai*, composto por 12 mil homens, reforçando-o com tropas trazidas de Moçambique, e esmagaram de forma sangrenta a revolta em 1912. Esta medida garantiu a estabilidade, mas à custa da perda de muitas vidas humanas e de grande sofrimento. Pensa-se que tenham morrido um máximo de 25 mil pessoas durante esta campanha.<sup>10</sup> Dom Boaventura foi capturado e exilado para a ilha de Ataúro, onde morreu. Em seguida, os portugueses descentralizaram o poder directamente nos *sucos*, dando-lhes o governo local, ultrapassando assim os *liurai*, reduzindo alguma da sua influência e impondo um controlo português mais directo sobre o interior do território.

## Timor Português no século XX

22. Durante grande parte do século XX, Portugal confrontou-se com uma situação de instabilidade interna. Em 1910, a monarquia foi substituída por uma república, a qual, por sua vez, passou a regime de partido único depois de 1928. Durante este período, muitos chineses entraram na colónia do Timor Português e desenvolveram o seu papel como intermediários de negócios, exportadores e comerciantes. A complementar a actividade económica chinesa, Portugal, apesar dos seus problemas internos, criou a SAPT (Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho), um conglomerado comercial que proporcionou uma nova infra-estrutura para a produção e a exportação.\* Ainda assim, o Timor Português continuou a ser um distante posto colonial avançado que funcionava com níveis mínimos de contributo português, quer em pessoal quer em investimento. Em 1929, só existiam 200 portugueses originários da metrópole, além de mais 300 soldados.<sup>11</sup> Lisboa continuava a governar através de intermediários locais. Em 1930, a Lei Colonial criou concelhos locais representativos, mas em grande medida desprovidos de poder, permitindo alguma elegibilidade dos nativos de Timor-Leste ao estatuto de cidadãos portugueses.

## Segunda Guerra Mundial

23. Após o ataque do Japão a Pearl Harbor, em Dezembro de 1941, a Austrália previu que o Japão iria ocupar Timor e utilizar a ilha para lançar ataques contra aquele país. No dia 17 de Dezembro de 1941, tropas australianas, britânicas e holandesas desembarcaram em Díli, numa intervenção então classificada como medida preventiva. O governador Ferreira de Carvalho protestou contra a violação da neutralidade portuguesa. O Japão invadiu Timor em 19 de Fevereiro de 1942. Permanece matéria do foro da conjectura histórica se a violação da neutralidade portuguesa pelos Aliados era necessária para contrariar um ataque iminente dos japoneses, ou se a presença australiana no Timor Português atraiu os japoneses a uma região que, de outro modo, não teriam invadido.<sup>12</sup>

24. As repercussões da invasão na sociedade timorense foram devastadoras. Cerca de 40 a 60 mil timorenses foram dados como mortos.<sup>13</sup> Muitos foram torturados e assassinados pelas tropas japonesas, com base na suspeição de prestarem auxílio aos guerrilheiros australianos. A escravidão sexual de mulheres timorenses pelas tropas japonesas era generalizada. Não só o território se viu empobrecido pela guerra, como foram semeadas divisões entre as pessoas consideradas apoiantes dos japoneses e as pessoas consideradas apoiantes da pequena força

---

\* A SAPT era gerida pela firma brasileira de construção civil Moniz da Maia, Serra e Fortunato.

de guerrilheiros australianos. A Comissão ouviu depoimentos sobre os efeitos duradouros deste conflito na sociedade timorense, no decurso da audiência pública nacional referente ao Conflito Político Interno de 1974/76.<sup>14</sup> Nenhum inquérito internacional foi conduzido pelos crimes de guerra perpetrados por qualquer dos países ocupantes, não tendo sido pagas quaisquer indemnizações de guerra ao povo timorense.<sup>15</sup>

## Movimento internacional em prol da descolonização e posição de Portugal

25. O artigo 73º da Carta das Nações Unidas exigia que os países colonizadores atendessem às aspirações dos países colonizados e, gradualmente, fossem introduzindo a autonomia. À medida que a maioria dos colonizadores concedia a independência às suas colónias após a Segunda Guerra Mundial, este consenso internacional foi-se desenvolvendo, exprimindo-se através de mecanismos como a Assembleia Geral da ONU que, em 1960, reconheceu o colonialismo como negação dos direitos humanos.<sup>\*</sup> Em 1960, o Timor Português foi incluído na lista de Territórios Não Autónomos do Comité Especial de Descolonização da ONU, afirmando-se o direito do seu povo à autodeterminação. A presença nesta lista manteve-se relevante até à Consulta Popular organizada pela ONU em 1999.

26. Em resposta a este crescente consenso internacional quanto à necessidade de uma descolonização, em 1951 Portugal atribuiu às suas colónias a nova designação de “províncias ultramarinas”. Tratou-se de uma iniciativa paternalista, concebida para “civilizar” os súbditos coloniais e para aplacar os críticos, mas pouco veio mudar. Isto é especialmente verdadeiro no caso do Timor Português, que se mantinha extremamente isolado. Não se desenvolveu qualquer movimento de independência semelhante aos nascidos nas colónias africanas de Portugal. Pelo contrário, durante a década iniciada em 1950 a vida dos nativos de Timor está longe de ser civilizada. Segundo reflexões de monsenhor D. Martinho da Costa Lopes, em 400 anos de colonização portuguesa, não houve um único advogado, engenheiro ou médico que tivessem nascido em Timor.<sup>16</sup> Poucos timorenses gozavam de qualquer igualdade significativa relativamente aos colonizadores, continuando por rotina a serem maltratados e os seus direitos de propriedade abusados pelos portugueses.<sup>17</sup> O bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo referiu-se uma vez ao assunto:

Vi muitas vezes alguns portugueses levarem vinho de palma que estava a ser vendido pelos nativos, sem lhes darem qualquer dinheiro. E as pessoas tinham percorrido um longo caminho a pé até ao mercado, na expectativa de regressarem com algum dinheiro. As pessoas eram oprimidas e não podiam defender-se. De cada vez que assistia a estas coisas, o coração doía-me e gritava dentro de mim. Mas não podia fazer nada.<sup>18</sup>

27. Embora a utilização de chicotes e da bengala fosse proibida pelos portugueses em 1956, a prática de chicotadas manteve-se.<sup>19</sup> Mais tarde, Xanana Gusmão recordou:

---

<sup>\*</sup> Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral da ONU, 1960: “Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e aos Povos Coloniais.”

[P]resenciei no posto administrativo, as chicotadas a presos gemendo sobre pedrinhas e ao sol e com os pés algemados. Não poucas vezes também, nas minhas fugidas às 'guardas' com os filhos dos *liurais*, colegas da escola, presenciei ordenanças e moradores saindo ou regressando com o 'bando' trazendo infractores ensanguentados, por faltarem aos trabalhos forçados nas estradas ou aos turnos obrigatórios de prestação de serviço como *asu-lear* [trabalhador braçal] em casas dos colonialistas, chinas e assimilados.<sup>20</sup>

28. Em 1959, um grupo de exilados indonésios participaram num levantamento em Viqueque contra a administração colonial portuguesa. Os portugueses descobriram esta conspiração e esmagaram-na com violência, originando uma importante carnificina. Os antecedentes destes acontecimentos ainda estão, em grande medida, por esclarecer. Um relatório oficial português da época atribuiu as culpas por este levantamento à Indonésia mas não é transparente que assim tenha sido. No seguimento destes acontecimentos, em 1959 o governo abriu um escritório da polícia secreta, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), em Díli, para manter sob vigilância os movimentos indonésios e os sentimentos antiportugueses.<sup>21</sup>

#### Planos de fomento portugueses e crescente sentimento anticolonial

29. Em 1953, a administração central portuguesa deu início a uma série de planos de fomento, destinados a revigorar a sua estagnada economia nacional. No Timor Português, estes planos incluíam o aumento da produção e exportação do café, a exploração de minas e o desenvolvimento turístico. Entre as melhorias infra-estruturais contavam-se a construção de estradas, a reparação do porto de Díli e do aeroporto de Baucau, a instalação de electricidade e de um sistema municipal de abastecimento de água em Díli.<sup>22</sup> Por volta de 1975, havia 17 a 18 médicos a trabalhar no hospital de Díli e em clínicas regionais.<sup>23</sup>

30. Porém, o acesso dos nativos timorenses à educação manteve-se limitado ao longo da presença portuguesa. Os filhos dos *liurai* conquistaram algum acesso ao ensino primário, a partir de cerca de 1860, e em 1904 os jesuítas abriram uma escola missionária em Soibada, que se tornou num importante lugar de aprendizagem para os timorenses de todo o território. No entanto, o sistema de ensino ocidental manteve-se propriedade quase exclusiva dos cidadãos portugueses. Em 1964, apenas dez timorenses eram detentores de um grau académico.<sup>24</sup> Segundo as estatísticas portuguesas, entre 1950 e 1970 o número de inscritos no ensino primário aumentou dez vezes, de 3.249 para 32.937.<sup>25</sup> Segundo o censo de 1970, existiam cerca de 10% de indivíduos alfabetizados na colónia:<sup>†</sup> foi por essa época que a administração pública criou uma escola secundária em Díli, o Liceu Dr. Francisco Machado, com 767 alunos.<sup>26</sup> Em virtude deste acesso limitado ao sistema público de ensino, a verdade é que muitos dos mais importantes proponentes do movimento pela independência de Timor-Leste tinham sido educados no seminário.

31. Cada vez mais consciente desta desigualdade, uma geração emergente de timorenses politizados sentia-se igualmente frustrada com a inexistência de veículos políticos para canalizar as aspirações dos seus compatriotas. Os timorenses desempenhavam um papel muito pequeno na governação dos assuntos da colónia. O governador da província representava o governo português, não os timorenses, sendo detentor de amplos poderes executivos. Embora existisse um Conselho Legislativo de 11 membros, apenas três deles eram representantes eleitos. Não só

---

<sup>\*</sup> O Colégio - Colégio Nuno Álvares Pereira (para rapazes) e Imaculada Conceição (para raparigas) -, celebrou o seu centenário em 2004.

<sup>†</sup> A percentagem de analfabetismo era de 14% em Díli e de 45% nas vilas dos distritos.

não podia representar as aspirações do povo, como dispunha de uma autoridade limitada.<sup>27</sup> Apesar das resoluções da ONU que pressionavam Portugal no sentido de conceder liberdade política às colónias,<sup>28</sup> o regime de Salazar (e, mais tarde, de Marcelo Caetano) negava a democracia aos seus próprios cidadãos, muito mais aos povos das colónias. Esta situação só se alterou com o acesso ao poder do general António de Spínola, após a Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974.

### 3.3 Mudanças em Portugal e processo de descolonização

#### Síntese

32. Na década iniciada em 1960, os movimentos de libertação nacional existentes nas colónias portuguesas de África optaram pela luta armada para conquistarem a independência. Forçado a envolver-se em várias guerras separadas em simultâneo, em frentes muito distantes entre si, Portugal, país pequeno e relativamente pobre, viu-se sujeito a enormes pressões políticas e económicas – numa época em que cada vez mais olhava para a Europa, em busca do seu futuro económico. Em 1968, após 40 anos no poder, o autoritário primeiro-ministro Salazar foi substituído por Marcelo Caetano, que não conseguiu encontrar solução para estes conflitos armados, cada vez mais dispendiosos. Frustrado com estes fracassos, emergiu dos meios militares o Movimento das Forças Armadas (MFA) que, no dia 25 de Abril de 1974, desencadeou um golpe sem derramamento de sangue, conhecido como Revolução dos Cravos, contra o regime de Marcelo Caetano. Ao mesmo tempo que o MFA abria caminho para a descolonização, também dava início a vários anos de turbulência política em Portugal. Esta perturbação, aliada às preocupações de Portugal relativamente às suas maiores colónias africanas, foram factores decisivos para o fracasso de Portugal em prestar a atenção necessária à descolonização da sua mais distante colónia, Timor.

#### MFA e Revolução dos Cravos

33. No princípio da década de 1960, os movimentos independentistas das colónias africanas de Portugal começaram a lançar a luta armada. Em Angola, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) pegou em armas em 1961, sendo seguido em 1963 pelo PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), na Guiné-Bissau, e em 1964 pela Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), em Moçambique. A colónia portuguesa de Goa foi “libertada” pelas Forças Armadas da União Indiana em 1961.<sup>29</sup> Ter de travar três guerras em simultâneo era um pesado fardo financeiro e militar para Portugal. Nessa mesma época, após a sua adesão, em 1961, à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), Portugal estava a ficar cada vez mais interligado em termos económicos à Europa, à custa das suas colónias africanas. Por volta do início da década de 1970, as políticas proteccionistas concebidas para promover o comércio e o investimento nas colónias deixaram de interessar aos grupos empresariais portugueses, cujo enfoque se tornou crescentemente europeu.

34. Perdida a confiança na capacidade primeiro de Salazar e, depois, de Caetano para descobrirem uma solução política para as guerras africanas, as Forças Armadas portuguesas voltaram-se para o general António de Spínola, que fora um colaborador próximo de Marcelo Caetano. Spínola defendera um programa de reformas, rejeitado por Caetano. Para divulgar as suas ideias, Spínola publicou o livro *Portugal e o Futuro*, propondo que as guerras coloniais fossem resolvidas através do referendar de uma relação federal com Portugal. Quando o MFA foi criado em 5 de Março de 1974, elegeu o general Spínola como chefe e, ao lançar a Revolução dos Cravos em 25 de Abril de 1974, o Movimento escolheu Spínola para Presidente da República.

#### Descolonização rápida, agitação em Portugal

35. Embora de início a Revolução dos Cravos em Portugal se desenrolasse sem sobressaltos, nos meses e anos seguintes assistiu-se a um período de instabilidade política significativa, com sucessivos governos a serem formados e derrubados, até que o Partido Socialista coligado chegou ao poder em 1982. Esta instabilidade limitou a capacidade de Portugal para lidar eficazmente com os acontecimentos sucedidos em Timor. Essa incapacidade,

agravada pela desestabilização activa levada a efeito pela Indonésia, impediu Portugal de pôr em prática um processo de descolonização.

36. Em Abril de 1974, o MFA formou de imediato a Junta de Salvação Nacional (JSN) e nomeou Spínola seu chefe. O manifesto da JSN defendia a democratização de Portugal, incluindo o desmantelamento da polícia secreta (PIDE) e a libertação dos prisioneiros políticos. Quanto aos temas coloniais, sugeria vagamente uma solução política, através de um debate que conduzisse a uma solução pacífica,<sup>30</sup> embora evitando pronunciar-se sobre autodeterminação e autonomia.<sup>31</sup> Em 15 de Maio de 1974, o Presidente Spínola deu posse ao primeiro governo provisório, tendo Adelino da Palma Carlos como primeiro-ministro. Nesse mesmo dia, o governo promulgava o Decreto-Lei 203/1974, definindo uma política de descolonização. No decreto, o governo comprometia-se a alcançar uma solução política baseada no princípio da autodeterminação.<sup>32</sup>

37. A solução federal de Spínola não conseguiu granjear apoio significativo. Em Portugal, a opinião pública era cada vez mais favorável à retirada das colónias. Conscientes da sua superioridade militar face aos portugueses, mergulhados em desordem interna, as colónias da Guiné-Bissau e de Moçambique não estavam dispostas a ceder nas suas exigências de independência. Alguns membros influentes do governo, incluindo o ministro dos Negócios Estrangeiros do Partido Socialista, Mário Soares, também preferiam a independência como solução.

38. Por volta de meados de 1974, desvaneceu-se no interior do MFA o apoio à federação e a opção militar preferida tornou-se a da saída rápida. Estas pressões, entre outras, conduziram à demissão de Palma Carlos como primeiro-ministro e à sua substituição por Vasco Gonçalves. No dia 27 de Julho, o novo governo promulgou a Lei nº 7/1974 em que reconhecia a independência como resultado aceitável do processo de autodeterminação das colónias.<sup>33</sup> Esta inflexão política contribuiu para levar à demissão de Spínola, em Setembro de 1974. Passado cerca de um ano, as cinco antigas colónias de Portugal em África teriam alcançado a independência.

39. Depois de conquistar o poder, em Abril de 1974, o MFA procedera ao saneamento do que considerava os elementos reaccionários na administração civil portuguesa. Substituindo imediatamente todos os governadores das colónias africanas, mostrou maior lentidão em tomar atitude semelhante relativamente ao Timor Português. Embora tivesse feito um discurso a criticar o MFA pelo seu radicalismo, apenas dois dias antes do 25 de Abril, o governador do Timor Português, Alves Aldeia, reteve o seu posto ainda durante três meses. As preocupações em que Portugal se encontrava mergulhado à época e a conseqüente negligência a que Timor se viu votado, foram resumidas pelo último governador de Timor, o major-general Mário Lemos Pires, em depoimento apresentado à Comissão:

*A nação portuguesa que emergiu da revolução era muito fraca, desprovida de coesão, com numerosas dificuldades e sem credibilidade entre os seus antigos aliados [ocidentais]. A nação estava muito preocupada com a sua revolução e tentava ganhar alguma estabilidade política, cuidando dos cidadãos que chegavam de África e firmemente decidida a terminar a guerra nos países africanos...Em 1974, após a revolução, o que pensavam os portugueses de Timor-Leste? Nada, pouca, muito pouca coisa. Os seus pensamentos estavam voltados para a revolução e para os seus familiares nos territórios africanos.<sup>34</sup>*

## Repercussões da Revolução dos Cravos no Timor Português

40. Em Timor-Leste, as notícias da Revolução dos Cravos foram recebidas com um misto de euforia e preocupação. A Comissão ouviu depoimentos de um amplo leque de destacadas figuras de timorenses, aquando da sua audiência ao Conflito Político Interno de 1974/76. Falaram do entusiasmo gerado pelos acontecimentos registados em Lisboa e nas outras colónias, entre os mais jovens interessados na política. Mas também se mostraram geralmente concordantes em afirmar que a sociedade timorense estava mal preparada pela sua história para participar em actividades políticas.<sup>35</sup>

41. No início de Maio de 1974, ao solicitar à JSN, em Lisboa, que lhe explicasse a nova política colonial, o governador Alves Aldeia recebeu instruções no sentido de agir de acordo com os princípios do programa do MFA e, atendendo às condições locais, de procurar evitar qualquer degradação das relações com a Indonésia.

42. A 13 de Maio, o governador Alves Aldeia formou a Comissão para a Autodeterminação de Timor que, entre outras coisas, incentivou a constituição de associações civis.<sup>36</sup> Nos fins de Maio, o major Arnão Metello, chefe do Estado-Maior do comando militar local, foi nomeado delegado do MFA na colónia.<sup>37</sup>

43. Em contraste com a atitude assumida nas colónias africanas, o Governo português tendeu a considerar irrealista a independência do Timor Português. A 3 de Agosto de 1974, o ministro da Coordenação Interterritorial, António de Almeida Santos, levantou objecções à independência total de Timor, afirmando que a federação seria a opção mais realista.<sup>38</sup> Estas declarações provocaram uma forte reacção das duas recém-formadas associações políticas timorenses, a UDT e a Fretilin. Porém, nesse mesmo dia o Governo português apresentou um memorando ao Secretário-Geral da ONU em que reconhecia o direito à autodeterminação e independência de todos os territórios sob sua administração, posição essa que foi reafirmada dois meses mais tarde perante a Assembleia Geral da ONU, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português, Mário Soares.<sup>39</sup> O direito à autodeterminação para todas as colónias ficaria mais tarde consagrado como obrigação do Estado português na Constituição de 1975. Esta disposição viria a revelar-se fundamental para manter o empenhamento das autoridades portuguesas relativamente à autodeterminação do povo de Timor-Leste nos anos difíceis que se seguiram.

### Formação de partidos políticos no Timor Português

44. A Comissão ouviu depoimentos que descrevem a maneira como a Revolução dos Cravos rapidamente galvanizou o interesse dos timorenses pelo futuro político do território. Domingos Oliveira, que mais tarde se tornaria secretário-geral da UDT, descreveu o fenómeno:

*Antes do 25 de Abril, em Timor, costumávamos conversar sobre as namoradas, o futebol e outras coisas do género, quando íamos ao café e ao restaurante beber uma cerveja e encontrar-nos com os amigos. Depois do 25 de Abril, só se conversava sobre as consequências do 25 de Abril. O que devíamos nós, timorenses, fazer? O que seria a melhor coisa a fazer naquela nova situação?<sup>40</sup>*

45. Em Díli, os timorenses que se voltavam para a política, começaram a pensar em formar associações políticas, organizando reuniões para discutirem os princípios e as plataformas

---

<sup>35</sup> No dia 17 de Dezembro de 2003, durante a Audiência Pública da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, o antigo secretário-geral da UDT Domingos de Oliveira deu testemunho da forma como os timorenses se sentiram ofendidos com estas declarações.

dessas associações. Uma vez formadas, estas funcionaram efectivamente como partidos políticos, embora em termos técnicos os partidos ainda estivessem proibidos de desenvolverem actividades.<sup>41</sup>

46. A primeira associação a formar-se foi a União Democrática Timorense (UDT), fundada a 11 de Maio de 1974. Os seus fundadores eram tendencialmente conservadores, em termos políticos, e muitos encontravam-se unidos por laços à administração colonial portuguesa, o que reflectia o seu estatuto social privilegiado e a função que desempenhavam como intermediários entre os timorenses e os colonizadores portugueses. O primeiro presidente da UDT foi Francisco Lopes da Cruz. Entre outros fundadores, refiram-se César Augusto da Costa Mouzinho, o vice-presidente, os irmãos Manuel, Mário e João Carrascalão, e Domingos Oliveira, secretário-geral da associação. O primeiro manifesto da UDT defendia uma “autonomia progressiva”, sob administração portuguesa, embora também apoiasse o direito à autodeterminação. Em 1 de Agosto de 1974, anunciou uma mudança de posição, declarando ser seu objectivo final a independência, após um período de federação com Portugal. Rejeitava também de maneira específica a integração noutros países.<sup>42</sup> Com esta mudança, a UDT deu provas de ser maleável nessa ocasião, em resposta às alterações ocorridas no panorama político português e à evidência de que o nacionalismo era uma força crescente no próprio Timor.

47. Nove dias após a fundação da UDT, a 20 de Maio, era criada a Associação Social Democrata Timorense (ASDT). Os fundadores da ASDT eram sobretudo jovens intelectuais timorenses, com antecedentes muito diversos, alguns pertencentes à administração portuguesa, outros oriundos do grupo anticolonial do início da década de 1970. Mais velho e mais conhecido que os fundadores jovens da associação, Francisco Xavier do Amaral foi nomeado presidente. Outras figuras importantes eram Mari Alkatiri, José Ramos-Horta, Nicolau Lobato e Justino Mota. A ASDT publicou o seu manifesto no dia 22 de Maio, afirmando o direito à independência e uma posição anticolonial e nacionalista. Nele se declarava igualmente o empenhamento da associação em garantir uma política de “boa vizinhança” com os países da região, sem comprometer os interesses do povo timorense.

48. A terceira associação a constituir-se foi a Associação Popular Democrática Timorense (Apodeti), fundada em 27 de Maio. Inicialmente pensara-se em dar-lhe o nome de Associação para a Integração de Timor na Indonésia; no entanto, embora este nome sintetizasse o objectivo principal da Apodeti, segundo parece teria sido considerado demasiado transparente. Teve como presidente fundador Arnaldo dos Reis Araújo, embora o estratega fosse José Fernando Osório Soares, que deixara a ASDT para tornar-se secretário-geral da Apodeti. Outra figura fundamental era Hermenegildo Martins, proprietário de plantações. O *liurai* de Atsabe, Guilherme Maria Gonçalves, aderiu à Apodeti pouco depois da sua formação, trazendo consigo parte do apoio da sua base regional de poder. O cônsul da Indonésia em Díli, Elias Tomodok, transformou-se num importante canal de aconselhamento e apoio financeiro à Apodeti, no período de 1974/75.<sup>43</sup> O manifesto da Apodeti declarava ser seu objectivo a integração autónoma na Indonésia, de acordo com o direito internacional, embora essa pretensão fosse incompatível com a Constituição da Indonésia. Tal como os outros dois grandes partidos, partilhava a rejeição de vários males atribuídos à administração portuguesa – por exemplo, a corrupção e a discriminação – e proclamava o seu respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades individuais.

49. Três partidos políticos mais pequenos foram fundados após os três do início. José Martins desertou da Apodeti, da qual era um dos fundadores, e criou um partido monárquico (de *liurai*), a Associação dos Filhos de Guerreiros Timorenses (*Klibur Oan Timor Asswain*, KOTA), em 20 de Novembro de 1974.<sup>44</sup> José Martins teve uma curta carreira como propagandista em prol da ocupação indonésia, tendo sido um colaborador precioso dos serviços secretos indonésios (*Bakin*) em 1975. Criado em Setembro de 1974, o Partido Trabalhista tinha por objectivo a conquista da independência através de uma fase transitória de federação com Portugal.<sup>45</sup> Um terceiro partido, a Associação Democrática para a Integração de Timor-Leste na

Austrália (Aditla), propunha a integração na Austrália, mas desapareceu depois de este país rejeitar esta hipótese em Março de 1975.<sup>46</sup>

50. Rapidamente se tornou claro que a UDT e a ASDT eram os únicos partidos que beneficiavam de apoio popular em todo o território.

### 3.4 Ambiente político internacional e política da Indonésia relativamente ao Timor Português

#### Síntese

51. A oportunidade para a descolonização de Timor por Portugal surgiu num momento crucial da Guerra Fria. A vitória norte-vietnamita no Vietname, em Abril de 1975, e a quase simultânea derrocada dos regimes pró-EUA existentes noutros países da Indochina – i.e. Cambodja e Laos – alimentaram temores entre os decisores políticos ocidentais e os seus aliados asiáticos que outros países do Sudeste Asiático se encontrassem igualmente vulneráveis, devendo a todo o custo impedir-se o comunismo de alastrar. Neste contexto, os EUA e os seus aliados consideraram a Indonésia como componente decisiva na estratégia pós-Vietname, pensada para travar mais progressos do comunismo. Por essa época, a Revolução dos Cravos gerara uma situação política altamente volátil em Portugal, país em que um dos resultados possíveis parecia ser outra vitória para a esquerda e uma derrota para o Ocidente.

52. Além do apoio granjeado devido ao seu currículo anticomunista, a Indonésia estava bem posicionada para aproveitar o seu estatuto de membro fundador do Movimento dos Não Alinhados, as ligações que uniam o país aos outros países muçulmanos, através da Organização da Conferência Islâmica, e a sua qualidade de maior país da Associação dos Estados do Sudeste Asiático (*ASEAN*). A ampla base de apoio da Indonésia, a relutância de Portugal em internacionalizar a questão e a indiferença generalizada sobre o destino do que muitos consideravam um resquício obscuro de uma potência colonial menor, tudo concorreu para impedir que a ONU desempenhasse um papel activo na questão de Timor-Leste. Todos estes factores foram vantajosos para a Indonésia e para a sua campanha de angariação de apoios para a sua política relativamente a Timor-Leste.

#### Nações Unidas e Timor Português

53. Em 1975, a Guerra Fria entre o Leste e o Ocidente atingiu uma conjuntura crítica, em grande parte devido à evolução no Sudeste Asiático. Em Abril de 1975, dois anos após a retirada das tropas dos EUA do Vietname, Saigão caiu às mãos do norte comunista. Esta alteração no equilíbrio de poderes afectou os países grandes e pequenos, gerando repercussões profundas sobre os acontecimentos posteriormente ocorridos no Timor Português.<sup>47</sup> Nesse período, a Guerra Fria produziu um efeito asfixiante nas Nações Unidas: os maiores blocos de poder do mundo paralisavam frequentemente as suas instituições principais, como o Conselho de Segurança. Devido em parte a esta situação, uma das características da crise que se instalava em crescendo no Timor Português foi a incapacidade para internacionalizar o problema no quadro da ONU. Portugal levou a efeito uma série de negociações bilaterais com a Indonésia sobre a questão e, embora nessas negociações utilizasse efectivamente a ameaça da “internacionalização” como moeda de troca, na prática só materializou esta possibilidade quando já era tarde demais e quando já se encontrava de facto incapacitado para influenciar a situação.<sup>48</sup>

54. O Comité Especial de Descolonização da ONU, organismo das Nações Unidas encarregado de supervisionar a descolonização, pouca atenção deu a Timor, por se encontrar absorvido com a situação das colónias portuguesas em África. Em Junho de 1975, o Comité Especial de Descolonização da ONU debruçou-se sobre o Timor Português e apelou para o cumprimento urgente dos objectivos da Carta da ONU constantes da Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais. Embora lhe fosse pedido que procedesse a uma avaliação da situação no terreno, o Comité não o fez.<sup>49</sup> Esta falta de atenção dispensada ao Timor Português em 1974/75 resultou no seguinte: quando a guerra civil rebentou em Agosto de 1975 e quando as actividades encapotadas da Indonésia se transformaram em

operações militares de grande envergadura em Outubro/Novembro de 1975, as Nações Unidas encontravam-se em relativa ignorância quanto à situação existente no território. Esta falta de envolvimento da ONU foi uma oportunidade perdida no sentido de evitar a violência e a apropriação militar definitiva do Timor Português pela Indonésia (ver Subcapítulo 7.1: Direito à Autodeterminação).

## Indonésia e comunidade internacional

55. Com quase 165 milhões de habitantes em meados da década de 1970, a Indonésia era o país mais populoso do Sudeste Asiático. Sob a presidência de Soeharto, a Indonésia mostrava-se empenhada em desenvolver a sua economia rica em recursos. Após a agitação dos últimos anos de Sukarno, quer as potências ocidentais quer os países vizinhos olhavam de maneira positiva esta Indonésia transformada. Acresce que o estatuto do país como membro fundador do Movimento dos Não Alinhados significava que a Indonésia podia contar com o apoio importante deste grupo de países. Ao mesmo tempo, a Indonésia era o maior país da Organização da Conferência Islâmica, podendo igualmente contar com o apoio da maioria dos países islâmicos. Este amplo apoio da Indonésia contribuiu para a ausência de esforços sérios no sentido de dominar as suas acções agressivas contra o Timor Português – incluindo no âmbito dos fóruns das Nações Unidas.

56. Embora formalmente não alinhado, o anticomunismo do regime de Soeharto significava que o país gravitava na órbita ocidental, proporcionando grandes oportunidades de comércio e investimento.<sup>50</sup> O regime da Nova Ordem do Presidente Soeharto firmara os seus créditos anticomunistas junto dos EUA, ao erradicar da Indonésia o Partido Comunista da Indonésia (*Partai Komunis Indonesia, PKI*), durante os anos turbulentos de 1965/1966. Nesse período, os militares indonésios lideraram a repressão contra o *PKI*, matando um máximo de um milhão de militantes e simpatizantes do partido e detendo nas suas prisões mais um milhão de pessoas – ou mais.<sup>51</sup> A Nova Ordem proibiu o comunismo, congelou as relações diplomáticas com a República Popular da China e posicionou-se firmemente no campo ocidental, esforçando-se por capturar o investimento e assistência económica dos seus amigos ocidentais.

57. Além de alinhar pelo Bloco Ocidental, a Indonésia reforçou igualmente as relações com os países anticomunistas do Sudeste Asiático, entre eles a Tailândia, Malásia, Singapura e Filipinas. Em 1967, reuniu estes quatro países do Sudeste Asiático e formou a Associação das Nações do Sudeste Asiático (*ASEAN*) com o objectivo de combater o alastramento do comunismo na região, em especial a partir do Vietname do Norte e da República Popular da China. A Indonésia temia que o comunismo se infiltrasse no país, acordando os elementos comunistas dormentes. Por essa razão, apesar do avolumar das pressões internacionais, Soeharto não se mostrou disponível para libertar as centenas de milhares de presos detidos no seguimento do golpe de 1965.

58. Ao longo da década decorrida desde 1965, a Nova Ordem não deixara esmorecer a nível interno o seu fervor anticomunista. Nos anos de 1965/1966, entre 250 mil e 1 milhão de militantes e simpatizantes do Partido Comunista Indonésio (*PKI*) foram mortos, havendo ainda um milhão (ou mais) detidos em prisões. No entanto, embora o anticomunismo fosse uma importante pedra angular da lealdade ao regime, não era a única. Sob o regime da Nova Ordem de Soeharto, os limites do debate político aceitável tornaram-se extremamente estreitos, sendo definidos não só pelo anticomunismo do regime mas também pelo seu desagrado relativamente à política pluralista em geral. As novas regras do jogo eram impostas pelas estruturas autoritárias dominadas pelos militares.<sup>52</sup> Numa época em que a percepção do Sudeste Asiático pelos ocidentais era dominada pelo medo de que outros Estados da região fossem uma cascata

---

<sup>50</sup> O Movimento dos Não Alinhados é composto por mais de 100 países que se consideram a si próprios não alinhados relativamente a um grande bloco de poder, o que, no contexto de Guerra Fria que marcou a sua génese, significava o bloco capitalista e o bloco comunista. A Indonésia foi anfitriã da reunião inaugural, em 1955.

de pedras de dominó em perigo de seguirem o exemplo da Indochina, caindo no campo comunista, o Ocidente mostrou-se disposto a ignorar a repressão sobre a qual a Nova Ordem assentava, desde que a Indonésia continuasse a ser um baluarte contra o alastramento do comunismo.

59. Muitos Estados ocidentais e os seus aliados asiáticos partilhavam do ponto de vista de Soeharto, segundo o qual o Timor Português devia ser absorvido pela Indonésia, ou porque partilhavam os seus pressupostos estratégicos e os quadros mentais anticomunistas a eles subjacentes, ou simplesmente porque não pretendiam deixar que Jacarta se afastasse. Este quadro mental foi resumido na muitas vezes citada opinião enviada para Londres pelo embaixador britânico, Sir John Archibald Ford:

Mesmo sem qualquer intervenção soviética ou chinesa, esse território pode transformar-se na “criança problemática” [da região]...O interesse da Grã-Bretanha vai no sentido de que a Indonésia integre esse território...Se houver uma crise e um debate na ONU, baixaremos a cabeça olhando para o chão e evitaremos tomar qualquer posição contra a Indonésia.<sup>53</sup>

60. A Indonésia também podia contar com o apoio da Ásia não comunista. Se bem que variasse o grau de apoio que cada país estava disposto a dar, como maior país do Sudeste Asiático a Indonésia beneficiava do amplo apoio dos membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Dentro da ASEAN, existia um variado espectro de pontos de vista sobre a política da Indonésia relativamente ao Timor Português – desde Singapura, pequeno país-ilha culturalmente diferente, que se via a si própria como a Israel do Sudeste Asiático e nutria reservas quanto às intenções da Indonésia, à Malásia, o mais incondicional apoiante de Jacarta.

61. Não era apenas devido aos alinhamentos da Guerra Fria que os países da região davam o seu apoio à Indonésia. O Japão mantinha um grande interesse económico no país e estava a tornar-se crescentemente dependente do petróleo e gás natural indonésios para alimentar a sua economia em expansão explosiva. A política australiana relativamente ao Timor Português baseava-se no desejo de redefinir a sua política externa em geral, conferindo-lhe um maior pendor regional e melhorando as relações com a Indonésia em particular. O primeiro-ministro australiano, Gough Whitlam, partilhava o ponto de vista defendido pela Indonésia, segundo o qual Timor-Leste independente não seria viável, tendo sido prevenido de que a anexação do Timor Português era assunto “arrumado” da política indonésia. Fossem quais fossem as suas verdadeiras intenções, nas duas reuniões que teve com o Presidente Soeharto em 1974/75, Whitlam deu a este a firme impressão de que lhe parecia positiva a anexação pela Indonésia, se bem que reconhecesse a necessidade de “obedecer” ao princípio da autodeterminação.

### Política indonésia relativamente ao Timor Português

62. Durante os anos de formação do Estado indonésio, houve alguns nacionalistas indonésios que sonharam com a criação de uma Grande Indonésia, inspirada por uma suposta Idade de Ouro em que os impérios de Sriwijaya e Majapahit haviam dominado o arquipélago. Embora sem qualquer fundamentação na realidade histórica, a Grande Indonésia teria abrangido partes da Malásia e das Filipinas, bem como o Timor Português. A República da Indonésia nunca procurou transformar em realidade a Grande Indonésia. Em vez disso, quando procurou obter reconhecimento internacional no final da década de 1940 e mais tarde, nas décadas de 1950 e 1960, quando apresentou a sua reivindicação sobre Irian Ocidental (mais tarde Irian Jaya, hoje Papua Ocidental), fez questão em sublinhar bem que as suas fronteiras eram as das Índias Holandesas Orientais. Fê-lo por razões pragmáticas: se reivindicasse a sua soberania sobre uma Grande Indonésia, teria dado uma impressão de expansionismo num mundo em que

se reconhecida que os Estados independentes deveriam herdar as fronteiras estabelecidas pelos seus colonizadores.

63. No que se refere especificamente ao Timor Português, antes de 1975 a Indonésia jamais reivindicou ter o direito a incorporar este território. Em 1961, quando a Indonésia apresentou a sua reivindicação sobre Irian Jaya, o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Subandrio, afirmou explicitamente que a Indonésia não tinha quaisquer reivindicações relativamente ao Timor Português porque, sendo território português, não pertencia portanto à Indonésia.<sup>54</sup> Em 1974, depois de se encontrar com o representante da ASDT para os negócios estrangeiros, José Ramos-Horta, o então ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik, escreveu-lhe:

O Governo, assim como o povo, da Indonésia não tem intenção de aumentar ou expandir o seu território, ou ocupar outros territórios para além daqueles consagrados na sua Constituição. A reiteração visa dar-vos uma ideia clara, para que não subsista qualquer dúvida na mente do povo de Timor ao expressar as suas aspirações... Por esta razão, quem quer que venha a governar Timor no futuro, após a independência, pode estar certo de que o Governo da Indonésia sempre se esforçará para manter boas relações, amizade e cooperação em benefício de ambos os países.<sup>55</sup>

64. Embora jamais aflorada nos discursos oficiais, a ideia de que o Timor Português pertencia à Indonésia, por razões históricas, geográficas e étnicas, existia como corrente subterrânea no discurso político indonésio – podendo ser invocada se a ocasião o exigisse. O espectro da integração do Timor Português também assombrava as relações entre a Indonésia e o Timor Português. Gerações sucessivas de governadores do Timor Português no pós-guerra sempre mostraram suspeitas quanto aos motivos dos indonésios, esforçando-se sistematicamente por limitar o contacto entre as duas metades da ilha. Embora o alcance do envolvimento oficial da Indonésia na rebelião de 1959 ainda se discuta (ver 3.2, supra), a pesada repressão que se seguiu e a análise das suas raízes feita pelo governo do Timor Português são ambas indicativas da seriedade com que os portugueses acreditavam que a Indonésia tinha desígnios relativamente ao território. A Indonésia não se coibia de explorar esses medos: por exemplo, em Julho de 1961, num discurso a prevenir Portugal de que não ignorasse o apoio internacional dado à independência de Angola, o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Subandrio, recordou de forma sinistra às pessoas que o ouviam a proximidade da Indonésia relativamente ao Timor Português.<sup>56</sup> Em 1962, um relatório (do Comité de Descolonização da ONU) observava que um “Gabinete para a Libertação da República de Timor” fora criado em Jacarta. Por volta de Maio/Junho de 1963, o gabinete anunciou que formara um governo com 12 ministros em Batugadé.<sup>57</sup> Em Setembro de 1963, o ministro da Informação indonésio, Ruslan Abdulgani declarou:

Embora não sejamos uma nação expansionista, não podemos permitir que pessoas com antepassados iguais aos nossos se vejam oprimidos e detidos em prisões só porque desejam reunir-se à pátria dos seus antepassados.

---

<sup>54</sup> James Dunn, *East Timor: A rough passage to independence*, Longueville, 2003, p. 87. Vale a pena referir também que o investigador do CSIS, Harry Tjan Silalahi, afirmou que a Indonésia levou a efeito operações clandestinas em Timor Português no período da “confrontação”, durante uma conversa com pessoal da Embaixada australiana em Jacarta, a 2 de Julho de 1974. [Department of Foreign Affairs and Trade (DFAT), *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor 1974-1976*, 2000, p. 62, documento 12].

65. Porém, a integração do Timor Português nunca foi objectivo da política oficial sob a presidência de Sukarno. As declarações e infiltrações esporádicas não eram suficientes para demonstrar um empenhamento sério na absorção do Timor Português, uma vez que a Indonésia nunca entendeu que a colónia constituísse uma ameaça contra si. A Indonésia mantinha relações estáveis com o governo de Salazar: abriu um consulado em Díli e o próprio Sukarno fez uma visita a Portugal em 1959.

66. Até 1974, o sucessor de Sukarno, Soeharto, não divergiu desta posição. Porém, no seguimento da Revolução dos Cravos, começaram a ser aflorados os argumentos “irredentistas” favoráveis à anexação do Timor Português. Figuras políticas de Timor-Leste recordavam-se de como ficaram alarmados ao ouvir um discurso proferido por John Naro, o vice-presidente do Parlamento indonésio, afirmando que a Indonésia tinha reivindicações históricas relativamente ao Timor Português.<sup>58</sup> As pessoas cuja perspectiva sobre a questão era essencialmente estratégica sublinharam a importância destes pontos de vista. Em entrevistas à Comissão, Yusuf Wanandi e Harry Tjan Silalahi, do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), que em 1974/75 estiveram profundamente implicados no desenvolvimento de políticas relativas ao Timor Português por mandato do seu mentor, o general Ali Murtopo, ambos fizeram referência à força desses sentimentos. O coronel Aloysius Sugianto, um operacional da Secção de Operações Especiais [Opsus] dirigida pelo general Ali Murtopo na agência de serviços de informação, *Bakin*, que desempenhou um papel fundamental nas primeiras actividades secretas desenvolvidas no Timor Português em 1974/75, contou à Comissão que se viu a trabalhar para reunir pessoas divididas pelo colonialismo:

*O fundamento base da Apodeti sempre foi: somos um povo, uma ilha. Fomos divididos e ficámos dois: Timor-Díli e Timor-Kupang. Isso foi por causa dos colonizadores. Se virmos bem, foram eles, é verdade, não é assim? Por causa do colonialismo, fomos divididos. Do lado de lá, tornou-se território português, do lado de cá holandes. A verdade é que só há uma solução. A lógica está certa, a lógica do povo está certa.*<sup>59</sup>

67. Após a invasão de Timor-Leste, os funcionários indonésios fizeram reviver o argumento histórico (e étnico) em prol da integração. Em alocução dirigida à Assembleia Geral da ONU a 13 de Dezembro de 1975, seis dias depois da invasão de Díli e dez dias depois de ter negado que a Indonésia tivesse quaisquer ambições territoriais relativamente ao Timor Português, o representante indonésio junto da ONU, Anwar Sani, declarou:

---

<sup>58</sup> Yusuf Wanandi observou que, “em certos círculos”, Timor-Leste era considerado um “território irredentista”. (o irredentismo é um movimento que procura reunir territórios anteriormente separados). [Entrevista da CAVR a Yusuf Wanandi, Jacarta, CSIS, Jacarta, 24 de Julho de 2003]. Harry Tjan Silalahi comentou: “Acho que a teoria segundo a qual Timor-Leste faz parte [integrante] de Nusantara existiu, sem nunca ser explicitamente articulada, desde os tempos de Sukarno, após a libertação de Irian.” [Entrevista da CAVR a Harry Tjan Silalahi, Jacarta].

Primeiro quero explicar por que razão a Indonésia tem um interesse vital em tudo o que acontece no Timor Português. O Timor Português faz parte da ilha de Timor, cuja outra parte é território indonésio. Timor situa-se no coração do arquipélago indonésio, sendo uma de milhares de ilhas que o compõem. A população do Timor Português...tem a mesma origem étnica que a população que vive na parte indonésia. Os 450 anos de divisão provocados pelo domínio colonial não diminuíram os estreitos laços de sangue e cultura entre a população do território e os seus familiares no Timor Indonésio. Esta proximidade geográfica e afinidade étnica são razões importantes que explicam que, para a Indonésia, a paz e a estabilidade no Timor Português sejam uma preocupação vital, não só no seu próprio interesse mas também no interesse de toda a região do Sudeste Asiático.<sup>60</sup>

68. No pensamento indonésio, mais poderosos do que os antecedentes históricos foram os argumentos estratégicos favoráveis à integração. Segundo James Dunn, citando fontes indonésias, “um grupo da *Bakin/Opsus* (Operações Especiais) analisou a situação nos finais de 1972, ou em 1973, e manifestou uma forte oposição à ideia de apoiar a independência de Timor-Leste”, a qual poderia “acrescentar uma nova dimensão aos problemas de segurança da Indonésia”.<sup>61</sup> O livro semioficial intitulado *Integrasi* defende que o interesse dos indonésios pelo Timor Português antecipava em muito o empenhamento dos portugueses na descolonização. O livro também afirma que a Indonésia optou por uma abordagem gradualista, em cujas primeiras etapas se procuraria estimular o desejo do povo timorense pela independência. Subjacente à política indonésia, existia a necessidade de garantir que “Timor-Leste não se transformasse num potencial ‘caso problemático’ e não viesse a ser utilizada como moeda de troca contra a Indonésia.”<sup>62</sup>

69. Após a Revolução Portuguesa, em Abril de 1974, a abordagem estratégica, moldada pelo profundo anticomunismo do regime da Nova Ordem, acabou rapidamente por dominar a reflexão desenvolvida pela elite indonésia sobre a questão do Timor Português. A abordagem fundamentava-se no medo de que um Timor-Leste independente se transformasse numa base para a infiltração da Indonésia pelos países comunistas. Este ponto de vista foi expresso logo em 22 de Maio de 1974, quando um operacional da *Bakin* disse ao pessoal da Embaixada australiana em Jacarta: “A Indonésia já deu conta da China, junto à sua porta principal, mas agora talvez precise de dar conta de uma ameaça na porta das traseiras.”<sup>63</sup>

70. O próprio Soeharto optou por esta visão estratégica. Aquando da sua reunião de Setembro de 1974 com o primeiro-ministro australiano, Gough Whitlam, em Wonosobo, perto de Yogyakarta, ele apontou a China e a União Soviética como países que poderiam tentar intervir no Timor Português.<sup>64</sup> Durante a sua segunda reunião de Abril de 1975, realizada em Townsville, Queensland, Soeharto contou a Whitlam que os serviços de informação indonésios haviam sido informados de que comunistas provenientes da China estavam a tentar entrar no Timor Português através da Austrália, com o apoio da Embaixada chinesa em Canberra. Mas os funcionários indonésios não se mostravam unânimes quanto à natureza da ameaça comunista. Segundo o director dos serviços de informação do Ministério da Defesa e Segurança, ele próprio subdirector da agência *Bakin*, o tenente-general Benny Murdani, a frota soviética constituía o perigo principal. Segundo as suas previsões, a existência de um Timor independente proporcionaria à União Soviética uma base naval que lhe permitiria dividir as águas territoriais indonésias em duas zonas.<sup>65</sup> O director executivo do CSIS, Yusuf Wanandi, contou à Comissão

---

<sup>60</sup> Ver Document 123, Record of Conversation between Whitlam and Soeharto, Townsville, 4 April 1975, in DFAT, Wendy Way (ed.), *Australia and the Indonesian Incorporation of East Timor*, p. 248. Whitlam disse que a Indonésia não tinha qualquer prova para sustentar tal afirmação.

que outros funcionários se mostravam preocupados com as intenções do Vietname, argumentando que, se Cuba havia conseguido enviar as suas tropas para Angola, localizada a cerca de 2 mil km [sic, 10 mil km] de distância do país de origem, por que razão não haveria o Vietname de enviar tropas para o Timor Português, situado a apenas 1500 km [sic, 4000km] de distância?<sup>66</sup> As variações entre estas avaliações da ameaça comunista feitas pelos indonésios deveriam talvez ter levado os governos estrangeiros a questionar a sua validade global.

### 3.5 Processo de descolonização e partidos políticos

#### Síntese

71. A Revolução dos Cravos transformou de imediato o panorama político do Timor Português, onde, até então, não existiam quaisquer partidos políticos activos e havia apenas um baixo nível de actividade anticolonial organizada. Com a nova legislação sobre a associação política, os partidos formaram-se rapidamente. Dois partidos emergiram como grupos dominantes: a ASDT e a UDT. As plataformas políticas de ambos definiam a independência como objectivo último da descolonização, embora divergissem entre si quanto ao ritmo da descolonização: a ASDT queria uma independência imediata, enquanto a UDT, mais conservadora, pretendia um processo mais gradual. Mas o que dividia realmente estes dois partidos centristas eram os ideólogos militantes nos dois extremos, que dirigiam uns aos outros – e, por extensão, aos respectivos partidos – acusações mútuas de serem “fascistas” ou “comunistas”. Um terceiro partido, a Apodeti, possuía bolsas de apoio localizadas, mas o número de simpatizantes era muito menor que o dos dois partidos principais, ficando a dever a sua importância à posição pró-integracionista assumida e ao apoio indonésio que esta atraía.

72. A campanha política rapidamente enveredou pelos ataques verbais – e, por vezes, físicos – e os dois partidos políticos principais pouco fizeram para controlar a situação. Ambos os partidos se serviam de emissões radiofónicas para fazer propaganda e dirigir ataques pessoais um contra o outro, agudizando as tensões sociais. Esta falta de experiência política foi manipulada por agentes do Estado indonésio, entre eles os membros dos serviços secretos de informação que desenvolviam operações secretas dentro do Timor Português, procurando dividir os timorenses com o objectivo de realizar a integração do território na Indonésia. Isto pesou sobre os militantes dos dois grandes partidos, culminando na incapacidade de ambos para descobrirem uma maneira de trabalharem em conjunto em prol do interesse nacional. O resultado foi a dissolução, no final de Maio de 1975, da coligação de quatro meses entre a UDT e a Fretilin. A partir desse momento, as tensões entre os dois partidos foram subindo, até que a UDT lançou uma intervenção armada coordenada em todo o território. A espiral de violência conduziu a um sangrento conflito interno armado, ao qual a Fretilin respondeu com força.

#### Alvorecer da consciência política

73. O regime colonial português negou aos timorenses o direito a exprimirem a sua voz sobre os seus próprios assuntos. Porém, o gradual alargamento do sistema de ensino verificado após a Segunda Guerra Mundial começou a fomentar a reflexão crítica sobre um regime colonial cujas características definidoras eram o subdesenvolvimento económico, a corrupção, a elevada taxa de desemprego, a discriminação racial e a brutalidade. Os agravos dos timorenses começaram a ser veiculados nos meios com nível mais alto de educação.

74. Vendo negado o direito a fazerem ouvir a sua voz e tendo aprendido, com o levantamento de Viqueque de 1959, o preço provável de um confronto com o regime colonial, no início da década de 1970 as pessoas com consciência política optaram por uma abordagem à política que era ao mesmo tempo experimental e sigilosa. Em 1970, os membros de uma geração de jovens educados criaram um grupo de discussão anticolonial, do qual faziam parte Mari Alkatiri, José Ramos-Horta, Nicolau Lobato, Justino Mota e Francisco Borja da Costa. Um pequeno grupo anticolonial, fundado por volta de 1967, já a funcionar ao tempo da Revolução dos Cravos, encontrava-se organizado em pequenas células que, em grande medida, actuavam sem conhecimento umas das outras. Segundo parece, o grupo teve pouco impacto político.<sup>67</sup>

75. No início da década de 1970, os timorenses começaram também a poder escrever sobre um conjunto restrito de tópicos, com uma liberdade de expressão limitada. A revista *Seara*, publicada pela diocese de Díli, transformou-se numa importante tribuna para os seus pontos de

vista, depois de o padre Martinho da Costa Lopes ter assumido a responsabilidade editorial em Setembro de 1972. Mari Alkatiri, José Ramos-Horta, Nicolau Lobato, Abílio Araújo e Francisco Xavier do Amaral escreveram artigos sobre questões sociais para a *Seara*, da responsabilidade editorial do padre Costa Lopes.

76. O governo não hesitou em reprimir qualquer indício de dissidência. Em 1970, José Ramos-Horta foi exilado para Moçambique por dois anos, depois de a DGS<sup>\*</sup> ter apresentado um relatório sobre uma sugestão sua, feita a um turista americano, de que, se Portugal não conseguia desenvolver Timor, então o melhor seria entregar a colónia à América.<sup>68</sup> Os artigos de Xavier do Amaral e Ramos-Horta—no caso do último, uma carta aberta intitulada “*Maubere Meu Irmão*”—eram considerados especialmente inflamatórios atraindo a atenção do governo. Sob pressão do governo, a revista *Seara* anunciou o seu encerramento, na sua edição de 24 de Março de 1973, sem apresentar qualquer explicação.<sup>†</sup>

77. Em 1973, em Díli, registaram-se confrontos entre jovens e militares portugueses.<sup>69</sup> Havia tensões e, em breve, as frustrações dos jovens assumiriam uma forma mais tangível.

### Composição dos partidos políticos

78. Assim que a Revolução dos Cravos possibilitou a livre expressão política, os timorenses com habilitações literárias aproveitaram rapidamente a oportunidade para se envolverem em actividades políticas. Embora as origens de classe, étnicas e regionais muitas vezes impedissem as generalizações mais simplistas, havia alguns padrões comuns quanto à proveniência dos membros de cada partido. Os líderes timorenses de diferentes partidos tendiam a conhecer-se bem e, por vezes, estavam mesmo unidos por parentesco. Domingos Oliveira, à época secretário-geral da UDT, relatou à Comissão a estreita amizade que o unia ao vice-presidente da Fretilin, Nicolau Lobato, bem como as conversas regulares sobre assuntos políticos por si mantidas com o seu primo José Osório Soares, secretário-geral da Apodeti. Em 1975, Timor-Leste era um mundo muito pequeno de redes e alianças políticas.<sup>70</sup>

79. As origens privilegiadas eram um traço comum aos líderes de todos os partidos. Na fase final do Timor Português colonial ser-se privilegiado podia significar várias coisas. Por exemplo: antepassados *liurai*, antepassados mestiços, família com terras, frequência do ensino secundário em escolas da Igreja ou do Estado. As pessoas que possuíam estas marcas de privilégio costumavam gravitar em torno do funcionalismo público. Estas características uniam muitos dos líderes de todos os partidos. Muitas vezes só eram distinguíveis por uma gradação social mais apurada. Não constitui surpresa que, devido à sua plataforma política federalista, vários líderes da UDT estivessem bem enraizados no regime colonial, ou porque detinham cargos relativamente altos no funcionalismo público, ou por serem membros da *Acção Nacional Popular* (ANP) salazarista, ou através da sua proximidade com a Igreja portuguesa.<sup>71</sup> Embora frequentemente partilhando das mesmas origens, os líderes da Fretilin não tinham a mesma ligação emocional ao regime colonial português. A Apodeti recrutou os seus líderes em áreas unidas à Indonésia por laços que podiam ser geográficos (proximidade da fronteira indonésia) ou políticos (ligados ao seu envolvimento na rebelião de Viqueque, em 1959).

80. Os dirigentes tradicionais de Timor-Leste constituíram uma importante via de obtenção de apoios locais para todos os partidos. O pequeno partido KOTA tentou que a base do seu programa fosse o sistema tradicional. A Apodeti também procurou apoio nestes líderes tradicionais e regionais, com algum êxito. Guilherme Gonçalves, o *liurai* de Atsabe, proporcionou

---

<sup>\*</sup> Em 1968, a PIDE alterara o seu nome para DGS (Direcção Geral de Segurança).

<sup>†</sup> Ramos-Horta escreveu ter sido de novo chamado pelo governador por causa de “*Maubere Meu Irmão*”, mas não se sabe ao certo o entendimento que as autoridades portuguesas da época tinham dos escritos de Xavier do Amaral. No entanto, entre os nacionalistas, o ponto de vista geralmente aceite era de que a *Seara* foi encerrada devido aos artigos de Xavier do Amaral. [Ver Abílio Araújo, *Timor-Leste: Os Loricos Voltaram a Cantar*, 1977, Lisboa, p. 187].

ao partido uma importante base de poder regional, junto à fronteira com a Indonésia. No entanto, os *liurai* não deram uma base sólida e única a qualquer dos partidos. Francisco Xavier do Amaral descreveu à Comissão os diferentes métodos utilizados pela Fretilin e pela UDT para conquistar o apoio popular:

*O partido ASDT aplicou o seguinte método. Nós vimos que o primeiro partido a formar-se foi a UDT e eu observei-lhes as tácticas. A UDT fez campanha centrando-se nos Administradores, descendo até aos administradores subdistritais e aos reis tradicionais [liurais]. Não se dirigiram directamente ao povo. Por isso, eu pensei: nós precisamos do povo, eu não preciso dos liurais, eles estão do lado dos portugueses. Eu preciso do povo. Por isso, eles começaram de cima para baixo e eu comecei de baixo para cima. Comecei pelas bases e fui subindo. Às vezes encontrávamo-nos a meio.*<sup>72</sup>

81. A participação política ao estilo da tradição democrática individualista ocidental manteve-se privilégio dos grupos da elite que desenvolveram os partidos. Após a Revolução dos Cravos, o processo político evoluiu com rapidez e, embora não tendo qualquer formação cívica ou política, muitos timorenses optaram pela pertença ou filiação em partidos baseando-se nas lealdades locais e naquilo que era percebido como sendo correcto, e não tanto em princípios partidários ou políticas.<sup>73</sup> Com frequência, certas e determinadas aldeias ou regiões prestavam lealdade política a um partido. Mário Carrascalão, da UDT, descreveu a forma como as fidelidades políticas das comunidades se fixaram:

*O povo de Maubisse, uma vez que era próximo dos soldados portugueses, toda Maubisse ficou da UDT. Praticamente toda a gente de Maubisse era UDT. Mas se olhássemos para Uatu-Lari, toda a gente era Fretilin e em Uatu-Carbau toda a gente era Apodeti. Foi esta a realidade que emergiu quando nos preparávamos para as eleições [nas aldeias, em 1975].*<sup>74</sup>

Evolução interna e tensões

### **Concorrência entre UDT e Fretilin**

82. Os dois maiores partidos eram, sem dúvida, a UDT e a ASDT. A Apodeti era especialmente importante devido aos laços que a uniam ao Governo indonésio e ao apoio que dele recebia. Embora entre a UDT e a ASDT houvesse divergências, estavam unidas no seu objectivo máximo da independência. Com efeito, durante 1974/75, a UDT e a Fretilin aproximaram-se sobre a questão da independência, tendo ambas acabado por aceitar o plano cronológico proposto pelos portugueses, estabelecido na Lei nº 7/75, de 17 de Julho de 1975.<sup>75</sup> A ASDT começou a referir-se à criação de uma frente ampla, em Julho de 1974, embora rejeitando a ideia de formar uma coligação com a UDT.<sup>76</sup> Em Agosto, apoiantes da UDT e da ASDT organizaram uma série de reuniões para formarem uma coligação mas, mais uma vez, fracassaram na tentativa de definir uma plataforma comum.<sup>77</sup> Os dois partidos enveredaram rapidamente pelos ataques verbais recíprocos em público, optando por uma retórica agressiva que era socialmente divisiva e contribuiu para abrir caminho para a violência que se seguiu.<sup>78</sup>

### **Treino militar da Apodeti em Timor Ocidental**

83. Entretanto, a Apodeti fizera contactos com os militares indonésios para obter armas e formação militar. Um representante da Apodeti, Tomás Gonçalves, filho do *liurai* de Atsabe,

Guilherme Gonçalves, esteve em Timor Ocidental em Agosto de 1974 para receber formação militar. Em Setembro, viajou até Jacarta, onde se reuniu com o comandante-em-chefe das Forças Armadas indonésias, o general Maradean Panggabean, que, nessa época, considerava a Apodeti um veículo adequado ao cumprimento do objectivo da integração. Estas visitas decorreram com a participação e ajuda do consulado indonésio em Díli.<sup>79</sup>

### Preparação dos partidos políticos para o confronto armado

84. A Apodeti foi o primeiro partido, mas não o único, a desenvolver a sua capacidade paramilitar. Esta tendência mostrou-se forte nestes três partidos. Quer a UDT, quer a Fretilin concorreram activamente entre si para conquistar o apoio dos militares timorenses do exército colonial português.<sup>80</sup> Além da questão da sua lealdade a Portugal, o governador Mário Lemos Pires mostrou-se igualmente preocupado com a crescente perspectiva de divisões entre os militares timorenses, decorrentes da sua fidelidade aos partidos políticos. O antigo aspirante Rogério Lobato contou à Comissão:

*Posso afirmar que a UDT se esforçou por obter o apoio dos militares não milicianos, sobretudo os sargentos. Mas a Fretilin também fez campanha aberta...entre as Forças Armadas, para mobilizar os soldados.<sup>81</sup>*

85. Era isto que preocupava a administração colonial. Quando a Fretilin declarou que as forças armadas timorenses faziam parte da coligação UDT-Fretilin, o major Francisco Mota, chefe do Gabinete de Assuntos Políticos do governador, proibiu a participação dos militares na política, cumprindo o princípio de apartidarismo dos militares portugueses.<sup>82</sup> No entanto, as próprias Forças Armadas deram um exemplo recentíssimo, em Abril de 1974, de participação na vida política. Muitos militares timorenses pertencentes ao exército colonial português e à polícia sentiam-se desorientados com a falta de disciplina e de atenção ao dever revelados pelo exército colonial desde a Revolução dos Cravos.<sup>83</sup> Apesar das alterações ocorridas antes do 11 de Agosto, os soldados timorenses mantiveram-se geralmente leais ao princípio do apartidarismo até à eclosão da guerra civil. Mesmo então, alguns recusaram-se a tomar partido.

### Estudantes vindos de Portugal

86. Nessa época, um factor suplementar de tensão – e, desde então, objecto de conjectura histórica – foi o papel desempenhado por sete estudantes timorenses regressados de Portugal em Setembro de 1974, poucos dias antes de a ASDT mudar de nome para Fretilin. Traziam consigo a experiência do radicalismo político colhida nos grupos estudantis de Lisboa<sup>†</sup> e uma forte posição anticolonial.<sup>84</sup> Embora alguns políticos timorenses da época se mostrem convictos de que estes estudantes foram responsáveis pelo facto de o partido ASDT ter enveredado por uma posição mais revolucionária,<sup>85</sup> a Comissão ouviu Mari Alkatiri, membro do Comité Central da Fretilin, contar-lhe que estes estudantes regressados a Timor, ao contrário dos membros do Comité Central, consideravam o colonialismo português uma ameaça muito maior do que o neocolonialismo indonésio.<sup>86</sup> Os estudantes aderiram à Fretilin, o que acalmou algumas das suas ideias mais radicais;<sup>87</sup> por sua vez, o partido foi influenciado pelo seu entusiasmo e ideias novas. Estes estudantes tornar-se-iam membros destacados da Fretilin. Embora o seu papel na criação da Fretilin e na radicalização das suas políticas ainda seja objecto de controvérsia, os membros da UDT recordam a influência do seu discurso inflamatório, através de *graffitis* (“Morte aos Fascistas!”)<sup>88</sup> e de insultos contra o alegado conservadorismo da UDT.<sup>89</sup> Este

---

<sup>†</sup> Desses estudantes, os cinco principais eram Abílio Araújo, Guilhermina Araújo, António Carvarino, Vicente Manuel Reis e Venâncio Gomes da Silva. Ver Relatório da CAEPDT, p. 54.

<sup>†</sup> Entre outros, o MLTD, ou *Movimento de Libertação Timor Díli* e a *Frente Única de Libertação de Timor Díli*.

comportamento fez com que, muitas vezes, os estudantes fossem os únicos a arcar com as culpas pelas políticas mais radicais da Fretilin.

### **Transformação da ASDT em Fretilin**

87. Em 11 de Setembro de 1974, a ASDT mudou de nome, transformando-se em Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente, Fretilin. A partir de então, o partido optou por posições mais radicais. No seu manifesto, o *Manual e Programa Político*, a Fretilin era referida com uma “frente destinada a unir os grupos nacionalistas e anticoloniais em torno de uma visão – a libertação de Timor do colonialismo”.<sup>90</sup> Sublinhava igualmente que a Fretilin era o “único representante legítimo” do povo timorense. Não havia qualquer legitimidade eleitoral nesta reivindicação, baseada pela Fretilin na sua fidelidade para com a maioria camponesa de Timor. Porém, com base em valores por si definidos como comuns a “todos os timorenses”, a Fretilin exigia a independência *de jure* de Timor-Leste relativamente a Portugal. Por um lado, a Fretilin pretendia materializar a independência relativamente a Portugal, potência colonial. Por outro lado, alguns dos seus líderes ponderavam aquela que consideravam ser a maior ameaça, de uma potência neocolonial na Indonésia, esforçando-se por criar uma ampla frente nacional para enfrentar este desafio.<sup>91</sup>

88. O autoproclamado papel da Fretilin como único representante legítimo do povo de Timor-Leste alarmou os líderes dos outros partidos, que viram nisto a promoção da intolerância política.

*Eles não aceitavam os outros partidos. Porquê?...Porque queriam ser o único representante legítimo do povo timorense. Eles não reconheciam as pessoas dos outros partidos.*<sup>92</sup>

### **Significado da palavra “Maubere”**

89. Embora aspirasse a ser o único representante da nação de Timor-Leste, a Fretilin não conseguiu cumprir este objectivo. Mas conseguiu que se desenvolvesse um nacionalismo timorense, através da utilização de algumas ideias: por exemplo, transformar o nome *Maubere* em símbolo do homem comum timorense e usar a palavra de ordem em tétum *Ukun Rasik An*, para significar independência ou governo próprio. Quando foi utilizado pela primeira vez em 1974/75, os timorenses pertencentes à UDT consideraram o termo *Maubere* racialmente divisivo, separando os timorenses “de puro-sangue” dos “mestiços”. A Comissão ouviu depoimentos de antigos e mais velhos membros do partido UDT, que se referiram ao termo *Maubere* como fonte de grave divisão na sociedade.<sup>93</sup> José Ramos-Horta explicou a génese do termo como *slogan* político, durante a Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Interno de 1974/76 realizada pela Comissão:

*Publiquei um artigo num jornal de Timor [Seara], não em 1975, nem em 1974, mas em 1973...Quando fundámos a ASDT, durante uma reunião da ASDT/Fretilin eu expliquei que todos os partidos políticos precisavam de uma imagem. Se quiséssemos convencer o eleitorado, não poderíamos fazê-lo através de filosofias complicadas...Por isso, eu disse que seria bom se conseguíssemos identificar a Fretilin com Maubere, como se fosse uma palavra de ordem, um símbolo da identidade da Fretilin. Como é evidente, 90 por cento dos timorenses andam de pé descalço, não têm documentos, mas todos se chamam a si próprios Maubere...É importante [compreender] que não havia outra filosofia subjacente a este termo; tratava-se de uma identidade partidária<sup>94</sup>*

90. Nos anos seguintes, durante a ocupação indonésia, estes símbolos foram-se tornando mais importantes até se transformarem numa poderosa afirmação das aspirações de Timor à independência, embora continuassem a dividir a Fretilin e a UDT.

#### A Fretilin e o espectro do comunismo

91. Tem sido longo o debate sobre em que medida a Fretilin foi influenciada pelo comunismo em 1974/75 e se esta foi a verdadeira razão da acção armada da UDT e da intervenção da Indonésia. A Comissão ouviu muitos depoimentos sobre este tema aquando da Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Interno de 1974/76. Parece evidente que alguns membros da Fretilin eram comunistas, mas seria incorrecto concluir-se, apenas com base nisto, que o partido era comunista em 1974/75. Mais correcto seria afirmar-se que o núcleo principal dos líderes da Fretilin eram de centro-esquerda, embora o partido abrangesse um leque de opiniões que se estendiam da extrema-esquerda a elementos mais conservadores.

92. Este foi o ponto de vista expresso por João Carrascalão, líder da UDT e um dos fundadores do movimento anticomunista após 11 de Agosto:

*Na Fretilin, alguns líderes eram comunistas, mas a Fretilin não era um partido comunista. Na UDT, alguns líderes eram socialistas, mas a UDT não era um partido socialista. Era um partido social-democrata...<sup>95</sup>*

93. José Ramos-Horta, a única figura política presente à fundação da UDT e da ASDT, também comentou as acusações feitas contra a Fretilin de esta ser um partido comunista:

*Quando se diz que a Fretilin era comunista em 1974/75, isso não é verdade. Tratava-se de uma frente política. Alarico Fernandes era comunista. [Sebastião] Montalvão era comunista, havendo mais alguns de cujos nomes me esqueci. Nicolau Lobato não era comunista. Podia-se dizer que Nicolau Lobato era um marxista cristão laico, como a teologia dos padres na América Latina. Os padres no Brasil, os bispos no Brasil, na Nicarágua, em El Salvador, são marxistas e católicos sem contradição...Posso afirmar que Nicolau Lobato era uma pessoa que acreditava no marxismo, mas era 100% católico. Quanto a Xavier Amaral, há quem tente classificá-lo como comunista, ou social-democrata, mas eu não acho. Ele é um pouco conservador.<sup>96</sup>*

94. Durante o período anterior ao conflito interno armado, o programa e a retórica da Fretilin incluíam elementos com matizes comunistas. A sua linguagem, a começar pelo próprio nome do partido, era socialista revolucionária. A ideologia *Maubere* da Fretilin tinha como meta a revolução social popular, trabalhar para a construção de uma identidade nacional de base. As suas políticas eram decididamente de esquerda, centrando-se numa reforma radical da educação, da saúde e da produção agrícola. No seu manifesto, declarava-se “único representante legítimo” do povo de Timor-Leste. Esta retórica fazia lembrar as de muitos outros movimentos marxistas do socialismo revolucionário, em especial as dos movimentos de libertação das colónias portuguesas de África.<sup>97</sup>

95. Os membros do MFA português não eram indiferentes ao debate político do dia, com o partido UDT a considerar que alguns desses membros andavam a divulgar as ideias comunistas em Timor. Mário Carrascalão testemunhou à Comissão que elementos da administração portuguesa, quer da direita quer da esquerda, haviam durante algum tempo tentado veicular os seus pontos de vista em Timor-Leste:

*Quando o MFA chegou a Timor, havia esquerdistas que queriam criar condições em Timor para que Timor se tornasse, não sei como dizê-lo, ou comunista, ou marxista, ou marxista-leninista ou maoísta...[Entretanto] a polícia secreta portuguesa [DGS] contou à UDT que a Fretilin tinha organizado treino militar em dois lugares. E quem eram os formadores? [Eles disseram] que estes formadores vinham do Vietname [comunista].<sup>98</sup>*

96. Alguns líderes da UDT mostravam-se particularmente susceptíveis às sugestões de que a Fretilin era comunista. A Comissão ouviu testemunhos de que o presidente da UDT, Francisco Lopes da Cruz, e o seu vice-presidente, César da Costa Mouzinho, tornaram-se cada vez mais extremistas no seu anticomunismo em 1975, após visitas à Austrália e a Jacarta.<sup>99</sup>

97. Muitas vezes era difícil determinar se a propaganda anticomunista da Indonésia era a expressão sincera, embora induzida em erro, do anticomunismo fervoroso do regime, ou uma tentativa para manipular a situação de maneira a justificar a sua intervenção. Quando a coligação se dissolveu nos finais de Maio, as emissões de rádio de Kupang começaram a rotular a UDT e a Fretilin como comunistas, afirmando que o líder da UDT João Carrascalão era um comunista pró-soviético e a Fretilin pró-chinesa. No entanto, durante o mesmo período, os funcionários indonésios andavam a encontrar-se com os líderes da UDT e a dizer-lhes que a Fretilin representava a ameaça comunista.<sup>100</sup> Para alguns líderes políticos timorenses, isto era indicativo de que a questão do comunismo era utilizada pela Indonésia como desculpa para exercer pressão sobre a UDT e, mais tarde, para intervir directamente no Timor Português.<sup>101</sup> No contexto da Guerra Fria, como José Ramos-Horta explicou à Comissão, o comunismo era um argumento fácil de invocar sem ser necessário fundamentá-lo.<sup>102</sup>

### **Ausência de tolerância política**

98. Embora a nível nacional existissem múltiplos partidos, em muitos casos os padrões políticos que emergiam a nível local não eram pluralistas. Os militantes partidários defendiam de forma agressiva o seu território político. Tomás Gonçalves, da Apodeti, relatou à Comissão as suas experiências ao tentar fazer campanha nas comunidades distritais:

*A UDT já estava em Ermera e as pessoas iam bater-me...por isso fui até Letefoho, mas também estava cheio de gente da UDT. O meu primo era responsável pelo subdistrito, e disse-me: “É melhor ires-te embora, não há necessidade de falares aqui, nem de fazeres campanha.”<sup>103</sup>*

99. A Comissão ouviu muitos depoimentos e testemunhos sobre intolerância política a nível comunitário, em 1974/75. Essa intolerância manifestou-se de várias maneiras, degenerando frequentemente em violência. Foi referida a prática corrente de os partidos políticos emitirem cartões de identidade para os seus membros, ou simplesmente forçarem as pessoas a andar com esses cartões – mesmo que não tivessem escolhido ser membros do partido. Os militantes dos partidos, de maneira aleatória, exigiam às pessoas que mostrassem os cartões e se elas lhes apresentassem o cartão do partido “errado”, podia seguir-se uma detenção ou um espancamento.<sup>104</sup> A Comissão ouviu igualmente falar em professores a exercerem pressões sobre os alunos para prestarem fidelidade a determinado partido, ameaçando-os de expulsão da escola.<sup>105</sup>

100. Xanana Gusmão contou à Comissão como esta intolerância resultava em violência:

*Cada partido apresentava os seus pontos de vista como sendo o interesse nacional, mas não levavam em conta que todos éramos timorenses, nem explicavam o que procurava a nação como um todo. Por este motivo, reparámos que, da parte dos líderes partidários, não havia vontade de reduzir o nível de violência, nem de resolver os problemas entretanto surgidos. Por vezes, reparámos que os partidos ficavam satisfeitos quando os seus apoiantes lhes vinham dizer: “Demos uma sova a fulano” ou “Matámos cicrano”. Era considerada uma pequena vitória...Se um partido tinha a maioria das pessoas do seu lado num subdistrito, não deixava que os outros partidos políticos fizessem campanha nessa área. Por isso, quando os outros partidos se dirigiam a esses lugares, as pessoas atacavam-nos, bloqueavam-lhes a estrada, boicotavam-nos, atiravam pedras uns aos outros e espancavam-se mutuamente.”<sup>106</sup>*

“Missão impossível” do governador Lemos Pires

101. Em Novembro de 1974, iniciou-se uma nova fase na descolonização de Timor, com a nomeação do coronel Mário Lemos Pires como governador – o último do Timor Português. Lemos Pires escreveu que, antes de aceitar o cargo, perguntou ao Presidente da República Portuguesa, general Francisco da Costa Gomes, se o governo tencionava entregar o Timor Português à Indonésia. Disse então ao Presidente que se a política fosse essa, em vez de se permitir que os timorenses determinassem o seu próprio futuro, então ele não aceitaria o posto de governador.<sup>107</sup> Segundo se afirma, o Presidente teria respondido que essa política não existia, embora a Indonésia fizesse parte da realidade em que estavam a actuar.<sup>108</sup> Numa entrevista à Comissão, Lemos Pires recordou as suas preocupações, ao partir de Portugal para assumir as suas funções como governador:

*Parti para Timor-Leste convencido de que o apoio que acabaria por receber do Governo português seria muito limitado e, pior do que isso, que a atenção da política portuguesa ao processo de Timor seria mínima. Tinha razão.*<sup>109</sup>

102. Sem ter recebido instruções claras dos seus superiores em Lisboa, à chegada a Timor o governador Lemos Pires esperava pôr em execução um programa destinado a resolver aquilo que entendia serem os problemas mais urgentes da colónia. Definira-os assim: estado de desmoralização dos militares; necessidade de uma política de descolonização; necessidade de pôr rapidamente a funcionar a administração civil, paralisada; e necessidade de preparar os timorenses para administrarem o seu próprio país. Conseguiu resolver alguns destes problemas com rapidez, nomeadamente a reforma educativa. Já os mais urgentes, como a reforma militar e a identificação de uma fórmula para a descolonização, revelaram-se mais difíceis. Parte dos seus problemas deviam-se ao pouco apoio que recebia de Lisboa. Os seus pedidos de instruções claras foram ignorados. Os seus próprios pontos de vista sobre a descolonização não eram partilhados por figuras-chave como o Ministro da Coordenação Interterritorial, António de Almeida Santos. Antes da sua chegada a Timor, as comunicações com Lisboa haviam-se complicado, porque o representante do MFA na colónia, major Arnão Metello, e o governador disputavam entre si as atenções do governo. Lemos Pires tentou criar linhas mais bem definidas de comunicação, mas a equipa por si reunida no Gabinete do Governador espelhava as divisões políticas existentes em Lisboa. Pouco conseguiu fazer para levantar a baixa moral dos militares portugueses, a maioria dos quais queriam regressar a Portugal o mais depressa possível.<sup>110</sup>

103. A nível local, as condições também não eram favoráveis. Os esforços inicialmente feitos pelo governador no sentido de criar mecanismos que lhe permitissem consultar as partes a respeito da descolonização eram continuamente frustrados. Quando um desses mecanismos, a Comissão de Descolonização de Timor (CDT), começou a funcionar, nos finais de Abril de 1975, as divergências entre os partidos já se haviam cavado de tal maneira que era provavelmente demasiado tarde. Esta e outras iniciativas—entre as quais a prevista concretização prática de reformas educativas concebidas para melhor servir a população indígena—foram suspensas pela guerra civil de Agosto de 1975.<sup>111</sup> Desde o princípio que a UDT e a Fretilin se recusaram a sentar-se à mesa com a Apodeti; a Apodeti recusava-se a aceitar a independência como alternativa e insistia num curto período transitório de descolonização; além disso, o fim da coligação Fretilin/UDT, nos finais de Maio, veio destruir a plataforma de entendimento alcançada pelos dois partidos sobre o tema. É esclarecedor verificar que o governador Lemos Pires se encontrava em Lospalos para anunciar os resultados das eleições locais, uma das suas reformas, no dia 10 de Agosto de 1975 – véspera do lançamento do movimento armado da UDT.

104. Entre os soldados timorenses que constituíam o grosso do exército, havia a percepção crescente de que Portugal se preparava para virar as costas a Timor.<sup>112</sup> Muitos dos elementos timorenses das Forças Armadas foram atraídos para o envolvimento político, no que eles consideravam um momento crítico da história do seu país. Mário Lemos Pires recordou à Comissão:

*Todos queriam escolher a sua simpatia política. Mas o pior era que os partidos políticos, em especial a UDT e a Fretilin, cada qual tentava pelo seu lado convencê-los a ajudá-los e apoiá-los. Assim sendo, apercebi-me de que o Exército não podia cumprir a sua missão.*<sup>113</sup>

105. Lisboa indeferiu o pedido de tropas suplementares feito por Lemos Pires, enviando apenas duas companhias de pára-quedistas de elite. Por consequência, o controlo português viu-se reduzido, num momento de tensões crescentes no interior da colónia e no momento em que a pressão externa da Indonésia começava. Lemos Pires teve consciência de que a sua

política de timorização facilmente poderia degenerar num conflito que não seria capaz de controlar. Mário Carrascalão relatou à Comissão um aviso feito por Lemos Pires:

*Os senhores precisam de ser muito cuidadosos com a vossa política. Os pára-quedistas que aqui temos, em Timor, não estão cá para vos proteger... Vieram para proteger os estrangeiros que aqui estão em Timor, os portugueses.*<sup>114</sup>

### Coligação entre UDT e Fretilin

106. No dia 21 de Janeiro de 1975, com o incentivo e apoio do governador, e após muitas tentativas, a Fretilin e a UDT formaram uma coligação. Os dois partidos uniram-se com base no seu empenhamento comum relativamente à independência total, na rejeição da Apodeti e da integração na Indonésia e na constituição de um governo de transição em que os dois partidos participariam. Embora a Fretilin e a UDT tivessem muita coisa em comum, a relação era desagradável e a UDT, em particular, sentia-se crescentemente ameaçada pelo apoio popular em massa dado à Fretilin e pela reivindicação constante desta como único representante do povo de Timor-Leste.<sup>115</sup> Os dois partidos prosseguiram os ataques verbais recíprocos, tendo-se esta discórdia repercutido nos distritos. A coligação não dispunha de mecanismos políticos para lidar com estas divergências e apaziguar os partidos.<sup>116</sup>

107. Por um lado, alguns elementos da Fretilin continuavam a referir-se à UDT como grupo reaccionário ultraconservador; por outro, alguns membros da UDT mostravam-se cada vez mais preocupados com a pressentida influência dos radicais dentro da Fretilin. A partir dos finais de 1974, os indonésios reforçaram a sua propaganda anticomunista. Nas emissões diárias de rádio a partir de Kupang era incluído um comentário sobre os acontecimentos do dia, sugerindo que dispunham de uma rede muito eficaz de recolha de informações no interior do Timor Português.<sup>117</sup> O último governador, Mário Lemos Pires, contou à Comissão que o Governo indonésio se sentiu alarmado com as provas evidentes de que a unidade dos timorenses se materializara numa coligação e tomou medidas para miná-la.<sup>118</sup>

108. Os representantes dos militares indonésios envolvidos na *Operasi Komodo* fizeram visitas ao Timor Português nesses meses. No início de Abril de 1975, uma delegação composta pelo coronel Sugianto, o coronel Soeharto e outros reuniu-se com o governador Lemos Pires e com os líderes dos três principais partidos políticos. Em Abril de 1975, o general Ali Murtopo convidou representantes da Fretilin e da UDT para visitas simultâneas, mas separadas, a Jacarta.<sup>119</sup> José Ramos-Horta – que, com Alarico Fernandes, representou a Fretilin nas reuniões de Abril em Jacarta – contou o seguinte:

*Esta visita...foi interpretada de forma diferente por nós e pelos indonésios. Para nós, foi uma oportunidade para desanuviar o ambiente, para eles uma oportunidade para nos dividirem ainda mais.*<sup>120</sup>

109. Pouco depois de os seus representantes regressarem de Jacarta, a UDT convocou uma reunião do Comité Central e realizou uma votação favorável à saída da coligação. Segundo testemunhos ouvidos pela Comissão, a UDT tomou esta decisão após uma reunião longa e difícil, indicativa de que o partido se encontrava profundamente dividido em relação ao assunto. Domingos Oliveira afirmou à Comissão:<sup>121</sup>

*Uma maioria absoluta decidiu retirar-se da coligação, pôr fim à coligação. Disseram: “Esta coligação foi feita para nos ajudar, para ajudar a trazer sossego com paz, para nos unir no caminho para a independência, mas só nos atacávamos cada vez mais. Por isso, era melhor romper a coligação. Mas foi um erro...porque quando terminámos a coligação a situação nunca mais parou de piorar.”<sup>122</sup>*

110. Foi dito à Comissão que, uma vez rompida a coligação, as tensões e as ameaças de violência aumentaram.<sup>123</sup>

111. Um resultado imediato da ruptura da coligação foi ter aberto caminho à Indonésia para jogar com os medos da UDT relativamente à suposta ameaça comunista. A longo prazo, o resultado foi um afastamento de muitos anos entre os dois principais partidos políticos timorenses.

### 3.6 Crescente envolvimento da Indonésia no Timor Português: desestabilização e diplomacia

#### Síntese

112. Ao mesmo tempo que a administração portuguesa em Timor-Leste começava a pôr em prática um programa de descolonização e os partidos políticos timorenses disputavam entre si apoios, a Indonésia mantinha-se activa em duas frentes, almejando um resultado que satisfizesse os seus interesses pelo território.

113. Pouco depois da Revolução dos Cravos ter acontecido em Portugal, a Indonésia intensificou as suas operações de recolha de informação dentro do Timor Português. Tentou igualmente influenciar os políticos de Timor-Leste a apoiarem a opção da integração. A partir do início de 1975, começou a planear uma solução militar. É possível rastrear as origens do matiz crescentemente militarista assumido pela política indonésia relativamente ao Timor Português na crescente convicção, por parte dos indonésios, de que não seriam capazes de cumprir o seu objectivo de integração sem violência. Depois de, a princípio, ter procurado que Portugal lhe garantisse que Timor não constituiria ameaça à sua segurança, a Indonésia rapidamente concluiu que as suas necessidades de segurança só seriam satisfeitas se Timor não se transformasse num Estado independente. Subjacente a esta alteração da política indonésia encontrava-se uma percepção dos interesses de segurança do país que era pesadamente condicionada pelo anticomunismo da Guerra Fria desse tempo. A Indonésia conseguiu descobrir um público receptivo aos seus pontos de vista sobre Timor entre os seus aliados ocidentais e asiáticos e, em certa medida, em Portugal.

#### *Operasi Komodo* e intensificação das operações militares secretas

114. No início de 1975, a interferência da Indonésia no Timor Português atingira um tal nível que já não era possível falar-se em operações secretas. O agente da *Bakin* Luís Taolin visitava Díli com regularidade, proveniente da sua base em Timor Ocidental. Era do conhecimento geral que as Forças Especiais indonésias davam formação, em Timor Ocidental, aos simpatizantes da Apodeti. A campanha de desinformação da *Operasi Komodo* começou a ser reforçada, por meio de ruidosas emissões de rádio dirigidas ao Timor Português a partir de Kupang e de reportagens manipuladas nos meios de comunicação social indonésios e estrangeiros. As emissões de rádio anunciavam que Portugal estava prestes a retirar-se da colónia, fazendo alastrar notícias sem fundamento sobre a infiltração de vietnamitas e chineses no território, e defendiam que a integração era a única alternativa. Alimentavam a desconfiança entre os partidos, causando apreensão entre os timorenses não simpatizantes de qualquer partido político.<sup>124</sup>

115. Depois de a UDT e a Fretilin formarem a sua coligação nos finais de Janeiro de 1975, os indonésios aumentaram a sua actividade militar. Em Fevereiro, realizou-se na ilha da Samatra um enorme exercício militar inter-armas, na verdade um ensaio para uma invasão em larga escala,<sup>125</sup> além de pequenos reforços de tropas ao longo da fronteira com o Timor Português.<sup>126</sup>

116. Entre Dezembro de 1974 e Fevereiro de 1975, uma equipa de oito homens das Forças Especiais (*Kopassandha*), chefiada pelo coronel Dading Kalbuadi, chegou a Atambua. A equipa vinha preparar o terreno para aquilo que se tornaria na *Operasi Flamboyan*. Operação táctica de informações secretas, a *Operasi Flamboyan* fora delineada pelo major-general Benny Murdani, sob ordens do Ministério da Defesa e Segurança. A equipa constatou que a modesta rede transfronteiriça de agentes, *Komodo*, já estava estabelecida<sup>127</sup> e chamou a si o treino militar dos

---

<sup>124</sup> De acordo com *Korps Marinir TNI AL, 1970-2000*, p. 285, a *Operasi Flamboyan* realizou-se entre 5 de Outubro de 5 de Dezembro de 1975.

216 recrutas timorenses conhecidos como Partidários, dirigidos em Atambua por Tomás Gonçalves, da Apodeti. Segundo depoimentos ouvidos pela Comissão, o treino dos Partidários da Apodeti acelerou-se com a chegada da equipa do *Kopassandha*, dirigida pelo coronel Kalbuadi. De acordo com Tomás Gonçalves, os indonésios também estavam interessados em recolherem informações militares e de outra natureza acerca do Timor Português.<sup>128</sup>

*Ali, eles [os indonésios] não comunicavam connosco. Chamavam-nos "Partidários" e os Partidários não comunicavam com eles...Quando me chamavam, perguntavam-me: "Mais ou menos quantas armas é que eles têm em Timor? Quantas companhias existem? Daquele lado, quantas pessoas é que sabem usar armas? Sabem como fazer luta de guerrilha?"*<sup>129</sup>

117. Em Janeiro de 1975, a administração portuguesa enviou uma delegação a Atambua para tentar convencer os Partidários da Apodeti a regressarem ao Timor Português, mas sem sucesso.<sup>130</sup> Entretanto, o capitão Yunus Yosfiah começava a recrutar e a treinar mais tropas do *Kopassandha* na região ocidental de Java. Nos finais de Abril, uma equipa de 80 homens do *Kopassandha* chegou a Atambua.<sup>131</sup>

### Diplomacia indonésia

118. A decisão indonésia de reforçar a sua actividade militar, por meio de treino, exercícios e recolha de informações secretas foi tomada tendo por pano de fundo uma série de contactos com países aos quais seria dada uma posição no futuro do Timor Português, sobretudo Portugal e a Austrália, mas também os EUA.

### Reuniões de Lisboa entre Portugal e a Indonésia, 14 e 15 de Outubro de 1974

119. Antes da demissão do Presidente Spínola, em Setembro de 1974, a Indonésia solicitara uma reunião ao Governo português para discutir Timor. Em meados de Outubro de 1974, o Presidente Soeharto enviou a Lisboa uma delegação indonésia chefiada pelo seu confidente, o general Ali Murtopo, a fim de discutir o Timor Português. Encontraram-se com o Presidente Costa Gomes, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, o ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares e um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o secretário de Estado Jorge Campinos.

120. O nascimento da Fretilin e a demissão do conservador Spínola, ambas ocorridas em Setembro de 1974, alarmaram os indonésios e convenceram-nos de que era preciso sondar as opiniões do novo Governo português relativamente ao futuro do território. De acordo com os relatórios da delegação indonésia, existia consenso entre os líderes portugueses de que a integração na Indonésia seria a melhor solução. De acordo com as versões publicadas destes relatórios, o Presidente Costa Gomes disse à delegação que as únicas alternativas realistas seriam um relacionamento continuado com Portugal ou a integração na Indonésia. Segundo aí se afirma, ele teria dado a entender que Portugal não era favorável à manutenção dos seus laços com a colónia. Mais uma vez de acordo com o lado indonésio, o secretário de Estado e o primeiro-ministro mostraram-se menos cautelosos no seu apoio à integração, embora também referissem a necessidade de aceitar os desejos do povo de Timor-Leste.<sup>132</sup>

121. A delegação indonésia informou o Presidente Soeharto que os líderes portugueses consideravam a integração na Indonésia a melhor das alternativas disponíveis. Lemos Pires escreveu no seu livro:

É possível que a delegação indonésia acabasse por encontrar-se numa posição melhor do que poderia ter esperado – Portugal não se opunha à integração na Indonésia e também não contemplava a independência como alternativa. Porém, o general Ali Murtopo esqueceu-se de que, embora não existisse ainda uma política definida para esse efeito, o Governo português apoiava, ainda assim, o princípio da autodeterminação para o povo timorense. Ele [Murtopo] precipitou-se a tirar conclusões, talvez por se sentir fascinado, ou porque o tom da conversa então havida lhe tivesse permitido retirar a conclusão de que a ideia da integração na Indonésia agradava a Portugal e que Portugal facilitaria as medidas tomadas pela Indonésia nessa direcção.<sup>133</sup>

122. Esta análise da reunião talvez seja demasiado favorável ao Governo português. O relatório da comissão militar de inquérito sobre a descolonização de Timor criada por Portugal teve uma opinião menos generosa, concluindo que “a reunião de Lisboa não passou no teste feito pela Indonésia para apurar a determinação de Portugal na sua oposição à integração de Timor na Indonésia, podendo daí deduzir-se que alguma coisa na atitude portuguesa poderá ter encorajado as intenções dos indonésios”.<sup>134</sup>

123. Esta conclusão é parcialmente confirmada pelas acções tomadas pelo Governo português após a reunião. O secretário de Estado da administração enviou um telegrama ao ministro da Coordenação Interterritorial, António de Almeida Santos, que então visitava Timor. Nesse telegrama, pedia-se ao ministro que, atendendo aos resultados das conversações havidas com o general Murtopo, nos discursos públicos feitos durante a sua visita não desse importância igual à alternativa da independência. O ministro atendeu escrupulosamente ao pedido. Num discurso proferido durante uma recepção no Palácio das Repartições (hoje, Palácio do Governo), Almeida Santos, embora sublinhando que os timorenses deveriam ter liberdade para escolher o seu destino, referiu-se de forma muito mais entusiástica às possibilidades de uma associação continuada com Portugal ou de uma integração na Indonésia do que à possibilidade da independência, sugerindo que esta não seria realista, dado que Timor estava muito longe da “independência económica”.<sup>135</sup>

### **Reunião de Londres entre Portugal e a Indonésia, 9 de Março de 1975**

124. Perturbado com o aumento das actividades secretas da Indonésia, Portugal solicitou a esta uma segunda reunião.<sup>136</sup> A reunião realizou-se em Londres, no dia 9 de Março de 1975, sendo a delegação indonésia de novo chefiada pelo general Ali Murtopo.\* Os indonésios assumiram uma posição firme, rejeitando o plano português de um governo de transição e qualquer iniciativa de internacionalização do problema, protestando que a integração era a única solução e propondo para si um papel de assessoria no governo da colónia. Portugal reiterou o princípio de que o povo de Timor-Leste deveria ser consultado sobre o estatuto futuro da colónia. Porém, na sua posição, Portugal voltou a aparentar ceder terreno à Indonésia – por exemplo, quando afirmou que esta tinha o direito de dar apoio activo à Apodeti. Deste modo, Portugal ofereceu à Indonésia um estatuto privilegiado, superior ao de “observador interessado”.

125. Como acontecera na reunião de Lisboa, cinco meses antes, a Indonésia interpretou as cedências como indicação de que Portugal partilhava o seu ponto de vista – ou seja, a

---

\* A delegação portuguesa era composta pelo ministro da Coordenação Interterritorial, António de Almeida Santos, o ministro sem pasta Vítor Alves, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Jorge Campinos e o chefe do Gabinete dos Assuntos Políticos do Governo de Timor, major Francisco Mota. A delegação indonésia era formada por Ali Murtopo, pelos embaixadores da Indonésia no Reino Unido e em França e pelo capitão Suharto, da agência dos serviços de informação, *Bakin*.

integração na Indonésia era a mais desejável das soluções. Um mês mais tarde, em Townsville, o Presidente Soeharto transmitiu a sua interpretação do que transpirara da reunião de Londres ao primeiro-ministro australiano Gough Whitlam. Deu-lhe uma descrição da posição portuguesa muito diferente da que consta nos registos oficiais portugueses. Resumidamente, a versão da reunião fornecida por Soeharto a Whitlam foi a seguinte:

Na reunião de Londres, os portugueses disseram acreditar que a integração na Indonésia era a melhor solução, desde que, evidentemente, esse fosse o desejo do povo do território. Os portugueses também concordaram que não deveria haver “interferência internacional” na política portuguesa relativamente à descolonização de Timor. Caberia à Indonésia realizar a integração do território. Para este efeito, a Indonésia tinha a aprovação do Governo português para auxiliar e desenvolver...a Apodeti e para fazer contactos e influenciar a linha política dos partidos UDT e Fretilin.<sup>137</sup>

#### **Reuniões entre Soeharto e Whitlam em Wonosobo, 6 de Setembro de 1974, e Townsville, 4 de Abril de 1975**

126. Soeharto e o primeiro-ministro australiano Gough Whitlam reuniram-se duas vezes em 1974/75, a primeira em Wonosobo, perto de Yogyakarta, na Indonésia, em 6 de Setembro de 1974, e a segunda em Townsville, em Queensland, na Austrália, a 4 de Abril de 1975. O Timor Português foi discutido em ambas as reuniões e, de acordo com o constante nas actas australianas, hoje incorporadas nos arquivos públicos, crê-se que Whitlam deu a Soeharto luz verde para se apoderar do território (ver Subcapítulo 7.1: Direito à Autodeterminação). Nessas duas reuniões, Whitlam disse a Soeharto que o seu governo acreditava que Timor Português devia tornar-se parte da Indonésia, por razões quase idênticas às defendidas por Soeharto: Timor seria inviável como Estado independente e, por isso, tornar-se-ia “foco de atenções” por parte de países mais poderosos.<sup>138</sup> Na reunião de Wonosobo, Soeharto sugeriu explicitamente que a Indonésia e a Austrália tinham interesses estratégicos idênticos no Timor Português: um Timor-Leste independente seria presa para a China ou a União Soviética, transformando-se assim num “espinho cravado no olho da Austrália e num espinho cravado nas costas da Indonésia”.<sup>139</sup>

127. Ao mesmo tempo, concordaram que a integração deveria seguir um processo que reconhecesse o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação, acrescentando Whitlam uma condicionante, por si expressa em Townsville, de que o processo deveria desenrolar-se “de uma maneira que não perturbasse o povo australiano”.<sup>140</sup> Nenhuma das partes esclareceu qual dos objectivos prevaleceria, se viesse a provar-se impossível compatibilizar o desejo dos timorenses pela autodeterminação com o desejo indonésio pela integração. Em Townsville, em Abril de 1975, embora ainda repudiando o uso da força, Soeharto pareceu próximo de tomar a sua decisão definitiva sobre o assunto, ao insinuar que um acto de autodeterminação poderia não reflectir necessariamente os verdadeiros desejos do povo timorense. Whitlam mostrou-se compreensivo, manifestando a opinião de que o homem comum timorense “não tinha um sentido da política” e precisaria de tempo “para reconhecer a sua afinidade étnica com os vizinhos indonésios”.<sup>141</sup>

128. Apesar de todas as suas reservas, há provas de que os pontos de vista expressos por Whitlam na reunião de Wonosobo foram aparentemente muito influenciados pela decisão tomada pelos indonésios de que não havia alternativa à integração. Em 14 de Outubro de 1974, o embaixador australiano em Portugal relatou a Canberra a conversa havida com Ali Murtopo durante a visita deste a Lisboa: “Ali [Murtopo] disse que, até à visita do Sr. Whitlam a Jacarta (sic), eles ainda estavam indecisos sobre Timor. Porém, o apoio do primeiro-ministro à ideia de

integração na Indonésia ajudou-os a cristalizar a sua reflexão e agora estão firmemente convencidos da sensatez deste rumo'.<sup>142</sup>

129. Há também provas de que, ao resolver o dilema entre integração e autodeterminação, Whitlam se mostrou inclinado a favorecer a primeira. Whitlam exprimiu o seu ponto de vista nesta matéria de maneira franca num telegrama secreto por si enviado ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros em 24 de Setembro de 1974, duas semanas após a reunião de Wonosobo: "Sou favorável à integração, mas salvaguardando a deferência para com a autodeterminação."<sup>143</sup> O embaixador de Whitlam em Jacarta, Richard Woolcott, também acreditava ser entendimento do primeiro-ministro que a integração era o objectivo primordial. Também parece ter sido o entendimento de Woolcott que esse deveria ser o objectivo primordial da política australiana, simplesmente porque era o objectivo primordial da política indonésia. Num telegrama dirigido ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Don Willesee, em 17 de Abril de 1975, pouco depois da reunião de Townsville, Woolcott comparou os pontos de vista do seu ministro sobre a matéria com os do primeiro-ministro:

"[O senhor] tende a colocar a ênfase principal num acto efectivo de autodeterminação para o Timor Português...[F]icou claro em Townsville que o primeiro-ministro continua a acreditar na seguinte lógica para a situação: Timor deve tornar-se parte da Indonésia e nós "preferiríamos" uma tal solução a um acto de escolha. Embora apoiemos o princípio da autodeterminação, e se bem que certamente não possamos aceitar o uso da força, o primeiro-ministro não quer mesmo assim incentivar o aparecimento de um Timor Leste independente e acredita que, se se continuar a dar ênfase pública à autodeterminação, nesta fase, é provável que isso aumente as pressões em prol da independência."<sup>144</sup>

130. Na sua autobiografia, Woolcott cita outro telegrama para explicar o entendimento subjacente a esta posição:

A Indonésia vai avançar com a incorporação de Timor. Embora o Presidente Soeharto queira que a incorporação se processe da maneira mais apresentável [sic] possível, a Indonésia não será dissuadida de levar por diante este objectivo fundamental da sua política. A Indonésia considera esta solução essencial para o seu interesse nacional de longo prazo, e, efectivamente, como sendo do interesse da região como um todo. A Indonésia mantém coerentemente esta atitude, e já a tinha alguns meses antes de eu chegar a este posto, no passado mês de Março.<sup>145</sup>

#### **Reunião de Macau, 26 a 28 de Junho de 1975**

131. Em Abril de 1975, o governador Mário Lemos Pires constituiu a Comissão de Descolonização de Timor (CDT). Nas suas reuniões de Maio com a coligação UDT-Fretilin, boicotadas pela Apodeti, esta Comissão discutiu um programa de descolonização baseado no direito à independência, um governo de transição e uma assembleia consultiva local. Porém, a 27 de Maio, a UDT rompeu a coligação com a Fretilin, provocando o fracasso das negociações.<sup>146</sup> Em resposta, Portugal planeou negociações de alto nível sobre a descolonização a realizar em Macau.

132. Entre 26 e 28 de Junho, António de Almeida Santos, o ministro português para a coordenação interterritorial, reuniu-se em Macau com a UDT, a Apodeti e com observadores diplomáticos indonésios. A Fretilin levantou objecções à participação da Apodeti e da Indonésia e boicotou a reunião. A Fretilin suspeitava que a reunião fizesse parte da estratégia portuguesa para entregar Timor-Leste à Indonésia:

*Governaram-nos durante 450 anos e já se tinham cansado, por isso resolveram entregar-nos a outros, dizendo: “Agora vão lá vocês e governem-nos.” Durante mais quanto tempo continuaríamos a ser escravos? Foi por isso que não aceitei ir à reunião. A conferência de Macau foi uma tática de Portugal e da Indonésia para integrar Timor na Indonésia.<sup>147</sup>*

133. Altos dirigentes da Fretilin preferiram estar presentes na cerimónia da declaração da independência de Moçambique.<sup>148</sup> A cimeira de Macau só promoveu os interesses da Indonésia na medida em que reconheceu que a Apodeti e Jacarta tinham uma posição no processo. Como resultado da reunião, foi promulgada a Lei nº 7/75, ao abrigo do qual se estabelecia uma estrutura de governo provisório, com participação de todos os partidos, um calendário para a realização de eleições em 1976 e o fim da soberania portuguesa em 1978. Esse decreto também constituía uma base legislativa que impedia os esforços da Indonésia no sentido de garantir a integração como resultado directamente aprovado da descolonização. Porém, num recuo relativamente ao reconhecimento feito em Maio pela CDT do direito à independência, o Decreto-Lei nº 7/75 apenas reconhecia o direito à autodeterminação. A reunião definiu um processo de descolonização que estabeleceria um governo de transição, composto por representantes eleitos dos timorenses e representantes portugueses nomeados, bem como um conselho consultivo do governo. Estas instituições nacionais seriam apoiadas, ao nível distrital, por conselhos locais.

134. Os partidos políticos reagiram de forma diferente ao programa de descolonização decidido em Macau. A Fretilin assumiu uma posição ambígua, não afirmando a sua disponibilidade para participar no proposto governo de transição, nem rejeitando o mesmo, mas dizendo que participaria nas eleições propostas para 1976.<sup>149</sup> A UDT aceitou o resultado. A Apodeti, tal como a Indonésia, rejeitaram-no, observando que a independência ficava definida como única alternativa e o calendário proposto era demasiado longo. Após a reunião, a tensão entre os partidos aumentou – com a UDT encolerizada pelo boicote da Fretilin e esta encolerizada pela participação da Apodeti. Os dois maiores partidos timorenses também sentiram que Portugal os enganava, tendo conhecimento das reuniões bilaterais havidas entre Portugal e a Indonésia. Mário Carrascalão recordou as repercussões destes encontros bilaterais:

*A Indonésia...acompanhou a Apodeti a Macau e realizou uma reunião em Hong Kong com a delegação do Governo português ali presente. O que combinaram? Até hoje nada se disse do que se passou nessa reunião. Não sabemos...O que fizeram? O problema não dizia respeito à Indonésia. O problema dizia respeito a Timor, mas as reuniões realizaram-se com eles [Indonésia]. Reuniões secretas com eles [os portugueses]. Porquê? As pessoas aproveitaram-se da situação, [e], por causa dela, as pessoas ficaram divididas.<sup>150</sup>*

#### **Reunião entre o Presidente Soeharto e o Presidente Gerald Ford, 5 de Julho de 1975**

135. A 5 de Julho, numa reunião em Camp David com o Presidente Gerald Ford, durante a sua visita de Estado aos EUA, o Presidente Soeharto definiu a política da Indonésia relativamente a Timor-Leste, concluindo as suas observações com a seguinte frase:

A única solução é integrá-lo na Indonésia.

136. O Presidente Soeharto argumentara que o Timor Português independente não seria viável e que Portugal teria dificuldade em continuar a administrar o território, devido à grande distância que o separava da região.<sup>151</sup>

137. Previamente, garantira ao Presidente Ford que a Indonésia não faria uso da força contra o território de outro país. Como sucedera na sua reunião com Whitlam, em Townsville, Soeharto insistiu no argumento de que, devido às “fortes pressões” do partido pró-independência, seria difícil apurar ao certo os verdadeiros desejos do povo timorense. A Indonésia via-se confrontada com o problema de “como gerir o processo de autodeterminação, havendo uma maioria que deseja a união com a Indonésia”. No decurso da conversa, o Presidente Ford não exprimiu os pontos de vista dos EUA relativamente à questão.

138. O silêncio de Ford foi talvez um reflexo adequado da política dos EUA relativamente ao Timor Português. De acordo com o antigo embaixador australiano, Richard Woolcott:

Envolvidos no Médio Oriente, mergulhados no atoleiro que se seguiu a Watergate e exaustos devido ao fracasso no Vietname, os Estados Unidos da América não estavam de todo interessados no destino de Timor Leste. Em 1975, foi mesmo solicitado ao embaixador dos EUA em Jacarta que a embaixada abreviasse os seus relatórios sobre o assunto.<sup>152</sup>

### 3.7 Movimento armado do 11 de Agosto e conflito interno armado

#### Síntese

139. Menos de duas semanas após o regresso de Jacarta, os líderes da UDT lançaram o movimento do 11 de Agosto. Denominada de maneira não uniforme – golpe, “tentativa de golpe”, movimento e levantamento – esta acção armada principiou na capital, Díli, daí alastrando rapidamente a todo o país. A UDT apoderou-se de algumas instalações-chave e apresentou à administração portuguesa uma lista de exigências, afirmando que o movimento armado se destinava a expulsar do território alguns elementos extremistas de maneira a evitar a invasão indonésia.<sup>153</sup> A Fretilin retirou para o seu bastião, nas colinas de Aileu, a Sul de Díli. Por não poder dar garantias de segurança, os esforços do governador português para levar as duas partes a sentarem-se à mesa das negociações, foram infrutíferos. A 20 de Agosto, a Fretilin reagiu, apoiada pela maioria dos militares timorenses do exército português. O conflito alastrou a grande parte do território. Dirigentes dos dois maiores partidos contaram à Comissão que perderam o controlo da situação. O conflito armado teve curta duração e, no início de Setembro, um grupo de cerca de 20 mil homens – na sua maioria pertencentes à UDT, mas também incluindo membros de outros partidos – fora empurrado na direcção da fronteira com Timor Ocidental. Antes do final do mês, o grupo já a tinha atravessado, entrando em Timor Ocidental.

140. A administração portuguesa desenvolveu esforços no sentido de conduzir as partes à mesa das negociações. O governador concluiu que não tinha condições para controlar a situação por meios militares.<sup>154</sup> Sem capacidade para influenciar os acontecimentos e confinada a uma zona neutra, no Farol, a administração portuguesa retirou para a Ilha de Ataúro na noite de 26 de Agosto.

141. Em Setembro de 1975, a Indonésia exigiu à UDT e aos seus aliados que haviam atravessado a fronteira em fuga que assinassem uma petição pró-integração dirigida ao Presidente Soeharto. Em troca, a Indonésia oferecia-lhes apoio material e logístico. A Indonésia reforçou as suas próprias operações militares, lançando primeiro uma série de incursões transfronteiriças e, depois, a partir do início de Outubro, operações militares de larga escala que lhe dariam o controlo de várias vilas estratégicas junto à fronteira.<sup>155</sup>

#### UDT desencadeia o seu movimento armado do 11 de Agosto

142. A partir da ruptura da coligação, em Maio, as tensões entre a UDT e a Fretilin vinham aumentando, quer em Díli quer nos distritos.\* No princípio de Agosto, a UDT decidiu enviar a Jacarta o secretário-geral Domingos Oliveira e o membro do Comité Central responsável pelas relações exteriores, João Carrascalão. Esperavam ser recebidos pelo Presidente Soeharto, mas quem os recebeu foi o general Ali Murtopo. Domingos Oliveira contou à Comissão que a decisão de enviar uma delegação a Jacarta foi provocada pela necessidade de “destruir todos os pretextos que a Indonésia tivesse para invadir Timor”. A missão dos dois enviados da UDT era, por isso, garantir a Murtopo que a Fretilin era, no essencial, um movimento nacionalista e que a UDT era capaz de “lidar com os seus próprios assuntos,” expulsando os oficiais portugueses e os líderes da Fretilin com simpatias comunistas. Segundo o relato da reunião feito por João Carrascalão, Murtopo afirmou que, se tratassem bem dos seus assuntos, a Indonésia respeitaria o direito dos timorenses à autodeterminação. Beneficiando do conhecimento *a posteriori* dos factos, João Carrascalão considera actualmente que os dois enviados da UDT foram ingénuos em acreditar nas garantias de Murtopo e que, de facto, “tudo estava já planeado para a

---

\* No documento por si apresentado à CAVR, o antigo secretário-geral da UDT, Domingos Oliveira, apresentou uma lista de incidentes que tiveram lugar entre Junho e o início de Agosto, comprovativos de que as relações entre os dois partidos se haviam rompido. [Documento submetido por escrito após o depoimento à CAVR na Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Político Interno 1974-76, 15-18 de Dezembro de 2003. Arquivo da CAVR].

conquista de Timor-Leste”, como lhe foi dito em Kupang, numa conversa privada com o governador de Nusa Tenggara Timur, El Tari, durante a viagem de regresso a Díli.<sup>156</sup>

143. Na opinião do embaixador australiano Richard Woolcott, provavelmente o mais bem informado diplomata em Jacarta, sem dúvida que muito antes disso já se tornara “política definitiva da Indonésia integrar Timor”.<sup>157</sup> Durante a reunião, Ali Murtopo disse também à UDT que, segundo informações recebidas, a Fretilin estava a preparar um golpe para 15 de Agosto.<sup>158</sup>

144. Os membros da UDT já ponderavam uma acção anticomunista algumas semanas antes do 11 de Agosto.<sup>159</sup> Os objectivos primordiais do Movimento Armado da UDT, sublinham-no agora os seus líderes, não eram tomar o poder, mas reorientar o processo de descolonização, que a UDT achava ter sido desviado por elementos “ambiciosos, irresponsáveis e mal-intencionados”, e evitar um golpe da Fretilin alegadamente planeado para 15 de Agosto.<sup>160</sup> Porém, há ainda muitas perguntas por responder, sobretudo no que se refere ao papel desempenhado pela Indonésia nestes acontecimentos e aos verdadeiros objectivos dos líderes da “tentativa de golpe”. Os depoimentos recebidos pela Comissão permitem esclarecer em alguma medida estas questões, mas a luz não é suficiente para fornecer respostas definitivas.

145. Embora a lista de alvos fosse muito maior e nela se incluíssem todas as instalações militares principais, o movimento armado capturou o quartel-general da polícia, juntamente com o respectivo comandante, o tenente-coronel Rui Maggiolo Gouveia, e *stock* de armamento, e assumiu o controlo de instalações decisivas – tais como o porto, o aeroporto e as instalações de rádio e da rede telefónica em Díli.<sup>161</sup> O líder do movimento armado, João Carrascalão, encontrou-se com o governador Lemos Pires por volta da 1 hora da manhã do dia 11 de Agosto, afirmando ser a intenção da UDT afastar alguns elementos comunistas do governo e da Fretilin. O ex-governador escreveu anos mais tarde, que João Carrascalão lhe dissera que o movimento não tinha a intenção de substituir o Governo português e esperava que não houvesse intervenção militar. No dia seguinte, a UDT apresentou formalmente as suas exigências ao governador Mário Lemos Pires. Estas eram, entre outras, as seguintes: substituição de certo pessoal militar, aceleração do processo de descolonização, entrega do poder à UDT e reconhecimento da capacidade extrajudicial da UDT como movimento de libertação.<sup>162</sup>

146. A demonstração de força por parte da UDT não era aparentemente dirigida à Fretilin enquanto tal, mas a “elementos comunistas” dentro da Fretilin. Quaisquer esperanças que a UDT pudesse ter de a Fretilin repudiar os seus “extremistas” e unir-se com a UDT para, em conjunto, caminharem rumo à independência, foram rapidamente frustradas. A Fretilin manteve-se unida e exigiu que o governo colonial português esmagasse a UDT.<sup>163</sup> A UDT deteve centenas de membros da Fretilin, incluindo vários dos líderes do partido na sua sede em Palapaço, Díli, local onde a prática de maus-tratos foi rotineira, e onde algumas pessoas morreram em circunstâncias ainda hoje controversas.<sup>164</sup>

147. As primeiras vitórias pertenceram à UDT. Nos dias que imediatamente se seguiram ao movimento armado de 11 de Agosto, os apoiantes da UDT detiveram centenas de líderes e apoiantes da Fretilin em todo o território. O governador Lemos Pires decidiu não se opor à UDT pela força. Foram várias as razões que o convenceram a não optar por uma tal via de acção. Não tinha a certeza se a lealdade das tropas timorenses à administração colonial se sobreporia, ou não, às suas simpatias por uma ou por outra das partes em contenda. Se não se sobrepusesse, corria-se o risco de os soldados portugueses entrarem em combate contra timorenses. Um confronto em que as linhas de batalha pusessem frente-a-frente portuguesas e timorenses não só seria politicamente desastroso mas também poderia terminar numa derrota militar para os portugueses: a exaustão de forças das tropas portuguesas nos meses anteriores não foi compensada pela recente chegada de 75 pára-quedistas em reforço do exército colonial.<sup>165</sup>

148. Entretanto, os líderes da Fretilin retiraram para Aileu, um bastião onde a Fretilin tinha a sua sede e centro de instrução militar. No dia 13 de Agosto, em Díli, a UDT e os seus simpatizantes no exército português criaram uma frente, o *Movimento para a Unidade e Independência de Timor-Díli* (MUITD), baseada nos princípios da “unidade, independência e anticomunismo”, que previa a autoliquidação de todos os partidos pró-independência e a adesão dos seus membros ao MUITD.<sup>166</sup> Ao longo dos dois dias seguintes, a UDT conseguiu a adesão do comandante da polícia, Maggiolo Gouveia, que se encontrava detido pela UDT, e muitos dos timorenses sob seu comando, bem como de secções militares, incluindo as companhias baseadas em Baucau e Lospalos.<sup>167</sup> No dia 16 de Agosto, a UDT emitiu uma declaração escrita onde exigia a expulsão de todos os comunistas do território, incluindo os que pertenciam ao “gabinete do governador português”, a proibição da Fretilin, a revogação da Lei nº 7/75 e o recomeço das negociações sobre a independência de Timor-Leste. A 17 de Agosto, numa aparente concessão à UDT, os dois delegados do MFA, o major Mota, chefe do Gabinete de Assuntos Políticos, e o major Jónatas, ambos acusados pela UDT (e pelos indonésios) de representarem a “ala comunista” do governo, foram enviados para Lisboa, ostensivamente para manterem o governo central bem informado da evolução em Timor-Leste.<sup>168</sup>

#### Fracasso nas negociações: conflito interno armado

149. No dia 11 de Agosto, a partir da sua base em Aileu, a Fretilin apresentou à administração portuguesa uma lista de 13 condições para a sua participação nas negociações. Entre outras, falava-se em desarmar a UDT e confiar a segurança a soldados timorenses, uma vez que a polícia dera provas de falta de fiabilidade.<sup>169</sup> Então, os portugueses enviaram como emissário à liderança da Fretilin Rogério Lobato, um dos militares timorenses de patente mais elevada no exército português. No entanto, este tiro fez ricochete, uma vez que, no seu regresso a Díli, Rogério Lobato iria desempenhar um papel fundamental ao convencer a maioria dos soldados timorenses a aderirem à Fretilin. Embora supostamente comprometidos a manterem a neutralidade política (apartidarismo),<sup>170</sup> os soldados timorenses estavam tão empenhados nas novas liberdades políticas como os seus homólogos civis.<sup>171</sup> A 15 de Agosto, o Comité Central da Fretilin em Aileu anunciou aquilo a que chamou “recomeço da luta geral armada contra todos os traidores e inimigos do povo”.<sup>172</sup> No dia 20 de Agosto, a Fretilin lançou o ataque à UDT.

150. No dia 18 de Agosto, o pessoal remanescente do governo português que trabalhava na administração retirara para o bairro do Farol, onde muitos residiam e que constituía o núcleo de uma zona de Díli declarada neutra. Os pára-quedistas portugueses foram posicionados nessa zona neutra, para protegê-la.

151. À 1 da manhã do dia 20 de Agosto, Rogério Lobato e Hermenegildo Alves lançaram a insurreição armada da Fretilin, assumindo o controlo do quartel-general do exército e detendo as tropas portuguesas ali estacionadas, incluindo o vice-chefe do Estado-Maior.<sup>173</sup> No dia 22 de Agosto, os líderes da Fretilin regressaram a Díli. De início, a linha da frente do conflito em Díli estava localizada em Colmera, mas os combates espalharam-se a toda a cidade, durante as duas semanas que duraram. Segundo os depoimentos recebidos pela Comissão, em Díli houve abundantes fornecimentos de armas, distribuídas por ambos os lados de forma indiscriminada.<sup>174</sup> No breve conflito armado que se seguiu, os partidos políticos estabeleceram entre si alianças com todas as variantes possíveis. Mário Carrascalão descreveu este fenómeno durante a Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Político Interno:

*Vimos soluções diferentes ali [nos distritos]...Em Atsabe, vimos a Fretilin ao lado da UDT contra a Apodeti. Em Same, a Apodeti era diferente: estava ao lado da UDT contra a Fretilin. Em Díli, era a Fretilin e a Apodeti contra a UDT.*<sup>175</sup>

152. O maior número de mortos registou-se nas áreas rurais, onde as tensões, baseadas em antigos dissídios entre clãs e ressentimentos pessoais e intensificadas pelas mais recentes divisões ideológicas entre militantes partidários, explodiram em violência.<sup>176</sup> A violência foi maior em Liquiça, Ermera, Ainaro, Manufahi e Manatuto, embora não se confinasse a estes distritos.

153. A Comissão recebeu depoimentos e testemunhos de todo o país acerca das repercussões do conflito sobre o cidadão comum. A brutalidade dos timorenses uns contra os outros durante este breve conflito deixou feridas profundas na sociedade timorense, que ainda hoje se fazem sentir. Os membros da UDT foram responsáveis pelo assassinio de prisioneiros da Fretilin em diversos lugares, em Agosto, à medida que se foi tornando claro que as forças da Fretilin estavam a assumir o controlo da situação. Relativamente ao período do conflito interno, foram comunicados à Comissão 348 assassinios durante o processo de recolha de testemunhos. Tendo por base o seu trabalho de investigação, e tendo em conta os relatos apresentados à época por organizações presentes em Timor-Leste como o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), a Comissão estima que tenham sido mortas entre 1.500 e 3.000 pessoas durante o conflito interno armado (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados; e, Capítulo 6: Perfil das Violações de Direitos Humanos).<sup>177</sup> Os dados da Comissão indicam que a maioria dos assassinatos foi cometida pela Fretilin ainda que tenham sido cometidas mortes em massa também por membros da UDT (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados).<sup>\*</sup> Por volta de 27 de Agosto, registou-se um massacre na costa Sul, em Wedauberek, Manufahi, onde membros da UDT executaram 11 membros da organização de juventude da Fretilin, a Unetim.<sup>178</sup> A 28 de Agosto, as forças da Fretilin aproximaram-se do bastião da UDT em Ermera e foram assassinadas 20 pessoas que haviam sido feitas prisioneiras pela UDT após o movimento armado.<sup>179</sup>

154. No depoimento por si apresentado à Comissão, Xanana Gusmão explicou a reacção da Fretilin como vingança pelos actos cometidos pela UDT.<sup>180</sup> Rogério Lobato, então responsável pelas forças armadas da Fretilin, explicou à Comissão que a violência foi motivada por diversas razões:

*Por vezes, não era porque houvesse problemas com eles devido a esta situação [política], mas devido a problemas antigos. Eu sei que, por vezes, era porque alguém tinha roubado a namorada a alguém e, agora, aproveitava-se a oportunidade para espancá-lo. Eu sei que foi assim. As pessoas aproveitaram esta guerra para espancar os outros e para fazer justiça pelas suas próprias mãos. Mas alguns espancaram-nos porque se sentiam revoltados devido à guerra...Quero dizer que neste processo da guerra morreram muitas pessoas...é verdade que a Fretilin matou muitos prisioneiros da UDT...a UDT também matou prisioneiros da Fretilin.<sup>181</sup>*

155. Durante a Audiência Pública Nacional organizada pela Comissão sobre o Conflito Político Interno, os líderes políticos da UDT e da Fretilin declararam que os seus partidos não tinham uma política de assassinio dos prisioneiros, nem de violência contra civis, mas que não foram capazes de controlar os seus quadros em todo o país.<sup>182</sup> Contudo, a Comissão recebeu depoimentos que implicam altos responsáveis de ambos os partidos na matança, embora não recebesse evidência comprovativa de que os partidos tomaram a decisão institucional de cometer estes crimes (ver Capítulo 8: Responsabilidade e Responsabilização).<sup>183</sup>

---

<sup>\*</sup> A CAVR realizou um Inquérito Retrospectivo de Mortalidade, baseando-se em 1396 agregados familiares de Timor-Leste, seleccionados de forma aleatória. A partir desses dados, extrapola o total de violações registadas para o período de 1974/1999.

156. Os membros das forças militares e da polícia, timorenses e alguns portugueses, não se mantiveram à margem deste conflito. Ainda que a UDT conquistasse a adesão de membros timorenses da polícia – e alguns portugueses – e de algumas unidades militares, a esmagadora maioria das tropas timorenses deram o seu apoio à Fretilin.<sup>184</sup> Foi este apoio militar que permitiu à Fretilin superiorizar-se de maneira tão rápida, depois de lançar a sua “insurreição geral armada”. Esta violação do princípio do apartidarismo também levou a que caíssem armas nas mãos dos partidos políticos e dos seus apoiantes, intensificando de forma desproporcionada as repercussões da violência. Em Díli, a UDT retirou para o aeroporto e, no início de Setembro, já estava a retirar para a Indonésia, através de Liquiça.

#### Retirada da UDT para a fronteira

157. Devido à contra-ofensiva da Fretilin, em Setembro os militantes e simpatizantes da UDT, Apodeti, Klibur Oan Timor Asswain (KOTA) e Partido Trabalhista começaram a fugir para a área fronteiriça de Batugadé e daí para Timor Ocidental.<sup>185</sup> A derrota da UDT e dos seus aliados levou os seus líderes, ainda que com relutância, a aceitarem as exigências indonésias de assinarem petições a apelar para a integração do Timor Português na Indonésia, a troca da sua entrada em segurança em Timor Ocidental. Tem sido contestado o número de timorenses deslocados para Timor Ocidental. Segundo os funcionários indonésios da época, o número elevou-se a 40 a 50 mil pessoas.<sup>186</sup> Os timorenses que participaram no êxodo apontam para números muito mais baixos, entre as 10 mil e as 30 mil pessoas, atribuindo esta discrepância de estimativas à vontade dos indonésios em inflacionarem o número de refugiados, ou para exagerarem a dimensão e gravidade do conflito interno ou simplesmente para atraírem maiores montantes a título de ajuda internacional.<sup>187</sup>

#### Resposta de Portugal ao conflito interno

158. Portugal reagiu ao conflito interno despachando de Lisboa um enviado para a colónia. A Indonésia reteve o coronel José Gomes, primeiro enviado a tentar chegar a Díli, a 14 de Agosto. No dia 22 de Agosto, chegou ao governador Mário Lemos Pires uma mensagem da Presidência da República em Lisboa, informando-o de que o ministro da Coordenação Interterritorial, António de Almeida Santos, chegaria a Darwin a 27 de Agosto. Lemos Pires tentou negociar um cessar-fogo para permitir as negociações. A UDT concordou com um cessar-fogo limitado, mas a Fretilin rejeitou liminarmente a proposta.<sup>188</sup> Na noite de 26 de Agosto, o que restava da administração portuguesa partiu de Díli para a Ilha de Ataúro, para nunca mais voltar.<sup>189</sup>

159. Depois de procurar apoios na ONU e na Austrália, Almeida Santos chegou a Ataúro a 28 de Agosto. Sem conseguir contactar a UDT, cujos líderes se encontravam então na Indonésia, Almeida Santos contactou a Fretilin, solicitando-lhe a libertação dos prisioneiros portugueses. A Fretilin acedeu a este pedido. Porém, no dia 9 de Setembro, Portugal deu instruções a Almeida Santos para que evitasse reconhecer a Fretilin como único representante do povo de Timor-Leste, uma das condições impostas pela Fretilin para participar em negociações.<sup>190</sup> No dia 22 de Setembro, Almeida Santos partiu de Ataúro para Lisboa. Uma vez ali chegado, recomendou que se organizassem negociações com os três principais partidos. Recomendação problemática de materializar: controlando a maior parte do território de Timor-Leste, a Fretilin mostrava-se disposta a negociar com Portugal—mas não com a UDT, nem com a Apodeti. Apesar das declarações piedosas proferidas no final da reunião bilateral entre os ministros dos Negócios Estrangeiros da Indonésia e de Portugal, realizada em Roma a 1 e 2 de Novembro, afirmando que ambos os governos iriam desenvolver esforços para convencerem as partes da necessidade de retomarem as negociações com o Governo português, a Indonésia não mostrou qualquer inclinação em deixar que os seus clientes, a UDT e a Apodeti, participassem nessas conversações. Igualmente infrutífera foi a tentativa tardia feita por Portugal de envolver outros países na resolução do problema do Timor Português. Os últimos dias que precederam a invasão foram marcados por outra crise política em Lisboa, que deixou Portugal sem governo

funcional. No final, os esforços intermitentes de Portugal foram superados pela decisão indonésia de lançar uma invasão militar em larga escala.<sup>191</sup>

Resposta da Indonésia

### **Partidos políticos timorenses integrados na esfera de influência indonésia**

160. Quando os militantes da UDT e dos seus aliados—Apodeti, Partido Trabalhista e KOTA—fugiram para a região fronteiriça, ou atravessaram a fronteira para Timor Ocidental, caíram ainda mais firmemente nas garras dos militares indonésios.

161. Durante o conflito político interno e logo a seguir a esse período, no início de Setembro, grupos de timorenses fizeram duas proclamações da integração na Indonésia em Maliana e em Suai.<sup>192</sup> A 7 de Setembro de 1975, em Batugadé, os líderes da UDT, da KOTA e do Partido Trabalhista assinaram uma petição conjunta dirigida ao Presidente Soeharto, solicitando-lhe novamente a integração do Timor Português na Indonésia.<sup>193</sup> Mário Carrascalão apresentou à Comissão um depoimento sobre os antecedentes da assinatura da petição de Batugadé:

*Ficámos lá e todos os dias gente da Indonésia vinha visitar-nos. Louis Taolin [da Bakin], [o coronel Aloysius] Sugiyanto [da Opsus] estavam sempre a visitar-nos e a perguntar-nos de que tipo de ajuda precisávamos...Eles queriam era manipular-nos, para que assinássemos...uma petição a pedir à Indonésia que entrasse em Timor. Alguns assinaram-na de armas apontadas. Alguns foram para Atambua e assinaram lá. Lá havia boas condições. Esta petição foi enviada ao Presidente Soeharto e, em breve, o governador El Tari dava uma resposta ao Sr. Francisco Lopes da Cruz. Ele disse que concordara em fornecer-nos material, e que não precisávamos de preocupar-nos. Isto não era integração, para mim, isto eram apenas facilidades.<sup>194</sup>*

### **Operasi Flamboyan: nova fase nas operações indonésias**

162. A 31 de Agosto, as operações indonésias foram transferidas da agência dos serviços de informação, *Bakin*, para um comando militar especialmente criado para o efeito denominado Comando da Força de Intervenção Conjunta (*Komando Tugas Gabungan, Kogasgab*). Esta transferência assinalou um momento marcante nas operações indonésias em território de Timor-Leste, uma passagem da desestabilização de pequena escala para as operações militares em larga escala.<sup>195</sup>

163. Nos finais de Agosto e em Setembro, unidades das Forças Especiais recrutadas para a nova operação, denominada *Operasi Flamboyan*, realizaram incursões frequentes no Timor Português. Tendo sofrido pesadas baixas, viram-se forçadas a acalmar temporariamente as suas actividades.<sup>196</sup> A primeira unidade, *Tim Susi*, chefiada pelo capitão Yunus Yosfiah, entrou por Atsabe.<sup>197</sup> Os Partidários timorenses integraram as equipas das Forças Especiais. Estes eram tropas treinadas pela Indonésia (ver Capítulo 4: Regime de Ocupação), incluindo, por exemplo, a unidade *Halilintar* de João Tavares. Foi-lhes dito que criassem “o terror, [e] a intimidação.”<sup>198</sup> A 14 de Setembro, as forças da Fretilin entraram em confronto com os militares indonésios perto da fronteira de Atsabe.<sup>199</sup> Nesse mesmo dia, os militares indonésios lançaram ataques simultâneos contra Bobonaro, Atsabe e Suai.<sup>200</sup> A cidade fronteiriça de Batugadé caiu a 8 de Outubro e as tropas da Fretilin retiraram para Balibó.<sup>201</sup>

## 3.8 Timor Português sob administração da Fretilin

### Síntese

164. Com fim dos combates entre a Fretilin e a UDT, no início de Setembro de 1975 a Fretilin encontrou-se na posição de poder *de facto* no Timor Português, fazendo face a uma situação de emergência. A Fretilin continuou a respeitar a soberania portuguesa sobre o território, enquanto a administração colonial permanecia em Ataúro. Sem dinheiro nem experiência administrativa, na iminência de uma potencial crise humanitária, a Fretilin fez um esforço credível para distribuir géneros alimentícios e manter a ordem dentro da comunidade. No entanto, continuou a reter um número elevado de prisioneiros políticos, feitos durante o breve conflito interno armado, e teve dificuldades em impedir os seus quadros de cometerem abusos. Acresce que a resposta da Indonésia à vitória da Fretilin no conflito interno armado consistiu em intensificar as suas actividades militares, lançando incursões armadas contra o Timor Português a partir de Setembro de 1975. Em Outubro, a escala destas incursões intensificou-se e a Indonésia capturou várias vilas junto à fronteira. Além de resistir directamente às forças indonésias, a Fretilin tentou também obter apoio da comunidade internacional.

### Fretilin preenche vazio

165. Para preencher o vazio deixado pela partida dos portugueses, a Fretilin criou uma administração provisória. Durante este período, a Fretilin continuou a reconhecer a soberania portuguesa sobre Timor-Leste, lançando à administração portuguesa repetidos apelos para que regressasse de Ataúro e retomasse o processo de descolonização interrompido. A Fretilin manteve a bandeira portuguesa hasteada em frente do palácio do governador e não ocupou o seu gabinete.<sup>202</sup> Com outras medidas então por si tomadas, mostrou que ainda considerava Portugal o poder soberano, tais como colocar guardas armados à porta do Banco Nacional Ultramarino (BNU), propriedade de capitais portugueses, banco central *de facto* durante a administração portuguesa, e proibindo a utilização da residência oficial do governador para efeitos oficiais.<sup>203</sup>

166. Ao longo do mês de Setembro, a Fretilin procurou incentivar os portugueses a regressarem. A 13 de Setembro, o Comité Central da Fretilin emitiu um comunicado em que reconhecia a autoridade do Governo português e solicitando negociações para reiniciar o processo de descolonização.<sup>204</sup> Nele se afirmava que as negociações deveriam ser conduzidas “dentro do território nacional, sem pressões externas” e tendo como interlocutor único a Fretilin, na qualidade de vencedor do conflito interno. Portugal não aceitou a Fretilin como representante único do povo do Timor Português.<sup>205</sup> A 16 de Setembro, reagindo à incursão indonésia contra Atsabe, a Fretilin emitiu outro comunicado, voltando a reconhecer a soberania portuguesa e apelando para o recomeço das negociações sobre a descolonização.<sup>206</sup>

167. Nesses comunicados, propunha-se igualmente a internacionalização do problema de Timor-Leste, através da participação de outros países da região. A Fretilin recomendava que o país fosse visitado por uma missão de apuramento dos factos, composta por países da ASEAN, a Austrália e a Nova Zelândia, acompanhados por observadores de outros países. O comunicado de 16 de Setembro apelava igualmente para a realização de uma conferência, na qual participariam representantes de Portugal, Austrália, Indonésia e Timor-Leste, para “dissipar boatos e equívocos”. Recomendava também a criação de uma força conjunta de manutenção da paz Indonésia-Timor-Leste para fazer o patrulhamento conjunto da fronteira.

168. Ao longo do mês de Outubro, a ONG australiana ACFOA [Conselho Australiano para a Assistência Externa], dirigido por James Dunn, desenvolveu esforços para reunir a Fretilin, a UDT e a administração portuguesa à mesa das negociações. No entanto, tal não foi possível, em parte devido à relutância portuguesa em comprometer-se quer com a Fretilin quer com a UDT.<sup>207</sup>

A última tentativa da Fretilin para convencer os portugueses teve lugar em 25 de Outubro, nove dias depois de Balibó cair nas mãos das forças indonésias. A Fretilin dirigiu um convite à administração portuguesa, em Ataúro, para enviar uma delegação a Díli e observar a situação no terreno.<sup>208</sup> À semelhança do que antes sucedera, os portugueses mantiveram-se silenciosos.<sup>209</sup>

Prisioneiros e violência política

### **Excessos da Fretilin, entre finais de Agosto e Setembro**

169. Durante o período inicial de controlo da Fretilin após o conflito interno, foram cometidos excessos, entre os quais casos de trabalhos forçados, tortura e execuções.<sup>210</sup> A maior parte das mortes ocorridas fora de combate tiveram lugar em áreas rurais, depois de a Fretilin montar a sua contra-ofensiva. A revolta popular transformou-se frequentemente em violência mortífera. Durante este período, as mortes causadas por pessoas ligadas à Fretilin resultaram por vezes de inimizades profundamente enraizadas e não de questões políticas.<sup>211</sup> O então presidente da Fretilin, Francisco Xavier do Amaral, testemunhou perante a Comissão que, nessa época:

*Houve muita confusão. Toda a gente andava exaltada, de sangue quente nas veias e, por isso, as pessoas espancavam-se. A violência acontecia. A vitória de um lado levava a que se exercesse vingança contra o outro. Foi o que aconteceu em 1975...Por exemplo, algumas pessoas despedidas dos seus empregos vingaram-se dos seus patrões, assim que tiveram essa oportunidade. Cada lado espancava e matava o outro. E assim continuou o ciclo do ódio.*<sup>212</sup>

170. Um grande número de assassinios por vingança ocorreu na zona de Ermera, uma base da UDT. Um relato dos acontecimentos de Ermera diz o seguinte:

*No dia 15 de Setembro de 1975 [três] comandantes de milícias da Fretilin...detiveram sete pessoas da UDT...em Katrae Kraik, Letefoho, Ermera. Os sete foram levados para Germano, na aldeia de Katrae Leten e aí assassinados. O chefe da aldeia de Lauana presenciou os assassinios.*<sup>213</sup>

171. Como os líderes da Fretilin testemunharam à Comissão, o facto de as armas capturadas durante o conflito se encontrarem livremente disponíveis contribuiu para exacerbar a violência.<sup>214</sup>

### **Prisões e Comissão de Inquérito da Fretilin**

172. Durante o conflito interno, a Fretilin capturara e detivera pelo menos 2 mil prisioneiros.<sup>215</sup> Eram na sua maioria membros da UDT, mas havia também alguns membros da Fretilin, detidos pelos chamados excessos cometidos durante o conflito.<sup>216</sup> A posição oficial da Fretilin era manter os prisioneiros até que o Governo português regressasse para julgá-los. No entanto, quando a perspectiva do regresso de Portugal se esfumou, a Fretilin resolveu tratar do assunto por si. No dia 30 de Setembro, anunciou a criação de uma comissão (Comissão de Inquérito) destinada a separar os líderes dos membros do partido não implicados.<sup>217</sup> A Comissão convidou as pessoas a deporem em “julgamentos” públicos, a fim de determinar a culpa do acusado. Este método de justiça tendia a gerar resultados arbitrários. O antigo membro da UDT Moniz da Maia descreveu a sua experiência:

*Ordenou-se a todos os aldeãos que se dirigissem ao posto militar e os prisioneiros foram retirados, um por um, e “julgados”. Os prisioneiros acusados de crimes graves eram levados para Aileu. Quando foi a minha vez, o povo manteve-se em silêncio, até que H1 começou a provocá-los. Disse-lhes para afirmarem que eu os tinha espancado. As pessoas recusaram-se, excepto uma, que disse: “Ele injuriou o meu avô.” Por isso me haviam conduzido a Aileu, acusado de ter injuriado o avô de alguém.*<sup>218</sup>

173. A Fretilin transferiu os líderes regionais para Díli ou Aileu, a fim de serem investigados pela comissão.<sup>219</sup> Em Aileu, os líderes da UDT ficaram detidos no edifício da Companhia, em Aisirimou, enquanto os vulgares militantes do partido foram encerrados num grande armazém.<sup>220</sup> O povo era autorizado a descarregar a sua ira sobre os prisioneiros recém-chegados:

*O major Lourenço foi gravemente espancado ao chegar a Aileu, porque era um comandante. Puseram-no sobre o tejadilho da carrinha [em que tinha chegado] e passearam-no às voltas por Aileu, gritando: “Viva a Fretilin”. Alguém o apunhalou e ele sangrou. Ficou com o rosto inchado e já não era capaz de falar.*<sup>221</sup>

174. Os líderes da UDT capturados, incluindo o vice-presidente do partido, César Mouzinho, foram alguns dos mais maltratados.<sup>222</sup> No entanto, alguns antigos prisioneiros testemunharam que os espancamentos e os maus-tratos eram práticas de rotina—por exemplo, um caso houve em que os guardas da Fretilin forçaram os detidos a combaterem uns contra os outros em público, como se fossem galos de combate.<sup>223</sup>

175. Ao longo do período da sua administração, a Fretilin autorizou o acesso dos membros do CICV às suas prisões. Os observadores australianos que visitaram as prisões da Fretilin em 1975 confirmaram que alguns detidos haviam sido espancados, entre eles o antigo chefe da polícia, tenente-coronel Maggiolo Gouveia, embora concluíssem que, em termos gerais, os detidos por si visitados se encontravam de boa saúde e eram bem tratados.<sup>224</sup>

176. Antigos militantes com responsabilidade na Fretilin depuseram perante a Comissão, reconhecendo que, naquela época, os membros da Fretilin cometeram abusos contra prisioneiros. Rogério Lobato, então chefe das forças armadas da Fretilin, contou à Comissão:

*Por vezes, eles [Fretilin] entravam na prisão, chamavam cá fora os prisioneiros e espancavam-nos...As pessoas tiraram partido do conflito para espancar os outros e para fazerem justiça com as próprias mãos. Mas algumas pessoas espancaram outras por terem ficado iradas contra elas devido ao conflito.*<sup>225</sup>

177. Em Outubro de 1975, quando as incursões indonésias recomeçaram, a Fretilin deteve vários militantes da Apodeti. Mari Alkatiri contou à Comissão ter ordenado a sua detenção depois de ter sido informado que a Apodeti planeava um golpe contra a Fretilin, o qual começaria com uma granada de mão a ser deflagrada durante uma reunião do Comité Central da Fretilin.<sup>226</sup> Isto também pode ter sido provocado pelas suspeitas levantadas pelas primeiras incursões militares indonésias através a fronteira.<sup>227</sup> Muitos dos prisioneiros da Apodeti foram assassinados após a invasão indonésia.

178. Não há provas de que maus-tratos aos prisioneiros entre Setembro e o início de Dezembro fossem uma política formalmente decidida pela Fretilin. Embora nalguns casos altos responsáveis da Fretilin interviessem para pôr cobro aos maus-tratos,<sup>228</sup> não há dúvida de que o

Comité Central da Fretilin estava ciente da situação e tomou medidas insuficientes para desencorajar esta conduta imoral, ou para controlá-la.<sup>229</sup>

## Restauração da ordem

179. No princípio de Setembro, depois de assumir o controlo da maior parte do território, a Fretilin preocupou-se então em restaurar a ordem,<sup>230</sup> tomando duras medidas para consegui-lo. Os estrangeiros que então visitaram as prisões da Fretilin viram soldados da Fretilin detidos por violência contra civis.<sup>231</sup> Por volta do início de Setembro, a Fretilin controlava todo o território de Timor-Leste, com excepção de Batugadé, na fronteira com a Indonésia. Dois membros do Parlamento australiano fizeram a seguinte avaliação, depois de visitarem várias vilas:

A visita por nós realizada pelo país confirmou a reivindicação da Fretilin de que a situação está sob controlo. Nas regiões que visitámos, recebemos informação de trabalhadores das organizações de assistência e do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) que corroboraram este ponto de vista.<sup>232</sup>

## Administração

180. Durante o conflito interno, deixaram o país 80% dos 3 mil profissionais da administração portuguesa, funcionários timorenses e portugueses. Não houve maneira de convencê-los a regressarem para trabalharem para uma administração dirigida pela Fretilin. A Fretilin alargou então o número de membros do Comité Central, nomeando um grande número de representantes regionais e militares no activo, reflectindo a influência dos militares após o conflito interno e a necessidade de uma representação geográfica mais ampla.<sup>233</sup> Para colmatar o vazio administrativo existente fora de Díli, a Fretilin nomeou Comités Regionais para dirigirem cada um dos distritos. Em meados de Setembro, a Fretilin formou um Comité Executivo para manter em funcionamento a administração de gestão.<sup>234</sup> Esta era composta por 13 departamentos, incluindo economia, saúde e assuntos militares.<sup>235</sup> Em Outubro, a Fretilin criou uma série de comissões para facilitar a administração do território. Uma comissão fundamental era a Comissão Supervisora e de Gestão Económica, presidida por José Gonçalves, talvez o único economista diplomado ainda presente no território. Empossada no dia 11 de Outubro de 1975, esta Comissão foi o braço da Fretilin para a gestão central, responsável pela recuperação económica do país. Esta Comissão colaborou igualmente com os Comités Regionais da Fretilin e com as ONG internacionais na distribuição de ajuda alimentar de emergência, servindo-se dos activos da quase governamental empresa comercial e de logística SAPT (Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho).<sup>236</sup>

181. A ruptura dos sistemas de produção e distribuição causada pelo conflito interno contribuiu para agravar a falta de auto-suficiência de Timor-Leste,<sup>237</sup> gerando uma crise económica urbana que a Fretilin, com algum apoio das agências internacionais, se esforçou por superar. Embora os combates afectassem algumas das maiores cidades nas regiões central e ocidental, e os confrontos de pequena escala fossem generalizados, grande parte das zonas rurais escaparam ao conflito armado que engoliu Díli. As populações rurais de Timor-Leste dependiam da agricultura de subsistência para a sua sobrevivência e, por isso, não estavam integradas na economia monetária da qual dependiam os timorenses urbanos.<sup>238</sup> O CICV descreveu assim as repercussões do conflito interno:

*Os prejuízos da guerra afectaram apenas algumas regiões: Maubisse, Ainaro, Ermera, Same...[a escassez de géneros alimentícios] irá afectar essencialmente a população das cidades, mas não terá consequências para as zonas rurais, cujos habitantes...vivem num sistema económico de auto-subsistência.<sup>239</sup>*

182. Um dos meios utilizados pela Fretilin para resolver a escassez de géneros alimentícios consistiu em obrigar os detidos da UDT à prestação de trabalhos forçados.<sup>240</sup> Um desses lugares era uma plantação em Aisirimou, em Aileu.<sup>241</sup>

183. Depois de garantido o controlo, a Fretilin descobriu que não dispunha de meios para importar géneros alimentícios. A 13 de Setembro, por isso, fez um apelo de ajuda alimentar de emergência. O CICV e o Conselho Australiano para a Assistência Externa (ACFOA) responderam, com fornecimentos limitados de géneros alimentícios, mas nessa época nenhum governo deu qualquer ajuda. Então a Fretilin incentivou as pessoas que haviam fugido das zonas rurais durante o conflito interno a regressarem às suas aldeias. Este regresso, além de estimular fortemente a produção agrícola, veio reduzir também o número de pessoas dependentes dos escassos recursos alimentares urbanos. Prevendo uma situação iminente de escassez, a Fretilin fez planos para impor o racionamento de alimentos em Dezembro e começou a realizar um censo populacional para conseguir pôr a funcionar um sistema de racionamento (ver Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome).

184. O encerramento do BNU e a impossibilidade de criar soluções bancárias alternativas — que, de qualquer modo, a Fretilin não saberia gerir<sup>242</sup>— constituíram um problema permanente ao longo de toda a administração da Fretilin. A consequente escassez de moeda estrangeira incapacitou o território para reanimar a economia monetária, ou para desenvolver operações de comércio internacional. O que restava da comunidade empresarial chinesa continuou a manter a economia oleada em alguma medida. Muitos, porém, ou tinham trocado o campo por Díli e outras cidades, ou tinham partido para o estrangeiro, levando consigo capitais preciosos. A rápida sangria de divisas forçou a Fretilin a fazer os pagamentos aos funcionários públicos ainda existentes e aos militares em géneros e não em numerário. Apesar de todos estes factores adversos, houve alguma retoma da actividade económica nos mercados de Díli e nas lojas chinesas em Outubro e Novembro.<sup>243</sup>

185. A educação era uma área-chave na política da Fretilin. Esta realizara muito trabalho antes do conflito interno, desenvolvendo um programa de alfabetização inspirado pelo educador brasileiro Paulo Freire<sup>†</sup>. Após o conflito interno, o sistema educativo existente ficou praticamente estagnado. Como sucedera noutras áreas da administração, a maioria do pessoal qualificado partira. As escolas do Estado e da Igreja haviam fechado, as últimas porque muitas das freiras e padres que aí ensinavam também partiram. Esta partida levou Francisco Xavier do Amaral a observar:

*É profundamente lamentável que "os pastores" partam no momento preciso em que as "ovelhas" precisam da sua orientação.<sup>244</sup>*

186. Os professores que haviam ficado foram reafectados como soldados das Falintil ou como administradores, para lugares onde as suas capacidades de ler e escrever eram muito necessárias.<sup>245</sup> Embora houvesse planos para reabrir as escolas primárias em Novembro,

---

<sup>\*</sup> A barca que trouxera a ajuda do ACFOA, ao partir, levou consigo uma carga de café de exportação para a Austrália. No entanto, o dinheiro pago pela mesma teve de ser depositado numa conta bancária em Darwin.

<sup>†</sup> Tratava-se de um sistema de educação popular especialmente orientado para os níveis de baixa alfabetização, desenvolvido pelo educador Paulo Freire.

recorrendo aos professores do ensino secundário, os planos em nada resultaram e as escolas permaneceram encerradas.

187. O conflito interno deixou centenas de pessoas feridas, militares e civis. Os médicos portugueses haviam sido evacuados a 27 de Agosto, embora a maioria dos trabalhadores timorenses do sector da saúde continuassem a trabalhar sem rupturas.<sup>246</sup> Existiam ainda medicamentos em abundância em Díli e as instalações médicas eram básicas mas adequadas. Nesta base, e com a ajuda do CICV e da ONG médica australiana *ASIAT* (Sociedade Australiana para a Assistência entre Países), no dia 1 de Setembro o Hospital de Díli continuava a funcionar. Fora de Díli os serviços médicos eram limitados, embora a *ASIAT* tivesse planeado o estabelecimento de escolas de formação médica e durante este período a Fretilin tivesse aberto uma escola de enfermagem em Aileu, em Agosto de 1975, e outra em Atsabe.<sup>247</sup>

188. É evidente que, entre Setembro e Dezembro de 1975, na ausência de Portugal, a Fretilin envidou sérios esforços para criar uma administração provisória credível em todo o território de Timor-Leste, procurando ao mesmo tempo que Portugal regressasse para finalizar o processo de descolonização. Impedida por uma falta grave de capacidade financeira e administrativa, e no contexto da instabilidade política decorrente do conflito de Agosto e da intensificação das operações militares transfronteiriças por parte das Forças Armadas indonésias, esta inexperiente administração viu-se confrontada com pressões insuperáveis.

#### Balibó: Indonésia aumenta intensidade das operações militares

189. No dia 15 de Outubro, a *Tim Susi* e os batalhões da 2ª Brigada de Infantaria lançaram um ataque contra Balibó, durante o qual foram mortos cinco jornalistas internacionais. Os jornalistas faziam a reportagem da operação militar indonésia dentro do Timor Português. Três australianos e dois jornalistas britânicos que trabalhavam para estações de televisão australianas foram mortos a tiro ou esfaqueados em circunstâncias abafadas pelas autoridades militares indonésias de então.\* Uma possível razão para a execução destes jornalistas terá sido o facto de terem testemunhado a escala das operações indonésias em redor de Balibó—muito superior à das incursões que a haviam precedido (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados).<sup>248</sup>

190. A 16 de Outubro, com os militares indonésios a conquistarem Balibó e Maliana, a linha da frente da Fretilin mudou-se para Atabae e Bobonaro.<sup>249</sup> A Comissão obteve película filmada destas operações militares indonésias, onde se demonstra o uso de vasos de guerra para bombardear as posições da Fretilin e a aterragem de aeronaves em Maliana, evidência clara de uma grande ofensiva.<sup>250</sup> Contrariamente ao ataque de Agosto contra Atsabe, que recorrera a tropas de Partidários em auxílio das unidades das Forças Especiais, o ataque a Balibó apoiou-se minimamente nos timorenses.<sup>251</sup> Mesmo assim, a Indonésia tentou culpar os seus aliados da UDT/Apodeti pelas mortes dos jornalistas. Em termos mais gerais, as autoridades indonésias repetidamente negaram que as suas tropas estivessem militarmente envolvidas no Timor Português durante o período de Setembro a Novembro. Em vez disso, sugeriram que todos os confrontos haviam resultado dos esforços dos “Partidários” timorenses para repelir as incursões da Fretilin em território indonésio.

191. Em Outubro, outras forças lideradas pelo *Kopassandha* lançaram um ataque, na esperança de avançarem mais terra adentro. No entanto, defrontaram-se com feroz resistência e foram repelidas. No dia 20 de Outubro, o serviço informativo diário da *CIA*, o *National Intelligence Daily*, relatava que o ataque indonésio fora “atrasado porque Jacarta não conseguira conquistar

---

\* Embora estes factos fossem conhecidos do Governo australiano quase de imediato, não foi feito qualquer protesto internacional nem pedido de investigação. Com efeito, o Governo australiano não parece ter protestado contra estes assassinios, nem sequer discretamente, junto do Governo indonésio. Este manteve-se um problema entre a Indonésia e a Austrália durante os anos da ocupação indonésia.

a cidade fronteiriça de Lebos”.<sup>252</sup> Sem a protecção da artilharia naval garantida junto à costa, no interior, onde os dois lados estavam mais equilibrados, as forças invasoras indonésias defrontaram-se com dificuldades. Nas palavras de Albino do Carmo, um comandante da Fretilin/Falintil, o ataque teve lugar:

*Na [aldeia de] Lela, na fronteira com Lamaknen, chamada Bulubulu. Estava-se em meados de Outubro. Havia muita gente e eles fizeram aqui fogo com morteiros. Tinham metralhadoras, duas. Havia muita gente. Nós assistimos à distância. Recebemos informações de que [eles] vinham de Menpur. Mais de 100 [homens]. Não conseguíamos ver por detrás [deles]. Eles não conseguiam...avançar porque nós disparávamos contra eles. Nós também tínhamos metralhadoras e morteiros. Nessa altura eu tinha cerca de 20 homens.*<sup>253</sup>

192. As forças da Fretilin opuseram uma resistência inesperadamente dura às tropas indonésias, atormentadas por problemas no armamento e retardadas pelo início da estação das chuvas. Depois de uma pausa, a operação recomeçou no dia 20 de Novembro, com uma operação dirigida a Atabae. Pela primeira vez, as forças indonésias contavam com apoio naval e aéreo. No dia 27 de Novembro, Atabae, defendida por uma companhia portuguesa de cavalaria composta por soldados timorenses leais à Fretilin, caiu às mãos dos invasores.<sup>254</sup> Os militares indonésios encontravam-se então preparados para uma invasão em larga escala de Díli.

### 3.9 Declaração unilateral de independência da Fretilin e resposta

#### Síntese

193. Com as operações militares indonésias a intensificarem-se e com a invasão em larga escala a parecer crescentemente inevitável, a Fretilin procurou desesperadamente uma maneira para envolver a comunidade internacional.

194. No início de Novembro de 1975, Portugal manteve encontros bilaterais com a Indonésia em Roma. Na declaração conjunta apresentada à imprensa após a reunião, os dois lados reafirmaram o seu empenho na descolonização ordeira de Timor Português e concordaram em organizar debates entre Portugal e todos os partidos políticos timorenses. Uma vez que as forças indonésias já ocupavam então partes significativas do território e que o governo indonésio impedia sistematicamente as negociações entre todos os partidos, a reunião de Roma não conseguiu debater a realidade da situação.

195. A Fretilin decidiu declarar unilateralmente a independência pouco depois de as forças indonésias ocuparem a cidade ocidental de Atabae. Fê-lo no dia 28 de Novembro de 1975. A Fretilin formou um governo e dirigiu um apelo à comunidade internacional no sentido de evitar a invasão em larga escala então iminente.

196. Membros dos outros quatro partidos políticos de Timor-Leste reuniram-se em Bali. Sob pressão dos serviços de informação indonésios, no dia 29 de Novembro, para contrariarem a declaração unilateral da Fretilin, assinaram a chamada “Declaração de Balibó”, declarando a “independência e integração” do Timor Português na Indonésia. Portugal não reconheceu qualquer uma destas declarações. A Indonésia preparava-se para a invasão em larga escala.

#### Enquadramento da declaração unilateral de independência da Fretilin

197. O ex-presidente da Fretilin, Francisco Xavier Amaral, falou à Comissão sobre o dilema enfrentado pela Fretilin perante a permanência das autoridades coloniais portuguesas na Ilha de Ataúro:

*Do ponto de vista da Fretilin, a sua política de continuar a reconhecer a soberania portuguesa, na ausência de qualquer indício de que Portugal estivesse disposto a exercer essa autoridade, era um rumo perigoso de seguir. Embora sendo o poder de facto, a Fretilin não tinha qualquer legitimidade internacional como governante. A Fretilin não era um governo eleito e temia que o vazio político servisse à Indonésia de pretexto para lançar uma invasão em larga escala de Timor-Leste.<sup>255</sup>*

198. O convite dirigido a 25 de Outubro pela Fretilin à administração portuguesa em Ataúro para enviar uma delegação a Díli a fim de avaliar a situação política não obteve resposta. A posição da Fretilin endureceu ao tomar conhecimento das conversações entre o ministro português dos Negócios Estrangeiros e o seu homólogo indonésio em Roma, a 1 e 2 de Novembro. O comunicado de imprensa conjunto dos dois ministros dos Negócios Estrangeiros apelava para a restauração da paz e da ordem como requisito prévio para o processo de descolonização, mas não fazia qualquer referência às grandes incursões feitas pelas forças indonésias no território do Timor Português. Aquando das conversações de Roma, após a queda de Balibó e Maliana às mãos das forças indonésias, a 16 de Outubro, a linha da frente da Fretilin transferira-se para Atabae e Bobonaro.<sup>256</sup>

199. Para algumas pessoas da Fretilin, o irrealismo das conversações de Roma fora o golpe final. Entrevistado em 2004, Xavier do Amaral sugeriu que o Governo português traiu o povo de Timor-Leste:

*Portugal e a Indonésia acordaram que a Indonésia não iria interferir nos assuntos de Timor-Leste. Mas afinal quem interferiu? A Indonésia. E o que disse Portugal? Nada. Ficou sentado no seu lugar. Nem sequer um aviso à Indonésia. Durante algum tempo, a Fretilin esperou por uma oportunidade para iniciar as negociações com os portugueses, mas eles guardaram silêncio, não responderam. Qual era a verdadeira razão para estes atrasos contínuos? Defender-nos, ou trair-nos?*<sup>257</sup>

200. A Fretilin tinha agora de enfrentar três realidades dolorosas: a gigantesca ameaça externa levantada pelo seu enorme vizinho junto às suas fronteiras, uma economia sem a infraestrutura administrativa necessária para desempenhar as tarefas quotidianas do governo e a indiferença portuguesa. José Gonçalves, presidente do Comité de Supervisão e Gestão Económica da Fretilin, fora encarregado de recuperar a economia estagnada. Em Outubro de 1975, declarou:

*Agora que o Governo português não está cá e as negociações prosseguem, precisamos de fazer planos para a independência.*<sup>258</sup>

201. José Gonçalves sabia que nem a recuperação económica interna nem o comércio internacional seriam possíveis se o BNU, único banco existente no Timor Português, não reabrisse. Por outro lado, se a Fretilin continuasse a reconhecer o governo português como autoridade legítima em Timor-Leste o banco não podia reabrir. José Gonçalves afirmou:

*Não podemos ficar para sempre à espera que este banco funcione. Este banco foi nacionalizado e tencionamos terminar o processo.*<sup>259</sup>

202. Em Novembro, a Fretilin enviou uma delegação a África para sondar a obtenção de possíveis apoios à declaração unilateral de independência. A delegação, composta por dois importantes membros do Comité Central da Fretilin, Mari Alkatiri e César Mau Laka, regressou a Díli na terceira semana de Outubro e declarou que 25 países haviam prometido o reconhecimento se Timor-Leste declarasse a independência — entre outros, China, União Soviética, Zâmbia, Moçambique, Tanzânia, Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Coreia do Norte, Vietname do Norte e do Sul, Cambodja, Roménia, Países Baixos, Alemanha Oriental, Suécia, Argélia, Cuba, Noruega e Brasil (ver Subcapítulo 7.1: Direito à Autodeterminação).<sup>260</sup>

203. Uma vez que, além do mais, a ameaça militar levantada pela Indonésia se tornava cada vez mais evidente, a Fretilin começou a armazenar armamento e géneros alimentícios no interior, prevendo uma invasão em larga escala.<sup>261</sup> Começou igualmente a alargar as suas forças armadas. Embora as tropas das Falintil lutassem junto à fronteira — e, nessa ocasião, impedindo com sucesso que o exército indonésio avançasse — era grande a probabilidade de serem esmagadas no caso de uma invasão em larga escala. Antecipando-se a esta eventualidade, as

---

<sup>257</sup> Antes disso, nos finais de Setembro, uma conferência de países africanos e asiáticos reunida na capital de Moçambique resolvera “dar o seu total apoio à luta pela independência nacional, dirigida pela pioneira Fretilin.” A declaração foi proposta pelo Presidente moçambicano Samora Machel e granjeou o apoio unânime dos países participantes.

Falintil começaram a treinar e a equipar grupos de milícias—Milícia Popular de Libertação Nacional, (Miplin).<sup>262</sup>

204. Devido ao silêncio da comunidade internacional e à incapacidade de Portugal para comunicar com a Fretilin após o ataque a Balibó, em 16 de Outubro, a Fretilin começou a convencer-se do seu total isolamento. Embora as opiniões se dividissem, na terceira semana de Novembro de 1975, pouco depois de Mari Alkatiri e César Mau Laka regressarem de África, o Comité Central da Fretilin decidiu proclamar a independência.<sup>263</sup> Esta decisão marcava a declaração para o dia 1 de Dezembro, data em que Portugal celebrava a sua independência relativamente à ocupação espanhola.<sup>264</sup>

### Declaração de independência

205. No dia 26 de Novembro, após duas semanas de intensos bombardeamentos por forças navais e aéreas, Atabae caiu às mãos das Forças Armadas indonésias. O Comité Central concluiu que estava iminente uma invasão indonésia em larga escala. Entrevistado pela Comissão em 2004 Mari Alkatiri, recordou as palavras dirigidas pelo vice-presidente da Fretilin, Nicolau Lobato, ao Comité Central:

*O Exército Indonésio já entrou em Atabae...Atabae...Eles ocuparam Atabae! Se esperarmos até 1 de Dezembro, não teremos tempo para declarar a independência em Díli. Então, o melhor é proclamarmos a independência hoje.*<sup>265</sup>

206. Embora alguma oposição fosse movida à decisão de declarar a independência, na tarde de sexta-feira, 28 de Novembro de 1975, a Fretilin leu a declaração perante uma multidão de 2 mil pessoas, reunidas em frente do edifício do governo português.<sup>266</sup> Os soldados das Falintil desfilaram trajados de camuflado, com bandanas da cor de cada unidade.<sup>267</sup> Xavier do Amaral chegou num Mercedes-Benz preto, a viatura oficial do governador português. Às 17:55 a bandeira portuguesa, que durante séculos estivera desfraldada em Timor-Leste, foi arriada. A Fretilin fez hastear a nova bandeira da República Democrática de Timor-Leste—vermelha, negra e amarela, com uma estrela branca—guardando um minuto de silêncio, em homenagem a “todos aqueles que morreram nos últimos meses e ao longo das guerras anticoloniais de Timor-Leste”.<sup>268</sup> Uma peça de artilharia disparou 20 salvas, em sinal de respeito pelos mortos. O presidente da Fretilin, Xavier do Amaral, leu a proclamação da independência:

Encarnando a aspiração suprema do Povo de Timor-Leste e para salvaguarda dos seus mais legítimos direitos e interesses como Nação soberana, o Comité Central da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente - FRETILIN - decreta e eu proclamo, unilateralmente, a independência de Timor-Leste que passa a ser, a partir das 00.00h de hoje, a República Democrática de Timor-Leste, anticolonialista e anti-imperialista.

Viva a República Democrática de Timor-Leste!

Viva Timor-Leste livre e independente!

Viva a Fretilin!

207. Após a proclamação, as pessoas presentes cantaram “Pátria! Pátria!”, declarando que ficaria a ser este o hino nacional. Então Timor-Leste transmitiu ao mundo as notícias da sua declaração de independência, através do Centro de Comunicações da Marconi.<sup>269</sup>

208. Embora a Fretilin tivesse previsto fazer a declaração da independência no dia 1 de Dezembro, a declaração de independência a 28 de Novembro foi inesperada e súbita. A prová-lo, várias circunstâncias, entre elas a redacção da proclamação<sup>270</sup> e o trabalho de costura da bandeira<sup>271</sup>, feitos na tarde de 28 de Novembro. Nem todos os líderes da Fretilin estavam presentes na cerimónia da proclamação.<sup>272</sup> O secretário-geral da Fretilin, Alarico Fernandes, e o secretário dos negócios estrangeiros, José Ramos-Horta, estavam na Austrália desde 20 de Novembro a angariar apoios políticos, enquanto Juvenal Inácio (Sera Key) e Vicente Reis (Sa'he) combatiam o exército indonésio junto à fronteira.

209. No dia seguinte, 29 de Novembro, o Comité Central da Fretilin nomeava Francisco Xavier do Amaral, Presidente da nova República. No seu discurso de tomada de posse, Xavier do Amaral sublinhou que a independência era o direito do povo de Timor-Leste, dizendo que a independência era inseparável da negligência e da traição a esse direito observadas durante o processo de descolonização levado a efeito pelo Governo português. Xavier do Amaral afirmou:

Após mais de 400 anos de sofrimento, fome, privações, ignorância e massacres, de que estamos à espera? Amigos, para bem e para mal, temos de ser os primeiros e os últimos a resolver os nossos problemas. Por isso, deste dia em diante, todos nós, sim todos, iremos construir a nossa nação, Timor-Leste.<sup>273</sup>

210. O ministro da Defesa, Rogério Lobato, leu a Constituição da República Democrática de Timor-Leste (RDTL). A Constituição, composta por 55 artigos, foi redigida alguns dias antes de 28 de Novembro de 1975.<sup>274</sup> No dia 1 de Dezembro, o Conselho de Ministros tomou posse na residência do governador português, em Lahane. O Comité Central nomeou o vice-presidente da Fretilin, Nicolau Lobato, como primeiro-ministro.

211. A Constituição incluía artigos que comprometiam Timor-Leste a:

- Eliminar as estruturas coloniais e criar uma nova sociedade livre de todos os tipos de domínio e exploração (artigo 2º).
- Centrar as políticas de desenvolvimento no desenvolvimento agrícola e na indústria (artigo 6º).
- Prosseguir uma política de desenvolvimento económico planificado (artigo 10º).
- Combater o analfabetismo e a ignorância, e proteger e desenvolver a cultura (artigo 12º).
- Desenvolver e manter um sistema de saúde (artigo 13º).
- Garantir a igualdade entre os direitos dos homens e das mulheres (artigo 14º).
- Garantir a liberdade religiosa (artigo 15º).
- Desenvolver “relações de amizade e cooperação” com “as potências democráticas e progressistas do mundo, consideradas aliadas naturais” (artigo 16º).
- Garantir o direito de participação no processo de consolidação democrática (artigo 23º).
- Garantir a liberdade de pensamento, associação, sindical e de expressão (artigo 24).
- Garantir-se-ia o direito a eleger e ser eleito no âmbito de eleições gerais (artigo 25º).
- Garantir o direito ao trabalho, à educação e à saúde (artigo 27º).

212. Dando cumprimento à Constituição, a governação baseava-se num regime semipresidencial. O primeiro-ministro encabeçava o Conselho de Ministros (artigo 40º), cabendo-lhe dirigir o Governo. O Presidente da República era o Chefe do Estado (artigo 42º) e o Comandante-em-chefe das Forças Armadas (artigo 4º). O Presidente tinha competência para

nomear e demitir o primeiro-ministro, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça e o governador do Banco de Timor-Leste (artigo 42º). Nicolau Lobato, então nomeado primeiro-ministro, elaborou uma lista de ministros e vice-ministros, e apresentou-a ao Presidente e ao Comité Central da Fretilin para aprovação.<sup>275</sup>

## Reacções à declaração de independência

### Declaração de Balibó

213. No dia seguinte à Fretilin ter declarado unilateralmente a independência de Timor-Leste, os outros quatro partidos políticos timorenses — a UDT, a Apodeti, a KOTA e o Partido Trabalhista — faziam a sua “Proclamação de Integração” para contrabalançarem a iniciativa da Fretilin. A proclamação acusava a Fretilin de impedir uma solução pacífica para o conflito e o direito do povo do Timor Português à autodeterminação. Afirmava que “a totalidade da antiga colónia portuguesa de Timor Português” seria integrada na Indonésia e que esta integração era o “mais forte reconhecimento dos sentimentos do povo do Timor Português”. Pedia ao Governo e ao povo indonésios que “tomassem as medidas necessárias para proteger as vidas das pessoas que agora se consideravam indonésias, mas que viviam sujeitas ao reino do terror e às práticas fascistas da Fretilin, com a aquiescência do Governo português”.<sup>276</sup>

214. Junto à parte inferior da declaração lêem-se as palavras “Feita em Balibó” e as assinaturas dos representantes dos quatro partidos. As circunstâncias em que a chamada Declaração de Balibó foi feita têm permanecido motivo de controvérsia desde há muitos anos.<sup>277</sup> A Comissão ouviu depoimentos de muitos líderes políticos timorenses presentes à assinatura que afirmaram ter sido a mesma redigida em Jacarta e assinada num hotel em Bali pelos líderes dos partidos que, nas palavras de um dos signatários, se encontravam “sob vigilância apertada”, mas que mesmo assim ainda protestaram tenazmente durante muitas horas contra a assinatura do documento.<sup>278</sup> Deram testemunho das pressões exercidas sobre os políticos timorenses por membros da agência de serviços de informação, *Bakin*, no decurso da redacção e da decisão de voto relativo à declaração.\* A declaração foi lida a partir de um potente emissor de rádio em Balibó.<sup>279</sup>

### Portugal

215. Portugal rejeitou a declaração unilateral de independência feita pela Fretilin e a “Declaração de Balibó”. No dia 29 de Novembro, num comunicado da sua Comissão Nacional para a Descolonização, Portugal afirmava considerar-se ainda “potência administrante” de Timor.<sup>280</sup> O comunicado condenava igualmente a intervenção militar no território, numa clara referência aos ataques militares indonésios. O Governo português continuava a defender que Timor-Leste devia alcançar um acordo negociado entre os três partidos políticos, merecedor da concordância do povo de Timor-Leste, com uma cláusula de salvaguarda onde se afirmasse que “o interesse legítimo do território geopolítico da Indonésia” deveria ser tido em conta.<sup>281</sup>

### Indonésia

216. A declaração de independência da Fretilin foi o gatilho que levou o Presidente Soeharto a consentir a invasão em larga escala de Timor-Leste pela Indonésia.<sup>282</sup> Após uma reunião com o Presidente Soeharto, a 29 de Novembro, o ministro da Informação indonésio, Mashuri, emitiu

---

\* Três outros documentos, assinados por timorenses declarando ou solicitando a integração—as Declarações de Suai e Bobonaro e a Petição de Batugade—precederam a ‘Declaração de Balibó’. Segundo depoimentos recebidos pela Comissão, em pelo menos dois destes documentos, a Declaração de Suai e a Petição de Batugade, houve participação activa de agentes indonésios, redigindo-os e exercendo pressão sobre alguns dos signatários (ver Documento submetido à CAVR por Domingos Oliveira, p.31, e entrevista da CAVR com Cláudio Vieira, Kupang, 25 de Agosto de 2004).

um comunicado lamentando a “acção unilateral” da Fretilin e a posição do Governo português de “claro apoio à acção da Fretilin”.<sup>283</sup> A Indonésia condenava a acção unilateral da Fretilin mas “compreendia verdadeiramente a declaração feita pela UDT, Apodeti, KOTA e Partido Trabalhista de, em nome do povo de Timor Português, afirmarem a sua integração na Indonésia.”<sup>284</sup>

217. Quando o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia aceitou a Proclamação da Integração, no dia 1 de Dezembro, afirmou que se avizinhava uma “dura luta” e que a Indonésia prestaria “todo o apoio, secreto e aberto”. Adam Malik concluiu, dizendo: “Terminou a diplomacia. A partir de agora, as questões de Timor-Leste serão resolvidas no campo de batalha.”<sup>285</sup>

### **Resposta internacional mais ampla**

218. Os mais importantes protagonistas da comunidade internacional havia muito que tinham consciência de que era provável a invasão militar do Timor Português pela Indonésia. A Austrália aceitara há muito que a integração era política “estabelecida” da Indonésia (ver 3.6: Crescente envolvimento da Indonésia no Timor Português: desestabilização e diplomacia, supra) e conhecia a extensão do envolvimento militar desta no território.<sup>286</sup> Existem igualmente numerosos documentos comprovativos de que os EUA conheciam também os planos da Indonésia para conquistar Timor-Leste por via militar.<sup>287</sup> A Austrália recusou-se a reconhecer o novo país e classificou a acção da Fretilin como “provocatória e irresponsável”.<sup>288</sup> Os EUA confirmaram a sua posição de não envolvimento.<sup>289</sup> Os países africanos cuja independência fora recentemente conquistada — Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe — reconheceram todos a independência de Timor-Leste. No entanto, tratava-se de países demasiado pequenos para o seu reconhecimento ter repercussões na política internacional. A China e o Vietname, os mais importantes apoiantes da Fretilin na Ásia, enviaram os seus cumprimentos mais calorosos. A China foi o único membro permanente do Conselho de Segurança da ONU a reconhecer a declaração de independência.

219. No dia 6 de Dezembro, véspera da invasão, o Presidente Gerald Ford e o seu secretário de Estado, Henry Kissinger, encontravam-se em Jacarta. Peritos da *CIA* previram que a invasão se verificaria após a partida de Ford.<sup>290</sup> No dia 6 de Dezembro, Kissinger afirmou que o uso de armamento dos EUA numa tal operação poderia levantar problemas, mas acrescentou:

[Que] isso depende da forma como for construído o argumento: em defesa própria, ou numa operação no estrangeiro.<sup>291</sup>

220. Apesar deste conhecimento prévio, não houve qualquer tentativa para impedir a Indonésia e nenhum país fez qualquer contacto com a Fretilin, que em breve se apercebeu do seu isolamento.

### **Iminência de invasão em larga escala**

221. Após a declaração de independência, a situação em Timor-Leste foi-se tornando cada vez mais tensa. Os líderes da Fretilin aguardavam a invasão indonésia e, todas as noites, membros do Comité Central partiam em patrulhamento.<sup>292</sup> A 2 de Dezembro, a delegação do CICV em Díli recebeu um telegrama do Governo australiano, aconselhando todos os australianos presentes em Timor-Leste a abandonarem o país, para sua própria segurança.<sup>293</sup> A neutralidade do CICV fora reconhecida pela Fretilin, mas não pela UDT e pela Apodeti, nem pela Indonésia. A Cruz Vermelha viu-se assim forçada a transferir-se para a Ilha de Atauro no dia 2 de Dezembro, planeando operar a partir dali uma clínica de serviço a Díli. Nesse mesmo dia, o ministro da Defesa da República Democrática de Timor-Leste, Rogério Lobato, emitiu uma declaração:

Baseados em dados colhidos pelas fontes de informação da Fretilin, suspeitamos que vá ter lugar um ataque em larga escala contra Timor-Leste, sobretudo contra a capital, Díli...Pedimos ao mundo que impeça esta agressão criminosa, uma vez que vai causar um banho de sangue interminável. O povo de Timor-Leste irá resistir.<sup>294</sup>

222. No dia 4 de Dezembro, uma delegação composta pelo ministro dos Assuntos Económicos e Políticos, Mari Alkatiri, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e da Informação, José Ramos-Horta, e pelo ministro da Defesa, Rogério Lobato, partiu de Timor-Leste.<sup>295</sup> O Governo da República Democrática de Timor-Leste confiara a esta delegação a tarefa de lançar uma campanha diplomática no estrangeiro e de procurar armas para defender a nova república.<sup>296</sup> No dia 6 de Dezembro, o último grupo de trabalhadores do CICV deixou Díli, a caminho de Ataúro. Nessa tarde, as pessoas começaram a fugir para as montanhas. Nessa noite, Roger East, o último repórter estrangeiro ainda presente em Timor-Leste, escreveu:

Com a situação de segurança a degradar-se, as pessoas começaram a sair calmamente, deslocando-se para as montanhas. Hoje Díli está calma e quase vazia, abandonada pelos seus habitantes. Foi aplicado o recolher obrigatório pelo quarto dia consecutivo, havendo guardas armados a patrulhar a praia e as ruas.<sup>297</sup>

## 3.10 Invasão em larga escala

### Síntese

223. No início de Dezembro, a Indonésia tornava patente a intenção de levar a efeito uma invasão em larga escala. Os serviços de informação australianos mantinham a situação sob vigilância e, no dia 2 de Dezembro, o Governo australiano recomendou aos seus cidadãos que abandonassem Timor-Leste. A maioria dos poucos estrangeiros ainda presentes no território abandonaram-no nos dias seguintes, tendo a Fretilin enviado ao estrangeiro uma delegação para desenvolver uma campanha diplomática internacional. Entre as forças invasoras, contava-se um número relativamente pequeno de membros da UDT e da Apodeti. O Governo indonésio tentou fomentar o mito de que estes últimos estavam a ser auxiliados apenas por alguns “voluntários” indonésios. Os militares indonésios foram ao ponto de retirar as insígnias dos seus navios de desembarque, utilizando armas especialmente compradas para o ataque de maneira a não poderem ser associadas ao seu principal patrocinador militar – os Estados Unidos da América. Não obstante, tratou-se de um ataque em larga escala por via aérea e marítima, no qual participou um elevado número de tropas. A Fretilin opôs resistência às forças invasoras e os seus líderes políticos retiraram para as colinas de Aileu. No dia da invasão houve atrocidades generalizadas cometidas pelas tropas indonésias contra civis timorenses, incluindo execuções sumárias e massacres.

224. As Nações Unidas debateram de imediato a invasão e, no dia 22 de Dezembro, o Conselho de Segurança aprovou uma resolução por unanimidade em que lamentava a invasão, exigindo a retirada imediata das tropas indonésias e reafirmando o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação. A ONU fez seguir um enviado para avaliar a situação em Timor-Leste, mas os seus esforços goraram-se e o debate nas Nações Unidas seria transferido para a Assembleia Geral nos primeiros meses de 1976.

### Indonésia decide invadir e fazer guerra aberta

225. No dia 28 de Novembro de 1975, as tropas indonésias já ocupavam áreas significativas de Timor-Leste. O Governo indonésio terminou os seus preparativos finais nos primeiros dias de Dezembro, tornando clara a intenção de conquistar o território. Para as potências ocidentais, nada disto constituía novidade. Os serviços de informação dos EUA e da Austrália vinham vigiando a deslocação crescente de tropas por parte da Indonésia e os seus governos permaneceram em diálogo constante com a Indonésia durante o período de operações militares que integraram a *Operasi Flamboyan*, em particular através de Harry Tjan Silalahi e de Yusuf Wanandi, do CSIS, o centro de reflexão e investigação criado pelo director dos serviços de informação, o general Ali Murtopo. Com o aviso feito pelo Governo australiano a 2 de Dezembro, a maioria dos estrangeiros ainda presentes no território partiram de Díli. O único jornalista estrangeiro a permanecer no território foi o australiano Roger East.

226. O primeiro-ministro australiano Gough Whitlam já afirmara com clareza, durante as suas reuniões de Townsville e Wonosobo com o Presidente Soeharto, a sua preferência pela anexação de Timor-Leste pela Indonésia.<sup>298</sup> Conhecedora da iminente visita do Presidente Ford e do secretário de Estado Kissinger a Jacarta, no dia 5 de Dezembro a Fretilin enviou uma carta desesperada ao Presidente Ford:

Fomos acusados na Assembleia Geral da ONU de sermos um Estado agressor...Ouvimos agora dizer que “Timor-Leste cometeu actos de agressão” contra a Indonésia e que há pessoas a exigir uma intervenção em larga escala. O meu Governo acredita que estas acusações sem fundamento são um prelúdio para a guerra aberta.<sup>299</sup>

227. A iminente invasão de Timor-Leste foi brevemente discutida entre os Presidentes Ford e Soeharto, e o secretário de Estado Kissinger. Os EUA exprimiram com clareza a sua aceitação da esperada anexação de Timor-Leste pela Indonésia:

[Soeharto] Queremos a vossa compreensão para o caso de considerarmos necessário tomar medidas rápidas ou drásticas.

[Ford] Compreendê-las-emos e não vos pressionaremos a este respeito. Compreendemos o vosso problema e as vossas intenções.<sup>300</sup>

228. Garantido este apoio internacional decisivo, a Indonésia procurou igualmente legitimar a sua decisão a nível interno, através do Parlamento. No dia 6 de Dezembro, a Assembleia Consultiva Popular da Indonésia (*MPR*) declarou que:

Apoia o governo da Indonésia nas medidas que tomar para resolver o problema de Timor Leste.

Lamenta profundamente a iniciativa da Fretilin em ter declarado a independência de Timor Português no dia 28 de Novembro de 1975, o que contradiz...[o processo de descolonização]...à luz dos acordos de Roma.<sup>301</sup>

229. A declaração do *MPR* terminava reiterando os princípios anticolonialistas da Indonésia.\* Nesse mesmo dia, o Conselho Representativo Popular Indonésio (*DPR*), aprovou uma resolução onde afirmava:

O povo de Timor Português manifestou o desejo de aderir à República da Indonésia e o *DPR* deve reconhecer esse desejo.<sup>302</sup>

### Díli prepara a sua estratégia de defesa

230. A Fretilin conseguiu mobilizar para a defesa de Timor-Leste um exército de cerca de 10 mil efectivos, composto por 2.500 soldados profissionais timorenses do exército português e cerca de 7 mil civis com treino militar.<sup>303</sup> As tropas estavam equipadas com carabinas Mauser e abundância de munições do *stock* português da NATO. A Fretilin contava também com chefias militares competentes, dirigidas por Fernando do Carmo, membro do exército português. Ao longo do período de operações secretas desenvolvidas pela Indonésia, entre Setembro de 1975 e a invasão de Díli em Dezembro, as tropas da Fretilin mantiveram a superioridade nas áreas

---

\* Não foram celebrados acordos formais entre Portugal e a Indonésia na reunião de Roma, em Novembro. No momento da reunião, as tropas indonésias ocupavam partes do Timor Português, a administração colonial portuguesa encontrava-se na Ilha de Ataúro e as tentativas da Fretilin para comunicar com ela ficavam sem resposta. A Comissão ouviu um depoimento do investigador do CS/S, Yusuf Wanandi, segundo o qual a declaração de independência da Fretilin galvanizou várias facções na Indonésia no sentido de “apoiar a operação militar de intervenção em Timor-Leste”. Devido a esse apoio, aquilo que até então se caracterizava por operações de informação consideradas secretas, transformou-se em operações militares combinadas com o apoio de todas as forças” [ver documento submetido à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 16 de Dezembro de 2003].

onde as forças indonésias não contavam com a vantagem do apoio da artilharia naval, tendo adquirido valiosos conhecimentos de combate.

231. Em Outubro, a Fretilin enviou um telegrama ao presidente do Conselho de Segurança da ONU, manifestando a sua vontade de opor resistência à intervenção armada da Indonésia:

Resistiremos até ao último homem e nunca desistiremos da luta armada enquanto os direitos democráticos do nosso povo não forem respeitados. A Indonésia está profundamente envolvida no treino de forças de guerrilha no Timor Indonésio, violando os princípios da Carta da ONU e do direito internacional. Dirigimos um apelo a Vossa Excelência, para que impeça a agressão militar indonésia contra o nosso povo.<sup>304</sup>

### Preparativos militares indonésios: Operação *Seroja* (Lotus)

232. A resistência encontrada pelas Forças Especiais durante as suas incursões de Agosto e Setembro levou à criação do Comando da Força de Intervenção Conjunta da Operação *Seroja*, em Outubro de 1975, e o número de efectivos militares foi aumentado para 3.200.<sup>305</sup> Estes reforços incluíam igualmente o 2º Destacamento de Combate do *Kopassandha*<sup>†</sup>, o 5º Batalhão de Infantaria dos Fuzileiros<sup>‡</sup>, de Surabaya, o submarino *Ratulangi*, dois aviões de transporte da Força Aérea e três batalhões da 2ª Brigada de Infantaria (Java Oriental).<sup>306</sup> Ao mesmo tempo que continuavam as incursões fronteiriças, garantindo o avanço territorial das *ABRI* nas cidades costeiras fronteiriças de Balibó e Atsabe, o Comando *Seroja* planeava a invasão em larga escala de Timor-Leste, um ataque combinado de forças contra Díli, em duas frentes, no dia 7 de Dezembro. O plano previa a intervenção de batalhões de fuzileiros e infantaria desembarcados em navio junto à cidade fronteiriça de Atabae, no distrito de Bobonaro, que já então se encontrava ocupada pela 2ª Brigada de Infantaria e pelo *Tim Susi*. A intenção era levar a efeito um desembarque anfíbio em Díli, de madrugada, logo seguido do lançamento, no centro da cidade, de tropas pára-quedistas do Comando Secreto de Guerra e da Reserva Estratégia do Exército.<sup>307</sup>

### Invasão de Díli e Baucau

#### Ataque

233. No dia 7 de Dezembro de 1975, a Indonésia montou um ataque em larga escala contra Díli. Tratou-se de uma grande ofensiva militar, na qual participaram tropas, com apoio total das forças marítimas e aéreas.<sup>308</sup> Este ataque foi feito sem cumprimento da formalidade da declaração de guerra.<sup>§</sup> Havia vários dias que a cidade de Díli se encontrava em alerta máximo, na expectativa de um ataque. Em 1975, Díli tinha uma população de aproximadamente 28 mil habitantes. Enquanto algumas unidades armadas da Fretilin ficavam para trás, oferecendo resistência às forças invasoras, os civis e os líderes da Fretilin refugiavam-se nas colinas de Aileu. Muitos não conseguiram escapar. As forças invasoras cometeram atrocidades contra a

---

<sup>\*</sup> *Komando Tugas Gabungan Operasi Seroja*. O Brigadeiro-General Chamid Suweno, então desempenhando funções como Comandante do Centro de Informações do Comando Militar Especial (*Kopassandha*) foi nomeado comandante. O coronel Dading Kalbuadi foi recrutado como Assistente de Informações Secretas.

<sup>†</sup> Comando Especial de Guerra.

<sup>‡</sup> Com o novo nome de *Pasmar 1*.

<sup>§</sup> Não se conhece com exactidão o número total de homens que compunham as forças invasoras. Contudo, além dos vários milhares que desembarcaram nos dias 7 e 10 de Dezembro, pensa-se que 10mil a 20 mil desembarcaram durante as semanas seguintes, incluindo um número elevado no Dia de Natal [ver Carmel Budiardjo e Liem Soei Liong, *The War Against East Timor*, Zed Books, London, 1984, pp. 15 e 23; Dunn, 2003, p. 244].

população civil e fizeram erros militares custosos que resultaram em perdas elevadas de vidas humanas do seu lado.

234. No dia 6 de Dezembro, à tarde, várias centenas de Partidários timorenses e tropas indonésias da 1ª Unidade de Fuzileiros embarcaram a bordo do vaso de guerra Teluk Bone, em Atabae, e partiram para Díli. Tinham por missão levar a efeito um desembarque preparatório, pela calada da noite, de maneira a assegurar a prontidão para a invasão em larga escala no dia seguinte.<sup>309</sup> Às duas horas da manhã do dia 7 de Dezembro, cinco outros vasos de guerra indonésios chegaram ao largo de Díli.<sup>310</sup> Alertada para a sua presença, a Fretilin desligou a electricidade na cidade às 3 da manhã, mergulhando Díli num manto de escuridão. Os vasos de guerra do comando indonésio abriram fogo sobre Díli, contrariamente ao planeado. O jornalista indonésio Subroto acompanhou as forças invasoras e relatou:

Ao ver gorado o factor surpresa, o comandante da Força de Intervenção, o brigadeiro-general das *ABRI* Suwono ordenou aos navios KRI Ratulangi, KRI Barakuda, KRI Martadinata e KRI Jayawijaya que abrissem fogo na direcção da costa. Este ataque correu bem, até se perder gradualmente o elemento de surpresa, o que tornou ineficaz a intervenção da 1ª Unidade de Fuzileiros entretanto desembarcada.<sup>311</sup>

235. Por volta das quatro e meia da manhã, 400 fuzileiros\* juntamente com tanques anfíbios ligeiros e lanchas de transporte de pessoal armado desembarcaram em Kampung Alor, nos arredores ocidentais de Díli.<sup>312</sup> A Fretilin/Falintil ofereceu pouca resistência e, às sete da manhã, os fuzileiros indonésios haviam controlado a área. Em seguida, a Marinha de Guerra indonésia, bombardeou a zona oriental e ocidental de Díli, por pensar erradamente que aí se abrigava a artilharia da Fretilin, preparando a chegada dos pára-quedistas.<sup>313</sup>

236. Antes disso, pouco antes das 6 da manhã, nove aviões Hércules C-130B tinham sobrevoado Díli, largando o primeiro contingente de pára-quedistas do Comando Secreto de Guerra (Grupo 1) e *Kostrad* (Batalhão de Infantaria 501).<sup>314</sup> Devido a informações deficientes, estes foram largados directamente sobre a cidade, um terreno de desembarque cheio de obstáculos.<sup>315</sup> A maior parte destas tropas aterrou na região nordeste de Díli. Alguns dos pára-quedistas foram alvo do fogo das forças Fretilin/Falintil, ainda durante a descida, outros ficaram feridos ou morreram por caírem entre os edifícios ou os cabos de electricidade. Um avião despejou o seu contingente de pára-quedistas no mar, onde se afogaram, e outro aterrou por detrás das linhas da Fretilin/Falintil.<sup>316</sup> Um segundo desembarque, pouco antes das 8 da manhã, fez com que as unidades das *ABRI* abrissem fogo umas contra as outras, no meio da confusão. Uma vez que os lançamentos da manhã haviam corrido tão mal, o Comando da Força de Intervenção Conjunta cancelou a surtida da tarde.<sup>317</sup>

237. De início, as forças da Fretilin/Falintil que defendiam a cidade tiveram sucesso. Quando dois aviões Dakota C-47, com 37 efectivos das Tropas Especiais a bordo, tentaram aterrar e assenhorear-se do aeroporto de Comoro, a Oeste de Díli, a Fretilin repeliu com êxito um deles.<sup>318</sup> Porém, com o seu superior poder de fogo, as *ABRI* em breve levaram a melhor. O soldado da Fretilin/Falintil Carlos Maria Soares faz a seguinte descrição:

*Estávamos no posto da Fretilin em Bidau Santana e resistimos aos TNI [ABRI], chefiados pelo comandante Amândio. Nessa altura éramos 21 pessoas...A nossa resistência não durou muito porque não tínhamos soldados nem munições suficientes.*<sup>319</sup>

---

\* Do Batalhão da Equipa de Desembarque nº 5 de Infantaria (*Yonif nº 5, Brigif 1 Pasrat Marinir*, referido como Pasmari 1).

238. Por volta do meio-dia, as tropas indonésias tinham conquistado o Palácio das Repartições (hoje, Palácio do Governo), no centro de Díli, e posicionado equipas ao longo das vias principais que partiam do centro da cidade. As tropas da Fretilin/Falintil mantiveram o controlo sobre Taibessi e Lahane, no sopé das colinas a Sul de Díli, bem como sobre as colinas a Sul de Fatuhada e as que ficavam frente ao aeroporto de Comoro.

#### **Controlo da informação: tentativa de ocultar a participação das *ABRI***

239. Para manterem a ficção de que nenhum do seu pessoal militar participava na operação, as *ABRI* retiraram as insígnias das lanchas de desembarque.<sup>320</sup> As suas tropas utilizaram AK-47 e outras armas ligeiras não ocidentais, adquiridas pelo general Benny Murdani de propósito para a invasão de Timor-Leste. O objectivo era negar o envolvimento militar indonésio e evitar a incriminação dos principais fornecedores de armamento das *ABRI*, em especial os EUA.<sup>321</sup> Grande parte do armamento pesado das *ABRI* – aviões, navios e lanchas de desembarque, bem como o treino de muitas das suas tropas de elite, como as brigadas aerotransportadas – fora fornecido pelos EUA.<sup>322</sup>

240. O único jornalista estrangeiro ainda presente em Timor-Leste, o australiano Roger East, foi levado do Hotel Turismo na manhã seguinte aos desembarques e executado nas docas pelas tropas indonésias.<sup>323</sup> Este assassinio elevou para seis o número de jornalistas estrangeiros mortos pelos militares indonésios em menos de dois meses e assegurou que a reportagem da invasão e subsequentes operações indonésias não seriam cobertas em pormenor pelos meios de comunicação internacionais.

241. Os militares indonésios tentaram manter a ficção de que a invasão de Díli fora levada a efeito por Partidários timorenses pertencentes aos quatro partidos políticos que haviam assinado a Declaração de Balibó. Um dia após a invasão, um comunicado de imprensa oficial indonésio fazia menção à “queda de Díli, no dia 7 de Dezembro, conquistada pelas forças combinadas da Apodeti, UDT, Kota e Partido Trabalhista.”<sup>324</sup> Nessa declaração fazia-se uma referência passageira, na terceira página, aos “voluntários” indonésios envolvidos na operação. Seis dias mais tarde, o ministro da Informação indonésio afirmava que:

Os voluntários solicitados pela Apodeti, UDT, Kota e Partido Trabalhista, que ajudaram os nossos irmãos de Timor Português, não irão provavelmente ser contidos [durante mais tempo] pelo Governo indonésio.<sup>325</sup>

242. Os jornalistas indonésios repetiram e divulgaram esta desinformação, contribuindo para o mito de que a Indonésia não estava a realizar qualquer invasão, tratando-se dos partidos integracionistas timorenses que reconquistavam o controlo do seu território, com a ajuda de um pequeno número de “voluntários” indonésios.<sup>326</sup> O historiador indonésio Asvi Warman Adam, professor investigador da Academia das Ciências da Indonésia (*LIPi*), contou à Comissão que este mito teve um impacto duradouro na Indonésia.<sup>327</sup> Ao avaliar alguns dos pontos históricos decisivos que ele considera precisarem de ser repensados na Indonésia, relativamente a este período, o Dr. Adam disse o seguinte à Comissão:

*O termo “voluntário” está evidentemente incorrecto, porque é preciso reconhecer que eram forças indonésias.*

243. Comentando a dimensão do ataque contra Díli, Asvi Warman Adam disse à Comissão que este podia ser “comparado ao ataque levado a efeito para esmagar a rebelião do *PRRI/Permesta* (em 1958), a maior operação militar na história militar da Indonésia.”

## Violência generalizada contra civis

244. Além de execuções arbitrárias de civis, durante os primeiros dias da invasão ocorreram vários assassinios em massa. Segundo depoimentos ouvidos pela Comissão, os soldados indonésios definiram como alvos vários membros da comunidade chinesa de Díli, ao mesmo tempo que grupos de civis eram assassinados na baixa de Colmera nos dois primeiros dias.<sup>328</sup> No dia 8 de Dezembro, houve diversas execuções em grupo de civis no porto de Díli, entre os quais Isabel Lobato, mulher do líder da Fretilin Nicolau Lobato, assassinada a tiro pelas costas durante a manhã, a militante da Fretilin Rosa Muki Bonaparte e o jornalista australiano Roger East pela tarde.<sup>329</sup> As provas sugerem que os membros da Fretilin foram identificados a dedo de entre a confusa multidão de civis reunida junto ao porto. Depois, eram levados para o porto e executados.<sup>330</sup> A Comissão recebeu provas da existência de uma “lista de alvos a abater” das ABRI, composta por pessoas escolhidas para serem executadas, lista essa que foi compilada nos meses das operações secretas de recolha de informação que precederam a invasão em larga escala.<sup>331</sup>

245. No dia 8 de Dezembro, o general Murdani fez uma digressão por Díli, na companhia do coronel Dading Kalbuadi, visitando o porto:

Nessa tarde, o capitão da Marinha de Guerra R. Kasenda, chefe do Estado-Maior do Comando da Força de Intervenção Conjunta, deixou o navio KRI Ratulangi e foi inspeccionar a cidade de Díli. A inspecção efectuou-se com o capitão ao volante do veículo anfíbio BTR-50, do tipo APC (transporte pessoal blindado). No porto de Díli, o capitão da Marinha de Guerra R. Kasenda encontrou-se com o major-general Benny Murdani, e dirigiram-se ambos ao palácio do governador. Por essa altura, jaziam sobre as estradas os cadáveres de membros da Fretilin ainda por enterrar.<sup>332</sup>

246. Foram assassinados outros grupos de civis à medida que as tropas indonésias se encaminhavam para o quartel-general das Falintil, no sopé das colinas a Sul de Díli. A Comissão ouviu vários depoimentos sobre o massacre de 21 civis no edifício da Assistência, perto de uma base da Fretilin no edifício do Matadouro:

*[E]les [as ABRI] separaram os homens das mulheres. Levaram os homens para o lado do edifício que estava coberto de capim alto... Pouco depois ouvimos tiros e o som de uma granada. O tiroteio arrastou-se durante muito tempo... os homens levados para o lado do edifício tinham sido todos mortos.*<sup>333</sup>

247. A execução de civis por tropas indonésias parece ter sido um padrão recorrente do dia da invasão.<sup>334</sup> Um relato feito à Comissão de outro massacre de civis na zona de Caicoli, no centro de Díli, diz o seguinte:

*No dia 7 de Dezembro, a Indonésia invadiu de manhã cedo com pára-quedistas, desembarcando em Díli. Nessa altura, o comandante [das Falintil] sargento Constâncio Soares foi abatido a tiro em frente da loja Sang Thai Hoo, em Colmera. Ao meio-dia, o TNI [sic] atacou o quartel-general da polícia militar em Caicoli, detendo 50 pessoas. Mandaram-nas formar em linha e mataram-nas a tiro.*<sup>335</sup>

## **Liderança da Fretilin escapa para o interior**

248. A Comissão ouviu muitos depoimentos e testemunhos sobre a fuga para o interior, no momento em que se deu a invasão.<sup>336</sup> O plano da Fretilin era evacuar para o Sul, opondo resistência suficiente de maneira a prejudicar o avanço das tropas indonésias. Um elevado número de civis de Díli acompanharam-nos na fuga rumo a Aileu.<sup>337</sup>

249. Apesar dos apelos feitos pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) no momento da partida, nos dias anteriores à invasão, a Fretilin levou consigo na fuga os seus prisioneiros da UDT e da Apodeti.

## **Forças invasoras ocupam Baucau**

250. No dia 9 de Dezembro, quatro vasos de guerra indonésios, transportando fuzileiros indonésios e 1.500 Partidários timorenses, mais duas fragatas indonésias de fabrico soviético, deixaram as águas de Díli encaminhando-se para Baucau. Por volta das seis da manhã do dia 10 de Dezembro, com cobertura da artilharia naval, uma equipa de desembarque dos fuzileiros chefiada por Manuel Carrascalão, sob o comando do coronel Dading Kalbuadi, desembarcou na praia perto de Laga, no distrito de Baucau. Segundo depoimentos ouvidos pela Comissão, o ataque contra Baucau não encontrou praticamente qualquer resistência armada e as forças indonésias assenhorearam-se rapidamente do controlo da cidade.<sup>338</sup>

## **Custo da invasão em larga escala**

251. As atrocidades generalizadas perpetradas contra civis em Díli nos primeiros dias da invasão constituíram uma violação grave dos direitos humanos. Não houve praticamente quaisquer sanções disciplinares contra as forças indonésias responsáveis por tais acções. Tragicamente, este início iria marcar o tom de impunidade total da violência contra civis que seria a marca característica do conflito nos anos seguintes. Ao nono dia da invasão, a Fretilin enviou mais um telegrama ao Conselho de Segurança da ONU. Nesse telegrama, o ministro da Informação da Fretilin, Alarico Fernandes, dava conta de pilhagens generalizadas em Díli e da presença no porto de 19 navios implicados na pilhagem.<sup>339</sup>

252. Em termos de perda de vidas humanas, a invasão também teve um custo significativo sobre as forças indonésias. A invasão inicial das *ABRI* cumpriu o objectivo militar da tomada das cidades de Díli e Baucau, mas o planeamento deficiente e as mudanças de última hora causaram confusão ao desembarque anfíbio e provocaram um elevado número de mortos entre os pára-quedistas de elite da *Kostrad* e do *Kopassandha*. O general Benny Murdani, que desempenhou um papel chave no planeamento da invasão, fez a seguinte análise das forças invasoras indonésias:

[Os nossos] soldados não se mostraram disciplinados, atirando uns sobre os outros. É embaraçoso...Em termos militares, não podemos orgulhar-nos muito daquela operação.<sup>340</sup>

## **Resposta da ONU à invasão em larga escala**

253. Sobre a situação nas Nações Unidas em Nova Iorque, naquela época, a Comissão ouviu o depoimento de David Scott, um respeitado e experiente especialista em assistência social enviado a Nova Iorque por organizações da sociedade civil a fim de apoiar o trabalho de José Ramos-Horta, imediatamente após a invasão:

*O secretário do Quarto Comité, que estava a debater a noticiada invasão pela Indonésia, disse-me que muito poucas pessoas em Nova Iorque e nas Nações Unidas sabiam fosse o que fosse sobre Timor Leste. A delegação da Indonésia afirmou: “entrámos em Timor Leste tal como se fôssemos apagar um incêndio na cozinha da casa ao lado, e iremos retirar-nos.”*

*No dia seguinte, Ramos-Horta chegou acompanhado por Araújo, tendo-se dado o momento alto da aceitação pela ONU de Ramos-Horta como representante do povo de Timor-Leste... Nas duas semanas seguintes, Ramos-Horta... fez uma campanha árdua em defesa do reconhecimento, ou da retenção de Timor Leste na agenda das Nações Unidas, e para apoiar as resoluções, exigindo a retirada da Indonésia e afirmando o direito de Timor Leste à autodeterminação.<sup>341</sup>*

254. No dia 12 de Dezembro, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 3485 (XXX), lamentando a invasão e exigindo a retirada das tropas indonésias do Timor Português. O Conselho de Segurança reuniu-se por três vezes em Dezembro para discutir a situação em Timor-Leste e, no dia 22 de Dezembro, aprovou por unanimidade a Resolução 384 que apelava à Indonésia para retirar as suas tropas e reafirmava o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação.

255. A resolução do Conselho de Segurança instruía o Secretário-Geral da ONU no sentido de enviar um representante especial a Timor-Leste. O representante, Winspeare Guicciardi, visitou as áreas de Timor-Leste controladas pela Indonésia nos finais de Janeiro de 1976. No entanto, os seus esforços para encontrar-se com os líderes da Fretilin foram gorados. A Comissão ouviu depoimentos sobre os esforços feitos no sentido de indicar coordenadas de locais seguros de aterragem na costa Sul, através de emissões de rádio da Fretilin dirigidas a um receptor em Darwin. Porém, as coordenadas dos possíveis locais de aterragem foram bombardeadas pelos militares indonésios e o Governo australiano encerrou a rádio de Darwin, frustrando os esforços de comunicação posteriormente tentados.<sup>342</sup> A Indonésia ameaçou igualmente afundar uma corveta portuguesa se esta fosse utilizada para desembarcar Guicciardi na costa Sul de Timor-Leste para essas reuniões.<sup>343</sup>

256. Por consequência, dessa vez a ONU foi mal informada sobre a situação no terreno em Timor-Leste e não conseguiu ser informada sobre os pontos de vista da liderança da Fretilin no interior do território, nem ver por si própria as zonas controladas pela Fretilin. Depois desta reacção inicial, a ONU não voltou a envidar esforços significativos para visitar Timor-Leste. O debate regressou à Assembleia Geral, a qual, embora continuando a condenar a invasão e a afirmar o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação, pouco fez para exercer pressões genuínas sobre a Indonésia de maneira a obrigá-la a recuar nas suas acções.<sup>344</sup>

### 3.11 Experiência timorense dos primeiros tempos de ocupação e as tentativas da Indonésia para formalizar a integração

#### Síntese

257. No dia 17 de Dezembro de 1975, a Indonésia tomou a iniciativa de dar posse a um governo provisório, composto essencialmente por membros da Apodeti e da UDT, os partidos políticos que haviam acompanhado a invasão em larga escala.<sup>345</sup> José Ramos-Horta foi aceite nas Nações Unidas como porta-voz do povo de Timor-Leste e a actividade diplomática decorreu a um ritmo frenético.

258. A liderança da Fretilin tinha retirado para o interior, levando consigo os prisioneiros da UDT e da Apodeti detidos na sua principal prisão de Díli, em Taibessi. Quando as forças indonésias avançaram sobre o quartel-general da Fretilin em Aileu, os membros da Fretilin massacraram um grande número destes prisioneiros. Durante a retirada diante do avanço das tropas perseguidoras, mais massacres tiveram lugar em Maubisse e em Same, nos finais de Dezembro e em Janeiro de 1976.

259. Uma grande parte da população civil timorense fugira das cidades e aldeias, vivendo em áreas controladas pela Fretilin. Em Maio de 1976, a Fretilin organizou uma conferência nacional para reflectir sobre a sua estratégia, escolhendo uma estratégia de resistência nacional da qual participavam a população civil residente nas montanhas e os combatentes de várias zonas libertadas. Os civis forneciam apoio logístico aos combatentes da Fretilin. As organizações de mulheres e de juventude responsabilizaram-se pela educação e por outras actividades sociais, sendo criadas redes de saúde. Em geral, as populações residentes nestas áreas permaneceram fora do alcance dos militares indonésios durante grande parte de 1976.

260. No dia 31 de Maio de 1976, a Indonésia procurou legitimar a sua ocupação de Timor-Leste. Durante uma curta cerimónia em Díli, a que chamou "Acto de Integração," a Indonésia formou uma Assembleia Popular composta por aproximadamente 30 membros dos distritos. A Assembleia aprovou uma petição dirigida ao presidente Soeharto, onde se solicitava a integração de Timor-Leste na Indonésia. Os membros da Assembleia foram transportados de avião até Jacarta para apresentarem a petição ao presidente Soeharto e, no dia 17 de Julho, Soeharto assinou um decreto declarando Timor-Leste parte da Indonésia. No dia 1 de Dezembro de 1976, a ONU rejeitou esta tentativa, através da resolução nº 31/53, e exigiu um acto de autodeterminação do território com aceitação internacional.

#### Consolidação das ABRI; Indonésia dá posse a "Governo Provisório"

261. Em resposta à invasão de Timor Português levada a efeito a 7 de Dezembro pela Indonésia, no dia 12 de Dezembro a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 3485. Esta resolução exigia a retirada das tropas indonésias, mas foi ignorada pela Indonésia. No dia 17 de Dezembro, a Indonésia dava posse ao Governo Provisório de Timor Leste (*Pemerintah Sementara Timor Timur, PSTT*), cujo presidente era Arnaldo dos Reis Araújo, presidente da Apodeti, e vice-presidente Francisco Lopes da Cruz, presidente da UDT.<sup>346</sup> Foi nomeado um total de 24 homens para cargos de responsabilidade neste governo provisório, bem como para um conselho deliberativo. Dezasseis deles pertenciam à UDT e à Apodeti.<sup>347</sup>

262. No dia 18 de Dezembro, o Governo Provisório enviava um telegrama ao presidente Soeharto, solicitando ajuda militar:

O Governo Provisório de Timor Oriental [sic] solicita ao Governo da República da Indonésia o favor de prestar-lhe ajuda militar e social, bem como assistência económica [sic], de maneira que possa restaurar-se no território de Timor Oriental [sic] uma situação livre das perturbações e ameaças dos resquícios terroristas deixados pelo Governo Português.<sup>348</sup>

263. O *PSTT* era apenas um governo nominal, criado para acelerar o processo de integração do Timor-Leste na Indonésia. Mário Carrascalão confirmou a falta de poder deste governo, ao afirmar à Comissão o seguinte:

*Não posso afirmar que o PSTT fosse um verdadeiro governo.*<sup>349</sup>

264. Entretanto, a Indonésia travava uma batalha diplomática na ONU, procurando neutralizar a condenação da sua invasão pela comunidade internacional. No dia 22 de Dezembro de 1975, Arnaldo dos Reis Araújo escreveu uma carta ao Secretário-Geral das Nações Unidas, alegando razões de segurança para rejeitar a visita proposta de uma equipa de observadores ao território.<sup>350</sup> Desrespeitando a resolução do Conselho de Segurança de 22 de Dezembro, por volta da quadra natalícia a Indonésia desembarcou mais 10 mil soldados.<sup>351</sup> Enquanto a comunidade internacional tentava abrir limitadas vias para a paz, as unidades de combate das *ABRI* iam avançando ao longo das estradas principais, uma vez conquistado o controlo de Díli e Baucau. Outras unidades desembarcavam em pontos estratégicos, ao longo da costa Sul, num processo conduzido lentamente. As unidades das *ABRI* moviam-se de forma cautelosa.<sup>352</sup> No início de 1976, o primeiro grande avanço realizou-se a Sul de Díli, em perseguição de tropas da Fretilin que haviam retirado para as suas bases no interior.

#### Fretilin em retirada; massacres de prisioneiros

265. A Fretilin mantinha muitos prisioneiros \* da UDT e da Apodeti detidos na sua base de Aileu.<sup>353</sup> Sob pressão das tropas indonésias em progressão, a Fretilin preparou-se para retirar ainda mais para o interior. O Comité Central da Fretilin encontrava-se fragmentado. Nos finais de Dezembro, alguns estavam em Aileu, alguns em Maubisse.<sup>354</sup> Foi nestas circunstâncias que membros da Fretilin levaram a efeito execuções em massa de prisioneiros na área de Aileu. A primeira teve lugar no dia 26 de Dezembro de 1975, em Aisirimou, em Aileu. A Comissão foi informada que membros da Fretilin assassinaram cerca de vinte e duas pessoas, entre as quais o antigo comandante da polícia portuguesa, Major Maggiolo Gouveia, que tomou o partido da UDT durante a guerra civil.<sup>355</sup> Outras execuções tiveram posteriormente lugar em Saboria e em Aituri.<sup>356</sup> O antigo presidente da Fretilin, Francisco Xavier do Amaral, apresentou uma análise da maneira como os massacres ocorreram:

*Estávamos no meio de uma guerra, nessa guerra...fugimos dos nossos inimigos, fugimos, levámos connosco os que tínhamos feito prisioneiros, os nossos inimigos que tínhamos feito prisioneiros, connosco...*

*Por isso tivemos de resolver. Deixamo-los aqui, vivos? Fugimos sozinhos e deixamo-los para trás? Ou matamo-los e depois fugimos?*

---

\* António Serpa, membro da UDT, depôs perante a Comissão que foi mantido prisioneiro pela Fretilin num grande armazém de café em Aileu na companhia de, segundo cálculo seu, 3 mil prisioneiros [ver depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003].

*Por isso, alguns deles [membros da Fretilin] tomaram a decisão de matá-los, para que o inimigo não pudesse causar-nos perigo. Talvez essa opinião fosse a mais consensual, mais ou menos consensual, entre os líderes de todos os níveis.*<sup>357</sup>

266. No dia 31 de Dezembro de 1975, as tropas indonésias invadiram Aileu.<sup>358</sup> A Fretilin retirou ainda mais para o interior, primeiro para Maubisse e depois para a costa Sul. Mais massacres de prisioneiros tiveram lugar, à medida que a Fretilin retirava. A Comissão ouviu depoimentos de um massacre de cinco prisioneiros pela Fretilin em Maubisse, nos finais de Dezembro, de 31 prisioneiros na escola primária de Same, na costa Sul, a 29 de Janeiro de 1976,<sup>359</sup> e de 8 prisioneiros em Hat Nipah, perto de Hola Rua, na costa Sul, nos finais de Janeiro ou princípio de Fevereiro.<sup>360</sup> Além dos massacres perpetrados na região central, a Comissão ouviu igualmente em depoimento o relato de um massacre de 37 pessoas pela Fretilin na aldeia de Kooleu, distrito de Lautém, no início de Janeiro de 1976.<sup>361</sup>

### Avanços das ABRI, início de 1976

267. Tropas do 2º Comando de Combate da *Kostrad (Kopur II)* avançaram através de Maubisse e, por volta de finais de Janeiro, combatiam pelo controlo da estratégica passagem de Fleixa. Em 23 de Fevereiro, esta força alcançou Ainaro, reunindo-se aí às tropas que haviam desembarcado em Betano, na costa Sul, controlando assim de forma provisória a rota Norte-Sul do centro do território. A segunda maior frente de combate foi aberta na região ocidental, perto da fronteira com a Indonésia. Tropas da 18ª Brigada de Infantaria (Java Leste) avançaram através de Bobonaro nos finais de Janeiro e, depois de conquistarem Atsabe e Letefoho, atingiram Ermera a 27 de Março de 1976. Entretanto, a 5 de Fevereiro outra força fora lançada de pára-quedas sobre Suai, na região ocidental da costa Sul, avançado para Leste na direcção de Zumalai. Os militares indonésios só se entregaram à tarefa de controlar a costa Norte, a Oeste de Díli, em meados do ano. Em Junho, atacaram Liquiça e Maubara, antes de prosseguirem até à zona de Ermera numa série de operações curtas iniciada em Julho.<sup>362</sup>

268. No Leste, as operações desencadearam-se a partir de Baucau. Quatro mil novos soldados aterraram em Baucau nos finais de Dezembro de 1975, onde se reuniram às unidades já operacionais na zona, sob o Comando de Combate Aerotransportado da *Kostrad (Linud Kopur Kostrad)*.<sup>363</sup> Estas forças lançaram ofensivas ao longo de três rotas principais. Partindo de Baucau, vários batalhões avançaram para Oeste ao longo da estrada costeira e capturaram Manatuto a 31 de Dezembro. Partindo de Manatuto, estas tropas viraram para Sul, rumo a Soibada. Uma segunda ofensiva encaminhou-se para Sul, de Baucau para Viqueque, onde se reuniu a uma força de fuzileiros que desembarcara em Uatu-Lari, na costa Sul. Uma terceira força atacou forças bem implantadas da Fretilin a Sul de Laga, no sopé do Monte Matebian. O ataque decisivo atingiu Lautém, a Leste, com um ataque de pára-quedistas contra Lospalos no dia 2 de Fevereiro de 1976, apoiado por reforços de infantaria.<sup>364</sup> Tendo consolidado o seu controlo sobre a maioria das maiores cidades de Timor-Leste, em Agosto de 1976 as ABRI criaram o Comando Regional de Defesa e Segurança de Timor Leste (*Kodahankam*), dividindo o território em quatro sectores operacionais, Oeste, Central e Leste, bem como Díli e Oecusse.<sup>†</sup>

<sup>\*</sup> *Operasi Shinta* contra Fatubesi, *Operasi Tulada 1* contra Hatulia, *Operasi Tulada 2* contra Railaco e *Operasi Tulada 3* contra Leorema.

<sup>†</sup> Sector A (Díli e Oecusse), Sector B (Oeste: Liquiça, Bobonaro, Ermera e Covalima; cerca de 10 batalhões), Sector C (Central: Aileu, Ainaro, Manufahi e Manatuto; cerca de oito batalhões), e Sector D (Leste: Baucau, Viqueque e Lautém; cerca de doze batalhões).

## Experiência timorense dos primeiros tempos de ocupação

269. Um grande número<sup>\*</sup> de civis fugira para o interior, ficando temporariamente protegido dos militares indonésios. Muitas cidades foram praticamente abandonadas pela população timorense que fugia da invasão.<sup>365</sup> O desalojamento tornou-se uma experiência generalizada, e muitos civis não dispunham de abrigo, alimentação e cuidados de saúde adequados.<sup>†</sup>

270. A violência dos militares indonésios contra civis causou choque a alguns líderes políticos timorenses que tinham assistido à invasão. Num gesto indicativo da situação extrema então vivida, bem como da fragilidade da sua posição, em Junho de 1976 o presidente do *PSTT*, Arnaldo Araújo, escreveu uma carta confidencial ao Presidente Soeharto, manifestando-lhe as suas preocupações:

Reconheço que o saque de empresas privadas, de instalações da administração pública e do tesouro do Estado podem dever-se às emoções da guerra, mas é difícil perceber a razão por que continuam passados seis meses, deixando toda a gente num cruel estado de insegurança...De dia e de noite, em casa e no escritório, viúvas, órfãos, crianças e aleijados vêm pedir-me leite e roupas. Nada mais posso fazer do que juntar as minhas lágrimas às suas, porque o Governo Provisório nada possui.<sup>366</sup>

271. Em Díli, os militares indonésios deram início àquilo que se transformaria no padrão de detenção e tortura deste período, à medida que se esforçavam por controlar a população civil suspeita de ter ligações com os que permaneciam nas montanhas.<sup>367</sup> Por volta de meados de 1976, os primeiros timorenses de Leste refugiados em campos de Timor Ocidental conseguiram partir para Portugal, trazendo consigo os primeiros testemunhos oculares da dimensão da violência praticada durante a invasão.

## Reagrupamento da Fretilin

272. Entre 15 de Maio e 2 de Junho de 1976, a Fretilin organizou uma conferência nacional em Soibada, no interior Leste, para tomar decisões sobre a estratégia a seguir. Reconhecida a inutilidade de continuar a combater contra as *ABRI* de igual para igual, tomou-se a decisão de mobilizar uma resistência nacional. A estratégia aprovada implicava uma resistência de semiguerrilha movida pelas Falintil. Estas seriam apoiadas em termos logísticos pela população civil, que se manteria nas montanhas e nas florestas com a Fretilin.<sup>368</sup> Esta decisão não foi tomada por unanimidade pela Fretilin. Todos se mostraram de acordo com a necessidade de uma guerra de resistência, mas nem todos apoiaram a concretização de uma revolução social em conjunto com a população civil. Xavier do Amaral manifestou reservas relativamente a esta política, enquanto outros, por exemplo, membros da ala militar da Fretilin, assumiram uma posição neutral.<sup>369</sup>

273. Para levar à prática a nova estratégia, a Fretilin criou uma estrutura de resistência baseada em várias zonas libertadas. Dentro destas zonas, existiam bases de apoio em que os civis viviam rodeados por um anel defensivo composto por tropas das Falintil, apoiadas pelas companhias de milícias da Fretilin (Miplin) e por unidades de defesa civil (arma branca, ou força popular).<sup>370</sup> Por detrás das linhas, os civis—sobretudo mulheres—davam apoio logístico às

<sup>\*</sup> Que possivelmente atingiu as 300 mil pessoas [ver Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome].

<sup>†</sup> Ver, por exemplo, os depoimentos de Manuel Cárceres da Costa, sobre a cidade de Lacló, no distrito de Manatuto, e de Francisco Soares Pinto, sobre a vila de Iliomar, no distrito de Lautém, ambos apresentados à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocações Forçadas e Fome, em 28 e 29 de Dezembro de 2003.

tropas. Nestas bases, a Fretilin desenvolveu uma política educativa dirigida à população civil, com o objectivo de criar um empenho político generalizado pela libertação nacional (ver Capítulo 5: Resistência: Estrutura e Estratégia).

274. Além da manutenção de escolas e da produção de géneros alimentícios, foram feitas tentativas para produzir medicamentos, embora na maioria dos casos as pessoas contassem apenas com os conhecimentos tradicionais da farmacopeia à base de plantas.<sup>371</sup> Manuel Cárceres da Costa falou à Comissão sobre a vida nestas áreas controladas pela Fretilin, em Lacló, distrito de Manatuto, no ano de 1976:

*Na floresta formámos duas organizações: a Organização Popular das Mulheres de Timor (OPMT), uma organização de mulheres ligada à Fretilin, e a Organização Popular da Juventude de Timor (OPJT), uma organização de jovens. Estas organizações ajudaram-nos a coordenar as actividades entre o povo. Por exemplo, desenvolvemos trabalho conjunto para plantar hortas e arrozais e plantámos milho em redor da cidade de Lacló. Os militares indonésios ainda não tinham alcançado Lacló.*<sup>372</sup>

275. A Fretilin também criou prisões (chamadas Renal), onde as violações dos direitos humanos eram frequentes.<sup>373</sup>

#### Indonésia formaliza a integração

276. Pouco depois da reunião de Soibada, a Indonésia orquestrou aquilo que designou por Acto de Integração. Em Maio de 1976, o Governo Provisório convocou um órgão denominado Assembleia Popular, presidido por Guilherme Gonçalves. A Assembleia pretendia ser uma selecção representativa dos timorenses. Os seus membros foram escolhidos por funcionários administrativos nomeados pelos indonésios. Clementino Amaral participou na Assembleia, representando Baucau, e contou à Comissão:

*O que foi este processo? Eles [as autoridades indonésias] queriam duas pessoas de cada distrito que representassem o distrito, para apresentarem à Indonésia uma petição a solicitar a nossa entrada na Indonésia. Em Baucau, como se passaram as coisas? Houve alguma eleição? [Não] Foram funcionários próximos deles que escolheram essas duas pessoas...*<sup>374</sup>

277. Os membros da Assembleia enviaram uma petição ao Presidente Soeharto, solicitando que a Indonésia concedesse a integração. Mário Carrascalão sublinhou que esta foi a única função desempenhada pela Assembleia Popular:

*A Assembleia Popular...reuniu-se uma vez, em Maio de 1976, apenas para apreciar um ponto da sua "carta", ou seja, a integração sem referendo...tendo como [único] propósito discutir a 'petição de integração' que iria ser enviada a Soeharto.*<sup>375</sup>

278. Esta petição foi assinada por Arnaldo de Araújo, como presidente do PSTT, e por Guilherme Gonçalves, como presidente da Assembleia Representativa Regional (DPRD), embora esta ainda não tivesse sido criada.<sup>376</sup> Reivindicando serem os representantes do povo timorense, e referindo-se à Declaração de Balibó como fundamento da sua reivindicação, o ponto decisivo da curta petição era que Timor-Leste fosse integrado na Indonésia sem referendo.

O grupo inteiro foi então transportado por um avião militar até Jacarta, para apresentar a petição a Soeharto.<sup>377</sup> No dia 7 de Junho, Arnaldo dos Reis Araújo, Guilherme Gonçalves, Francisco Xavier Lopes da Cruz e Mário Carrascalão apresentaram a petição a Soeharto em Jacarta.

279. No dia 24 de Junho, uma missão de levantamento de dados composta por funcionários indonésios e por um grupo de dez diplomatas internacionais visitou Díli, acompanhada por jornalistas indonésios e internacionais, supostamente para verificar a legitimidade da petição. O presidente do Comité Especial de Descolonização da ONU fora convidado, mas não aceitou integrar a missão. A Austrália, os EUA e o Japão também não aceitaram participar, mas a Nova Zelândia enviou um representante como observador (para consulta de excertos do relatório apresentado pelo representante da Nova Zelândia e a análise deste processo, ver Subcapítulo 7.1: Direito à Autodeterminação). A missão passou um dia em Timor-Leste. Esteve presente a uma cerimónia durante a qual o presidente do *PSTT*, Arnaldo de Araújo, proferiu um discurso, e os grupos visitaram vilas próximas de Díli. Os seus movimentos foram rigorosamente controlados, não sendo permitida uma interacção livre com os timorenses, incluindo os membros da Assembleia Popular.<sup>378</sup> Apesar de tudo, a missão informou que existia um governo efectivo em funções e que o Conselho Representativo Popular actuava como um “instrumento de democracia”. Concluiu igualmente que existia vontade de integração sem referendo, observando que este era um mecanismo desconhecido para os timorenses.<sup>379</sup> No dia 17 de Julho de 1976, o Presidente Soeharto assinou a lei aprovada pelo Conselho Representativo Popular da Indonésia (*DPR-RI*) que formalizava o Acto de Integração de Timor-Leste pela Indonésia.<sup>†</sup>

280. A Indonésia apresentou estes factos como um acto legítimo de autodeterminação. A integração não foi reconhecida por Portugal nem pelas Nações Unidas e, no dia 1 de Dezembro de 1976, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 31/53, rejeitando a anexação de Timor-Leste pela Indonésia e reiterando a sua exigência de um acto de autodeterminação internacionalmente aceitável.

#### Continuação da Operação Seroja—Introdução dos aviões *Bronco* OV-10, fornecidos pelos EUA

281. Algures entre meados e finais de 1976, chegaram à Indonésia os primeiros aviões de ataque ao solo OV-10 *Bronco*, fornecidos pelos EUA.<sup>380</sup> O poder militar aéreo tornou-se uma componente decisiva da estratégia das *ABRI* em Timor-Leste. Albino do Carmo, comandante das Falintil nas montanhas da área de Bobonaro-Covalima, recordou:

---

<sup>\*</sup> Os membros internacionais desta missão eram os embaixadores da Coreia do Sul, da Malásia, do Irão e da Síria em Jacarta, os encarregados de negócios do Afeganistão e do Iraque e funcionários representando o Panamá, o Iémen do Sul e a Índia.

<sup>†</sup> Lei nº 7, 1976, Integração de Timor-Leste na República da Indonésia e Criação da Província de Timor Leste.

*Por volta de Agosto [de 1976], as ABRI tentaram atacar outra vez o Monte Lakirin, enviando uma companhia acompanhada de Hansip (forças civis coadjuvantes). Fui lá ver e expulsei-os. Dois dos meus comandantes de secção foram mortos. Houve disparos dos dois lados, a apenas 10-20 metros de distância. Então as ABRI tentaram conquistar outra montanha e, vindos de Suai, entraram na área do Monte Fohorua. Entraram na área três vezes e foram expulsos delas três vezes por nós...Usaram aviões com bombas em Lela, onde ficava a minha base. Os aviões só disparavam grandes rockets...Todas as semanas disparavam contra a nossa posição, sobre os civis, sobre a escola. Procuravam lugares onde estivessem muitas pessoas. Por vezes até atiravam contra o gado, com uma metralhadora.<sup>381</sup>*

282. Os ataques com metralhadora e os bombardeamentos a partir do ar serviam sobretudo para “amaciar” os alvos, antes do ataque terrestre com tropas de infantaria. Em Lolotoe, José Pereira recorda-se da evolução: primeiro helicópteros, depois grandes bombardeiros e, finalmente, utilização dos aviões *Bronco* OV-10 fornecidos pelos EUA:

*Em 1976, as ABRI já usaram aviões e bombas. Em 1976/1977, fizeram-no com frequência, duas ou três vezes por semana. (Os aviões) voavam muito baixo. Primeiro usaram helicópteros e disparavam. Utilizaram também grandes aviões negros. Utilizaram bombas. E, em terceiro lugar, utilizaram grandes aviões com um buraco à retaguarda [Bronco OV-10]. Foram utilizados desde 1976, começando mais ou menos a partir de Agosto.<sup>382</sup>*

283. O recurso ao poder aéreo colocou as forças da Fretilin sob intensa pressão, uma vez que estas dispunham apenas de armamento ligeiro. Iria transformar-se num factor decisivo que acabaria por obrigar as populações das montanhas a renderem-se, dando, por consequência, a vitória militar às *ABRI* sobre a Fretilin/Falintil, em 1978/79.

#### Impasse militar, finais de 1976

284. Pelos finais de 1976, os militares indonésios tinham estabelecido um controlo limitado de corredores ao longo das estradas principais: de Norte para Sul, de Díli até Ainara e Betano; de Baucau a Viqueque; de Manatuto a Laclubar, e de Lautém a Tutuala. Embora dispusesse de um controlo razoável sobre as áreas a que podia aceder por estrada ao longo da costa Norte, havia grandes áreas no interior que escapavam ao controlo das *ABRI*. Tendo previsto uma campanha rápida e fácil, as *ABRI* encontraram pela frente a resistência feroz e bem organizada da Fretilin. O avanço era lento.

285. Apesar do poder aéreo fornecido pelos EUA, nos finais de 1976 a situação existente podia caracterizar-se, no essencial, por um impasse. Um relatório da embaixada dos EUA, datado de Abril de 1976, sugere as dificuldades enfrentadas pelas *ABRI*:

O general Yogi (Supardi, assistente de planeamento, Ministério da Defesa)...calculou que a força da Fretilin devia andar pelos 3 mil homens, e a Indonésia apenas capturou 5 mil de 15 mil armas. A Indonésia vê-se já confrontada com um grave esgotamento de recursos, com faltas de munições para armamento ligeiro, artilharia, tanques e artilharia naval.<sup>383</sup>

## 3.12 “Cercos e aniquilamento”: as etapas finais da *Operasi Seroja* 1977-79

### Síntese

286. A Fretilin debateu-se com o problema do destino a dar ao elevado número de civis que a acompanhavam nas suas bases do interior. Algumas pessoas entendiam que chegara o momento de mudar de estratégia, permitindo aos civis que se rendessem e se reinstalassem nas cidades. A divisão de opiniões relativamente a esta questão provocou uma cisão violenta na Fretilin e o derrube do Presidente Xavier do Amaral, em Agosto de 1977. Detenções, tortura e execuções sumárias foram praticadas pela Fretilin nessa época.

287. No segundo semestre de 1977, as campanhas militares indonésias intensificaram-se, causando, entre outras coisas, a destruição das fontes de géneros alimentícios no interior, com o objectivo de separar a população civil da resistência armada. Estas operações provocaram um elevado número de mortos entre os civis, devido aos ataques directos e à fome resultante da destruição das bases e fontes de abastecimento de géneros da Fretilin.

288. Quando a Fretilin retirou para áreas em menor número e mais confinadas, as *ABRI* lançaram a Operação *Skylight*, destinada a forçar a rendição dos principais líderes da Fretilin e, com eles, da restante população civil.<sup>384</sup> O Monte Matebian, a Leste, e partes de Ermera e de Suai, a Oeste, foram os cenários dos mais intensos bombardeamentos aéreos, causadores de mortes em larga escala e, por fim, da rendição de dezenas de milhares de civis. Os principais líderes da Fretilin foram capturados, renderam-se ou foram assassinados, deixando a resistência armada na desordem. O presidente da Fretilin, Nicolau Lobato, foi morto em combate a 31 de Dezembro de 1978.<sup>385</sup> Xanana Gusmão escapou para o Leste. Os militares indonésios prosseguiram com os exercícios de limpeza até ao início de 1979 e, em Março desse ano, declararam o território pacificado.

### População civil nas montanhas

289. Nos finais de 1976, a vida nas zonas libertadas sob controlo da Fretilin era difícil para os civis, mas em geral estes não participavam directamente nos combates. Os militares indonésios ainda não tinham conseguido afirmar de maneira permanente a sua presença nas regiões do interior, onde se localizavam estas zonas. Os civis que viviam com a Fretilin conseguiram organizar uma sociedade com um funcionamento básico, capaz de satisfazer as necessidades essenciais do povo.<sup>386</sup> A sua actividade centrava-se na produção de culturas de subsistência e na prestação dos cuidados de saúde básicos e de educação elementar às crianças. A Comissão ouviu o depoimento especializado de Gilman dos Santos, um funcionário público do Governo Provincial indonésio que trabalhou com comunidades deslocadas nos finais da década de 1970, integrando mais tarde o quadro de pessoal do Serviço Católico de Assistência (*Catholic Relief Service, CRS*), uma organização não governamental dos EUA:

*Segundo os meus cálculos, a situação alimentar no mato entre 1975 e 1977 não era má. As pessoas não passavam por grandes dificuldades porque, nessa época, ainda podiam movimentar-se e tinham liberdade de plantar consoante as estações do ano. Conseguiram produzir alimentos. O TNI [sic] ainda só era capaz de controlar as cidades nos distritos e nos subdistritos, embora já lançassem ataques no interior das florestas.*<sup>387</sup>

290. Esta situação alterou-se de maneira radical no segundo semestre de 1977.

#### Capacidade militar das *ABRI* forçada ao máximo e confiança inicial da Fretilin

291. Após a situação de impasse militar entre as tropas da Indonésia e da Fretilin, nos finais de 1976, as *ABRI* viram-se empenhadas num esforço militar excessivo em todo o arquipélago no início de 1977. Nesse ano, foram forçadas a retirar tropas de Timor-Leste para apoiar operações em Irian Jaya, Kalimantan Ocidental e Aceh. Os militares indonésios foram igualmente responsabilizados pela segurança durante as eleições legislativas na Indonésia, em Maio, para as quais se mobilizou o equivalente a 100 batalhões em todo o país.<sup>388</sup> Estas influências externas prejudicaram gravemente a sua capacidade para conduzir operações de combate em Timor-Leste. Os documentos militares indonésios dão conta desta redução de efectivos militares:

No âmbito da implementação das eleições de 1977, o total das forças do *TNI* em Timor-Leste foi diminuindo até se ver reduzido a apenas um terço, desempenhando tarefas de policiamento durante as eleições de 1977 noutros pontos da Indonésia.<sup>389</sup>

292. Estas provas, bem como os relatórios da Fretilin adiante citados, indicam que, entre Março e Junho de 1977, a presença das *ABRI* foi significativamente reduzida, bem como as suas operações de combate.

293. Esta situação constituiu um alívio e uma oportunidade para a Fretilin. Durante o primeiro semestre de 1977, a Rádio Maubere, da Fretilin, não parou de difundir mensagens sobre o baixo nível da moral entre os indonésios e sobre as vitórias das Falintil. No dia 20 de Maio, por exemplo, o ministro da Informação e da Segurança da Fretilin, Alarico Fernandes, anunciou aos microfones radiofónicos que 15 mil soldados indonésios haviam sido evacuados do território.<sup>390</sup> No dia 4 de Junho, informou:

*As últimas grandes ofensivas indonésias registaram-se entre o passado mês de Novembro [de 1975] e Fevereiro [de 1976]. Embora recorrendo a milhares de homens, estes ataques foram todos derrotados, custando muitas vidas às forças indonésias...Desde Fevereiro, a Indonésia só tem lançado ataques em pequena escala, tentando com pouco sucesso eliminar as posições da Fretilin nas montanhas vizinhas das cidades sob controlo dos indonésios.*<sup>391</sup>

294. Embora seja provável que a propaganda da Fretilin empolasse os seus êxitos, o primeiro semestre de 1977 foi um período relativamente positivo para a Resistência. Em Maio, Alarico Fernandes afirmava que:

*A produção de alimentos nas zonas controladas pela Fretilin é outra frente a ser desenvolvida, juntamente com a luta armada. Atingimos os níveis máximos de produção alcançados durante [o período do] domínio colonial português, quando a fome e a doença existiam...As pessoas em Timor-Leste estão a trabalhar duramente em prol da reconstrução nacional. Há menos fome do que antes.*<sup>392</sup>

## EUA lideram rearmamento dos militares indonésios

295. No início de 1977, uma delegação de um subcomité do Congresso dos EUA fez uma visita a Timor-Leste. Esta visita foi orquestrada pelos militares indonésios, que a limitaram a áreas sob firme controlo dos indonésios. A delegação não procurou sequer encontrar-se com a Fretilin, nem com o elevado número de civis residentes no interior e, no decurso da sua visita, apenas se registaram operações de combate limitadas. A delegação partiu sem retirar “conclusões firmes” a respeito da guerra.<sup>393</sup> Em 1978, o secretário de Estado dos EUA, Zbigniew Brzezinski, ordenou que a “pressão” dos direitos humanos sobre a Indonésia fosse retirada.<sup>394</sup> Posteriormente, ao longo de 1978, os EUA e outros governos estrangeiros deram apoio militar considerável à Indonésia. Em Janeiro, os EUA anunciaram a venda de 16 caças de combate F5, um esquadrão de aviões de combate A4 e uma unidade de fabrico de carabinas M-16.<sup>395</sup> Também nesse ano, o Reino Unido anunciou a sua intenção de fornecer aviões *Hawk* de ataque ao solo,<sup>396</sup> fornecendo a Austrália helicópteros e aviões de transporte.<sup>397</sup> O Ocidente dava assim um sinal claro à Indonésia de que não tencionava opor-se às suas operações militares em Timor-Leste.

296. Em 1979, os EUA procuraram justificar o seu silêncio sobre a utilização de armamento fabricado pelos EUA em Timor-Leste, explicando que a guerra estava praticamente terminada. A sua fonte de informação para esta conclusão eram os militares indonésios:

Alguns artigos de equipamento militar fabricado nos EUA encontram-se actualmente presentes em Timor Leste. A situação das hostilidades em Timor Leste é, contudo, tão reduzida em escala e frequência que, segundo as melhores informações disponíveis, o equipamento só raramente é utilizado em combate.<sup>398</sup>

## Fretilin: divisões internas e purga violenta

297. Apesar do optimismo reinante no início de 1977, a Fretilin defrontou-se com problemas e divisões internos que resultaram em violência. Em 1976 o partido executou Aquilis Soares, o *liurai* de Quelicai, pelo crime de pôr os interesses locais acima dos interesses nacionais.<sup>399</sup> Em momento posterior desse ano, os elementos de outra unidade dissidente, dirigida por Francisco Hornai, em Iliomar, foram igualmente detidos e executados.<sup>400</sup> Estes acontecimentos constituíram uma indicação precoce das divergências de pontos de vista entre os líderes da Fretilin acerca da maneira de prosseguir a luta e um sinal precursor da violência que a Fretilin iria utilizar para pôr em ordem os seus quadros.<sup>401</sup>

298. Nos finais de 1977, tornava-se cada vez mais difícil para a Fretilin tratar dos doentes e dos feridos, bem como alimentar a população civil. Nessa época, como explicou à Comissão o antigo presidente da Fretilin, Francisco Xavier do Amaral, a falta de medicamentos para tratar até problemas de saúde básicos estava a aumentar o número de mortos entre os civis.<sup>402</sup>

299. Os membros do Comité Central da Fretilin discordavam sobre várias questões, ao mesmo tempo que os quadros políticos e militares se dividiam sobre quem devia ter o controlo da luta. A polémica de base centrava-se no papel da população civil. Para os líderes das Falintil, a necessidade de defender um elevado número de civis limitava a sua capacidade para montar ofensivas eficazes. O presidente da Fretilin, Francisco Xavier do Amaral, apoiava este ponto de vista e entendia serem necessárias medidas para evitar o aniquilamento, defendendo que o grosso da população deveria ser autorizada a render-se e a prosseguir a resistência a partir das cidades e das aldeias. Outros membros do Comité Central consideravam que o povo era uma

---

<sup>393</sup> As fontes divergem quanto ao mês: Taylor, *Indonesia's Forgotten War*, p. 95 fala em Novembro, enquanto Chamberlain, *The Struggle in Iliomar* – citando Gusmão, *To Resist* - menciona Março.

componente vital da luta popular, sobretudo no sentido de permitir que o partido levasse a efeito uma revolução social baseada na formação política dirigida às massas.<sup>403</sup>

300. Em Agosto de 1977, o Comité Central da Fretilin reuniu-se em Laline, Lacluta, distrito de Viqueque, e aprovou o princípio da autodependência. Sem perspectivas de apoio externo, a Resistência decidiu que combateria sozinha contra os militares indonésios. Nesta matéria, não houve divergências. O ministro da Informação, Alarico Fernandes, entendia que a independência era impossível sem apoio externo.<sup>404</sup> Sendo já conhecida a sua oposição, o presidente da Fretilin, Francisco Xavier do Amaral, não compareceu à reunião de Laline. Pouco depois, em Setembro de 1977, a Fretilin deteve-o e provocou a sua deposição como presidente. Xavier do Amaral descreveu os acontecimentos à Comissão:

*Era pois esta a minha ideia. Devíamos dizer à população que se fosse render. Só os homens que fossem fortes e capazes de lutar na guerra ficariam ao lado do Comité Central. Uma vez que não sabíamos quantos anos demoraria a terminar esta guerra...[em 1976] começou a haver divergências dentro da Fretilin...Algumas pessoas diziam que a doutrina [da Fretilin] não estava correcta. Outros diziam que a doutrina estava correcta, mas que as pessoas não a cumpriam como deve ser. Outros diziam que era boa. Começámos a perder a confiança uns nos outros...Por isto, detiveram-me, puseram-me na prisão e acusaram-me...Que eu mandara o povo render-se para que, no futuro, quando me rendesse à Indonésia, eles me dessem um cargo de general ou ministro. Este era o argumento das pessoas que estavam contra mim.<sup>405</sup>*

301. Um despacho assinado pelo vice-presidente Nicolau Lobato acusou Francisco Xavier do Amaral de ser um derrotista e um traidor, bem como de outros “crimes” como corrupção, poligamia, sabotagem, autoritarismo, feudalismo e assassínio.<sup>406</sup> Igualmente acusado de criar um movimento paralelo para minar a Fretilin, Xavier do Amaral foi preso num buraco, espancado e maltratado.<sup>407</sup> Em virtude de uma ofensiva das *ABRI*, escapou em 1978 e foi mais tarde capturado pelas *ABRI*.

302. No dia 16 de Outubro, Nicolau Lobato era eleito como novo presidente. As pressões características deste período levaram a Fretilin a adoptar uma posição ideológica mais radical. Declarou-se o marxismo como ideologia<sup>408</sup> e com ele veio a intolerância face à dissidência. A detenção de Xavier do Amaral marcou o início de uma purga dentro da Fretilin.<sup>409</sup> Houve execuções públicas<sup>410</sup> e muita gente foi detida, maltratada e forçada a dar informações sobre outras pessoas.<sup>411</sup> Qualquer pessoa suspeita de ter relações estreitas com Xavier do Amaral, ou de colaboração com os militares indonésios, era detida e presa (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados e Subcapítulo 7.4: Prisão, Tortura e Maus-Tratos)

Intensificação das operações militares das *ABRI*: cerco e aniquilamento, Agosto de 1977 a Agosto de 1978

303. As operações militares lançadas entre meados de 1977 e o início de 1979 são muitas vezes referidas como uma campanha de “cerco e aniquilamento.” A campanha teve dois objectivos: destruir a liderança da Fretilin e forçar a população civil a viver no interior montanhoso a render-se ao controlo das *ABRI* nas terras baixas.<sup>412</sup>

304. Em Agosto de 1977, as *ABRI* lançaram uma nova ofensiva militar de grande envergadura,<sup>413</sup> precedida de um significativo agrupamento de tropas.<sup>414</sup> Os dados da Comissão

apontam para um aumento de três a cinco batalhões em Julho para dezassete batalhões em Agosto. A princípio, a ofensiva centrou-se no sector Ocidental, onde recebeu o nome de código de Operação Pente (*Operasi Sisir*).<sup>415</sup> Como sucedera em confrontos anteriores, a artilharia naval e o apoio aéreo revelaram-se decisivos para a vitória das *ABRI*. Em Fatumean, por exemplo, os bombardeamentos aéreos constituíram a razão principal para a rendição dos militares e civis da Fretilin/Falintil em Novembro.<sup>416</sup> No sector Leste, os fuzileiros levaram a efeito a Operação Cirúrgica Fuzileiros 77 (*Operasi Bedah Marinir 77*) com o objectivo de assegurarem o controlo da estrada entre Quelicai e Uatu-Carbau.<sup>417</sup>

### **Destruição das fontes de abastecimento alimentar, a Fretilin retira para zonas altas de montanha com a população civil**

305. Os militares indonésios estavam a avançar, saindo das cidades e dos corredores rodoviários de cujo controlo se haviam apoderado durante a primeira parte da *Operasi Seroja*. A Fretilin viu-se forçada a retirar e, em lugar de promover a rendição dos civis, decidiu levar consigo a população. A Comissão foi informada sobre a destruição dos animais domésticos e de outras fontes de alimento levada a efeito pelos militares indonésios durante estas operações. Manuel Cárceres da Costa, de Lacló no distrito de Manatuto, depôs o seguinte:

*Quando estávamos a cortar uma árvore de sagu, os soldados apareceram e atacaram-nos...quando os militares dispararam sobre um membro das Falintil chamado Hermenegildo, fomos forçados a fugir, deixando a comida para trás. Depois disso, os militares ocuparam essa área e assim já não podíamos regressar. Os nossos búfalos de água e animais domésticos foram todos mortos ou dispersos e as nossas hortas e arrozais destruídos.*<sup>418</sup>

306. Os bombardeamentos aéreos também escolhiam como alvos as zonas agrícolas, obrigando a Fretilin e a população a recuarem mais para o alto das montanhas e tornando a sua sobrevivência cada vez mais difícil. Com as culturas de subsistência destruídas e os civis incapacitados de habitarem as áreas de povoamento onde conseguiam fazer o plantio das culturas, por se verem forçados a mudar de sítio constantemente, muitas pessoas morreram. A Comissão ouviu muitos depoimentos sobre o sofrimento e desespero terríveis dos civis nas montanhas, durante estas campanhas. Os anciões e as crianças, em especial, morreram em grande número.<sup>419</sup> Os militares indonésios foram conquistando as bases de apoio da resistência da Fretilin, uma após outra, e a população remanescente retirou para áreas crescentemente confinadas. A presença de um tão elevado número de civis obrigava a Fretilin a concentrar-se na sua protecção, reduzindo a sua capacidade para montar uma contra-ofensiva contras as *ABRI*.

### **Ataques na região central**

307. Os militares indonésios prosseguiram a sua ofensiva durante a estação das chuvas e ao longo do primeiro semestre de 1978. A presença de tropas na região central, até aí pouco significativa, atingiu um nível tão elevado como no ocidente. Actuando sob o comando do Regimento de Equipas de Combate (*RTP*) 11, estas tropas lançaram um ataque contra a área de Same-Kablaki-Fatuberliu.<sup>420</sup> No Leste, contudo, o número de efectivos militares mantinha-se a um nível muito inferior, com apenas quatro a cinco batalhões.<sup>†</sup> Durante a estação das chuvas, as tropas no Leste atacaram bastiões da Fretilin na fronteira Baucau-Viqueque, entre o Monte Ossoala e o Monte Mundo Perdido, prosseguindo igualmente os ataques nos contrafortes Norte

---

<sup>‡</sup> Nela participaram os Batalhões de Infantaria 131, 511, 527, 612, 621, 733 e 741.

<sup>†</sup> Incluindo os Batalhões de Infantaria *Kostrad* 502 e 503, o Batalhão de Infantaria 408 e um único Batalhão de Infantaria de Fuzileiros.

do Monte Matebian.<sup>421</sup> Nesse período, o poder aéreo\* foi utilizado nos sectores ocidental e central.<sup>422</sup>

*Depois de os bombardeamentos arrasarem Kablaki, eles dirigiram-se para Dululau e Mamelau...Quatro aviões bombardearam Dululau, e...rockets e...canhões.<sup>423</sup>*

308. A Comissão ouviu em primeira mão depoimentos de sobreviventes destas campanhas de cerco, em que muitos civis perderam a vida. Maria José da Costa relatou à Comissão as suas experiências na região montanhosa central:

*Em 1978, o inimigo cercou-nos em Dolok e muita gente morreu de fome. Todos os géneros alimentícios armazenados...foram queimados. Eles atacaram-nos com navios de guerra a partir do mar, com aviões a partir do ar e por terra queimando o capim seco e fazendo avançar o exército. Estava-se então em Agosto, a estação seca. O exército ateou grandes fogos que se espalhavam depressa, encharcando a gasolina o capim alto. Muitas pessoas morreram por não conseguirem escapar ao fogo que nos rodeava.<sup>424</sup>*

309. A pressão do cerco e dos ataques constantes obrigou a que um fluxo regular de gente se rendesse às *ABRI*.

#### **Operação (ou Movimento) *Skylight*: atingir a liderança da Fretilin**

310. No dia 6 de Abril de 1978, o tenente-general Mohammad Yusuf foi nomeado comandante-em-chefe das *ABRI* e assumiu o controlo pessoal das operações em Timor-Leste, sobrepondo-se a Murdani e a Kalbuadi.<sup>425</sup> Em Maio de 1978, durante a estação seca, pôs em marcha a Operação *Skylight*.<sup>426</sup> Esta nova operação escolheu como alvos específicos os líderes da Fretilin. Tinha por objectivo forçar a rendição de líderes influentes, de maneira a conseguir rendições em massa da população civil separando-a dos combatentes das *Falintil*. A Comissão ouviu de Xanana Gusmão que *Skylight* seria melhor descrita como “movimento”, e que o ministro de Informação e Segurança da Fretilin, Alarico Fernandes era o principal aliado dos militares indonésios após a sua rendição em Setembro de 1978:

*Em Outubro ou Novembro de 1978 aqueles de entre nós que estavam cercados ouvimos que o Alarico já estava a implementar *Skylight*...Ouvimos na rádio que ele tinha constituído um movimento...ele percebia que a Indonésia era muito forte e por isso seguiu a Indonésia e proclamou a *Skylight*.<sup>427</sup>*

311. Embora o âmbito geográfico do conflito se mantivesse fluido no início de 1978, à medida que o tempo passava e a Resistência era encurralada em áreas cada vez mais pequenas, as operações foram assumindo a natureza de um cerco. Sob pressão crescente, a liderança da Fretilin tentou desesperadamente manter uma resistência unificada. O texto do discurso proferido por Nicolau Lobato a 20 de Maio de 1978 evidencia as pressões sofridas pela Fretilin:

---

\* Aviões OV-10 *Bronco* fornecidos pelos EUA.

Todavia, todos quantos não querem convencer com o testemunho irrefutável dos factos de que a nossa luta é justa e vitoriosa, pelo contrário, colaboram fanaticamente com o inimigo, tentam tapar a nossa luta, esses poucos falhados da vida é que não são da FRETILIN, não fazem parte do Povo Maubere, são inimigos do Povo, são traidores da Pátria...A nossa unidade ideológica proclamada, só será autêntica, quando a materializarmos na prática.

### **Operações militares indonésias contra o Centro e o Leste, nos finais de 1978: a queda de Matebian**

312. O ponto de viragem mais importante nas operações registou-se em meados de 1978. Entre Agosto e Dezembro de 1977, as tropas de combate haviam-se concentrado no sector ocidental e, durante o primeiro semestre de 1978, essas tropas distribuíram-se homogeneamente pelos sectores ocidental e central, enquanto o posicionamento dos militares no sector Leste fora muito menos significativo. Em meados de 1978, o equilíbrio do poder deslocou-se finalmente para Leste, com 13 batalhões posicionados no sector Leste sob o comando da RTP 18 da *Kostrad*.<sup>428</sup> Este posicionamento continuou a cercar a população e culminou no ataque ao Monte Matebian. Tratou-se de um ataque cuidadosamente coordenado, com a participação de batalhões da *Kostrad*, batalhões de infantaria territorial (externa) não orgânicos, batalhões de apoio de combate, fuzileiros e Força Aérea. Um antigo oficial da *Kostrad*, entrevistado na Indonésia, recorda as tácticas utilizadas durante o ataque ao Monte Matebian:

*Todas as unidades tinham o seu próprio itinerário e atacaram a partir de numerosas direcções. Antes de o fazerem, coordenaram-se entre si, para evitarem disparar umas contra as outras. Planeámos o ataque ao mesmo tempo, recorrendo a uma formação em L. Tudo [isto foi] feito com ponderação da segurança, para evitarmos matar os nossos camaradas.*<sup>429</sup>

313. Este constituiu o avanço final da campanha de cerco e aniquilamento. A Fretilin preparara Matebian para servir de área de recurso, com reservas de géneros alimentícios. Quando a campanha começou, a Fretilin levou as pessoas para a montanha, que foi defendida com denodo. Por fim, Matebian caiu a 22 de Novembro — a última zona libertada a ser conquistada.

314. O factor decisivo do ataque contra Matebian reside nos bombardeamentos aéreos levados a efeito pelos aviões OV-10 *Bronco*, F-5 e *Skyhawk A-4*. A maioria dos informadores recorda que o bombardeamento aéreo contra o Monte Matebian começou em Setembro ou Outubro de 1978, durando até meados de Novembro.<sup>430</sup> Os relatos descrevem bombardeamentos indiscriminados contra civis e uma carnificina devastadora.<sup>431</sup> Tomás Soares da Silva, então com 16 anos de idade, descreveu o bombardeamento:

---

<sup>428</sup> Nicolau dos Reis Lobato, *Fretilin é a Liberdade do Povo em Marcha*, Discursos, Edições Comité 28 de Novembro, Lisboa, undated, (data provável 1979, após emissão do comunicado oficial da Fretilin a 6 de Maio de 1979, a anunciar a morte de Nicolau Lobato), p. 59 e pp. 60-61. Este discurso foi emitido através da rádio e a Missão dos EUA junto das Nações Unidas recebeu uma síntese do mesmo, nos seguintes termos: "Lobato apelou, entre outras coisas, para a unidade do povo de Timor Leste, de todos os patriotas em torno do Comité Central da Fretilin, chamando à unidade ideológica. "A nossa unidade ideológica proclamada, só será autêntica, quando a materializarmos (nós, a Fretilin) na prática." Também, aqueles que não pertencem à Fretilin são inimigos do povo—(são) "traidores à nossa pátria [sic]" [Telegrama, Missão dos EUA na ONU ao secretário de Estado, em Washington, *East Timor Question*, 7 de Julho de 1978].

*Em Matebian, os bombardeamentos começaram em Outubro e Novembro. Um tipo de bomba era de gás. Quando os bombardeiros despejavam essas bombas de manhã, faziam baixas entre as pessoas. Podíamos ver que, quando a bomba explodia, o capim era queimado. As bombas queimavam o capim e nessa área tudo ficava destruído. Quando havia uma explosão, ficava um cheiro a gasóleo ou gasolina.\*<sup>432</sup>*

Rendição: a descida do Monte Matebian

315. Em meados de Novembro, os bombardeamentos forçaram os líderes da Fretilin a ordenarem aos civis que se rendessem ao inimigo. Na sua autobiografia, Xanana Gusmão escreveu:

*Cedo o inimigo avançou. Fui mandado ao bloco ocidental de Matebian. Explosões, mortes, bombardeamentos, choros e recuos. Mas a população estava calma, talvez resignada, talvez verdadeiramente preparada para morrerem todos ali. As forças recuavam e o inimigo infiltrava. Numa madrugada, fui acordado por altifalante do IN chamando meu nome: “Adjunto Xanana, não é preciso continuar a combater. Diga à população para se render!” Uma frente de Uatu-Carbau progredira de noite e ocupara um ponto estratégico.<sup>433</sup>*

316. No dia 22 de Novembro, foi tomada a decisão da rendição de Matebian. À medida que desciam dos picos montanhosos e do longo vale que separa Matebian *Mane* e Matebian *Feto*, os civis eram recebidos pelas tropas que os aguardavam. Alguns foram simplesmente encerrados em campos de detenção temporários, enquanto outros eram sujeitos a interrogatório e outros ainda eram mandados para as respectivas áreas de residência, sob escolta ou sozinhos.

317. Embora alguns comandantes das Falintil, como Xanana Gusmão, conseguissem escapar, isto deixou a resistência da Fretilin/Falintil em completa desorganização. As repercussões destrutivas desta perda foram pesadamente sentidas pela Fretilin e o movimento *Skylight* conseguiu por fim alcançar alguns dos seus mais notáveis sucessos. Antes disso, em Setembro, Alarico Fernandes rendera-se. Quatro outros membros do Comité Central renderam-se nos finais de 1978 no Sector do Centro Norte, em Remexio. Com a rendição de Alarico Fernandes, a Fretilin perdeu o seu único rádio, instrumento decisivo de coordenação. O maior sucesso dos militares indonésios ocorreu no dia 31 de Dezembro de 1978, quando uma equipa do *Kopassus* localizou e feriu mortalmente o presidente da Fretilin, Nicolau Lobato, junto a um rio perto de Maubisse.<sup>434</sup>

318. A Comissão ouviu o depoimento especializado de Pat Walsh sobre o resultado desta intensificação das campanhas militares:

*Do ponto de vista militar, a ofensiva teve enorme êxito, resultando no aniquilamento aparente, ainda que temporário, da Resistência. Do ponto de vista humanitário, foi um desastre.<sup>435</sup>*

---

\* Um depoimento como este aponta claramente para o uso de napalm contra alvos civis pela Força Aérea indonésia. A Comissão possui um filme de documentário com aviões OV-10 a serem carregados com *Opalm* (versão soviética do napalm) no aeroporto de Baucau, algures nos finais da década de 1970.

### **Após Matebian: ataques das *ABRI* na região central e no Leste**

319. Com a queda da base da Fretilin em Matebian e a rendição de dezenas de milhar de civis, no início de 1979 os militares indonésios voltaram a sua atenção para os remanescentes militares e civis da Fretilin em Fatubesi, no distrito de Ermera, e no Monte Kablaki (sobre a fronteira entre Ainaro e Manufahi) e no vale do rio Dilor. O ataque das *ABRI* contra Fatubesi provocou uma divisão na liderança local da Fretilin: no início de Fevereiro, deu-se a rendição de uma facção, enquanto os que a recusaram foram perseguidos. No Monte Kablaki, as operações de infantaria forçaram os grupos remanescentes a descerem a terrenos mais baixos, onde se renderam ou foram capturados pelas tropas que os aguardavam.<sup>436</sup>

320. No Sul da região de Manatuto, os fuzileiros, apoiados pela aviação, levaram a efeito operações ulteriores, denominadas Operação Limpeza (*Pembersihan*).<sup>437</sup> Entretanto, as unidades militares que haviam participado no ataque a Matebian deslocaram-se de Baucau para Lautém, perseguindo um pequeno grupo de líderes da Fretilin e de soldados das Falintil fugidos ao cerco.<sup>438</sup> Em Fevereiro, Mau Lear, líder da região Leste, foi capturado e morto.<sup>439</sup> As pessoas capturadas durante esta operação foram conduzidas a campos de reinstalação. A 26 de Março de 1979, a Operação *Seroja* foi dada por terminada e as *ABRI* declararam Timor-Leste “pacificado”.

### 3.13 Rendição, reinstalação e fome

#### Síntese

321. No período decorrido entre os finais de 1977 e 1979 assistiu-se à maior das tragédias humanitárias da história de Timor-Leste. A fome generalizada resultou das operações militares colossais da Indonésia, levadas a efeito para destruir a Resistência da Fretilin, permitindo-se que este objectivo militar se sobrepusesse ao custo em termos humanitários. Os observadores externos foram mantidos afastados até a crise se encontrar totalmente desenvolvida e o custo em vidas humanas ter atingido enormes proporções.

322. A população civil que vivia nas montanhas começou a render-se em grande número a partir dos finais de 1978. Após muitos meses de vida em constante movimento, para evitarem os ataques, e com as fontes de alimento destruídas pelos militares indonésios, as pessoas encontravam-se em situação muito debilitada no momento da rendição. Foram detidas em campos de trânsito, sem alimentação nem ajuda médica adequadas. O seu sofrimento foi exacerbado pelo controlo militar sobre as operações indonésias domésticas de assistência e pela proibição imposta à entrada das organizações internacionais no território. A comunicação social internacional também estava sujeita a proibição. Depois de deslocarem a população para campos de reinstalação, os militares indonésios definiram como prioridade exercer um controlo apertado sobre a movimentação dos civis, limitando assim a sua capacidade para cultivar os campos e produzir alimentos e provocando fome, morte e miséria em larga escala. A preocupação em assegurar a separação entre as populações civis simpatizantes e a Fretilin/Falintil atingiu o auge com o exílio de civis para a ilha de Ataúro, a partir de 1980. Foram detidas milhares de pessoas nesta ilha-prisão, sofrendo de doença e de fome.

323. Após uma longa espera, o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e a organização não governamental Serviço Católico de Assistência (CRS), sediada nos EUA, foram autorizados a entrar no território nos finais de 1979. Embora trabalhando sob grande pressão, os seus esforços produziram algum alívio ao sofrimento da população e salvaram muitas vidas.

#### Rendição e execução de prisioneiros

324. As maiores rendições registaram-se ao longo de 1978, com a campanha de cerco a fechar-se sobre as posições da Resistência. Os bombardeamentos intensos, a campanha de cerco aliadas à renovação da amnistia oferecida em 1977 aos combatentes pelo Presidente Soeharto, e a pressão militar do movimento *Skylight*, provocaram várias rendições importantes na Fretilin. Muitas pessoas inicialmente amnistiadas desapareceram numa fase posterior: entre elas, havia líderes destacados como Sera Key,<sup>440</sup> bem como quadros, tais como os que foram executados após a rendição às *ABRI* em Quelicai, no início de 1979.<sup>441</sup> À medida que desciam das montanhas, as pessoas eram interrogadas pelos militares indonésios de maneira a identificá-las e separar os membros da Fretilin e das Falintil. Luís da Costa, padre nas montanhas durante este período, sobreviveu. Em 1988, prestou depoimento em Lisboa sobre a rendição de um pequeno grupo de sobreviventes, a maioria dos quais foram executados:

*As pessoas começaram a morrer de fome e tínhamos conosco muitos feridos, bem como crianças e famílias inteiras. A pior recordação que tenho é dos cadáveres que vi ao atravessar Natarbora em Dezembro de 1978 – havia corpos de 10 em 10 metros, corpos ressequidos de pessoas que tinham morrido de fome, algumas abraçando-se, outras apoiadas contra árvores. Rendi-me em Barique, a 13 de Março de 1979, com seis pessoas. Durante um mês só tínhamos comido folhas. A nossa rendição foi negociada através de um intermediário. Eu fui o único dos seis que não foi executado.*<sup>442</sup>

325. Em 1981, o Administrador Apostólico de Timor-Leste, monsenhor D. Martinho da Costa Lopes, confrontou o próprio Presidente Soeharto com provas destes desaparecimentos.<sup>443</sup>

### Campos de trânsito

326. As pessoas que não eram levadas pelos militares eram internadas. Durante o final da década de 1970 e o início dos anos 80, foram utilizados diversos campos para alojar a população que se rendera. Foram-lhes dados vários nomes: a Indonésia chamou-lhes campos de reinstalação, enquanto alguns observadores internacionais, bem como muitos timorenses sobreviventes que prestaram depoimento perante a Comissão, utilizaram o termo “campo de concentração”. Privação e restrições à liberdade de movimentos eram características comuns a todos os campos. O objectivo deste internamento era quebrar as ligações às Falintil das pessoas que se haviam rendido às ABRI, de maneira a cortar o apoio dos civis aos guerrilheiros e a destruir, assim, os últimos elementos mal equipados da resistência armada que ainda subsistiam nas montanhas e nas florestas.

327. Nas etapas iniciais das rendições, as pessoas eram alojadas onde quer que fosse possível, escolas, antigas lojas, quartéis militares, ou, simplesmente, ao relento. De início, não havia qualquer infra-estrutura preparada para acolhê-las. A Comissão ouviu o depoimento especializado de Gilman dos Santos, que em 1977 trabalhava no Governo Provincial:

*As pessoas refugiadas nas montanhas desceram de lá em 1977, 1978 e 1979. Tanto os que se renderam como os que eram capturados pelos militares indonésios, toda a gente era internada em campos de concentração, em nada adequados a seres humanos. As pessoas eram instaladas em grandes tendas de emergência, construídas com folhas de palmeira, ou capim, servindo para alojar toda a gente, sem limite de número.*<sup>444</sup>

328. Regra geral, as pessoas encontravam-se em más condições físicas. Muitas vezes tinham-se rendido depois de experiências dolorosas nas montanhas, durante as quais muita gente morrera. As pessoas que chegavam aos campos já eram sobreviventes não só da guerra, mas também da falta de alimento e de medicamentos. A experiência de fome, moderada e extrema, continuou nos campos, que não possuíam nem instalações (por exemplo, sanitárias) nem abastecimentos (por exemplo, alimento adequado e medicamentos) para satisfazerem as suas necessidades urgentes.

329. Por volta de 1978, tinham sido criados inúmeros campos. O alegado objectivo destes campos era fazer a triagem das pessoas que se haviam rendido, antes de serem reinstaladas noutros lugares. Em termos teóricos, este processo deveria levar três meses. Havia elevados níveis de segurança e os campos encontravam-se cercados por postos militares e de *Hansip* (guardas civis). O movimento das pessoas era normalmente restringido a um raio de 300 metros,

o que limitava em muito a sua capacidade para plantar ou recolher alimentos. As pessoas sobreviviam à custa de quaisquer alimentos que fossem capazes de recolher nas redondezas, mandioca e sagu, quando tinham sorte, raízes tóxicas e tubérculos, quando não tinham (ver Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome).

330. O tempo passado pelas pessoas nestes campos variava, dependendo do nível de volatilidade da área, da pessoa internada e da percepção que as *ABRI* tinham do seu risco de segurança.<sup>445</sup>

### Campos de detenção a mais longo prazo e estratégia de segurança das *ABRI*

331. Alguns campos de trânsito eram simplesmente mantidos como campos de detenção a mais longo prazo. Foram desenvolvidas outras aldeias de reinstalação como meio de reforçar o objectivo dos militares indonésios de imporem a separação dos civis relativamente à Fretilin e às Falintil. Nos finais de 1979, o número de pessoas detidas em campos de internamento era superior a 300 mil,<sup>446</sup> e, a dar crédito ao rigor de alguns números fornecidos à época pelas *ABRI*, é possível que excedessem as 370 mil.<sup>447</sup> Os militares precisavam de controlar este gigantesco número de pessoas, ao mesmo tempo que se concentravam na tarefa de eliminar a resistência armada dos guerrilheiros. Em alguns casos, estes campos foram construídos em lugares onde antes não existia qualquer povoação. Aldeias inteiras eram desenraizadas e forçadas a mudar de sítio, sobretudo quando se localizavam em áreas voláteis, e o seu movimento era sujeito a controlo apertado. Um documento militar indonésio da época explica como pôr em prática esta política:

De cada vez que alguém pretende sair da aldeia, precisa de apresentar um salvo-conduto (*surat jalan*) e cada pessoa chegada à aldeia vinda de outra aldeia precisa de comunicar o sucedido.

Não deviam existir hortas ou campos pertencentes às pessoas localizados longe da povoação ou da aldeia.<sup>448</sup>

332. Isto resultou num controlo apertado dos civis em campos onde não conseguiam manter padrões de agricultura normais, nem produzir alimentos em quantidade suficiente para se sustentarem e às suas famílias. Estes controlos originaram grandes dificuldades para o enorme número de civis que neles viviam, tendo contribuído de maneira significativa para a crise de fome (ver Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome).<sup>449</sup>

333. Os militares indonésios continuavam a suspeitar fortemente das ligações entre a população internada e os guerrilheiros da Fretilin. As *ABRI* serviram-se dos membros timorenses das suas forças *Hansip* para vigiarem o comportamento dos civis, criando condições de desconfiança e tensão nas comunidades residentes nos campos. Em Díli e nas cidades para onde a população civil havia regressado, existiam igualmente muitos centros de detenção. A detenção arbitrária pelos militares era frequente e, até Dezembro de 1983, não se realizou qualquer julgamento formal de prisioneiros políticos (ver Subcapítulo 7.4: Prisão, Tortura e Maus-Tratos e Subcapítulo 7.6: Julgamentos Políticos, respectivamente). Em 1979/80, muitas pessoas que haviam sido detidas desapareceram. Os militares indonésios serviram-se de determinados locais como campos de execução—por exemplo, em Quelicai, após as rendições em massa em Matebian,<sup>450</sup> e nos arredores de Díli, em Areia Branca e Tacitolu.<sup>451</sup>

### Território fechado

334. Ao longo deste período, Timor-Leste permaneceu encerrado ao mundo exterior. Embora a Indonésia tivesse declarado que o território de Timor-Leste estava pacificado, em muitos sentidos continuava a ser uma zona de guerra. Impedir que a verdade sobre esta situação

chegasse ao público indonésio, ou ao mais vasto público internacional, era uma importante componente da estratégia indonésia de firmar o seu controlo sobre Timor-Leste. O acesso dos meios de comunicação social indonésios a Timor-Leste era fortemente controlado e os meios de comunicação ocidentais estavam praticamente banidos. As organizações internacionais de ajuda não tinham entrada autorizada em Timor-Leste e as delegações oficiais só eram autorizadas no âmbito das visitas sujeitas ao mais rigoroso controlo.

335. A Comissão ouviu o depoimento de Gilman dos Santos sobre este isolamento:

*Nessa época, Timor-Leste encontrava-se fechado para toda a gente. Nem os jornalistas indonésios eram autorizados a cá entrar. Em termos de telecomunicações, não era dada licença à instalação de qualquer rede de longa distância ou ligação internacional. Com estas condições, nenhuma informação podia sair. Com Timor-Leste fechado desta maneira pelo governo indonésio, sobretudo pelas ABRI, era evidente que a política da Indonésia consistia em impedir a assistência de outros países.<sup>452</sup>*

336. A Igreja Católica era a única organização independente com uma ampla rede internacional que ainda permanecia em Timor-Leste. Normalmente através de cartas despachadas clandestinamente para fora do território, a Igreja ia deixando sair progressivamente notícias sobre a crise em Timor-Leste.

337. Em Julho de 1979, Pat Walsh elaborou um relatório sobre a crise humanitária em Timor-Leste para a *Action for World Development*, uma ONG australiana de raiz eclesial. Perante a Comissão, Pat Walsh testemunhou que, para essa época de crise humanitária, o relatório concluía o seguinte:

*Para a Indonésia, os esforços de ajuda humanitária tinham uma prioridade muito inferior às suas operações militares. As organizações independentes não seriam autorizadas a entrar até que a Indonésia tivesse cumprido os seus objectivos militares.<sup>453</sup>*

338. Se bem que as organizações não governamentais australianas procurassem internacionalizar a crise humanitária em Timor-Leste, o Governo australiano tem definido este período como marcando o começo do seu reconhecimento *de jure* da soberania indonésia sobre o território. Devido a esta posição, a Austrália deixou de estar em harmonia com a maioria dos Estados-membros das Nações Unidas.<sup>\*</sup> Entretanto, os timorenses residentes fora do território tentavam igualmente consciencializar a comunidade internacional para a crise humanitária. Nas Nações Unidas, foram feitos apelos ao Comité Especial de Descolonização da ONU, em Nova Iorque; nessa época, as resoluções da Assembleia Geral da ONU começaram a referir-se à fome e às necessidades humanitárias do povo de Timor-Leste. Isto veio reforçar o trabalho desenvolvido por José Ramos-Horta e pelos seus colegas nas Nações Unidas.<sup>454</sup>

339. Até 1979, a administração civil indonésia e a Cruz Vermelha Indonésia (*PMI*) eram as únicas organizações que prestaram socorro. Com poucos recursos e, principalmente, sob o rigoroso controlo dos militares indonésios quanto à forma como desenvolviam as suas operações, estas organizações não conseguiam satisfazer as necessidades urgentes do povo. Os medicamentos só muito raramente eram disponibilizados e a ajuda canalizada através da

---

<sup>\*</sup> O Governo australiano define 14 de Fevereiro de 1979 como a data de início do processo que conduziu ao seu reconhecimento *de jure* da soberania indonésia sobre Timor-Leste. Esta data marcou o começo das negociações entre a Austrália e a Indonésia sobre as reservas petrolíferas do Mar de Timor (ver Subcapítulo 7.1: Direito à Autodeterminação).

*PMI* ia muitas vezes parar ao mercado negro, sem que os timorenses tivessem meios para adquirir os produtos.<sup>455</sup>

340. No seguimento da divulgação de relatórios sobre a catástrofe humanitária, em Setembro de 1978 onze embaixadores de países estrangeiros e alguns jornalistas visitaram Timor-Leste, acompanhados pelo ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio Mochtar Kusumaatmaja. Representavam os governos do Canadá, EUA, Austrália, Japão, Nova Zelândia, Índia, Coreia do Sul, Bangladesh, Egípto, Síria e Iraque. Fora-lhes contado que cerca de 125 mil pessoas tinham descido das montanhas, 20 a 30 mil das quais em condições horríveis e desesperadas. Quatro embaixadores (da Austrália, Canadá, Japão e EUA) exigiram a realização urgente de uma operação de ajuda internacional.<sup>456</sup> Apesar desta urgência, foi preciso um ano inteiro até que o CICV e a organização não governamental dos EUA, Serviço Católico de Assistência (*Catholic Relief Service, CRS*), chegassem a Timor-Leste para prestar socorro de emergência. Isto aconteceu depois de as *ABRI* finalizarem a Operação *Seroja*, como se observou anteriormente.

### Socorro do CICV e da CRS

341. O Serviço Católico de Assistência (*CRS*), levou a efeito a sua missão de estudo em Maio de 1979. A Comissão recebeu da *CRS* um depoimento, incluindo documentos da época, onde se disponibilizavam conhecimentos valiosos sobre a dimensão da crise e os limitados meios disponíveis para resolvê-la. Em Outubro de 1979, a *CRS* e o CICV deram início às operações de socorro de emergência. Um dos participantes foi Gilman dos Santos, que deixou o emprego no funcionalismo público em 1979, integrando-se na equipa de emergência da *CRS*. No seu depoimento à Comissão, informou que os escritórios da *CRS* funcionavam 18 a 20 horas por dia, sete dias por semana. Gilman dos Santos esclareceu a Comissão que muitos funcionários da administração civil indonésia apoiaram o trabalho de emergência da *CRS* e do CICV, mas que os militares e a polícia indonésios não só não deram qualquer apoio como levantaram muitas dificuldades aos trabalhadores da ajuda humanitária.<sup>457</sup>

342. Não há dúvida de que a Indonésia não utilizou de maneira adequada os seus recursos para prevenir, ou dar resposta, à situação de fome. Em duas ocasiões, a *CRS* encontrou-se numa situação de escassez de abastecimento e pediu emprestado arroz ao organismo governamental de distribuição de arroz indonésio (*Bulog*), que possuía excedentes de *stock* em Díli numa época em que um grande número de pessoas morria de fome e de doenças afins nos campos sob controlo militar.<sup>458</sup>

343. Segundo o depoimento de Pat Walsh apresentado à Comissão, a *CRS* e o CICV trabalharam com denodo e eficiência. Walsh contou à Comissão que, ao longo dos 18 meses seguintes, o CICV, juntamente com a Cruz Vermelha Indonésia, prestou assistência a 80 mil pessoas deslocadas em 15 aldeias e salvou muitas vidas. Walsh afirmou que, durante este período, a *CRS* despendeu 4 milhões de USD na distribuição de 17 mil toneladas de géneros alimentícios, bem como de medicamentos, roupas, sementes, equipamento agrícola e búfalos da água.<sup>459</sup> Dada a dimensão da crise, e fazendo uma comparação com o número de organizações internacionais de ajuda e o nível de assistência prestado durante a situação de emergência em Timor-Leste nos finais de 1999, este pacote de ajuda humanitária foi relativamente pequeno e a sua entrega adiada veio demasiado tardia para muitas pessoas. O controlo da distribuição da ajuda pelos militares indonésios causou também grandes dificuldades ao esforço de socorro. Embora a Comissão recebesse muitos depoimentos sobre a importância desta ajuda limitada, nem a *CRS* nem o CICV resolveram o problema fundamental do conflito internacional que era a razão da existência de fome.

---

<sup>455</sup> Várias organizações humanitárias apresentaram relatórios sobre a situação, incluindo o Conselho Australiano para a Assistência Externa (*ACFOA*); um representante da *World Vision Indonésia* e a Cruz Vermelha Indonésia [ver depoimento apresentado por Pat Walsh à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocações Forçadas e Fome, 28-29 de Julho de 2003].

## Ataúro como ilha-prisão

344. Ataúro tem uma história de utilização como ilha-prisão pelos sucessivos regimes que governaram Timor-Leste. A administração colonial portuguesa fê-lo durante longo tempo, tal como as forças de ocupação japonesas durante a Segunda Guerra Mundial. O regime de ocupação indonésio iniciou uma política semelhante, a partir de 1980. A Comissão recebeu depoimentos de peritos, segundo os quais esta iniciativa foi um prolongamento da política de segregação dos civis que se pensava poderem ser uma futura base de apoio à Resistência armada:

*Em 1980, as ABRI e o governo local mais uma vez deslocaram à força para a ilha de Ataúro as pessoas suspeitas de terem parentes que eram combatentes pela liberdade nas florestas.*<sup>460</sup>

345. Os sobreviventes testemunharam igualmente à Comissão que esta política foi concretizada na prática conjuntamente pelos militares e pela administração civil.<sup>461</sup>

346. Algumas das primeiras pessoas enviadas para Ataúro foram aquelas que participaram em levantamentos populares durante este período. Os suspeitos de terem apoiado o ataque de 10 de Junho de 1980 à estação de televisão de Díli foram levados para Ataúro, após detenção e tortura em Díli.<sup>462</sup> Entre os que vieram depois, contavam-se as famílias dos combatentes da Resistência, muitos dos quais vieram dos distritos após a operação 'Cerco de Pernas'.<sup>463</sup> A Comissão recebeu depoimento do povo de Mauchiga, na região montanhosa central, exilado para Ataúro em Agosto de 1982, depois de uma tentativa de levantamento.<sup>464</sup>

347. A Comissão ouviu o depoimento especializado de Céu Lopes Federer, profissional que colaborou na ajuda humanitária do CICV em Ataúro entre 1980/82. Céu Lopes Federer contou à Comissão que os navios chegados a Ataúro vinham carregados sobretudo com mulheres, crianças e idosos. Contou igualmente à Comissão que muitos haviam sido enganados, sendo-lhes dado a crer que iam estar longe de casa apenas por um ou dois dias e viajando praticamente de mãos vazias.<sup>465</sup>

348. As taxas de mortalidade eram elevadas. No seu depoimento, Céu Lopes Federer referiu-se ao surto de uma epidemia de cólera devido às más condições dos campos, bem como à elevada taxa de mortalidade entre as crianças.<sup>466</sup> Embora em Ataúro a vigilância fosse mais relaxada do que no restante território, a ilha era conhecida pela escassez em géneros alimentícios e água, e os milhares de prisioneiros que ali chegavam enfrentavam grandes dificuldades.

349. Os relatórios então elaborados pelo CICV confirmam que a transferência de população para Ataúro provocou "pressões" sobre os recursos alimentares da ilha e que o Comité pôs em prática um programa alimentar de emergência.<sup>467</sup> Depoimentos apresentados à Comissão por sobreviventes confirmam a importância desta ajuda, que permitiu salvar vidas.<sup>468</sup> As estimativas sobre o número total de prisioneiros variam, sendo provável que excedesse os 4 mil.<sup>469</sup> Céu Lopes Federer contou à Comissão ter mantido até 1982 – ano em que deixou a ilha – uma lista com 6400 nomes de pessoas detidas em Ataúro.<sup>470</sup> A Comissão recebeu ainda informações de que os militares indonésios cometeram abusos sexuais sobre muitas mulheres detidas na ilha.<sup>471</sup>

350. Em meados da década de 1980, os prisioneiros foram retirados da ilha. No entanto, segundo parece foram transferidos para campos, denominados "campos de orientação" (*desa binaan*), em lugar de serem reencaminhados para as suas terras de origem, e ali foram submetidos a um processo de doutrinação na ideologia indonésia *Pancasila*.<sup>472</sup>

## Encerramento dos campos de detenção

351. Por volta de 1982/83, a maioria das pessoas foram autorizadas a deixar os campos de detenção. Algumas regressaram às suas aldeias de origem, nos casos em que isso era possível. Outras fixaram-se em novas aldeias, muitas vezes dando-lhes o nome da aldeia de origem, então abandonada. Outras foram fixadas num novo tipo de aldeia, denominado área de reinstalação (*desa pemukiman*).<sup>473</sup>

352. A população da capital, Díli, aumentou de maneira significativa no início da década de 1980. Aproximando-se dos 28 mil habitantes em 1975, em 1980 o gabinete de estatística oficial da Indonésia indicava que no distrito de Díli viviam 67.039 habitantes.<sup>474</sup> Este novo padrão de urbanização permitia ao aparelho militar indonésio vigiar a população com mais facilidade. Redes de informadores, cartões de identidade, restrição à liberdade de movimentos e detenções arbitrárias eram características presentes nesta sociedade sujeita a controlo apertado.<sup>475</sup>

353. Neste período, entre 1978 e o início da década de 1980, os militares indonésios puseram em execução um programa de reinstalação que alterou de maneira radical e definitiva os padrões de povoamento em Timor-Leste. A sociedade timorense vivia tradicionalmente em pequenas aldeias compostas por várias casas onde viviam várias famílias nucleares, conhecidas em tétum como *knua*. O padrão anterior, marcado por um povoamento disperso em área de montanha, foi alterado à força para um povoamento costeiro predominantemente concentrado em cidades ao longo das estradas principais. O objectivo estratégico de separar a população civil dos combatentes da Resistência nas montanhas, mantendo a primeira em áreas onde pudesse ser vigiada, criou uma mudança fundamental no modo de vida dos timorenses. Embora esta situação de internamento fosse aliviada em meados da década de 1980, quando as pessoas foram autorizadas a sair dos campos, estas alterações fundamentais ao padrão de povoamento ainda hoje se mantêm.

### 3.14 Operação Segurança (*Operasi Keamanan*)

#### Síntese

354. Depois de declararem Timor Leste pacificado em Março de 1979, os militares indonésios concentraram-se em operações mais pequenas de limpeza e de controlo da população em todas as áreas. Resíduos da resistência armada subsistiram em bolsas isoladas.

355. Em Junho de 1980, um desses grupos sobreviventes organizou um ataque contra Díli, apanhando de surpresa as *ABRI* e demonstrando que a Resistência ainda se encontrava activa. Os militares indonésios responderam com centenas de detenções e mais de 100 homicídios. Muitos prisioneiros detidos nessa época foram enviados para Ataúro (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados).

356. Em 1981, os militares indonésios lançaram uma enorme ofensiva destinada a destruir os grupos da Resistência ainda remanescentes, utilizando a bem conhecida tática da *kikis*, ou “cerco de pernas.” Um grande número de civis, ainda não recuperado do sofrimento resultante da devastação do conflito nas montanhas e das privações dos campos de detenção das *ABRI*, foi obrigado a marchar através do território formando como que uma “cerca,” com o objectivo de capturarem os restantes membros da Resistência armada. Mulheres, homens, crianças e idosos foram obrigados a participar nesta operação. Fome, doença e maus-tratos infligidos pelos militares eram experiências comuns. Muitas pessoas morreram. Este serviço forçado também afastou muita gente dos seus campos de cultivo durante a época de plantio, aumentando a sua vulnerabilidade à fome, especialmente devido à ruptura agrícola verificada em anos anteriores, devido à intensidade das operações militares.

357. Em termos militares, a operação não foi capaz de aniquilar a Resistência armada, cujos membros conseguiram muitas vezes escapar à “cerca”. Mais de 4 mil pessoas consideradas “simpatizantes da Fretilin” foram detidas e aprisionadas quer na Ilha de Ataúro quer em campos de reinstalação controlados pelas *ABRI*.

#### Situação em Díli e no território de Timor-Leste, 1979/1980

358. Com líderes fundamentais da Resistência capturados ou mortos, a Resistência armada aniquilada e a maioria dos civis timorenses das montanhas capturados ou rendendo-se ao seu controlo, no início de 1980 os militares indonésios convenceram-se de que as grandes operações militares tinham terminado em Timor-Leste. O Comando da Força de Intervenção Conjunta da Operação *Seroja* dissolveu-se e o comando militar operacional foi transferido de Díli para Bali, dando a entender que Timor Leste se encontrava a partir daí sujeito à estrutura de comando regional normal das *ABRI*. Ao mesmo tempo, o controlo da administração civil foi formalmente transferido do Ministério da Defesa e Segurança (*Hankam*) para o Ministério do Interior (*Depdagri*). No plano militar, as *ABRI* prosseguiram as operações de limpeza para reforçarem a sua autoridade, mas em termos gerais o período posterior ao fim da Operação *Seroja* foi comparativamente mais sossegado em termos operacionalidade militar.

359. Os militares indonésios mantiveram um papel predominante no âmbito da administração civil emergente, controlando-a. Para a maioria dos civis, a vida era tensa e marcada pelo medo.<sup>476</sup> No documento apresentado pela Associação dos Ex-Prisioneiros e Detidos Políticos de Timor-Leste (Assepol), a Comissão foi informada que, neste período, com a população de Díli a aumentar, os agentes dos serviços de informação indonésios pululavam. A Assepol contou à Comissão que, no final da década de 1970, princípio da de 1980, não se cumpriam procedimentos judiciais e que os militares tinham poderes ilimitados de detenção arbitrária e tortura.<sup>477</sup> Muitos depoimentos individuais apresentados à Comissão confirmam este ponto, bem como os relatos de pessoas a serem levadas de suas casas a meio da noite, ou a serem

reunidas à força pelos militares para serem interrogadas e torturadas.<sup>478</sup> A Comissão elaborou mapas dos centros de detenção e interrogatório existentes em Díli e Baucau nesses anos, muitos dos quais oficiosos mas geridos pelos militares indonésios. O número desses centros ultrapassava de longe as necessidades razoáveis de um país democrático governado em obediência aos princípios do Estado de direito (ver Anexos do presente Relatório).

360. Em todo o território de Timor-Leste, as *ABRI* desenvolveram a sua estrutura territorial atendendo aos movimentos da população e às alterações demográficas resultantes das grandes deslocções desse período. As *ABRI* destacaram para cada aldeia de Timor Leste um oficial de orientação militar (*Babinsa*) e, em áreas consideradas particularmente perturbadoras (*rawan*), passou a existir uma equipa desses homens, denominada Equipa de Orientação da Aldeia (*Tim Pembina Desa, TPD*). Estes funcionários militares trabalhavam em colaboração estreita com os auxiliares civis de defesa timorenses (*Hansip*), assegurando aos militares indonésios uma tutela firme sobre todos os níveis da sociedade timorense. Assim, em muitas zonas do país, as pessoas viviam nas novas aldeias de reinstalação sob apertado controlo militar.

361. A situação de fome aguda associada às campanhas militares de 1977/78 e aos campos de detenção dos militares, fora estabilizada graças aos esforços desenvolvidos pelas organizações internacionais de ajuda humanitária *CRS* e *CICV*. No entanto, em 1980 as comunidades ainda não tinham disposto de qualquer oportunidade para recuperarem daqueles anos traumáticos do conflito. Este legado doloroso incluía a vulnerabilidade à fome e à doença, devida às privações provocadas pelo conflito e aos anos perdidos de plantio e colheitas normais.

#### Primeiro levantamento: Díli, Junho de 1980

362. No dia 10 de Junho de 1980, as *Falintil* montaram um ataque sobre Díli, dirigido contra o novo transmissor de televisão em Marabia.<sup>479</sup> Este ataque, que apanhou as *ABRI* totalmente desprevenidas, foi o primeiro grande levantamento após a aparente derrota esmagadora da *Frelin* nos finais de 1978. A Resistência escolheu a expressão “levantamento” para conferir um sentido de objectivo comum àquilo que eram, na realidade, ataques militares de âmbito limitado levados a efeito por pequenos grupos sobreviventes das *Falintil* que se haviam reagrupado nos meses anteriores. O ataque de Díli provou a sobrevivência da Resistência, bem como a continuação da sua oposição armada ao domínio militar indonésio. O ataque chegou a atingir Lahane e Becora, na periferia de Díli. Um membro da força atacante explicou à Comissão que o ataque teve por objectivo “mostrar ao mundo que a *Frelin* ainda existe.”<sup>480</sup>

363. Um comunicado da Embaixada dos EUA sublinhou a dura resposta que esse ataque iria provavelmente gerar:

Este ataque dos rebeldes nos arredores da capital provincial causou aflição e embaraço aos funcionários responsáveis pela segurança e é de prever que estes tomem medidas para evitar que um tal ataque se repita.<sup>481</sup>

364. Os militares indonésios sentiram-se chocados e humilhados pelo arrojado ataque de uma Resistência que consideravam derrotada. Centenas de pessoas foram detidas, depois de os militares efectuarem uma busca completa na cidade. A Comissão obteve testemunhos sobre mais de 100 homicídios, bem como da prática comum de tortura e outros tratamentos cruéis infligidos às pessoas detidas (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados). Muitos dos detidos foram exilados para Ataúro.<sup>482</sup>

## “Cercos de pernas”: *Operasi Kikis*

365. Quase um ano mais tarde, em meados de 1981, as *ABRI* montaram uma operação de grande dimensão, com intervenção combinada de pessoal militar e dezenas de milhares de civis, que formavam uma “cerca (humana) de pernas”. Esta “cerca” percorreu a pé vastas áreas do território para buscar e capturar as tropas ainda existentes das Falintil, tendo por objectivo principal a captura ou eliminação de Xanana Gusmão. Esta tática, conhecida como *Operasi Kikis* fora aplicada com sucesso contra outros levantamentos na Indonésia, onde a população local apoiou a intenção dos militares de aniquilar rebeliões. Fora igualmente utilizada em Timor-Leste nos anos anteriores.<sup>483</sup> Mas em Timor-Leste, ao contrário do que sucedera na Indonésia, os militares não beneficiavam do elemento decisivo do apoio popular. Embora a cerca permitisse capturar muitos timorenses, civis e militares, não foi capaz de causar danos de monta às Falintil.

366. Antes de a operação ser lançada, o CICV interrompeu as suas operações no território e a *CRS* partiu, em Novembro de 1980, depois de finalizar o seu programa de emergência. Os militares indonésios ficaram com as mãos livres para poderem concretizar a *kikis* praticamente sem estarem sujeitos a qualquer escrutínio internacional.

### Mobilização em massa dos civis

367. A operação de 1981, a maior *kikis* alguma vez organizada em Timor-Leste, recebeu o nome de código Operação *Keamanan* (Segurança).<sup>484</sup> Os militares indonésios destacaram pelo menos quinze batalhões territoriais, com cerca de 12 mil efectivos, vindos de fora de Timor-Leste, além de um número desconhecido de tropas suplementares em funções de combate.<sup>485</sup> Os timorenses têm afirmado que o número de batalhões participantes foi muito superior a 15.<sup>486</sup> Segundo parece, as maiores operações tiveram lugar no Sector D,<sup>†</sup> na região de Baucau, Lautém e Viqueque.<sup>487</sup> Os civis foram recrutados à força como pessoal operacional auxiliar (*TBO*). Em termos oficiais, as *ABRI* recrutaram apenas indivíduos do sexo masculino com idades compreendidas entre os 12 e os 35 anos, mas na verdade houve participação de rapazes muito mais novos e de homens muito mais velhos—bem como de mulheres.<sup>488</sup> Grupos formados por estas pessoas foram vinculados a uma determinada unidade militar, para os efeitos da operação. O número total de civis participantes foi enorme. Um documento militar de 1982 afirma que a operação abrangeu “60 mil civis, além dos *Wanra* e *Ratih*.”<sup>‡</sup><sup>489</sup> Fontes dos fuzileiros indicam uma participação ainda maior, referindo 8 batalhões com 120 mil milícias integrados (*milisi binaan*), deslocando-se de Leste para Oeste, e 7 batalhões com 25 mil membros de milícias integrados, deslocando-se de Oeste para Leste, com o objectivo de “dominar o inimigo em Aitana”.<sup>490</sup>

368. A cerca humana começou a sua caminhada em meados de 1981, partindo de Tutuala, na extremidade Leste de Timor-Leste. De ali em diante, as unidades militares e os civis *TBO* marcharam em direcção a Oeste, até uma linha Com-Raça-Lospalos-Iliomar. Formando uma cerca humana ao longo de um eixo Norte-Sul, vasculharam o território em busca das Falintil. Segundo parece, a cerca funcionava de duas maneiras: como linha da frente, avançando adiante das tropas das *ABRI* e varrendo o terreno em busca das Falintil, e como muralha de bloqueio, contra a qual as unidades das *ABRI* tentavam conduzir as Falintil. De uma maneira ou de outra, não conseguiu capturar um número suficiente de grupos das Falintil para pôr fim à Resistência e muitos participantes não descobriram qualquer combatente das Falintil, de todo. No entanto, a Comissão recebeu depoimentos sobre execuções sumárias de prisioneiros. Um *TBO* contou à

\* *Kikis* significa raspado, ou erodido. Budiardjo e Liem traduzem *kikis* como “chipping-away”- lascar [*The War Against East Timor*, p. 223].

† Embora a operação se centrasse no Leste, a Oeste os militares indonésios recrutaram *TBO* para participarem numa campanha *kikis* de menor dimensão, entre Cassa e Ainaro. Não há registo de qualquer captura de membros da Fretilin nesse Sector.

‡ Os *Wanra* (Resistência Popular) e os *Ratih* (População Treinada) eram dois dos quatro tipos principais de auxiliares militares utilizados pelas *ABRI*. Os outros dois eram os *Hansip* (Defesa Civil) e os *Kamra* (Segurança Popular) [ver Capítulo 4: Regime de Ocupação].

Comissão que cinco pessoas capturadas pela unidade militar a que estava vinculado, perto de Cacavem, em Iliomar, foram executadas de imediato.<sup>491</sup>

369. Em Julho de 1981, outra cerca iniciou marcha a partir do corredor Venilale-Ossu-Viqueque, dirigindo-se para Nordeste.<sup>492</sup> Estas duas cercas convergiram na cordilheira de Matebian, com o objectivo de cercarem as Falintil, empurrando-as para terras mais baixas. Até ali, a operação ainda não conseguira realizar capturas significativas. Após o cerco de Matebian, iniciou-se a etapa final da *kikis*. Os militares e os *TBO* abriram em leque a sua formação, das montanhas centrais até à costa Sul, e continuaram a progredir para Oeste. Esta cerca aproximou-se da área de Lacluta, Viqueque, ao mesmo que a outra linha caminhava vinda do Leste, ao seu encontro.

### **Massacre em Lacluta**

370. Quando o avanço atingiu a zona de Lacluta, em Setembro, teve lugar um massacre durante o qual, pela maioria dos relatos disponíveis, foram mortas centenas de pessoas. Não existe um relato definitivo. Monsenhor D. Martinho da Costa Lopes reivindicou 500 mortos.<sup>493</sup> As autoridades indonésias reconheceram 70.<sup>494</sup> Outras pessoas situam o número de mortos entre estes dois valores.<sup>495</sup> A Comissão ouviu testemunhos narrativos que comprovam a ocorrência de um grande massacre de civis, incluindo mulheres e crianças, nesta época. Foi-lhe também referido um segundo massacre, de pelo menos 20 pessoas.<sup>†</sup> A Indonésia reivindicou uma vitória militar nesta região, nessa época, citando a captura de 450 membros da Fretilin e de 150 armas, mas sem indicar o número de baixas.<sup>496</sup> A maior parte das outras fontes de informação declaram ter-se tratado de um massacre brutal de civis.<sup>497</sup> Crê-se que o massacre se deu perto da Pedra de Santo António, nas encostas do Monte Aitana. Um combatente das Falintil recorda os homicídios de civis perpetrados pelos militares indonésios nessa região:

*Vi com os meus olhos a forma como os militares indonésios, Batalhão 744, mataram civis à minha frente. Capturaram essas pessoas anónimas, amarraram-nas e depois apunhalaram-nas até à morte. Uma mulher grávida capturada foi assassinada assim, sem mais nem menos. Assisti a isso a curta distância, pelo menos a 100 metros do sítio onde aconteceu.*<sup>498</sup>

### **Consequências da operação**

#### **Resultados militares**

371. A “cerca” teve um sucesso muito maior a capturar pessoas escondidas no mato do que a capturar os combatentes das Falintil, se bem que haja relatos sobre destruição de unidades das Falintil.<sup>499</sup> Para se explicar o fracasso na captura de muitos combatentes das Falintil, é provável que, em muitos casos, a “cerca” deixasse as Falintil passarem através das linhas. A Comissão foi informada sobre uma fuga através da “cerca”.

---

<sup>†</sup> Entrevista com José de Jesus dos Santos, Dili, 28 de Junho de 2004. O entrevistado afirmou que o contacto teve lugar entre 1 e 10 de Setembro.

<sup>†</sup> Entrevistas da CAVR a Anacleto Ximenes, Cairui, Manatuto, 12 de Março de 2004 e a Sebastião da Cunha, Manatuto, 12 de Maio de 2004. [Ver igualmente o subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados].

*Quando passávamos, muitas pessoas sabiam, mas olhavam-nos não como humanos mas como animais que passavam pelo seu posto. Lembro-me bem de ter pisado um inimigo (um membro timorense da cerca), mas ele olhou para mim como se eu fosse um cão e disse-me que me fosse embora.<sup>500</sup>*

372. É também possível que tivesse existido colaboração entre as Falintil e os TBO timorenses:

*Quando chegámos ao [local actual do] transmissor da Telkom, havia lá muitos [membros da] Fretilin. Mas como já tinha havido contacto [com os TBO], os da Fretilin passaram por entre as tropas do comandante de pelotão [das ABRI] Falo Chai.<sup>501</sup>*

373. É igualmente provável a possibilidade de as Falintil terem escapado através das linhas:

*Dividimo-nos em pequenos grupos, de 3-4 pessoas, e então, de noite, procurámos uma maneira de atravessar por detrás deles.<sup>502</sup>*

### **Consequências humanitárias**

374. A operação militar teve consequências humanitárias gravíssimas, numa época em que a população timorense ainda não se recompusera da crise de fome e privações traumáticas causadas pela Operação Seroja, nem das condições dos campos de detenção. Antes de darem início a esta operação, os militares exigiram à escassa presença da ajuda humanitária internacional que abandonasse o território.<sup>503</sup> Isto, só por si, foi um mau resultado para uma comunidade muito frágil e isolada. Forçar um número tão elevado de civis rurais a participar em operações militares, no segundo semestre de 1981, significou sujeitá-los a condições de extrema severidade. Os TBO, muitos deles ainda crianças, foram levados para áreas de combate e, devido a isso, somavam-se frequentemente às baixas.<sup>504</sup> Outros civis forçados a participar foram recrutados como *Ratih*<sup>505</sup> e não como *Wanra*, o que significa que não eram remunerados, recebendo apenas uma “recompensa” pela sua participação. Também não eram bem alimentados, tendo muitos deles morrido durante as marchas árduas através de terrenos acidentados.<sup>506</sup>

375. A operação teve lugar durante a época de plantio de 1981 e, com um número tão elevado de agricultores que dependiam da cultura de subsistência forçados a participar, estes não puderam plantar as suas culturas. Em Novembro de 1981, monsenhor D. Martinho da Costa Lopes escreveu para a Austrália falando de outra crise de fome iminente, o que causou preocupação a nível internacional.<sup>507</sup> Em Março de 1982, o antigo primeiro-ministro australiano Gough Whitlam visitou Timor-Leste, reunindo-se com monsenhor D. Martinho da Costa Lopes. Mais tarde, Whitlam contestou em público as afirmações do monsenhor.<sup>508</sup> Uma visita realizada, meses mais tarde, por uma delegação do Conselho Mundial das Igrejas, defendeu um ponto de vista diferente:

*É evidente que foi reinstalado um grande número de pessoas e que ainda há muitas crianças subnutridas. Em todos os lugares onde fomos, as pessoas diziam que a falta de alimento e de habitação são os seus maiores problemas...temos a impressão de que muitas pessoas gostariam de regressar às suas casas tradicionais e terras nas montanhas.<sup>509</sup>*

376. A Indonésia reivindicou a captura de 4500 “simpatizantes da Fretilin” durante a operação, tendo enviado 3 mil para Ataúro e reinstalado mais 1500 noutras zonas.<sup>510</sup> No entanto, a Comissão recebeu muitos depoimentos comprovativos de que se tratava de civis e que muito poucos combatentes foram capturados durante a operação *kikis* e que a maioria dos exilados para Ataúro era mulheres, crianças e idosos.<sup>511</sup>

## 3.15 Reconstruindo a Resistência

### Síntese

377. A Resistência sob liderança da Fretilin foi quase esmagada pelas campanhas de cerco e aniquilamento de 1978/79. Durante este período, a maioria dos líderes máximos da Fretilin e das Falintil foram assassinados ou capturados, ou então renderam-se. Os sobreviventes, em grupos isolados, fizeram uma tentativa desesperada para se reagruparem. Três membros do Comité Central sobreviveram e fugiram para o Leste, entre os quais Xanana Gusmão. Assumindo a liderança, Xanana Gusmão organizou uma Conferência de Reorganização Nacional em Março de 1981, onde se deu início a um processo de alargamento da Resistência, de maneira a transformá-la numa frente para a unidade nacional, e se alterou a orientação tática da resistência armada, transformando-a em guerra de guerrilha. A reunião secreta havida com o responsável pela Igreja Católica em Timor-Leste, monsenhor D. Martinho da Costa Lopes, constituiu um importante passo na consecução do objectivo da unidade nacional entre os rivais de 1975, a UDT e a Fretilin.

378. Durante os primeiros anos de guerra e ocupação, a Igreja actuou como um elo vital e singular com o mundo exterior. Nesses anos, ela deixara de ser um bastião do sistema colonial português, transformando-se na voz do timorense comum.

### Sobreviventes da Fretilin às ofensivas de 1978/79

379. As ofensivas militares de 1978/79 destruíram a estratégia de “resistência popular” da Fretilin, no âmbito da qual um grande número de civis viviam sob a protecção e controlo da Fretilin, davam apoio logístico às Falintil e se encontravam politicamente mobilizadas para apoiar a Resistência. A superioridade numérica e tecnológica dos militares indonésios era esmagadora, numa guerra convencional de posições. Além disso, com dezenas de milhares de civis a viverem nas suas bases, a Fretilin viu-se forçada a adoptar uma estratégia de protecção e não de ataque às forças indonésias. Este período de resistência civil-militar combinada terminou com a queda das zonas libertadas da Fretilin, 1978.

380. A população sobrevivente rendeu-se e desceu das montanhas, devastada pelas campanhas de bombardeamento e cerco e, regra geral, em estado muito precário.<sup>512</sup> O seu número elevava-se a mais de 300 mil pessoas.<sup>513</sup> Os militares indonésios identificaram as pessoas que se renderam e separaram as que pensavam pertencer aos quadros das Falintil ou da Fretilin. Muita gente desapareceu, ou foi sumariamente executada (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados). Os civis restantes ficaram detidos, sob tutela militar, em campos de trânsito e, mais tarde, em campos de detenção de mais longa duração, como se descreve em pormenor em secção supra.

381. A Fretilin perdera grande parte dos seus líderes de nível intermédio e alto. As Falintil ficaram mergulhadas em desordem, perdendo grande parte do seu pessoal, líderes e armamento. O pessoal sobrevivente ficou isolado, sem possibilidades de contacto. Terminara a primeira fase da Resistência. A resistência organizada sobreviveu por duas razões: em primeiro lugar, graças à sobrevivência de vários líderes fundamentais da Fretilin que conseguiram reconstruir a Resistência e, em segundo lugar, graças à sobrevivência da população que, apesar de já não viver fisicamente separada das forças de ocupação indonésias, acabou por conseguir criar uma nova forma de resistência clandestina de apoio àquilo que se tornou uma guerra clássica de guerrilha conduzida pelas Falintil.

## Reagrupamento

382. Pouco antes da queda de Matebian, em 22 de Novembro de 1978, vários líderes políticos e comandantes militares\* conseguiram furar o cerco e escapar para Leste. O grupo era liderado por Xanana Gusmão. Nessa mesma ocasião, outras unidades das Falintil foram enviadas para Oeste, para se juntarem às Falintil do Sector Centro-Leste. A maioria destas unidades nunca conseguiram romper o cordão Baucau-Viqueque, controlado pelos militares indonésios, e apenas uma companhia chegou ao Sector Centro Leste.<sup>514</sup>

383. O pequeno grupo que escapou de Matebian reagrupou-se na região montanhosa de Legumau, a Leste de Baguia, fora do alcance dos militares indonésios. O grupo tentou então uma nova estratégia de resistência clandestina: abandonou a sua aparência militar, vestindo-se à paisana e ocultando as armas.<sup>515</sup> O objectivo visava descobrir e contactar membros sobreviventes do Comité Central, membros das Falintil e civis, e fazer uma avaliação da situação. Xanana Gusmão recordou as acções por si desenvolvidas, depois de escapar de Matebian:

*Caminhámos directamente [para Leste]. Quando lá chegámos, começámos a desenvolver uma estratégia e todos aprendemos o que significava fazer a [guerra de] guerrilha. Uma vez que eu já tivera contactos com a frente clandestina, [de] quando [estivéramos] nas bases de apoio, fui direito a Mehara no dia 7 de Dezembro...Procurámos [membros da Resistência]. De Díli, eles [a frente clandestina] informaram-nos que havia um pequeno número de soldados [das Falintil], mas que não conseguiam contactá-los. Muitos tinham-se rendido. Enviei dois grupos ao Centro [Região Centro] em busca, [mas] disseram-me que não descobriram soldados, nem descobriram lá nenhuns civis.<sup>516</sup>*

384. No início de 1979, os três membros sobreviventes do Comité Central da Fretilin no Leste — Xanana Gusmão, Txay e Mau Hunu — discutiram entre si a necessidade de reagrupar e de desenvolver uma nova estratégia. Várias equipas de busca partiram para as regiões do Centro e do Oeste, tentando contactar com outros sobreviventes, sobretudo altos dirigentes do Comité Central da Fretilin.<sup>517</sup> A tarefa foi perigosa e difícil. Algumas equipas de busca foram atacadas, outras desapareceram por completo. O grupo chefiado por Xanana Gusmão foi atacado pelos militares indonésios em Remexio, no mês de Março, mas alguns membros escaparam e regressaram a Mehara, no Leste. Nesse mesmo mês, três companhias das Falintil foram eliminadas perto de Lore, no distrito de Lautém.<sup>518</sup> Xanana Gusmão descreveu a busca:

*Nós não sabíamos quem [do Comité Central da Fretilin] ainda estava vivo. Procurámos noutros lugares, [mas] não pudemos determinar, sabíamos que alguns tinham morrido...os membros da Clandestina procuraram membros sobreviventes do Comité Central nas florestas, do Centro até à fronteira...Em 1980, decidimos atravessar a estrada Baucau-Viqueque para observar, recolher informação, ir às aldeias, perguntar por todo o caminho até à fronteira...através de Henrique Belmiro e amigos soubemos que já não haviam mais [membros do Comité Central].<sup>519</sup>*

---

\* Este pequeno grupo era composto, entre outros, por Xanana Gusmão, Mau Hodu, Taur Matan Ruak e Nino Konis Santana.

385. Apesar de tudo, as buscas trouxeram algum sucesso. Descobriram-se bolsas da Resistência e de soldados das Falintil que haviam sobrevivido: pequenos grupos em Laline e Uaimori, o grupo de David Alex em Matebian, alguns em Manatuto, além de outras pessoas.<sup>520</sup> Noutra busca, realizada em Maio de 1980, Xanana Gusmão contactou membros da Resistência no Sector Centro, em Same e Ainaro, e descobriu sobreviventes perto de Díli.<sup>521</sup> No Sector Oeste descobriram apenas um grupo.<sup>522</sup> Além de localizarem membros sobreviventes da Resistência, os guerrilheiros contactaram com civis, a fim de estabelecerem grupos clandestinos em território sob controlo dos militares indonésios.

386. A Comissão ouviu o depoimento prestado por Francisco Guterres “Lú-Olo”, quadro da Fretilin nas montanhas nos finais da década de 1970, que contou o alívio sentido quando Xanana Gusmão chegou ao campo:

*Quando soubemos que o nosso irmão mais velho Xanana Gusmão chegara, sentimos os nossos corações acalmarem-se...quando ele regressou, todos corremos para ele, a abraçá-lo...Depois, ouvimos que Mau Hunu ainda estava vivo e que em Lospalos havia um Ajudante do Comité Central. Só estes três estavam vivos.*

*Como poderíamos continuar esta guerra? O nosso irmão mais velho Xanana foi como o arquitecto, ou o construtor. Ele disse: “podemos construir um barco e, depois, todos podemos carregá-lo e remar para a frente. Vai ser difícil, mas podemos fazê-lo.” Todos concordámos com o nosso irmão mais velho...acreditávamos nele com toda a força.<sup>523</sup>*

Conferência de Reorganização Nacional, em Março de 1981

387. À Resistência sobrevivente faltavam líderes, coordenação e estrutura.\* Após a fracassada busca por outros membros sobreviventes do Comité Central, e com a captura pelos militares indonésios de Txay, Sera Key e Solan, em 1980, Xanana Gusmão decidiu assumir a liderança e organizar um encontro nacional da Fretilin:

*Decidi [isto] em Setembro...por saber que todos os membros do Comité Central tinham morrido...nenhum era mais antigo do que eu, excepto Mau Hunu. Mas eu conhecia-o e, por isso, decidi pegar na tarefa com as minhas mãos, para podermos reorganizar-nos.<sup>524</sup>*

388. Xanana Gusmão pretendia consolidar e reestruturar a Resistência como guerra de guerrilha, baseado nas lições aprendidas com a experiência, bem como na teoria:

---

\* Por exemplo, o ataque das Falintil ao transmissor de televisão de Marabia, em Junho de 1980, descrito anteriormente, foi conduzido por um grupo do Sector Centro-Norte, independentemente do grupo sobrevivente baseado no Leste.

*A partir de 1979, tentámos aprender como se fazia a guerra de guerrilha e a maneira de aplicá-la em Timor. Estudávamos na floresta, estudámos a guerra no Vietname, a guerra em Cuba, todos os tipos de [guerra de] guerrilha; não pensávamos que fossem adequados, porque as condições eram diferentes. Foi por isso que, em 1979, passámos um ano a estudar como é que a guerra de guerrilha [devia ser feita]. A partir daí reorganizámo-nos, vendo o que conseguíamos fazer com pequenos grupos de guerrilheiros, a planejar actividades políticas, actividades militares, e a maneira como as duas se relacionavam uma com a outra.<sup>525</sup>*

389. Com base nos contactos desenvolvidos em 1979/80, em Março de 1981, a Resistência organizou uma “Conferência de Reorganização Nacional” em Maubai, Lacluta.<sup>526</sup> A estrutura política e militar e a liderança da Resistência foram reorganizadas, sendo formado o Conselho Revolucionário de Resistência Nacional (CRRN) para assumir a responsabilidade global pela Resistência.<sup>527</sup> O CRRN deveria transformar-se num órgão de cúpula de todos os elementos pró-independência, e não apenas da Fretilin, tendo representando uma importante medida de afastamento relativamente às políticas de linha dura decididas em 1977—quando a Fretilin se declarou como Partido Marxista-Leninista Fretilin (PMLF)—e na direcção da unidade nacional.<sup>528</sup>

390. Xanana Gusmão foi eleito para todos os cargos de liderança—Comissário Político Nacional do PMLF, Comandante-em-chefe das Falintil e Presidente do CRRN.<sup>529</sup> Foi constituído um novo Comité Central,<sup>\*</sup> composto por líderes presentes no interior de Timor-Leste e no estrangeiro.<sup>530</sup> Redefiniu-se a estrutura das Falintil, sendo nomeados novos líderes.<sup>531</sup> Foi oficialmente decidida a estratégia da guerra de guerrilha, ao abrigo da qual se espalhariam pelo país as várias centenas de militares das Falintil sobreviventes.<sup>532</sup> Derrotada como força militar convencional, as Falintil passariam a funcionar em pequenos grupos móveis de guerrilha, deixando de concentrar as suas forças no combate contra os militares indonésios. Os guerrilheiros seriam apoiados por uma estrutura clandestina nas áreas urbanas. A ideia era criar uma estrutura clandestina sob tutela do CRRN que desenvolvesse operações através de centros nacionais da Resistência a nível distrital (*cernak*) e de pequenas células ao nível da aldeia, compostas por quatro a sete pessoas (*nurep*). Para administrar esta nova Resistência, dividiu-se o país em três regiões—a região Leste, *Funu Sei Nafatin* (A luta continua); a região centro, *Nakroma* (Luz); e a região da fronteira, *Haksolok* (Alegria).<sup>533</sup>

## Crescimento da Resistência

391. Depois desta reorganização política e militar, a capacidade da Resistência foi-se reforçando lentamente. A estrutura clandestina destinava-se a dar apoio aos guerrilheiros, bem como a criar elos de ligação com outros grupos—incluindo os que tinham proximidade com os indonésios. Uma rede clandestina baseada em células começou a desenvolver-se, mesmo no interior de Díli. Numa tentativa de controlar esta rede clandestina, os militares indonésios desenvolveram amplas redes de informação próprias, até ao nível da aldeia. Todas as aldeias tinham a presença de militares. Em algumas aldeias havia um *babinsa* (oficial de orientação da aldeia, da classe de sargentos), enquanto noutras existia uma *TPD*, ou “equipa de orientação da aldeia”, dependendo do nível de pacificação de cada aldeia ou área.<sup>534</sup> Documentos militares indonésios datados de 1983 apontam para a existência de uma vigilância generalizada da população, feita com o objectivo de “proteger” o povo da influência da propaganda dos *GPK*

---

\* Dos membros do Comité Central nomeados no interior: Xanana Gusmão (Comissário Político Nacional), Mau Hunu, Mau Hodu, Bere Malae Laka, Kilik Wae Gae (Reinaldo Correia), Nelo (Dinis Carvalho), Sakinere, Holly Natxa, Lere Anan Timor (Tito da Costa), Harin, Mauk Moruk (Paulino Gama). Os membros residentes no estrangeiro eram: Abílio Araújo (Secretário-Geral), Mari Alkatiri, Roque Rodrigues, José Luís Guterres, Guilhermina Araújo, José Ramos-Horta e Rogério Lobato.

(*Gerakan Pengacau Keamanan*, Bando de Perturbadores da Segurança, designação que as autoridades indonésias davam aos guerrilheiros):

Nomear pessoas de confiança, como os *katuas* (anciões), para ajudar os chefes de bairro...Cada *katuas* deve ser capaz de conhecer com exactidão as actividades das famílias sob sua orientação, por exemplo, quando vão ao campo, quando vão colher lenha, permissão para deslocar-se a outra aldeia, tratar dos rebanhos, ir ao mercado, e por aí fora.

Nomear um “informador” em cada grupo de 10 a 15 famílias, dirigido por um *katuas*. Este informador deve ser capaz de acompanhar, em segredo, todas as actividades destas 10 a 15 famílias.<sup>535</sup>

392. A Comissão ouviu depoimentos sobre as consequências sofridas pelas pessoas suspeitas de serem membros activos da Resistência clandestina, sob a ameaça constante de detenções arbitrarias, tortura e desaparecimento. No distrito de Ainaro, as falésias de Bullico eram conhecidas pelos militares indonésios como Jacarta II. Quando os timorenses de Ainaro desapareciam, os militares explicavam às famílias que tinham sido conduzidos a Jacarta — quando, de facto, tinham sido levados a essas falésias e atirados delas abaixo. Entre 1981 e 1983, um número desconhecido de pessoas foram lançadas dessas colinas para a morte.<sup>536</sup>

393. Esta presença militar a nível das aldeias, reforçada pela presença sufocante da vigilância, resultava muitas vezes em tensões geradoras de violência. Em 1983, a deserção para as Falintil de várias centenas de membros timorenses das unidades auxiliares dos militares indonésios, em Viqueque, é disso um bom exemplo.<sup>537</sup> Esta deserção integrou-se num enquadramento mais amplo de levantamentos organizados pela Resistência, ocorridos entre 1982 e 1983. A eficácia das ligações entre a rede clandestina e os guerrilheiros é indicada por documentos militares de 1982, comprovativos de que os militares estavam preocupados em eliminar as estruturas clandestinas.<sup>538</sup> O sinal mais evidente da regeneração da Fretilin e da incapacidade das *ABRI* para destruir as Falintil foi o cessar-fogo acordado em Maio de 1983 (ver adiante).

### Resistência liderada por Xanana Gusmão: rumo à unidade nacional

394. Desde a invasão de 1975 que a Fretilin se assumira como entidade incorporadora da Resistência. Esta situação começou a mudar nos anos que se seguiram à reorganização de 1981. Em Setembro de 1982, Xanana Gusmão e monsenhor D. Martinho da Costa Lopes tiveram uma reunião secreta na aldeia de Mehara, distrito de Lautém.<sup>539</sup> Nessa reunião, monsenhor D. Martinho da Costa Lopes sublinhou a necessidade de estabelecer a unidade nacional entre a Fretilin e a UDT. A reunião e o apelo à unidade nacional então feito foram especialmente importantes, uma vez que, durante o conflito interno de 1975, a UDT reivindicara ser defensora dos princípios da Igreja Católica, contra a ameaça comunista.<sup>540</sup> Para o responsável máximo da Igreja Católica em Timor-Leste, a reunião com o responsável da Fretilin e da Resistência foi um claro indício de que a Igreja não considerava a Fretilin comunista e o apelo de monsenhor D. Martinho da Costa Lopes à unidade indicou que ele considerava a Resistência sobretudo uma luta nacionalista, mais do que uma luta ideológica da esquerda.

395. Em 1983, o Comité Central da Fretilin proclamou a unidade nacional como linha política oficial.<sup>541</sup> Tratou-se de uma clara referência à inimizade entre a UDT e a Fretilin. De forma a promover a possibilidade de uma cooperação multipartidária, a Fretilin alterou várias das suas políticas radicais mais antigas. Por exemplo, em 1983 a Fretilin participou num cessar-fogo e em negociações com os militares indonésios. Num tempo anterior, estas teriam sido inadmissíveis, à

luz da sua sustentada política de “negociações — não e nunca.”<sup>542</sup> Em 1984, a Fretilin denunciava a ideologia marxista-leninista por si abraçada em 1977 e integrada no nome do partido em 1981. Com esta acção, a Fretilin afastou-se da base socialista revolucionária da sua posição anterior, favorecendo uma plataforma nacionalista mais inclusiva.

396. Este processo de mudança empreendido pela Fretilin encontrou oposição. Os membros da linha dura do partido, como Kilik Wae Gae (chefe do Estado-Maior das Falintil) e Mauk Moruk (comandante da Brigada Vermelha) interpretaram esta alteração política no sentido de uma posição mais moderada como uma cedência inaceitável.<sup>543</sup> Fracassada uma tentativa de golpe levada a efeito por esta facção, a oposição às novas políticas acabou por diluir-se com o tempo.<sup>544</sup> A nova orientação, conduzida sob a tutela do CRRN, alargou a plataforma política da Resistência e acabou por levar a uma mais ampla oposição à ocupação indonésia.

## Igreja Católica

397. A Igreja Católica, sob a liderança corajosa de monsenhor D. Martinho da Costa Lopes, desempenhara um papel fundamental no interior de Timor-Leste durante os primeiros anos da ocupação. Anteriormente coadjuvante da ultraconservadora administração colonial portuguesa, a composição da Igreja alterou-se ao longo da era indonésia. Devido à partida de muitos padres e freiras portuguesas, no seguimento da invasão e ocupação indonésias, a Igreja tornou-se mais “timorizada”. Além do clero timorense, havia também padres e freiras indonésios e internacionais. Os três grupos desempenharam papéis diferentes. Muitos membros do clero indonésio tendiam a apoiar o Governo indonésio, enquanto o clero internacional, cujos vistos estavam sujeitos à aprovação do Governo indonésio, assumiu uma posição mais abertamente apolítica.<sup>545</sup> De maneira altamente significativa, muitos membros timorenses do clero acabaram por mobilizar-se, devido ao enorme sofrimento que testemunharam durante esses primeiros anos.

398. Os membros da Igreja em Timor-Leste entraram muitas vezes em desacordo com o Vaticano, o qual não incentivava o clero a envolver-se em questões como direitos humanos, ou a política de resistência. No entanto, uma vez que a política formal do Vaticano não reconhecia a soberania indonésia sobre Timor-Leste, a Igreja Católica no interior do território manteve-se sob tutela directa do Vaticano e não integrada sob dependência da Igreja indonésia. A rede católica internacional actuou como elo de ligação singularmente importante entre Timor e o mundo exterior, nos anos em que o território permaneceu praticamente fechado. As freiras e padres escreviam cartas para o estrangeiro, numa época em que quase nenhum meio de comunicação internacional presenciava os acontecimentos dentro do território e, exceptuando-se a presença ocasional do CICV, não estava presente nenhuma outra organização internacional autorizada. José Ramos-Horta contou à Comissão que, entre 1975/79, as fontes da Igreja desempenharam um papel singular e fundamental ao transmitirem informação sobre as condições existentes em Timor-Leste ao mundo exterior.<sup>546</sup>

399. Em 1983, a Igreja tomou uma decisão que haveria de revelar-se decisiva para a sobrevivência cultural do povo timorense. A Igreja de Timor-Leste decidiu que o idioma oficial da liturgia passaria a ser o tétum. Por consequência, a Diocese de Díli pediu autorização ao Vaticano para utilizar o tétum como idioma na missa. O Vaticano concordou e esta decisão foi posta em prática durante a administração do bispo D. Carlos Ximenes Belo.<sup>547</sup> Esta medida veio reforçar a identidade timorense da Igreja Católica e aumentou o sentido de santuário por ela proporcionada ao povo comum em tempos muito difíceis.

400. Este sentido de santuário proporcionado pela Igreja constituiu um factor decisivo para o elevado número de conversões formais ao catolicismo durante a ocupação. Em 1973, cerca de

---

<sup>542</sup> Alguns membros do clero timorense apoiavam e eram utilizados pelo regime indonésio, sendo destacados para posições de responsabilidade no governo provincial [ver Smythe, *The Heaviest Blow*, p. 37].

28% da população identificava-se como católica.<sup>548</sup> Por volta de 1980, o gabinete indonésio de estatística já arrolava 80% da população como católica.<sup>549</sup> A ideologia do Estado indonésio, ao exigir que os cidadãos perfilhassem uma das cinco religiões oficiais, poderá também ter influído na adesão generalizada ao catolicismo.

401. A franqueza de monsenhor D. Martinho da Costa Lopes conduziu à sua abdicação forçada em 1983. Um ano mais tarde, monsenhor D. Martinho da Costa Lopes dirigia-se ao Comité Episcopal para o Desenvolvimento Social e a Paz Mundial dos EUA, chamando a atenção para o papel decisivo da Igreja como protectora do povo de Timor-Leste:

Face ao genocídio cultural e psicológico que nos foi imposto pelo exército indonésio, a Igreja Católica emergiu como única organização na qual o povo de Timor-Leste confia...As pessoas contam tudo o que sabem aos padres. Há nove anos, desde a invasão indonésia, que a Igreja timorense escuta com atenção. Com a mais alta autoridade moral, a Igreja de Timor-Leste pode afirmar que conhece as dificuldades do povo, bem como as suas mais profundas aspirações.<sup>550</sup>

### 3.16 Cessar-fogo de 1983 e suas consequências

#### Introdução

402. Em 1982, a Indonésia organizou pela primeira vez as suas eleições nacionais em Timor Leste. Terminada a *Operasi Keamanan*, mais uma vez as *ABRI* consideraram o território pacificado. Segundo constou, em Timor Leste uma enorme maioria de 99% do eleitorado votou no *Golkar*, o veículo político do Presidente Soeharto. Às eleições sucedeu-se uma reorganização do pessoal civil e militar da administração indonésia. Mário Carrascalão, um antigo membro destacado da UDT, foi nomeado governador e o coronel Purwanto assumiu funções como chefe militar do território. Confrontadas com o crescente movimento clandestino a apoiar as reagrupadas Falintil, os militares indonésios optaram por outra via para dominar a Resistência — as negociações. Xanana Gusmão, Comandante-em-chefe das Falintil, manteve negociações com o coronel Purwanto e, por um curto espaço de tempo, existiu um cessar-fogo provisório.

403. No entanto, assim que Soeharto tomou posse como Presidente, rapidamente nomeou o general Benny Murdani como comandante-em-chefe dos militares indonésios. O general Murdani fora um dos arquitectos da conquista militar de Timor-Leste pelos indonésios e mostrou ter pouco tempo para uma solução pacífica para os problemas no território. Pouco depois da nomeação de Murdani, monsenhor D. Martinho da Costa Lopes sofreu pressões no sentido de resignar ao seu cargo como responsável da Igreja Católica, deixando o território. O cessar-fogo terminou na cidade oriental de Kraras, em Agosto de 1983, depois de uma unidade de *Hansip* (forças civis coadjuvantes) timorenses, juntamente com combatentes das Falintil, terem morto 12 soldados indonésios. Os militares indonésios reagiram, perpetrando uma série de massacres de civis locais e aplicando medidas repressivas à região Leste, com novas operações.

#### Eleições nacionais indonésias em Timor Leste: 1982

404. Com o termo da *Operasi Keamanan*, os militares indonésios pareceram mais uma vez concluir que haviam pacificado o território.<sup>551</sup> Quando as eleições nacionais indonésias se realizaram, em 1982, tiveram lugar pela primeira vez em Timor Leste. Os militares foram responsáveis pela manutenção da segurança durante as eleições em todo o arquipélago. Este aumento das necessidades em número de soldados, aliado ao aumento de confiança dos militares indonésios, poderá ter contribuído para uma redução drástica do número de militares em Timor-Leste nessa época. A imprensa indonésia relatou que as eleições se desenrolaram em Timor-Leste sem incidentes;<sup>552</sup> porém, os informadores timorenses observaram ter-se registado uma vaga de detenções antes da votação.<sup>553</sup>

*Em Viqueque, os militares andavam constantemente em patrulha durante o período pré-eleitoral e as eleições. Todas as noites [os militares] entravam e saíam das casas para apurarem se alguém tinha chegado ou partido. No dia 4 de Maio, véspera das eleições, houve ataques da Fretilin em algumas aldeias. Todos os centros de voto em redor de Viqueque foram transferidos para a própria cidade de Viqueque.*<sup>554</sup>

405. Os resultados eleitorais em Timor Leste registaram uma votação de 99 por cento no *Golkar*, o partido do governo do Presidente Soeharto. Estes resultados, acrescidos de um escrutínio demasiado rápido dos votos, apontam fortemente para a sua manipulação. Uma razão possível para a manipulação dos votos foi sugerida no ano seguinte, quando o governador Mário Carrascalão sustentou que:

[Ao] povo foi dito que, se votassem no Golkar, estariam a indicar os seus pontos de vista sobre a integração na Indonésia.<sup>555</sup>

406. Nessa ocasião, a Indonésia serviu-se da votação como prova do apoio por si granjeado. Na sua mensagem de 1982 à ONU, Xanana Gusmão não conteve o seu sarcasmo:

...o partido de Soeharto venceu mais uma vez as eleições. Em Timor-Leste, sob a ameaça das armas, toda a população votou a favor do Golkar. Por curioso paradoxo, Timor Leste e Irian Jaya foram as “mais queridas províncias” de Soeharto e as maiores apoiantes do Golkar!<sup>556</sup>

#### Reorganização do pessoal civil e militar indonésio e acções da Resistência

407. No seguimento das eleições, registou-se uma reorganização de lugares essenciais do quadro de pessoal civil e militar indonésio em Timor-Leste. Em Setembro de 1982, Mário Viegas Carrascalão, um antigo membro destacado da UDT que trabalhara para o Ministério dos Negócios Estrangeiros indonésio em Nova Iorque, entre 1977 e 1981, foi empossado como governador. Mais ou menos na mesma altura, o comandante do *Korem 164*, o coronel Adolf Sahala Radjagukguk, foi substituído pelo coronel Purwanto.\*

408. Durante este período, a Resistência teve duas iniciativas. Primeiramente, em Agosto de 1982, tropas das Falintil levaram a efeito um grande ataque contra um posto militar indonésio em Mauchiga, Ainaro — muitas vezes referido como levantamento de 1982. A Comissão ouviu depoimentos sobre as consequências deste levantamento para a população civil de Mauchiga. Muitas pessoas foram reunidas e exiladas para Ataúro,<sup>557</sup> ao mesmo tempo que muitas mulheres eram sujeitas a violações sexuais repetidas e contínuas (ver Subcapítulo 7.7: Violência Sexual). Em segundo lugar, em Setembro de 1982 realizou-se uma reunião secreta entre Xanana Gusmão e monsenhor D. Martinho da Costa Lopes, (como acima descrito). Isto constituiu um sinal para os militares de que o apoio à Fretilin se generalizara efectivamente, contrariando assim a sua descrição da Fretilin como força de guerrilha comunista isolada.

#### Nova abordagem dos militares indonésios: as negociações

409. Em 1983, os militares indonésios experimentaram uma nova tática de negociação com a Resistência. Durante a década de 1950, as *ABRI* haviam solucionado rebeliões secessionistas por este meio. Um dos elementos-chave nas negociações conduzidas durante este período foi o comandante-em-chefe das *ABRI*, o general Yusuf, que participara nas negociações em Sulawesi realizadas para solucionar a revolta de Permesta nos finais da década de 1950.<sup>558</sup> É provável que Yusuf aceitasse esta iniciativa, possivelmente lançada pelo novo comandante militar de Timor Leste, coronel Purwanto, revestido da autoridade necessária para iniciar os contactos a nível local que conduziram a um cessar-fogo formal. Nos finais de 1982, início de 1983, os militares indonésios começaram a estabelecer acordos a nível local. Contactos iniciais para cessar-fogo a nível local em Lautém foram desenvolvidos em Pupuru e Pasikenu, nos arredores de Lospalos, e por volta de Fevereiro de 1983 eram feitos todas as semanas.<sup>559</sup> Entre os líderes da Fretilin que participaram nestes contactos iniciais e na visita a Jacarta, destinada a convencê-los de que a acção da Indonésia era meritória, contavam-se Falo Chai<sup>560</sup> (Fernando Teles) e José da Conceição — mediador decisivo neste processo.<sup>561</sup> Os militares indonésios mantiveram contactos semelhantes com a Fretilin/Falintil no corredor de Venilale-Ossu, onde David Alex (Daitula) era um comandante-chave das Falintil.<sup>562</sup> Um antigo membro das *Hansip* recorda:

---

\* A Comissão não conseguiu determinar as datas exactas da nomeação de Purwanto. Radjagukguk era comandante em 8 de Julho de 1982 e Purwanto já era comandante do *Korem 164* nos finais de 1982.

*O meu cunhado e eu fomos a Venilale, tivemos uma reunião com o major Iswanto, [e] estabelecemos um contacto pacífico. Ele queria reunir-se com pessoas da floresta, queria conhecer as suas ideias políticas. Queriam a independência ou a integração? Fui incumbido de descobrir pessoas da floresta, de estabelecer um contacto pacífico. Fui bem-sucedido. Primeiro encontrei-os em Ossulari. Ali [eu] encontrei-me com o comandante de pelotão Makikit. Perguntei-lhe: “Querem a independência ou a integração?” perguntei-lhe isso. Ele respondeu: “[O povo de] Timor-Leste [quer] independência, mais do que a integração.”<sup>563</sup>*

410. As reuniões locais entre oficiais indonésios e as Falintil abriram caminho a contactos de mais alto nível. A 20 de Março, dois majores indonésios e vários oficiais, de patente mais baixa, reuniram-se com Xanana Gusmão em Liaruka, aldeia de Buburaka, subdistrito de Ossu (Viqueque). Nessa reunião, a Fretilin fez quatro exigências: (1) retirada incondicional das tropas indonésias de Timor-Leste; (2) missão de manutenção da paz da ONU; (3) referendo livre e justo; e (4) presença contínua da Fretilin/Falintil para garantir a segurança durante o processo.<sup>564</sup> Em seguida, o coronel Purwanto voou até Bali para discussões a nível do *Kodam*. Três dias mais tarde, a 23 de Março, o próprio coronel Purwanto reuniu-se com Xanana Gusmão perto de Larigutu, no subdistrito de Venilale (Baucau),<sup>\*</sup> estando também presente o governador Mário Carrascalão. Esta reunião resultou aparentemente na assinatura de um acordo de cessar-fogo entre os militares indonésios e a Fretilin/Falintil.<sup>565</sup> Seguiram-se outros acordos e o cessar-fogo generalizou-se a todo o território.

### Cessar-fogo

411. Embora os militares indonésios se recusassem a reconhecer a realização de “negociações”, preferindo chamar-lhes “conversações”, e não quisessem publicidade internacional sobre o assunto, durante este período a situação do conflito foi efectivamente a de um cessar-fogo.<sup>566</sup> Em Julho de 1983, o cessar-fogo ainda estava em vigor.<sup>567</sup> A cessação das hostilidades permitiu que os líderes da Resistência pudessem visitar livremente aldeias, vilas e, até, alguns dos centros urbanos maiores. Houve várias reuniões locais entre as *ABRI* e a Fretilin/Falintil — entre elas em Lore, Beajo, Uaitame, Macadique, Ossu, Laisorlai e Hatu-Builico. Nessas reuniões praticaram-se jogos recreativos, como o voleibol, e foram disponibilizados mantimentos à Fretilin/Falintil.<sup>568</sup>

412. Para a população em geral, o cessar-fogo foi importante. Segundo monsenhor D. Martinho da Costa Lopes:

*Em Junho, no âmbito do acordo de cessar-fogo, havia helicópteros indonésios a fornecer géneros alimentícios e medicamentos aos guerrilheiros nas montanhas, transportando os seus doentes e feridos até ao hospital de Díli...As pessoas ficaram muito satisfeitas com esta pausa na guerra e, pela primeira vez em muitos anos, conseguiram plantar culturas aceitáveis.<sup>569</sup>*

413. A Fretilin e as Falintil aproveitaram o cessar-fogo em seu favor, para efeitos quer de consolidação interna quer de criação de ligações com os timorenses que colaboravam com a Indonésia.<sup>570</sup> As Falintil aderiram ao cessar-fogo numa posição de desconfiança, devido à experiência anteriormente vivida, nos finais da década de 1970, de “amnístias” fraudulentas após

---

<sup>\*</sup> Nesta reunião estiveram igualmente presentes Aleixo Ximenes, Veríssimo Quintão, José da Conceição e Okan.

as quais muitos líderes da Fretilin desapareceram depois de se renderem. O documento do CRRN divulgado em Julho de 1983 tornava bem clara essa posição de desconfiança, descrevendo em pormenor assassinios e atrocidades, citando nomes e fornecendo estudos de caso de homicídios e relatando as promoções militares dos responsáveis por essas atrocidades.<sup>571</sup>

### Nomeação de Murdani como comandante-em-chefe das *ABRI* - 1983

414. Em Março de 1983, a *MPR* (Assembleia Consultiva Popular) nomeou Soeharto para um quarto mandato como Presidente. Seguiu-se uma mudança decisiva nos militares indonésios que afectou o frágil cessar-fogo em Timor-Leste. No dia 28 de Março, Soeharto deu posse ao general Benny Murdani como comandante-em-chefe (*Panglima*) das *ABRI*.<sup>\*</sup> Murdani, um dos principais arquitectos da invasão de Timor-Leste, trouxe ao curso dos acontecimentos uma influência muito menos conciliatória.

### Afastamento de monsenhor D. Martinho da Costa Lopes

415. Uma das primeiras acções desenvolvidas por Murdani, ao assumir funções como comandante-em-chefe, foi exercer pressões junto do enviado papal à Indonésia, monsenhor D. Pablo Puente, no sentido de afastar monsenhor D. Martinho da Costa Lopes da liderança da Igreja Católica em Timor-Leste. Murdani, ele próprio católico, considerou uma traição a reunião de Setembro de 1982 entre monsenhor D. Martinho da Costa Lopes e Xanana Gusmão. Algumas semanas mais tarde, monsenhor D. Martinho da Costa Lopes resignou, tendo posteriormente declarado que fora forçado a resignar.<sup>572</sup> O seu substituto, o relativamente jovem Carlos Filipe Ximenes Belo, foi directamente nomeado pelo Vaticano, sem ser escolhido pelo clero timorense através de eleição.<sup>573</sup>

416. No dia 13 de Maio, por ocasião de uma das suas últimas aparições em público antes de deixar Timor-Leste para sempre, no feriado católico de Nossa Senhora de Fátima, monsenhor D. Martinho da Costa Lopes condenou os abusos perpetrados pelas forças ocupantes. Era a primeira vez que o fazia tão abertamente em público.<sup>574</sup> Partiu em segredo, levando consigo provas pormenorizadas de que fora acordado um cessar-fogo, para o caso de a Indonésia não o publicitar.

### Cessar-fogo minado

417. Desde o início que o novo comandante-em-chefe, general Benny Murdani, se mostrou pouco convencido das vantagens do cessar-fogo. Em 12 de Abril, o general Murdani visitou Baucau para uma reunião com o seu pessoal responsável por Timor Leste. No dia seguinte, convocou o governador Mário Carrascalão para Baucau. Numa entrevista dada em 2003, Mário Carrascalão recordou essa reunião:

*A verdade é que todas as perguntas giraram em torno de garantias. Murdani perguntou:*

*“Se as coisas se resolverem pacificamente, há garantias de que Timor Leste continuará a fazer parte da Indonésia? O que pensam as pessoas? É isso [o que] queremos saber.”*

*Eu [Carrascalão] disse: “Como posso eu saber, senhor?”*

---

<sup>\*</sup> Também em Março, o comandante do Kodam XVI/Udayana, brigadeiro-general Dading Kalbuadi, foi substituído pelo brigadeiro-general Damianus Sutarto.

*Estas perguntas duraram cerca de uma hora; então Benny Murdani pôs fim à reunião... Benny Murdani deu um prazo de três meses. Disse:*

*“Vou dar a Sutarto [comandante do Kodam Udayana] e a Purwanto [tempo] para, auxiliados pelo governador, ajudarem Timor Leste pacificamente.”<sup>575</sup>*

418. O governador Mário Carrascalão desempenhou um papel destacado na promoção das conversações havidas durante o cessar-fogo. Nos finais de Maio, Xanana Gusmão enviou-lhe uma mensagem a solicitar-lhe um encontro, a qual conduziu a uma reunião privada em Ariana, a poucos quilómetros de Venilale (Baucau). Porém, o espaço de manobra de Carrascalão era limitado. No dia 10 de Junho, Jacarta divulgou notícias sobre o cessar-fogo, mas não publicitou pormenores como a exigência de um referendo feita pelas Falintil, contrariamente ao acordado. Pouco depois, Murdani enviava uma carta a Xanana Gusmão:

*Não pense que pode receber assistência de outros países. Não há país nenhum no planeta que possa ajudar-vos. O nosso exército está preparado para destruir-vos, se não estiverdes dispostos a cooperar com a nossa república. Estamos a preparar uma operação — Operasi Persatuan — que será lançada em Agosto.*<sup>576</sup>

419. O prazo limite de três meses concedido por Murdani para efeitos de cessar-fogo iria terminar em Julho. Murdani estava a planear a nova operação para Agosto para permitir a visita de uma delegação parlamentar australiana nos finais de Julho. A insistência de Murdani numa nova ofensiva ignorava as preocupações manifestadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros indonésio de que o relançamento das operações pudesse influir negativamente no debate sobre Timor Leste agendado para a Assembleia Geral da ONU em Setembro.<sup>577</sup>

420. É possível que o cessar-fogo fosse minado a partir do interior da estrutura militar indonésia, com a intenção de prosseguir a guerra. No passado, os militares tinham afirmado que consideravam as operações militares em Timor-Leste um valioso instrumento de treino para as suas tropas.<sup>578</sup> Uma figura possivelmente envolvida nesse processo de sabotagem foi o capitão Prabowo Subianto, à época comandante-adjunto do Destacamento 81, do *Kopassandha*.<sup>579</sup> Uma semana depois de Murdani aprovar o cessar-fogo, em Abril, o coronel Purwanto solicitou ao governador Mário Carrascalão um encontro na praia, em Díli. Segundo Mário Carrascalão, Purwanto disse-lhe:

*Tenho andado preocupado com o que está a acontecer. Ele, Prabowo, regressou a Timor Leste. Nas condições actuais, ninguém, civil ou militar, pode entrar ou sair de Timor Leste sem o meu conhecimento. Acontece que ele chegou e foi até ao interior — a Viqueque, nas redondezas de Bibileu. Não sei o que anda a fazer. Já não sei o que se passa.*<sup>580</sup>

421. A Comissão obteve provas de que, nessa época, Prabowo foi destacado para o sector Leste de Timor-Leste. Várias fontes relataram à Comissão que ele participou na operação destinada a obrigar a população civil a descer do Monte Bibileu, pouco depois da qual várias centenas de pessoas foram assassinadas pelas ABRI. A Comissão obteve igualmente provas sobre o envolvimento do *Kopassus* nestes homicídios (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados.)

---

<sup>575</sup> Em 1983, pela primeira vez desde 1975, a discussão na Assembleia Geral da ONU foi adiada para a 39ª Assembleia Geral, no ano seguinte.

422. Quer os militares indonésios quer as Falintil aproveitaram o cessar-fogo para tirar vantagens militares, como referiram membros da Embaixada dos EUA de visita a Díli em Maio de 1983:

A Fretilin tem a oportunidade de organizar as suas forças e de desenvolver a sua liderança. Ao mesmo tempo, as unidades de segurança indonésias sabem quantos membros a Fretilin tem, onde estão e quem são. Uma vez que elaboraram listas de nomes e tiraram fotografias. O agrupamento da Fretilin também permite às forças indonésias atacar, se as conversações fracassarem.<sup>581</sup>

423. No dia 28 de Julho, uma delegação parlamentar australiana chegou a Díli, dedicando a Timor Leste dois dos dez dias passados em toda a Indonésia. A delegação não procurou encontrar-se com a Fretilin, embora fosse detida perto de Baucau por quatro membros das Falintil. Seguiu-se uma curta discussão, após a qual os membros das Falintil entregaram aos parlamentares uma carta.<sup>582</sup> Essa carta observava o seguinte:

Mesmo agora, com as conversações [de paz] a decorrerem...eles [ABRI] continuavam (sic) a matar os guerrilheiros da FRETILIN [sic] que pretendiam aproximar-se dos campos, para poderem entrar em contacto com o seu povo.

424. Os dados recolhidos pela Comissão sustentam esta acusação: durante o período do cessar-fogo, os militares indonésios perpetraram numerosas violações, incluindo tortura e homicídios, em especial detenções arbitrárias de suspeitos de pertencerem à frente clandestina.<sup>583</sup>

### Fim do Cessar-fogo

425. Depois dos esforços para minar o cessar-fogo terem surgido do lado dos próprios militares indonésios, no dia 8 de Agosto, em Kraras, Viqueque, os timorenses atacaram e mataram um grupo de engenheiros de combate das ABRI, refugiando-se em seguida no mato. A Indonésia afirmou tratar-se de um ataque, não provocado, contra “soldados desarmados”.<sup>584</sup> Os membros das Falintil descreveram-no como um levantamento, um ataque combinado *Hansip*-Falintil contra os militares indonésios, para dissipar a reivindicação indonésia de que as Falintil haviam sido derrotadas.<sup>585</sup> Os timorenses explicam que os soldados indonésios tinham assassinado muitos civis na zona durante o cessar-fogo.<sup>586</sup> Então os membros do batalhão de engenharia molestaram uma mulher timorense, o que desencadeou um ataque conjunto Falintil-*Hansip* responsável pela morte de, pelo menos, 12 soldados.<sup>587</sup>

426. Os militares indonésios reagiram com violência esmagadora contra a população civil. Os *Hansip* envolvidos na morte dos soldados indonésios desertaram para as Falintil.\* Os civis da aldeia fugiram – alguns, na sua maioria homens fisicamente capazes, fugiram para a floresta e outros para Viqueque. As tropas do Batalhão 501 moveram-lhes caça. Os homens foram reunidos e abatidos na zona de Tahuben. Um grupo mais pequeno—na sua maioria composto por velhos, mulheres e crianças—foi detido em Viqueque e abatido a tiro num local perto de Buikarin. Os relatórios da época apontam para um número de mortos superior a 200.<sup>588</sup> Em privado, os militares indonésios reconheceram 80 mortes.<sup>589</sup> Em 1985, o bispo D. Carlos Ximenes Belo elaborou uma lista com os nomes de 84 dos mortos.<sup>590</sup> Os sobreviventes foram

---

\* Um factor suplementar que poderá ter influído na deserção dos *Hansip* foi a política militar então posta em prática de despromover os *Hansip/Wanra* a *Ratih*. Os *Ratih* não só tinham um estatuto mais baixo como não eram remunerados. [ver *Korem 164 Insop/03/II/1982 tentang Perlawanan Rakyat Terlatih*, pp. 16-18].

reinstalados em Lalerek Mutin, onde, segundo se crê, a maior parte morreu de fome e de doença.<sup>591</sup> Até hoje, Kraras é conhecida como “aldeia das viúvas”.<sup>592</sup>

427. Terminara o cessar-fogo. Com o fracasso da sua “solução pacífica,” o coronel Purwanto foi substituído pelo coronel Rudito.<sup>593</sup> A 17 de Agosto, Dia da Independência da Indonésia, o general Murdani anunciou planos para esmagar a Resistência:

*Desta vez, vamos atingi-los sem misericórdia.*<sup>594</sup>

428. A Operação Unidade (*Persatuan*) iniciou-se em Setembro de 1983.\* Centrou-se no Leste, onde as Falintil se mantinham fortes, e pela primeira vez o *Kopassandha* assumiu o protagonismo como tropas de primeira linha, com apoio aéreo.<sup>595</sup> Uma razão possível para esta novidade talvez fosse as deserções em massa de *Hansip* para as Falintil, após Kraras.<sup>596</sup> Duas razões possíveis: os militares indonésios não dispunham de efectivos em número suficiente e nutriam desconfiança grave pelos seus soldados timorenses. A operação provocou grandes deslocações de pessoas para as cidades.

429. As operações do CICV terminaram em quase todo Timor, restringindo-se à Ilha de Ataúro. Os militares da linha dura haviam de novo ganho ascendente.<sup>597</sup> A Igreja Católica era a única instituição independente que permanecia em Timor Leste, mas encontrava-se muito isolada da Igreja da Indonésia e do Vaticano, ambos geralmente mais silenciosos relativamente à situação dos direitos humanos no território. Em 1983, pela primeira vez, a Conferência Episcopal Indonésia manifestou o seu apoio ao sofrimento dos timorenses e apelo para a compreensão e honestidade dos decisores políticos.<sup>598</sup> Embora este pudesse ter sido um começo importante, posteriormente a Conferência Episcopal distanciou-se desta posição de apoio.

---

\* Também conhecida como *Operasi Sapu Bersih*—Operação Limpeza Geral.

### 3.17 Consolidação e início da mudança: 1984/1991

#### Síntese

430. Durante grande parte da década de 1980, Timor-Leste manteve-se isolado do mundo. As Falintil prosseguiram a resistência armada da guerrilha e a presença das *ABRI* no território continuou a ser elevada. No entanto, as operações militares de grande envergadura atenuaram-se na segunda metade da década e o governo indonésio procurou “normalizar” o território, pondo em prática vários programas e políticas nacionais importantes, incluindo políticas de transmigração e de educação.

431. Iniciado em 1981, o processo de reestruturação da Resistência prosseguiu ao longo da década. Em 1983, a unidade nacional foi declarada política da Resistência e em 1988 o Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM) tornou-se o órgão supremo da Resistência, com o objectivo de criar uma base nacionalista. As Falintil separaram-se da Fretilin e o seu Comandante-em-chefe, Xanana Gusmão, apresentou a demissão como membro do partido, num esforço suplementar para sublinhar o carácter inclusivo da Resistência.

432. D. Carlos Filipe Ximenes Belo substituiu monsenhor D. Martinho da Costa Lopes como Administrador Apostólico da Diocese de Díli e, em 1988, foi ordenado bispo. Ao longo da década, foi-se exprimindo com abertura crescente em defesa do povo de Timor-Leste e, em 1988, o apelo por si dirigido em carta ao Secretário-Geral da ONU, solicitando às Nações Unidas a finalização do processo de descolonização em Timor-Leste teve um impacto internacional significativo.

433. O movimento de juventude da Resistência começou a desenvolver-se em meados da década de 1980, sobretudo em várias escolas de Díli. Quando os timorenses começaram a deslocar-se para a Indonésia para estudar, no final da década o movimento alargou-se às organizações de estudantes universitários. O activismo da juventude assumiu grande protagonismo durante a visita do papa João Paulo II, nos finais de 1989. Quer o Governo indonésio quer a Resistência procuraram retirar vantagens políticas da presença do Sumo Pontífice em Timor-Leste, acontecimento de enorme importância espiritual para a comunidade, maioritariamente católica. Os estudantes do movimento clandestino, então em expansão, aproveitaram a oportunidade para tornarem o seu desejo de autodeterminação conhecido do Papa e do contingente de meios de comunicação internacionais que o acompanhavam na sua viagem, realizando a primeira grande manifestação pública desde a invasão indonésia de 1975. Começava assim aquilo que se transformaria na série de manifestações e medidas repressivas da década de 1990.

434. Durante este período, a ONU manteve-se geralmente ineficaz quanto à procura de uma solução política duradoura para a questão de Timor-Leste. Os timorenses da diáspora e a sociedade civil internacional dirigiram-se ao Comité Especial de Descolonização e à Comissão dos Direitos Humanos, como meio de manterem a questão em aberto na ordem de trabalhos da ONU. Quando em 9 de Novembro de 1989 se deu a queda do Muro de Berlim, assinalando o fim do contexto de Guerra Fria que marcara a invasão e a ocupação de Timor-Leste, o acontecimento trouxe esperanças renovadas de uma resolução pacífica, e baseada em princípios, do conflito.

#### Desenvolvimento da Resistência

435. Pelo início da década de 1980, a maior parte da população civil encontrava-se urbanizada, vivendo em cidades e aldeias e não com as Falintil, nas montanhas. Por volta de meados da mesma década, passou o período das detenções em massa e a Indonésia empenhou-se em conseguir um nível de normalização em Timor-Leste. As instituições do

Estado, como o governo provincial, o parlamento regional e os departamentos de serviço público, foram formadas, tinham um quadro de funcionários e estavam a funcionar. Isto conferiu à Indonésia capacidade para pôr em prática os seus programas nacionais de desenvolvimento. Merece crédito a afirmação de que, neste período, a Indonésia pôs em prática programas que conduziram ao desenvolvimento de Timor Leste. No entanto, uma avaliação mais apurada destes programas aponta para uma maior ênfase posta na infra-estrutura de ocupação, em particular na construção de estradas e edifícios da administração. Outra área importante da despesa pública foi a construção de escolas (ver Subcapítulo 7.9: Direitos Económicos e Sociais e Capítulo 4: Regime de Ocupação). A Indonésia acalentou grandes esperanças de conquistar o coração e o espírito das camadas mais jovens da população timorense.

436. As mudanças de visão e estrutura realizadas pela Resistência em 1981 e 1983 levaram tempo a amadurecer. Entretanto, Xanana Gusmão procurou tomar medidas práticas em prol do futuro a longo prazo da Resistência. No dia 7 de Setembro de 1985, jovens católicos escreveram em segredo a Xanana Gusmão, solicitando-lhe esclarecimentos sobre a posição da Resistência quanto ao futuro da luta e dos muitos desafios a enfrentar. Numa mensagem datada de 20 de Maio de 1986, Xanana Gusmão enviou aos jovens católicos em Timor-Leste e aos estudantes na Indonésia uma resposta pormenorizada.<sup>599</sup> Nessa mensagem, apelava aos jovens para que se mantivessem firmemente fiéis à sua identidade timorense e à luta pelos seus direitos. A mensagem mostra a importância por si atribuída à geração mais nova, na sua reformulação da Resistência.

437. Em Dezembro de 1988, Xanana Gusmão realizou mudanças fundamentais na Resistência, no âmbito da operação conhecida como Reajustamento Estrutural da Resistência (ou RER). Estas mudanças destinaram-se a aumentar os esforços no sentido da construção de uma base tão alargada quanto possível para a Resistência. O CRRN foi dissolvido e substituído pelo Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM), pensado como organização de cúpula para incluir todos os partidos que apoiavam a independência. As Falintil foram declaradas exército neutral e nacionalista, deixando de fazer parte da Fretilin. O próprio Xanana Gusmão demitiu-se da Fretilin para tornar-se presidente do CNRM, ao mesmo tempo que se mantinha como Comandante-em-chefe das Falintil.<sup>600</sup> A formação do CNRM foi um passo decisivo no sentido da consolidação da ideia de unidade nacional, criando mecanismos políticos práticos para a concretizar. Ao longo da década de 1980, começaram a proliferar grupos clandestinos, sobretudo nas áreas urbanas. Esse número aumentou no final da década, mas, devido aos perigos da actividade clandestina, a maioria dos grupos eram pequenos e isolados, com poucas ligações de base alargada. Reconhecendo a situação, em 1990 o CNRM criou o Comité Executivo do CNRM na Frente Clandestina, mais conhecido como Comité Executivo (CE).<sup>601</sup> A tarefa do CE consistia em coordenar, orientar e observar as actividades clandestinas, tendo criado relações com grupos clandestinos em todo o território de Timor-Leste ou no estrangeiro, incluindo a Indonésia.<sup>602</sup>

438. Estas mudanças no movimento da Resistência também contribuíram para reforçar a frente diplomática externa, a diáspora internacional dos timorenses e a sociedade civil internacional. Em 1983, após uma proibição de entrada pelo Governo australiano desde a época da invasão indonésia, uma delegação de líderes da Fretilin fez uma visita bem-sucedida à Austrália, dirigindo-se a uma reunião de 1500 pessoas de proveniência muito variada, em Melbourne. Este êxito constituiu um estímulo para os timorenses exilados na Austrália, que até então haviam lutado por obter impacto junto da opinião pública australiana sem o apoio directo dos líderes principais.<sup>603</sup> Na década de 1980, os timorenses fugidos de Timor-Leste na década de 1970 encontravam-se mais bem instalados e com capacidade para darem conta de si em novas terras como Portugal e a Austrália, tendo-se tornado mais eficazes na luta pelo reconhecimento internacional (ver Subcapítulo 7.1: Direito à Autodeterminação).

439. José Ramos-Horta continuou a viajar frequentemente por todo o mundo, granjeando apoios em cada país que visitava. Trabalhou arduamente para mobilizar o apoio da sociedade civil internacional, bem como através dos canais diplomáticos formais. Por exemplo, a sua visita

ao Japão, em Março de 1985, realizou-se a convite de grupos de cidadãos japoneses, tendo tido a oportunidade de apresentar a questão de Timor-Leste directamente ao público japonês.<sup>604</sup> Com o apoio—e, por vezes, com o apoio enquanto mentores—de grupos da sociedade civil, outros timorenses aumentaram igualmente o trabalho de *lobby* a nível internacional, ao longo da década de 1980.

## Repressão e detenção

440. A reacção indonésia à força crescente da resistência clandestina durante a década de 1980 consistiu em concentrar a atenção na Resistência e em métodos para a desmantelar. Uma maneira de o fazer foi levar os prisioneiros políticos timorenses para fora do território. Em 1983, 69 prisioneiros suspeitos de participação no levantamento de Kraras foram levados da prisão de Balide para Kupang, em Timor Ocidental (Indonésia). Destes, apenas 14 regressariam a Timor-Leste.<sup>605</sup> Os prisioneiros, normalmente suspeitos de pertencerem à resistência clandestina, eram muitas vezes transferidos de um aparelho de segurança para outro, com tortura e maus-tratos a fazerem parte de um padrão de práticas dessas instituições. Neste período, os prisioneiros eram por vezes conduzidos a outros lugares, por exemplo, Bali, para interrogatório.<sup>606</sup> Durante a década de 1980, numa cedência à normalização dos procedimentos administrativos, os prisioneiros políticos eram por vezes levados a tribunal, a julgamento. No entanto, esses julgamentos eram geralmente meras sombras da justiça e pouco respeitavam os direitos do arguido.

441. Durante este período, a prisão de segurança máxima de Cipinang, em Jacarta, servia para deter prisioneiros timorenses. A Comissão ouviu em depoimento a activista dos direitos humanos indonésia Ade Rostina Sitompul, que se tornou visitante regular dos timorenses na prisão de Cipinang, a partir de 1987. Ela contou à Comissão que em 1987 havia 47 prisioneiros políticos timorenses detidos em Cipinang e que as suas condições de segurança eram muito mais severas do que as impostas a outros prisioneiros.<sup>607</sup> O isolamento em relação às famílias era uma dura privação para os prisioneiros timorenses, levados para prisões em Java e noutras regiões da Indonésia (ver Subcapítulo 7.6: Julgamentos Políticos).

## Ascensão do movimento de juventude clandestino

442. Em meados da década de 1980, foram criadas várias células estudantis clandestinas em escolas do ensino secundário em Díli. Por volta de 1986 surgiu a OJECTIL (Organização de Juventude Católica de Timor-Leste),<sup>†</sup> formada por activistas estudantis baseados no Externato de São José<sup>608</sup> e que se transformaria numa organização de base nacional. Muitas vezes, estes estudantes haviam passado a infância no mato, durante o período da invasão e da guerra generalizada. Muitos tinham ligações familiares à Resistência no mato.<sup>609</sup> Estavam nesse momento a formar aqueles que seriam os alicerces de uma nova geração da Resistência, que continuaria ao longo da década de 1990.

443. Em 1986, a primeira universidade de Timor-Leste abriu em Díli, com o nome *Universitas Timor Timur* (Untim). Antes disso, em 1985, o governador Mário Carrascalão desenvolvera uma política educativa que permitia aos estudantes timorenses estudarem em universidades da Indonésia. Tratou-se de um importante passo evolutivo nas oportunidades de educação dos jovens de Timor-Leste, com profundas repercussões no relacionamento entre os timorenses activistas nacionalistas e dos direitos humanos e os seus homólogos indonésios (ver Subcapítulo 7.1: Direito à Autodeterminação, secção sobre a Sociedade Civil).

---

<sup>†</sup> Alguns exemplos são as deslocações de Abílio Araújo e Roque Rodrigues à Conferência do Pacífico Independente e Livre do Nuclear, realizada em 1983 em Vanuatu, e de Emília Pires e Inês de Almeida à Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Nairobi em 1985.

<sup>†</sup> Após 1991, a OJECTIL mudou de nome para OJETIL (*Organização de Juventude de Timor Leste*), abandonando o designativo “Católica” para promover a sua natureza nacionalista.

444. O grupo estudantil clandestino Renetil (Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste) foi criado em 1988 em Bali, funcionando nas ilhas de Bali e Java.<sup>610</sup> No contexto do apertado controlo da política estudantil que marcou o regime da Nova Ordem, os estudantes de Timor-Leste criaram também uma organização mais moderada, denominada *Impettu (Ikatan Mahasiswa, Pemuda, dan Pelajar Timor Timur* – Associação dos Estudantes e Jovens de Timor Leste), para actuar como rosto aceitável dos timorenses que estudavam na Indonésia. Estes veículos tornaram-se importantes para o activismo estudantil na década de 1990.<sup>611</sup>

## Igreja Católica

445. Em 1983, Carlos Filipe Ximenes Belo tornou-se Administrador Apostólico da diocese de Díli, substituindo monsenhor D. Martinho da Costa Lopes como responsável da Igreja de Timor-Leste. Apesar das pressões exercidas pela Indonésia, o Vaticano manteve a recusa em reconhecer Timor-Leste como parte da Indonésia. Em 19 de Junho de 1988, D. Carlos Ximenes Belo foi ordenado Bispo Titular de Lorium, uma diocese desactivada, em Itália.<sup>612</sup>

446. No interior de Timor-Leste pouco se sabia sobre o bispo D. Carlos Ximenes Belo quando este foi empossado nas funções de responsável eclesiástico, uma vez que ele estivera ausente do território entre 1968 e 1974, a estudar em Portugal, e de novo entre Agosto de 1975 e 1981, ano em que regressou ao colégio de Fatumaca, em Baucau. À semelhança do seu antecessor, D. Martinho da Costa Lopes, D. Carlos Ximenes Belo deu provas de ser um pensador independente, jamais silenciando a voz perante as violências por si testemunhadas. Contando apenas 40 anos de idade no momento da sua ordenação, o novo bispo centrou o seu ministério na juventude timorense. No final da década de 1980, início da de 1990, o seu ministério levou-o ao contacto diário com a tensão crescente entre os jovens timorenses em busca de mais liberdade e o aparelho militar indonésio, que exercia a repressão ao menor sinal de resistência dos jovens. Nos anos que se seguiriam, a residência do bispo D. Carlos Ximenes Belo transformar-se-ia num local de asilo para muitos jovens que procuravam refugiar-se da perseguição dos militares e seus agentes.

447. Em Fevereiro de 1984, profundamente perturbado pelas repercussões da campanha militar indonésia “Cerca de Pernas,” o bispo escreveu a monsenhor D. Martinho da Costa Lopes, dando-lhe conta das condições abjectas em que viviam as pessoas envolvidas nesta campanha e outras detidas nas prisões, bem como das buscas feitas pelos militares às escolas católicas, detendo os seus alunos para interrogatório.<sup>613</sup> Em 1985, pronunciou-se de viva voz contra o programa de controlo da natalidade do governo indonésio, que considerava estar a ser imposto à força ao povo de Timor-Leste.<sup>614</sup>

448. Em 1988, depois de as forças de segurança tomarem fortes medidas repressivas antes de uma breve visita do Presidente Soeharto ao território, o bispo D. Ximenes Belo respondeu redigindo uma declaração que seria lida em todas as igrejas de Timor-Leste no dia 5 de Dezembro:

Discordamos do sistema bárbaro e condenamos a  
propaganda mentirosa, segundo a qual os abusos dos  
direitos humanos não existem em Timor-Leste.<sup>615</sup>

449. Esta carta chegou às mãos da imprensa internacional, sendo publicada na edição de 22 de Janeiro de 1989 do *New York Times*.

450. No dia 6 de Fevereiro de 1989, o bispo D. Ximenes Belo escreveu uma carta ainda mais importante, ao Secretário-Geral da ONU, Javier Perez de Cuéllar. Nela pedia ao Secretário-Geral “para dar início a um processo de descolonização genuíno e democrático em Timor-Leste, a concretizar-se através de um referendo.”<sup>616</sup> Negando as afirmações da Indonésia, segundo a qual o povo de Timor-Leste escolhera a integração, o bispo D. Ximenes Belo observou que

Portugal considerava o passar do tempo como a solução, sublinhando que “no entretanto, vamos morrendo como povo e como nação.” A carta foi enviada de um lugar fora de Timor-Leste, por razões de segurança. Embora durante muitos anos não recebesse qualquer resposta por parte da ONU, a carta teve um impacto significativo, trazendo ao bispo D. Ximenes Belo grandes pressões, quer das autoridades indonésias, quer do Vaticano.<sup>617</sup>

## Situação nas Nações Unidas

451. Em 1982, registou-se uma importante viragem nos acontecimentos políticos em Portugal, que, com o tempo, acabaria por repercutir-se na luta pela autodeterminação em Timor-Leste. O Partido Socialista, de Mário Soares, ganhou as eleições para o governo e pôs eficazmente fim ao período de instabilidade anquilosante que grassara na política portuguesa desde a Revolução dos Cravos, em 1974. Com o tempo, o governo Soares acabaria por reactivar o apoio à causa timorense da autodeterminação e o seu sucessor utilizaria a nova posição dentro da União Europeia para promover esta causa (ver Subcapítulo 7.1: Direito à Autodeterminação).

452. Em 1982, aquilo que se tornara numa resolução anual da Assembleia Geral, em prol da autodeterminação de Timor-Leste, quase foi derrotada, recebendo aprovação com 50 votos a favor, 46 contra e 50 abstenções. A moção apelava ao Secretário-Geral para que desse início a consultas com todas as partes interessadas para “alcançar uma solução abrangente para a questão de Timor-Leste.”<sup>618</sup>

453. Na altura, pareceu tratar-se de uma importante vitória diplomática para a Indonésia. A Comissão ouviu o antigo alto funcionário da ONU Francesc Vendrell afirmar que, nesse período, entre a comunidade internacional

*Ninguém acreditava que os timorenses...tivessem qualquer possibilidade de resistir e...toda a gente achava que o reconhecimento da integração de Timor-Leste como parte da Indonésia era apenas uma questão de tempo.*<sup>619</sup>

454. Nessa época, vários exilados timorenses apresentaram o seu depoimento na ONU. Este esforço diplomático foi conduzido por José Ramos-Horta. Ian Martin, secretário-geral da Amnistia Internacional entre 1986 e 1992, recorda assim a presença de José Ramos-Horta nas Nações Unidas, durante este período:

*Lembro-me do aspecto solitário de José Ramos-Horta, no Salão dos Delegados da ONU em Nova Iorque, numa época em que quase todos os diplomatas estavam convencidos de que pouco tempo faltaria para que a comunidade internacional, em bloco, reconhecesse a incorporação de Timor Leste na Indonésia.*<sup>620</sup>

455. Em 1983, o debate sobre Timor-Leste foi diferido para dar ao Secretário-Geral tempo para apresentar progressos nas consultas relativamente a uma solução abrangente. A verdade é que Portugal temia trazer o assunto à Assembleia Geral, após a quase derrota de 1982. O Secretário-Geral dessa época, Javier Perez de Cuéllar, interpretou de forma estrita a expressão ‘partes interessadas no conflito’, considerando tratar-se apenas de Portugal e da Indonésia. A liderança timorense não foi consultada. A primeira das assim denominadas conversações tripartidas entre Portugal, a Indonésia e a ONU teve lugar em 1983. Poucos progressos foram então alcançados, uma vez que nenhuma das partes se mostrou disposta a fazer cedências.

456. Embora o assunto de Timor-Leste fosse retirado da ordem de trabalhos da Assembleia Geral após 1983, durante a década de 1980 houve sobretudo dois mecanismos na ONU que

permitiram a apreciação internacional da questão: a Comissão dos Direitos Humanos e o Comité Especial de Descolonização. Em 1985, o assunto foi retirado da ordem de trabalhos da Comissão dos Direitos Humanos. A Comissão ouviu Francesc Vendrell depor sobre a sua iniciativa de abrir o Comité Especial de Descolonização da ONU a depoimentos de organizações não governamentais, além dos governos.<sup>621</sup> Esta iniciativa permitiu que 20 a 25 ONG internacionais fizessem uma peregrinação anual a Nova Iorque, apresentando petições ao Comité Especial de Descolonização a favor da autodeterminação de Timor-Leste. Grandes ONG internacionais cederam o seu tempo de intervenção a delegados timorenses (ver Subcapítulo 7.1: Direito à Autodeterminação, secção sobre a Sociedade Civil). Timor-Leste tornou-se assim talvez o tema mais debatido do Comité de Descolonização. No dia 14 de Setembro de 1989, o Secretário-Geral da ONU, Javier Perez de Cuéllar, emitiu um relatório sobre o progresso da situação, concluindo que a proposta visita de uma Missão Parlamentar Portuguesa a Timor-Leste seria um contributo para o esforço de alcançar uma solução internacionalmente aceitável.

## Visita do Papa João Paulo II

457. A visita do Papa João Paulo II a Timor Leste, no dia 12 de Outubro de 1989, foi um momento de grande alívio e alegria para muitos habitantes do território cercado. Tratou-se também de um momento histórico, na medida em que foi a única visita de um chefe de Estado a Timor Leste durante todo o período da ocupação indonésia. O grupo de representantes dos grandes meios de comunicação internacionais que acompanhava o papa abriram possibilidades de publicitação nunca antes vistas durante os catorze anos de ocupação. Viveram-se momentos de alta expectativa. Os apoiantes da independência esperavam que o Papa denunciasse a ocupação indonésia. A Indonésia esperava que o Papa reconhecesse a integração e a incorporação da Igreja de Timor Leste na Conferência Episcopal Indonésia. A simpatia do Sumo Pontífice pelas pressões sofridas pelos membros do clero timorense foi demonstrada durante uma reunião com eles, na presença das autoridades indonésias, em que se levantou a questão de qual o idioma a utilizar durante a mesma. De maneira a criar confidencialidade entre o Papa e os padres timorenses, o italiano foi a língua escolhida. A maior parte dos membros do clero timorense passara algum tempo a estudar em Roma.<sup>622</sup>

458. O Sumo Pontífice realizou um delicado percurso diplomático durante a sua estada em Timor Leste, não formulando qualquer posição bem definida sobre o estatuto político do território. Reconheceu abertamente o sofrimento do povo timorense e proporcionou conforto espiritual e moral a muitas pessoas. Na sua homilia, o Papa João Paulo II apresentou a seguinte reflexão:

*O que significa ser-se o sal da terra e a luz do mundo em Timor Leste, hoje? Há muitos anos que experimentais a destruição e a morte devido a conflito; sabeis o que é ser-se vítima de ódios e contendas. Muitos inocentes morreram, enquanto outros têm sido vítimas de retaliações e de vinganças...Deve garantir-se firmemente o respeito pelos direitos que tornam a vida mais humana; os direitos dos indivíduos e os direitos das famílias.*<sup>623</sup>

459. Antes da visita, as autoridades indonésias haviam detido muitos jovens activistas, de maneira a evitar qualquer possibilidade de manifestação durante a estada do Sumo Pontífice no território.<sup>624</sup> Estes esforços revelar-se-iam inúteis e a manifestação que se seguiria seria um momento decisivo para as actividades do movimento de juventude clandestino.

460. Depois de o Papa João Paulo II terminar a celebração da missa em Tacitolu, a Oeste de Díli, à qual se estima tenham estado presentes 100 mil pessoas, um pequeno grupo de jovens desenrolou faixas e entoou palavras de ordem exigindo a independência e direitos humanos. Seguiram-se escaramuças com os agentes de segurança e polícia indonésios, naquilo que se transformou num rumo dos acontecimentos altamente embaraçoso para a Indonésia.

461. Tratou-se da primeira manifestação pública durante uma visita internacional, desde a invasão indonésia. Deu coragem aos jovens e conduziu à criação de novos grupos, incentivando a cooperação entre eles. O líder da organização de juventude clandestina Constâncio Pinto escreveria mais tarde:

O ano de 1989 marcou o início das acções não violentas nas cidades e nas aldeias. Antes disso, embora as pessoas estivessem organizadas [sic] em pequenos grupos, a sua consciência confinava-se às suas próprias células. Por vezes, pensavam: “Será que somos os únicos que fazemos esta luta? E as outras pessoas?” Quando o movimento de protestos começou, as pessoas abriram de repente o espírito e a sua percepção: “Não somos os únicos a lutar pela autodeterminação! Há mais gente!” Por isso, a partir daí foi mais fácil para nós. Quando começámos a contactar os outros, podíamos dizer-lhes: fizemos isto, por isso vamos fazer isto juntos.<sup>625</sup>

462. Nos dias que se seguiram a esta manifestação, as autoridades indonésias detiveram muitas pessoas, numa tentativa de quebrar este novo sinal de resistência. A Comissão ouviu muitos depoimentos sobre interrogatórios e tortura.<sup>626</sup>

463. Quando o embaixador dos EUA, John Monjo, se deslocou a Timor Leste em Janeiro de 1991, numa missão de apuramento de factos relativos às alegadas detenções e tortura que se seguiram à manifestação realizada durante a visita do Papa, houve manifestações à porta do Hotel Turismo, onde estava alojado. Dezenas de jovens gritaram palavras de ordem contra a ocupação indonésia e entregaram-lhe uma declaração escrita, pedindo que a ONU realizasse um referendo sobre o estatuto político de Timor Leste. Gregório Saldanha, então líder do movimento juvenil, contou à Comissão:

*A manifestação ao embaixador dos EUA durou três dias. No primeiro dia, havia poucas pessoas, mas no segundo aumentou e no terceiro dia estavam lá, além dos jovens, também os mais velhos—entre eles mães que, na rua, rezavam o terço.*<sup>627</sup>

464. Mais detenções e tortura seguiram-se a estas manifestações e as agências de serviços de informação indonésias redobram os seus esforços para controlar o movimento de juventude clandestino.<sup>628</sup>

## Jacarta abre Timor Leste

465. Quando, em Dezembro de 1988, o Presidente Soeharto assinou um decreto a conceder a Timor Leste um “estatuto igual” ao das restantes 26 províncias indonésias, o território—até então praticamente encerrado a visitantes internacionais—foi aberto.<sup>629</sup> Criou-se assim uma nova oportunidade para o povo timorense estabelecer contacto com o mundo exterior. Embora distante das rotas turísticas asiáticas, entre 1989 e 1991 mais de 3 mil turistas internacionais visitaram Timor Leste. Entre eles contavam-se jornalistas, funcionários de ONG e activistas que viajavam com vistos turísticos, trazendo e levando informação nos dois sentidos e que, muitas vezes, se transformaram em defensores declarados, depois de testemunharem a situação existente no interior de Timor Leste (ver Subcapítulo 7.1: Direito à Autodeterminação).

466. Em Setembro de 1990, o advogado e sindicalista australiano Robert Domm viajou até ao interior de Timor Leste e, com a ajuda das redes clandestinas, entrevistou Xanana Gusmão no seu esconderijo das montanhas. Tratou-se da primeira entrevista directa de sempre com o líder

da guerrilha. Difundida pela *Australian Broadcasting Commission*, a entrevista reforçou significativamente o perfil e estatuto internacionais de Xanana Gusmão.<sup>630</sup> Foram duras as represálias dos militares indonésios contra as pessoas suspeitas de ajudarem a organizar esta entrevista.

467. O número de timorenses a estudar e a trabalhar na Indonésia aumentou também, em virtude da abertura. Isto permitiu que os nacionalistas timorenses criassem ligações quer com a sociedade civil indonésia quer com cidadãos de outros países a trabalhar em Jacarta, ou de visita à cidade, entre os quais os representantes dos meios de comunicação social. Esta nova situação teria repercussões profundas para os movimentos activistas em prol dos direitos humanos timorenses e indonésios, durante a década de 1990.<sup>631</sup>

Evolução da situação internacional no final da década

### **O Tratado sobre “Timor Gap”**

468. No dia 11 de Dezembro de 1989, os Governos australiano e indonésio assinaram um tratado relativo à exploração dos recursos naturais de “Timor Gap”. O acordo não surpreendeu Xanana Gusmão, o qual, nas suas mensagens, vinha dirigindo críticas rotundas ao Governo australiano desde 1986, ano em que sugeriu que a Austrália buscava uma solução para a questão de Timor Leste a fim de garantir os recursos do Mar de Timor.<sup>632</sup> Organizações, jornalistas e activistas dos direitos humanos em todo o mundo criticaram o tratado, a partir de então transformado em fonte de contenda. A cerimónia da assinatura realizou-se a bordo de um avião sobre o Mar de Timor e a fotografia dos respectivos ministros dos Negócios Estrangeiros, Gareth Evans e Ali Alatas, tornou-se um dos instrumentos preferidos do movimento de solidariedade internacional nos seus esforços para expor as injustiças da questão de Timor-Leste.

### **Fim da Guerra Fria**

469. A queda do Muro de Berlim, em 9 de Novembro de 1989, marcou de forma dramática o fim da Guerra Fria, com a qual terminou também o contexto geopolítico dominante desde a época da invasão de 1975. Os movimentos sociais em prol da liberdade, ocorridos em todo o mundo, entusiasmaram muitos timorenses. O dogma da irreversibilidade da ocupação e integração de Timor Leste, aceite por muitas pessoas na comunidade internacional, surgia como menos defensável. O mundo estava a mudar.

---

\* O tratado foi substituído pelo Acordo do Mar de Timor, celebrado entre a Austrália e o recém-independente Estado de Timor-Leste, em 20 de Maio de 2002.

### 3.18 Momentos de viragem

#### Síntese

470. O movimento pela independência de Timor-Leste transformou-se durante a década de 1990. O enfoque deslocou-se da campanha de guerrilha para a campanha diplomática, com o forte apoio de grupos de estudantes em Timor Leste e na Indonésia e um crescente apoio internacional. Para esta mudança contribuíram três acontecimentos cruciais: o Massacre de Santa Cruz, a captura de Xanana Gusmão e a outorga do Prémio Nobel da Paz ao bispo D. Carlos Ximenes Belo e a José Ramos-Horta.

471. Ocorrido a 12 de Novembro de 1991, o Massacre de Santa Cruz alterou definitivamente a maneira como o mundo olhava para a ocupação indonésia de Timor Leste. Filmado por meios de comunicação social estrangeiros que davam cobertura à planeada visita da delegação parlamentar portuguesa, as imagens do assassinio em massa de jovens, a sangue-frio, mobilizou uma nova era do movimento de solidariedade internacional e fez com que se tornasse impossível para os governos ignorarem a opressão violenta existente em Timor Leste. Demonstrou igualmente a inimizade que a juventude timorense nutria pelo regime indonésio, o qual reivindicava ter conquistado o seu coração e mente.

472. Xanana Gusmão foi capturado em Novembro de 1992. Julgado e condenado a prisão perpétua, continuou a liderar a Resistência a partir da prisão de Cipinang, em Jacarta. A Resistência alargou as iniciativas diplomáticas, baseada numa disponibilidade incondicional para o diálogo com a Indonésia. Em 1993, o CNRM lançou um Plano de Paz para promover estes esforços. Xanana Gusmão foi crescentemente aceite pela comunidade internacional como figura importante na busca de uma solução pacífica. Após Santa Cruz, as conversações tripartidas patrocinadas pela ONU, entre Portugal e a Indonésia, foram reactivadas.

473. Ao longo da década de 1990, o movimento estudantil em Timor Leste e na Indonésia reforçou-se e tornou-se fundamental para a luta pela independência. No interior de Timor Leste, os activistas continuavam a defrontar-se com a repressão, mas lutavam para fazerem ouvir a sua voz. Na Indonésia, os estudantes timorenses criaram relações duradouras com os activistas indonésios pró-democracia e direitos humanos, levando a efeito uma série de campanhas eficazes para atrair a atenção internacional para a continuação da luta pela autodeterminação.

474. Em Outubro de 1996, o Comité Nobel anunciou a outorga do Prémio Nobel da Paz ao Bispo D. Carlos Ximenes Belo e a José Ramos-Horta, o que viria a tornar-se um enorme incentivo à luta pela autodeterminação. Kofi Annan assumiu funções como Secretário-Geral da ONU em Janeiro de 1997, adoptando uma abordagem revitalizadora à resolução da questão de Timor Leste.

#### Massacre de Santa Cruz, 12 de Novembro de 1991

475. O massacre de jovens timorenses pelos soldados indonésios no cemitério de Santa Cruz, a 12 de Novembro de 1991, foi um ponto de viragem na luta dos timorenses pelo reconhecimento internacional. Pela primeira vez desde a invasão de 1975, a brutalidade dos militares indonésios contra a população civil foi captada em imagens pelos meios de comunicação social internacionais. Levado para fora do território clandestinamente, o filme foi apresentado nas televisões de todo o mundo e revelou uma verdade sobre a ocupação indonésia que Jacarta suprimira. A violenta opressão a que os timorenses eram sujeitos pelos militares indonésios deixara de poder ser negada de maneira credível.

476. A comissão ouviu o antigo alto funcionário da ONU, Francesc Vendrell, referir-se às repercussões do massacre nas Nações Unidas:

*O incidente de Santa Cruz foi um importantíssimo acontecimento histórico para Timor Leste e trouxe de volta à cena política das Nações Unidas toda a questão de Timor Leste. Por isso, devemos pensar naqueles que morreram no cemitério de Santa Cruz como heróis da luta pela independência de Timor Leste.*<sup>633</sup>

477. Os acontecimentos verificados no cemitério de Santa Cruz, a 12 de Novembro de 1991, e nos dias seguintes encontram-se tratados em capítulos específicos do presente relatório (ver Subcapítulos 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados, 7.4: Prisão, Tortura e Maus-Tratos e 7.7: Violência Sexual). José Ramos-Horta explicou à Comissão que o filme realizado por Max Stahl durante os acontecimentos constituiu uma prova decisiva, uma vez que, a partir daí, ninguém pôde mais acusá-lo de inventar histórias sobre a eliminação violenta dos timorenses que exprimiam os seus anseios de autodeterminação e independência.<sup>634</sup>

478. Nas semanas que precederam o massacre, os activistas em Timor Leste estiveram a preparar-se para a visita de uma delegação do Parlamento português.<sup>635</sup> Circularam boatos sobre o possível encontro entre a delegação e Xanana Gusmão e as expectativas eram elevadas. O movimento clandestino preparara-se para organizar protestos e um grupo de jovens pintou faixas nos terrenos da Igreja de Motael, na zona da marginal frente ao mar, em Díli. O grupo encontrava-se sob vigilância dos serviços de informação indonésios; no dia 28 de Outubro, houve uma alteração com os militares indonésios e um dos membros do grupo, Sebastião Gomes, foi atingido a tiro e morto. Embora a visita da delegação portuguesa fosse cancelada, no dia 11 de Novembro o Relator Especial da ONU sobre Tortura, Pieter Koojijmans, encontrava-se em Díli. O movimento clandestino decidiu avançar com uma manifestação em memória de Sebastião Gomes, após o serviço fúnebre na Igreja de Motael, na manhã de 12 de Novembro de 1991. Foram feitos enormes esforços para assegurar que a manifestação se desenrolaria de forma pacífica e disciplinada.<sup>636</sup>

479. Os militares, polícia e agentes dos serviços de informação indonésios ladearam as ruas de Díli para a manifestação, ao longo da marginal e rumo a Sul, na direcção do cemitério de Santa Cruz. Alguns percorreram todo o caminho, desde Motael, outros foram-se juntando ao longo do percurso e, em maior número, junto ao próprio cemitério. Foram-se desenrolando faixas, apelando ao envolvimento da ONU em Timor-Leste, bem como em apoio de Xanana Gusmão e da autodeterminação. A tensão era alta nas ruas, uma vez que não existia um precedente com este nível de contestação aberta. Os relatos divergem, mas, ao longo do percurso, um soldado indonésio foi apunhalado e levado, ferido. O relato oficial dos acontecimentos feito pelos indonésios explica que esta ocorrência provocou a fúria dos militares, demonstrada no massacre que se seguiu. Porém, não existem provas que suportem esta conclusão. O tiroteio começou assim que os estudantes chegaram ao cemitério de Santa Cruz. Os soldados abriram fogo com armas automáticas sobre a multidão desarmada e pacífica que, em grande número, se refugiou nos terrenos do cemitério. Segundo depoimentos recebidos pela Comissão, os soldados cercaram então o cemitério, entrando lá dentro e matando à baioneta pessoas anteriormente ilesas ou ligeiramente feridas.<sup>637</sup> Simplício Celestino de Deus, sobrevivente do massacre, contou à Comissão:

*Muitas pessoas foram mortas no cemitério, mas muitas mais morreram fora do cemitério quando fugiam, ou quando foram retiradas dos seus esconderijos, ou de suas casas e de outros lugares, para serem assassinadas.*<sup>638</sup>

480. Muitos jovens foram retirados do local, em camiões, e levados para o hospital militar *Wira Husada*, em Lahane, Díli, para centros de interrogatório, ou simplesmente para serem executados. Centenas de jovens fugiram para a residência do bispo D. Ximenes Belo, em busca de refúgio. O bispo contactou o governador Mário Carrascalão e dirigiu-se a Santa Cruz, onde viu os corpos dos mortos e feridos, visitando mais tarde o hospital militar *Wira Husada* onde viu o

resultado dos espancamentos graves.<sup>639</sup> A Comissão recebeu depoimentos sobre aquilo que foi referido como uma série de homicídios ocorridos ao longo dos dias seguintes, com as forças de segurança indonésias a moverem caça às pessoas suspeitas de terem participado na manifestação de protesto.<sup>640</sup> Ouvia também falar de desaparecimentos ainda não esclarecidos, bem como de violência sexual perpetrada sobre jovens mulheres em Santa Cruz.<sup>641</sup>

481. Após o Massacre de Santa Cruz, a Renetil (Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste) e a Felectil (Frente Estudantil Clandestina de Timor-Leste) levaram a efeito uma manifestação de protesto junto ao gabinete do representante da ONU em Jacarta.<sup>642</sup>

482. Nos dias e meses que se seguiram, centenas de pessoas foram detidas. A sede da Comissão, na ex-prisão de Balide, serviu de local de detenção para muitas pessoas e, em memória desses factos, a sala de detenção passou a chamar-se Sala de Santa Cruz. Alguns detidos foram julgados e condenados a longas penas de prisão.<sup>643</sup> A Comissão recebeu os depoimentos do advogado indonésio Luhut Pangaribuan e da activista Ade Rostina Sitompul, que se deslocaram a Díli após o massacre, acerca dos esforços feitos pelos advogados dos direitos humanos indonésios no sentido de defenderem estes detidos, bem como da injustiça destes processos judiciais.<sup>644</sup>

483. Estimativas independentes apontam para 271 mortos e 250 pessoas dadas como desaparecidas.<sup>645</sup> Centenas de pessoas foram detidas e aprisionadas no rescaldo do massacre. A comissão de inquérito indonésia (*Komisi Penyelidikan Nasional*, KPN), criada para investigar o massacre, não cumpriu as expectativas. Depois de, a princípio, apurar que 19 pessoas haviam sido mortas em Santa Cruz, perante o coro dos protestos internacionais contra esta ocultação, elevou o número para 50. Provas suplementares de que os altos responsáveis da liderança militar indonésia haviam aprovado o massacre seriam obtidas no dia 14 de Novembro, com a citação de um discurso proferido pelo comandante das Forças Armadas indonésias, Try Sutrisno, que foi citado como tendo afirmado perante os graduados da Academia Militar da Indonésia o seguinte:

*Delinquentes como estes precisam de ser abatidos e nós iremos abatê-los.*<sup>646</sup>

484. A Comissão conduziu um estudo nos bairros de Díli e recolheu informação sobre o Massacre de Santa Cruz através do método de recolha de testemunhos. Através deste processo, a Comissão recebeu testemunhos sobre ulteriores mortes e desaparecimentos, incluindo nos distritos, perpetrados pelos militares indonésios contra aqueles que suspeitavam estarem envolvidos na manifestação. Por exemplo, em Sorolao (Ainaro, Ainaro), quatro activistas da frente clandestina foram mortos por soldados identificados como membros da *Kopassus* e da *Milsas* timorenses.<sup>647</sup> Apesar de a Comissão não dispor de forma de avaliar com precisão o número exacto de desaparecidos, tendo por base a investigação que realizou, considera que a estimativa de 200 desaparecidos é razoável. A Comissão observou nas Audiências que promoveu bem como noutras iniciativas, que o Massacre de Santa Cruz permanece uma questão por resolver e tem profundo significado para muitas pessoas e famílias e para a nação como um todo e, considera necessário realizar uma investigação mais completa do que aquela por si efectuada (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados).

## Impacto internacional de Santa Cruz

485. As notícias sobre o Massacre de Santa Cruz circularam rapidamente pelo mundo fora e provocaram um reforço impressionante das acções de solidariedade. Muitos jornalistas e ONG estrangeiros tinham-se deslocado a Timor Leste, esperando a missão portuguesa. Vários deles presenciaram o massacre e desempenharam um papel fundamental, fornecendo informações à opinião pública mundial durante os meses e anos que se seguiram, chegando a testemunhar perante a Comissão dos Direitos Humanos da ONU. José Ramos-Horta contou à Comissão que

o massacre galvanizou Portugal, onde se realizaram manifestações de protesto em massa e foram apresentados pedidos de intervenção às Nações Unidas (ver capítulo 7.1: Direito à Autodeterminação, secção sobre a Sociedade Civil).

486. Alguns governos, em especial o da Austrália, corroboraram a explicação indonésia de que se tratava de uma acção incaracterística desenvolvida por “elementos marginais” dentro das forças militares. Apesar disso, o massacre e o facto de ter chamado tanto as atenções para a questão global da ocupação indonésia de Timor Leste constituiu uma catástrofe para a Indonésia, em termos de relações públicas. O 12 de Novembro transformou-se num dia de comemorações de protesto para os timorenses da diáspora e para os activistas dos direitos humanos até 1999, com o acontecimento a ser celebrado com manifestações e vigílias.

### Captura de Xanana Gusmão

487. Xanana Gusmão foi capturado pelos militares indonésios no dia 20 de Novembro de 1992, numa casa em Lahane, Díli.<sup>†</sup> A notícia espalhou-se rapidamente por Timor Leste e por todo o mundo. Conduzido de início para Bali, os seus apoiantes mostraram-se a princípio preocupados com a sua integridade física. Em Díli, as pessoas suspeitas de darem abrigo a Xanana Gusmão foram detidas e sujeitas a graves torturas.<sup>648</sup> Lançou-se então uma campanha internacional para pressionar a Indonésia no sentido de garantir o seu bem-estar. Xanana Gusmão foi apresentado numa entrevista à televisão indonésia no dia 25 de Novembro, aparentemente a retractar a luta da Resistência. Em Maio de 1993, foi reenviado para Díli a fim de ser julgado e, no dia 17 de Maio, ergueu-se para apresentar o seu depoimento de defesa. Poucos minutos depois de ter começado a falar, o juiz do processo interrompeu-o e declarou que a sua defesa era “irrelevante.” Condenado a prisão perpétua, foi levado para a prisão de segurança máxima de Cipinang, em Jacarta (ver subcapítulo 7.6: Julgamentos Políticos). No entanto, o documento de 27 páginas com as declarações de defesa de Xanana Gusmão foi enviado clandestinamente para fora do território, e divulgado a nível internacional. Nele, Xanana Gusmão rejeitava as reivindicações da Indonésia relativamente a Timor-Leste, reiterando a luta pela autodeterminação do povo timorense.

488. A captura de Xanana Gusmão constituiu um rude golpe para a Resistência e as autoridades indonésias mostraram-se confiantes de que ela marcaria o fim da luta pela independência. Porém, a captura criou as condições para que Xanana Gusmão emergisse como um estadista mundial, porque, passados 17 anos nas montanhas e florestas de Timor-Leste, ele continuava a liderar a Resistência a partir da sua cela na prisão. Xanana Gusmão contou à Comissão ter aprendido muito durante este tempo de permanência na prisão de Cipinang, onde ficou detido com prisioneiros políticos indonésios de todo o arquipélago. Segundo afirmou à Comissão, esta experiência deu-lhe:

*[A] oportunidade de adquirir um maior conhecimento da luta do povo indonésio pela democracia e pela liberdade. Ajudou-me a reduzir e a eliminar o ódio que havia acumulado no meu coração durante dezassete anos no mato. Comecei a compreender cada vez melhor os objectivos comuns que nos uniam ao povo indonésio... Isto permitiu-me até conversar com ex-inimigos e generais indonésios.<sup>649</sup>*

---

<sup>†</sup> No dia 9 de Abril de 2005, o Presidente indonésio Susilo Bambang Yudhoyono tornou-se o primeiro Chefe de Estado indonésio a visitar o cemitério de Santa Cruz, num gesto de reconhecimento e de reconciliação.

<sup>†</sup> Xanana Gusmão foi capturado em casa de Aliança Araújo. Ao longo dos anos, ele deslocara-se em segredo a Díli em muitas ocasiões, para realizar reuniões.

## Rede estudantil clandestina

### O interior de Timor-Leste e a ascensão das forças paramilitares

489. Ao longo da década de 1990, o movimento urbano clandestino de jovens foi crescendo, correndo riscos para fornecer informação e realizar manifestações quando havia visitantes estrangeiros presentes em Timor-Leste. O aparelho de segurança indonésio continuou a agir contra a resistência juvenil com mão pesada e, durante a década de 1990, modificou a estratégia de combate a este movimento crescente. A partir de meados da década, passou a ser dada prioridade nova às operações paramilitares e de serviços de informação dentro do território. Grupos armados, a partir de então conhecidos como esquadrões “*Ninja*,” andavam pelas ruas de Díli após o pôr-do-sol, gerando um sentimento de terror entre a população, uma vez que continuavam a desaparecer pessoas durante estas operações secretas.<sup>650</sup> A polícia antimotim, *Brimob*, tornou-se uma presença ubíqua e violenta, especialmente em Díli, onde as manifestações estudantis eram mais frequentes.

490. Durante estes anos, houve vários pontos de tensão capazes de desencadear confrontos entre os jovens timorenses e as forças de segurança indonésias. A religião era por vezes usada para provocar a violência. Em Remexio (Aileu), em Junho de 1994, um soldado indonésio entrou na missa e profanou a cerimónia da Eucaristia. Duas semanas mais tarde, na Universidade de Timor Leste (*Untim*), centenas de estudantes manifestaram-se, exigindo a independência.<sup>651</sup> A rivalidade entre os timorenses e os migrantes vindos da Indonésia podia provocar confrontos violentos. Em Baucau, em Janeiro de 1995, a tensão entre os naturais de Sulawesi imigrados em Timor Leste e os habitantes locais rebentou no mercado central. Tentando reprimir a rebelião, os militares indonésios atiraram sobre várias pessoas, reconhecendo mais tarde três mortes.<sup>652</sup> Dias depois, a 9 de Janeiro de 1995, estudantes na *Untim* assinalaram o dia das conversações tripartidas em Genebra com uma manifestação de protesto exigindo a libertação de Xanana Gusmão e a aplicação pela ONU das suas resoluções sobre Timor Leste. Os estrangeiros de visita a Timor Leste assistiram à manifestação e à repressão posterior, durante a qual dezasseis manifestantes foram detidos e torturados.<sup>653</sup>

### Movimento estudantil na Indonésia

491. Os primeiros laços entre os nacionalistas timorenses e os activistas indonésios dos direitos humanos foram estabelecidos na década de 1980, com a detenção de prisioneiros políticos de Timor-Leste nas prisões de Java.<sup>654</sup> As organizações estudantis *Renetil* e *Impettu* desempenharam um papel cada vez mais importante ao longo da década de 1990, desenvolvendo e aprofundando esse relacionamento. De início, os activistas estudantis timorenses participaram nos movimentos indonésios de protesto, organizados em torno de questões como a disputa de terras sobre a barragem de Kedungombo, na zona central de Java, em 1990. O activista dos direitos humanos indonésio Nugroho Katjasungkana falou à Comissão sobre o empenho dos activistas indonésios em deporem o regime corrupto e injusto de Soeharto, durante a década de 1980. Recordando a participação dos timorenses nessas acções, observou que:

*[A] participação timorense na luta pela democracia na Indonésia precedeu a participação dos indonésios na luta pela autodeterminação de Timor-Leste.*<sup>655</sup>

492. A *Renetil* desenvolveu uma estratégia a que chamou “Indonesianização” do conflito.<sup>656</sup> Os estudantes timorenses tornaram-se activos no emergente movimento pró-democracia

---

\* Entre os mais destacados grupos pró-democracia de base universitária refiram-se o *FKMJ*, (*Forum Komunikasi Mahasiswa Jember*, Fórum de Comunicação dos Estudantes Jember), a *SMID* (*Solidaritas Mahasiswa Indonesia untuk*

indonésio<sup>657</sup> e a bandeira timorense foi muitas vezes vista em manifestações realizadas a pedir mudanças na Indonésia, durante a década de 1990.<sup>658</sup> Os grupos indonésios, anteriormente empenhados com as suas próprias prioridades em prol da democracia, e desconhecedores da situação em Timor Leste, acabaram pouco a pouco por identificar o problema de Timor Leste com a causa de raiz dos seus próprios problemas, o regime da Nova Ordem de Soeharto.<sup>659</sup>

493. Em várias cidades da Ilha de Java formaram-se grupos indonésios de apoio à autodeterminação de Timor-Leste, sobretudo após o Massacre de Santa Cruz.<sup>660</sup> Em 1991, em Jacarta, várias organizações não governamentais formaram o Comité Conjunto para a Defesa de Timor-Leste, substituído em 1998 pelo *Fortilos (Forum Solidaritas Rakyat Timor Lorosa'e)*. Em 1995, em Jacarta, era constituída a *SPRIM (Solidaritas Perjuangan Rakyat Indonesia untuk Maubere, Solidariedade Popular pela Luta Maubere)* e, em 1997, a *Solidamor (Solidaritas untuk Penyelesaian Damai Timor Timur, Solidariedade com uma Solução Pacífica para Timor Leste)*. Em 1998, em Kupang, os activistas estudantis universitários e as ONG formaram o *Forsolidareste (Forum Solidaritas Timor Leste, Fórum de Solidariedade com Timor Leste)*. Os activistas indonésios e muitos activistas timorenses consideravam a democratização da Indonésia como um requisito prévio para a autodeterminação de Timor Leste. Wilson B. Nurtias, membro do grupo de solidariedade *SPRIM*, afirmou que os povos da Indonésia e de Timor-Leste eram “passageiros no mesmo navio, enfrentando os mesmos piratas.”<sup>661</sup>

494. Em meados da década de 1990, os estudantes timorenses serviram-se de uma tática que acabaria por transformar muitas embaixadas estrangeiras em Jacarta em autênticas fortalezas. Desde 1989 que os jovens timorenses procuravam asilo político nas embaixadas de Jacarta, temendo a violência exercida contra eles pelas forças de segurança indonésias.<sup>662</sup> Na década de 1990, a tática foi utilizada como parte da estratégia destinada a chamar a atenção dos meios de comunicação social para a continuação da luta em prol da internacionalização da questão da autodeterminação. As iniciativas mais espectaculares, mais tarde conhecidas como acções de salto das vedações, tiveram lugar em 1994, durante a cimeira de líderes regionais da Cooperação Económica Ásia-Pacífico (*APEC*). Com a reunião da *APEC* a decorrer em Bogor, perto de Jacarta, e os meios de comunicação mundiais reunidos para fazer a reportagem, 29 timorenses saltaram a vedação da Embaixada dos EUA em Jacarta, no dia 12 de Novembro, e exigiram encontrar-se com o Presidente Bill Clinton, que ali estava de visita. Durante vários dias, os estudantes timorenses que ali permaneceram cercados, chamaram a si as primeiras páginas dos jornais, em Jacarta e em todo o mundo, fazendo apelos à libertação de Xanana Gusmão e à autodeterminação de Timor Leste. Embora não se encontrassem com o Presidente Clinton, realizaram-se negociações e foi-lhes concedido asilo político em Portugal. Tratou-se de um êxito retumbante das relações públicas organizadas pela Renetil.<sup>663</sup>

495. Outras acções de salto das vedações de embaixadas tiveram lugar nos anos seguintes, até que as embaixadas de Jacarta tomaram medidas de segurança para evitar que os estudantes timorenses invadissem as suas instalações. Em Novembro de 1995, cinco homens entraram na Embaixada francesa e receberam asilo político em Portugal.<sup>664</sup> No dia 7 de Dezembro de 1995, vários jovens do sexo masculino saltaram as vedações das Embaixadas holandesa e russa, a fim de chamarem a atenção para o aniversário da invasão indonésia de Timor-Leste.<sup>665</sup> As entrevistas realizadas pela Comissão permitiram apurar que estas acções se integravam numa estratégia bem coordenada da Renetil, cujas operações se articulavam directamente com a liderança de Xanana Gusmão na prisão de Cipinang.<sup>666</sup>

496. No decurso da década de 1990, os membros da Renetil passaram a ocupar posições de controlo na organização estudantil timorense *Impettu*, autorizada pelo Estado, à qual os estudantes timorenses eram obrigados a aderir. Esta iniciativa permitiu que os membros da Renetil se organizassem publicamente como membros da *Impettu*,<sup>667</sup> em meados da década de 1990, os membros da Renetil controlavam eficazmente a *Impettu*. Quando o coro de protestos a

---

*Demokrasi*, Solidariedade dos Estudantes Indonésios com a Democracia) e o *KPRP (Komite Perjuangan Rakyat untuk Perubahan, Comité Popular de Luta pela Mudança)*.

exigir a mudança de regime começou a crescer, no final da década de 1990, as várias dependências da *Impettu* uniram-se sob uma liderança única, a *DPP Impettu (Dewan Pimpinan Pusat Ikatan Mahasiswa, Pemuda, dan Pelajar Timor Timur)*, Conselho Directivo Central da *Impettu*), encabeçada pelo secretário-geral adjunto da Renetil.<sup>668</sup>

#### Plano de Paz do CNRM e iniciativas diplomáticas

497. No início da década de 1990, o CNRM esforçou-se activamente por promover o diálogo com a Indonésia. Com o apoio de ONG e grupos da sociedade civil internacionais, foi lançada a Campanha pelas Conversações sobre Timor (ver Subcapítulo 7.1: Direito à Autodeterminação). Em 1993, o CNRM propôs um Plano de Paz em três fases, começando pela desmilitarização de Timor Leste, seguida de uma autonomia de transição e, por fim, de um acto de autodeterminação para determinar o estatuto político definitivo do território. Apresentou o Plano de Paz primeiro à União Europeia e, depois, às Nações Unidas, comprovando-se assim o crescente reforço do apoio activo de Portugal. O Governo indonésio rejeitou o plano. No entanto, o plano manter-se-ia na mesa das negociações ao longo de toda a década de 1990, como prova dos esforços diplomáticos do CNRM e como marca da sua disponibilidade para procurar uma solução através do diálogo.<sup>669</sup> Entretanto, Portugal retomou as conversações com a Indonésia em 1992, depois do corte de relações que se sucedeu ao Massacre de Santa Cruz de Novembro de 1991.

498. José Ramos-Horta prosseguiu a sua campanha diplomática com base no Plano de Paz. Embora sujeita a crescente pressão internacional, após a divulgação do Massacre de Santa Cruz, e apesar de existir algum interesse internacional em buscar uma solução para Timor-Leste, a Indonésia manteve uma posição relativamente dura no início da década de 1990. Portugal e a Indonésia retomaram as conversações tripartidas sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU. No entanto, a Comissão ouviu o antigo alto funcionário da ONU, Francesc Vendrell, afirmar que, nesses primeiros anos da década de 1990, José Ramos-Horta teve de esforçar-se para contrariar uma má solução diplomática para Timor-Leste.<sup>670</sup> Com o apoio dos timorenses da diáspora e de um cada vez mais amplo movimento internacional de solidariedade, Ramos-Horta trabalhou duramente para reforçar o perfil internacional do líder do CNRM, Xanana Gusmão, e para convencer os líderes mundiais de que era possível uma solução política.

#### Processo no Tribunal Internacional de Justiça: Portugal contra a Austrália 1991/95

499. Em 1991, Portugal accionou judicialmente a Austrália perante o Tribunal Internacional de Justiça, devido ao chamado tratado “Timor Gap”, assinado com a Indonésia em 1989. Portugal não pôde trazer a Indonésia a este tribunal, pelo facto de este país não reconhecer a jurisdição do mesmo. A decisão foi proferida em 1995 e, embora o processo não resultasse na anulação do tratado, apresentou uma importante declaração de apoio ao direito continuado do povo de Timor-Leste à autodeterminação.<sup>671</sup>

500. Portugal argumentou que a Austrália havia violado o direito internacional, ao entrar em acordo com a Indonésia para dividirem entre ambas riquezas naturais pertencentes ao povo de Timor-Leste. Portugal afirmou tratar-se de uma violação dos seus direitos como potência administrante de um território não autónomo, bem como dos direitos do povo de Timor-Leste.

501. Devido a uma objecção técnica, a maioria dos juízes afirmou não poder julgar o processo. As questões do processo giravam todas em torno da legalidade do que a Indonésia fizera e continuava a fazer em Timor Leste: por isso, os juízes afirmaram não poderem julgar o processo, uma vez que a Indonésia não era parte. Contudo, dois dos juízes não se mostraram de acordo com este ponto de vista e apresentaram opiniões fortemente discrepantes. Examinaram o valor intrínseco do processo e apresentaram importantes conclusões sobre as obrigações dos Estados relativamente ao direito de autodeterminação no contexto de Timor-

Leste. O juiz Weeramantry e o juiz Skubiszewski reconheceram ambos o direito continuado do povo de Timor-Leste à autodeterminação. Preveniram ainda os Estados subscritores de um tal tratado que tinham o dever de consultar o povo de Timor-Leste e a potência administrante (juiz Skubiszewski), além de que um tal tratado poderia constituir violação das obrigações impostas pelos princípios gerais do direito internacional (juiz Weeramantry).<sup>672</sup>

### Prémio Nobel da Paz, 1996

502. A outorga do Prémio Nobel da Paz de 1996 juntamente ao bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo e a José Ramos-Horta constituiu um momento seminal na luta do povo de Timor-Leste pelo reconhecimento internacional. Validou as lutas dos dois homens, cuja experiência durante os anos de ocupação indonésia fora muito diferente mas que partilhavam a mesma visão da identidade timorense e da dignidade humana. Contrariou igualmente anos de esforços desenvolvidos pelas autoridades indonésias para minar a credibilidade de ambos, abrindo-lhes, e à causa de Timor-Leste, as portas dos líderes mundiais.

503. Em 1996, o discurso de apresentação dos dois laureados referia-se ao conflito:

O conflito em Timor Leste tem sido apelidado de "conflito esquecido"...Raramente, o cinismo da política mundial se manifestou com tanta clareza...Os dois laureados com o Prémio Nobel da Paz deste ano, Carlos Filipe Ximenes Belo e José Ramos-Horta, trabalharam incansavelmente, e com grande sacrifício pessoal, pelo seu povo oprimido. Em condições de extrema dificuldade, mantiveram o seu humanismo e a sua fé no futuro.<sup>673</sup>

504. No seu discurso de aceitação, o bispo D. Ximenes Belo declarou esperar que o prémio promovesse a causa de Timor-Leste:

Creio firmemente que estou aqui, essencialmente, como a voz do povo sem voz, de Timor Leste, que está aqui comigo em espírito, senão fisicamente. O que o povo quer é a Paz, o fim da violência e o respeito pelos seus direitos humanos. É minha fervorosa esperança que o Prémio Nobel da Paz de 1996 impulsionará estes objectivos.<sup>674</sup>

505. Apoiado no Prémio Nobel da Paz, José Ramos-Horta deu início a uma ambiciosa campanha diplomática. No início de 1997, deslocou-se à África do Sul. Em Julho desse ano, quando o Presidente Mandela se reuniu com o Presidente Soeharto, em Jacarta, solicitou-lhe um encontro com Xanana Gusmão, então prisioneiro. A princípio, o Presidente Soeharto recusou o pedido, afirmando que Xanana Gusmão era um criminoso de delito comum. Mas quando o Presidente sul-africano lembrou a Soeharto que outras pessoas costumavam dizer isso de si mesmo, Soeharto cedeu. Notícias do encontro particular chegaram aos meios de comunicação social mundiais e elevaram o perfil internacional de Xanana Gusmão como estadista defensor da paz.

506. No interior de Timor-Leste, o Prémio Nobel da Paz lembrou ao povo timorense que não tinham sido esquecidos pela comunidade internacional e criou-lhes esperanças de ajuda internacional na busca de uma solução para o conflito.

## Nações Unidas

507. Em meados da década de 1990, registou-se uma mudança do pessoal destacado para tratar da questão de Timor Leste na sede da ONU em Nova Iorque. Francesc Vendrell tornou-se director, primeiro do Sudeste Asiático e Pacífico e, depois, da Ásia e Pacífico. O funcionário encarregado do processo de Timor Leste era Tamrat Samuel. Vendrell e Samuel permaneceram como funcionários-chave do Secretariado destacados para os assuntos de Timor Leste até à Consulta Popular de 1999. Francesc Vendrell explicou à Comissão a forma como foram retomadas as conversações tripartidas, bem como os esforços desenvolvidos por si e por Tamrat Samuel para assegurarem a participação de timorenses nas discussões sobre o futuro do território.<sup>675</sup> Em Janeiro de 1994, Tamrat Samuel encontrou-se com Xanana Gusmão na prisão de Cipinang, o mesmo fazendo Francesc Vendrell em Dezembro desse ano. Em 1994, os dois deslocaram-se igualmente a Timor Leste para encontros directos com timorenses de todas as sensibilidades políticas, bem como com padres e freiras católicos. Reflexões de Vendrell:

*Uma das coisas mais comoventes era a enorme fé que todos tinham nas Nações Unidas...a sensação de responsabilidade que, acho, eu e Tamrat partilhávamos de que tínhamos de dar o nosso melhor em nome de um povo que contava apenas com o apoio da ONU.<sup>676</sup>*

508. Francesc Vendrell falou à Comissão sobre as dificuldades sentidas pelas Nações Unidas, quando o próprio povo de Timor-Leste se encontrava fora do processo de discussão das conversações tripartidas. Este obstáculo fez surgir a iniciativa do Diálogo Intra-Timorense (AIETD). A ideia do encontro, como Vendrell explicou à Comissão, era a seguinte:

*[Se] eles [Timorenses] se reunissem todos e fossem deixados a conversar entre si, talvez descobrissem que tinham muita coisa em comum e pudessem fazer uma proposta conjunta sobre Timor Leste.<sup>677</sup>*

509. A Indonésia concordou com este mecanismo, embora insistisse que no Diálogo não fosse permitido discutir o estatuto político de Timor Leste. O primeiro Diálogo teve lugar na Áustria, em Junho de 1995, com participantes de todos os quadrantes políticos. O bispo D. Ximenes Belo também compareceu à reunião, mas Xanana Gusmão permaneceu na prisão, em Jacarta. Mais três reuniões do Diálogo tiveram lugar em Março de 1996, Outubro de 1997 e Outubro de 1998. Embora as reuniões não resultassem em planos práticos nem em resultados formais, pela primeira vez desde 1975 a ONU empenhava-se em reunir timorenses de todas as sensibilidades, para discutirem entre si as suas divergências e procurarem alguma base de entendimento comum.

510. Kofi Annan tomou posse como Secretário-Geral da ONU em Janeiro de 1997, trazendo atenção renovada à questão de Timor Leste. Em Fevereiro de 1997, nomeou o diplomata paquistanês embaixador Jamsheed Marker como seu Representante Pessoal para a Questão de Timor Leste (PRSG). Isto veio reforçar significativamente o trabalho desenvolvido por Francesc Vendrell e Tamrat Samuel no Secretariado da ONU e a sua equipa visitou Portugal, a Indonésia e Timor Leste, durante os anos de crescente turbulência, de 1997 a 1998.

### 3.19 Da *Reformasi* ao anúncio da Consulta Popular

#### Síntese

511. Em 1997, os acontecimentos evoluíram rapidamente. A crise financeira na Ásia abateu-se sobre a Indonésia nos finais de 1997. Esta crise pôs a descoberto a corrupção e gestão danosa do regime de Soeharto; Jacarta e outras cidades da Indonésia viram-se abaladas por manifestações populares de protesto, exigindo a sua demissão e reformas generalizadas num movimento que ficou conhecido por *Reformasi*. Os estudantes timorenses desempenharam um papel activo nestas manifestações. No dia 21 de Maio de 1998, Soeharto apresentou a demissão e o seu vice-presidente, B.J. Habibie, assumiu funções como Presidente.

512. Entretanto, a actividade diplomática foi intensificada após a outorga do Prémio Nobel da Paz de 1996 e a ceda prisional de Xanana Gusmão em Jacarta passou a ser regularmente visitada por representantes de numerosos líderes mundiais e organizações importantes. A Resistência reorganizou-se e realizou uma conferência memorável em Peniche, em Abril de 1998, onde o CNRM foi transformado em Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), com o objectivo de alargar a base do movimento pela independência.

513. Em Timor Leste, o ambiente político da *Reformasi* e o aparente aligeiramento do controlo militar incentivaram a discussão aberta sobre o estatuto político do território, pela primeira vez desde a ocupação indonésia. No segundo semestre de 1998, foram ganhando força os apelos à realização de um referendo para permitir que o povo de Timor-Leste determinasse o seu futuro. No entanto, nos finais do ano os militares indonésios já se tinham reposicionado. As aparentes retiradas de tropas provaram ser um logro e, a partir dos finais de 1998, foram-se acumulando provas de que as *ABRI/TNI* haviam montado uma estratégia para formar, armar e financiar milícias pró-integração em todo o território, para sabotarem qualquer tentativa genuína de autodeterminação.

514. Uma vez substituído Soeharto, a ONU e a comunidade internacional reforçaram a sua pressão sobre a Indonésia, para se encontrar uma solução para a questão de Timor Leste. De início, as discussões entre Portugal e a Indonésia centraram-se no regime de autonomia especial para Timor-Leste, surgindo pontos de vista divergentes sobre se esta seria uma solução em si mesmo ou uma fase num processo de autodeterminação genuína. Em Janeiro de 1999, o Presidente Habibie surpreendeu muitas pessoas da sua própria administração ao declarar que a Indonésia autorizaria o povo de Timor Leste a escolher o seu futuro, incluindo a independência, se fosse esse o seu desejo. As negociações entre Portugal e a Indonésia passaram a concentrar-se nos acabamentos de um mecanismo que permitisse concretizar esta escolha.

515. Nos primeiros meses de 1999, com estas negociações em curso, as *ABRI/TNI* aceleraram a sua estratégia de desenvolvimento de milícias armadas. A relativa abertura política de meados de 1998 desaparecera e a violência tornou-se uma ameaça constante contra os apoiantes da independência. Massacres ocorridos em Díli e Liquiça, perpetrados pelas milícias apoiadas pelas *ABRI/TNI*, chocaram a comunidade internacional, ao mesmo tempo que um elevado número de timorenses se viam forçados a deslocar-se devido ao medo da violência.

516. As negociações entre Portugal e a Indonésia culminaram nos chamados Acordos de 5 de Maio, onde ficaram estabelecidas as modalidades de uma consulta popular que permitisse ao povo de Timor-Leste aceitar ou rejeitar o regime de autonomia especial: a rejeição conduziria à independência. A Indonésia recusou-se a delegar responsabilidades pela segurança durante a votação, sendo essa responsabilidade atribuída à polícia indonésia. A comunidade internacional entendeu que não podia pressionar mais a Indonésia nesta matéria, apesar de provas crescentes do envolvimento dos militares e polícia indonésios na violência contra os apoiantes pró-independência.

517. A votação ficou marcada para Agosto de 1999, de maneira a permitir que o Parlamento Indonésio ratificasse os resultados aquando da sessão de Setembro.

### Queda de Soeharto

518. Em Maio de 1997, o veículo eleitoral do governo da Nova Ordem, o partido *Golkar*, foi reeleito nas eleições para o Parlamento nacional, com 74% dos votos.<sup>678</sup> Pouco depois, a crise financeira asiática eclodiu na Tailândia, em Julho de 1997, alargando-se rapidamente à Indonésia. No seguimento do colapso da rupia para uma paridade de 18 mil face ao dólar dos EUA, em Janeiro de 1998, sendo sustentada por garantias do FMI, Soeharto foi de novo nomeado Presidente pela Assembleia Consultiva Popular da Indonésia (*MPR*), em Março de 1998. Quando Soeharto formou um governo visto por muitos como dominado pelos compadrios do regime, as manifestações populares de protesto acenderam-se. Os apelos do movimento pró-democracia para a mudança de regime conquistaram alguns apoios entre os membros da elite indonésia. Em Maio, o líder do *MPR*, Harmoko, deu uma resposta positiva às exigências dos reformistas, ao mesmo tempo que o chefe das Forças Armadas, o general Wiranto, exprimia o apoio dos militares à reforma. Dois dos líderes da oposição indonésia emergente, Megawati Sukarnoputri e Amien Rais, declararam estarem prontos para assumir o poder.

519. As pressões populares explodiram em Maio, provocando a queda de Soeharto. A Comissão Indonésia dos Direitos Humanos veio a descobrir, mais tarde, que a violência registada neste período fora orquestrada, identificando 20 oficiais militares, e civis como instigadores das rebeliões.<sup>679</sup> No dia 18 de Maio, com o *DPR* (Conselho Representativo Popular) ocupado pelos estudantes, Soeharto perdera grande parte dos seus apoios. O *DPR* exigiu a sua demissão. No dia 20 de Maio, ao fim do dia, o general Wiranto apelou igualmente à sua demissão e, no dia 21 de Maio, Soeharto abandonou a Presidência.

520. Com estes acontecimentos, a Indonésia ganhava um novo Chefe de Estado, o Presidente B.J. Habibie, que rapidamente implementou um notável conjunto de reformas. A palavra de ordem mais ouvida neste período foi “Conluio, Corrupção e Nepotismo”, vulgarmente conhecida na Indonésia por *KKN* (*Kolusi, Korupsi, Nepotisme*), que resumia os três males percepcionados como mais graves do regime de Soeharto. A sociedade civil levantou igualmente outras questões, tais como a necessidade de oposição ao militarismo e de pôr fim à impunidade dos militares. A agenda da reforma afectou a Indonésia de muitas maneiras. A composição da elite política indonésia alterou-se e, embora sobrevivessem muitos políticos com ligações ao regime de Soeharto, a sua queda provocou o aparecimento destacado de vários novos políticos. Esta mudança trouxe ao debate político um nível de pluralismo que longamente reprimido durante o “reinado” de Soeharto. Além disso, a existência de liberdade de imprensa e de um enérgico debate público garantiram a discussão aberta de um vastíssimo conjunto de questões, muitas das mereceram atenção política geradora de mudanças.

521. O Presidente Habibie foi por muitos considerado como um presidente de gestão. Na qualidade de vice-presidente de Soeharto, encontrava-se estreitamente relacionado com o regime da Nova Ordem, embora não dispusesse de base eleitoral ou de poder, dentro do regime. Como presidente, teve de movimentar-se cuidadosamente entre os poderosos militares e os mais importantes grupos religiosos – por exemplo, as organizações islâmicas –, ao mesmo tempo que negociava com o movimento pró-reforma. No seu governo, manteve o general Wiranto como chefe militar e ministro da Defesa.

522. Entre a comunidade internacional, muitos consideraram o estatuto político de Timor Leste como um assunto encerrado enquanto Soeharto permanecesse no poder. Com o seu abandono e o clima de reformas existente na Indonésia, de repente passou a haver espaço para debate.

523. A ideia de um estatuto de autonomia especial para Timor Leste não era nova, mas com Soeharto no poder nunca foi ponderada com seriedade. Talvez ninguém melhor do que Ali Alatas, há muito ministro dos Negócios Estrangeiros, conhecesse os problemas causados à Indonésia na cena internacional pela posição e acções assumidas relativamente a Timor Leste. Ali Alatas defendera já uma alteração no estatuto de Timor Leste dentro da Indonésia, propondo autonomia especial para o território como uma solução possível. Soeharto rejeitara as suas ideias.<sup>680</sup> A 6 de Junho de 1998, o comité político e de segurança do Governo deu o seu apoio a uma “autonomia alargada” para Timor Leste, desde que a comunidade internacional reconhecesse a soberania da Indonésia. O ministro dos Negócios Estrangeiros Ali Alatas apresentou esta proposta ao Presidente Habibie a 8 de Junho e ao Governo a 9 de Junho. Inesperadamente, o Presidente Habibie anunciou-a aos meios de comunicação internacionais a 9 de Junho.

524. Passados nove meses, a ideia de oferecer um regime de autonomia especial a Timor Leste transformar-se-ia na aceitação formal, pela Indonésia, de um acto pleno de autodeterminação pelo povo timorense.

### CNRT e campanha diplomática

525. Depois de receber o Prémio Nobel da Paz, José Ramos-Horta viu abrirem-se portas em todo o mundo e desenvolveu grandes esforços para aproveitar essa abertura e criar apoio para a campanha diplomática em prol da independência. O Prémio conferiu também dimensão internacional à franca e aberta defesa dos direitos humanos dos timorenses, protagonizada pelo bispo D. Ximenes Belo, reforçando significativamente a atenção prestada pela comunidade internacional a Timor-Leste.

526. Após a reunião de 1997 com o Presidente sul-africano Nelson Mandela, as credenciais internacionais de Xanana Gusmão reforçaram-se, levando a que um desfile de figuras eminentes passasse pela sua cela de Cipinang, ao longo de 1998 e até 1999.

527. Em Abril de 1998, a Resistência concretizou um marco histórico no seu desenvolvimento, quando os líderes de todos os grandes partidos políticos e organizações não políticas de Timor-Leste, incluindo a Igreja Católica, se reuniram na cidade portuguesa de Peniche e formaram o CNRT. Xanana Gusmão foi eleito Presidente, ficando José Ramos-Horta como vice-presidente e seu representante pessoal. Com a constituição do CNRT, completou-se a transformação gradual da Resistência, que deixara de ser uma entidade de partido único baseada na Fretilin, tornando-se uma organização dotada de uma base de apoio verdadeiramente alargada, incluindo estudantes, ONG e membros da Igreja Católica.

528. A criação do CNRT capacitou a Resistência para acompanhar o ritmo rápido dos acontecimentos, à medida que se alterava a situação no Sudeste Asiático e, em particular, na Indonésia (ver Subcapítulo 7.1: Direito à Autodeterminação).

### Repercussões da *Reformasi* em Timor-Leste

529. A declaração pública do Presidente Habibie relativamente à proposta de estatuto para Timor Leste, aliado à atmosfera optimista dos apelos à reforma, repercutiu-se profundamente junto do público, num sentido favorável à independência do território.

530. No dia 9 de Junho, em Díli, uma reunião pública destinada a debater o futuro do território foi presenciada por um amplo leque de representantes das várias sensibilidades timorenses, desde comandantes da guerrilha a integracionistas ferrenhos, líderes do CNRT, membros da sociedade civil e do movimento clandestino. Na sala encontrava-se igualmente presente o governador Abílio Osório Soares, favorável à integração, cuja apresentação da proposta de

estatuto especial para Timor Leste não foi bem recebida. Muitas pessoas entenderam tratar-se de uma meia-solução e a assembleia decidiu exigir um referendo para dar às pessoas a possibilidade de escolherem o seu futuro.

531. No dia 23 de Junho realizou-se em Díli uma grande manifestação, a exigir publicamente a independência. Preocupados com as possíveis consequências de um comportamento aberto deste género, o bispo D. Ximenes Belo e os líderes do CNRT apressaram-se a recomendar moderação, reiterando a sua vontade de um período de transição antes de se tratarem quaisquer questões relativas à independência.

532. A partir de Junho, grupos de estudantes\* lideraram com ousadia o debate público emergente, conduzindo grandes manifestações em Timor Leste e na Indonésia. Em Julho, o recém-formado Conselho de Solidariedade dos Estudantes de Timor Leste (*Dewan Solidaritas Mahasiswa Timor Timur*) levou grupos de estudantes a viajarem por todo o território de Timor Leste para organizarem o diálogo a nível da aldeia, explicando os acontecimentos recentes e sondando a opinião popular. Desafiando a oposição militar ao processo, em algumas áreas, ouviram fortes apelos favoráveis à retirada das *ABRI/TNI* e à realização de um referendo.<sup>681</sup>

533. Em Setembro, os dois bispos de Timor Leste convocaram uma reunião para Dare, a fim de promoverem a reconciliação entre destacadas figuras timorenses apoiantes da integração na Indonésia, por um lado, e favoráveis à independência, por outro. Em Setembro, o CNRT declarou-se publicamente como entidade de personalidade jurídica, estabelecendo a sede na zona Sul de Díli. Ao longo de todo este período, foram organizadas manifestações estudantis de protesto contra os militares e exigindo a realização de um referendo. Esta abertura não teve precedentes nos anos em que durou a ocupação indonésia. As *ABRI/TNI* presentes em Timor Leste mantiveram-se vigilantes, mas abstiveram-se de acções directas contra estas manifestações.

#### Aparecimento das milícias

534. Nos finais de 1998, a tensão começou a aumentar e o ambiente de abertura dos meses anteriores começou a ver-se sujeito a pressões. No início de Outubro, um grupo timorense pró-autonomia pressionou o governador no sentido de demitir os funcionários públicos que haviam aderido à *Forsarepetil* (*Forum Sarjana Pro-Referendum dan Pembangunan Timor-Leste*), um grupo de universitários e funcionários públicos favorável ao referendo. Este gesto provocou dois dias de enormes manifestações em Díli, de oposição à iniciativa do governador. Basílio Araújo, porta-voz do movimento pró-integracionista, descreveu mais tarde à Comissão os antecedentes desta decisão:

Éramos cerca de 20 pessoas, membros desse grupo, e intitulávamo-nos pró-integração...Dirigimo-nos ao Sr. Abílio [Soares, o governador] e pressionámo-lo a promulgar um decreto relativo às pessoas que já haviam tomado partido pela independência: "Basta, dispa a camisa, seja um combatente pela liberdade e não trabalhe para o governo, não tenha duas caras." O Sr. Abílio fez o decreto, mas depois o governo central exerceu pressões e ele teve de revogá-lo.<sup>682</sup>

535. No dia 8 de Agosto, uma retirada de tropas amplamente divulgada contribuiu para a ideia de que a situação em Timor Leste estava a melhorar. A Indonésia alegava que tinha menos de 6 mil soldados no território e que professava ter retirado as suas forças especiais (*Kopassus*), que eram geralmente acusadas de violações graves dos direitos humanos.<sup>683</sup> No entanto,

---

\* A Renetil e a *Impettu* na Indonésia; o *ETSSC* em Timor Leste.

documentos militares obtidos graças a uma fuga de informação nesse mesmo mês comprovavam precisamente o contrário: o número de militares elevava-se a 21.540, incluindo o *Kopassus*, e em lugar da significativa redução das tropas apresentada aos meios de comunicação, a força militar das *ABRI/TNI* estava a ser, de facto, gradualmente aumentada.<sup>684</sup> Os documentos demonstravam que as *ABRI/TNI* mantinham uma rede de grupos paramilitares em quase todos os distritos. Havia doze equipas posicionadas em onze distritos, a maior parte das quais ligadas a unidades do *Kopassus*. Estes grupos constituíam a base das milícias que tinham sido rapidamente recrutadas ao longo dos últimos meses.<sup>685</sup> Mais tarde, os militares negaram que as milícias se encontrassem integradas na sua estrutura formal.

536. O primeiro sinal do comportamento futuro destes grupos paramilitares, que se tornariam conhecidos colectivamente como milícias, surgiu em Novembro, quando os militares indonésios e membros da milícia *Ablai*, muitos dos quais eram funcionários do governo local, responderam a um ataque das Falintil contra o *Koramil*, em Alas, distrito de Manufahi. A 9 de Novembro, as Falintil haviam morto três soldados, raptando outros 13 e roubando 36 espingardas. A comunidade refugiou-se na Igreja de Alas, após o ataque. No dia 13 de Novembro, as *ABRI/TNI* exerceram retaliações contra um ataque das Falintil e a área viu-se rodeada de violência.<sup>686</sup> Os militares indonésios e a milícia entraram igreja adentro, espancando quem se encontrava no interior. Os militares detiveram civis em toda a zona, numa tentativa de descobrirem os membros das Falintil. A Comissão recebeu depoimentos sobre torturas e violência sexual exercidos pelas *ABRI/TNI* contra os detidos.<sup>687</sup> Pelo menos oito pessoas foram assassinadas pelas *ABRI/TNI* ou pela milícia. Um inquérito do CICV apurou que nove pessoas haviam morrido durante a retaliação, incluindo os dois soldados mortos pelas Falintil.<sup>688</sup> As mortes, sucedidas após meses de abertura instável, desencadearam protestos irados em Díli. Depois de os estudantes ocuparem o edifício do parlamento, constituiu-se uma equipa de apuramento dos factos formada por grupos da sociedade civil, mas os militares indonésios negaram-lhe o acesso à área.<sup>689</sup> Os jornalistas internacionais deslocaram-se até Alas e observaram pessoal não militar armado, indicador do início das funções desempenhadas pelas milícias como vanguarda da campanha militar contra a independência.<sup>690</sup>

537. Os grupos de milícias existiam em Timor Leste havia muito tempo. No entanto, as milícias surgidas nos finais de 1998, princípio de 1999, encontravam-se na sua maioria ligadas às *ABRI/TNI* e não estavam unidas por quaisquer laços de vassalagem aos *liurai* como acontecera no passado.<sup>691</sup> Algumas destas novas milícias tinham raízes nas forças coadjuvantes dos militares<sup>†</sup>, fomentadas pelas *ABRI/TNI* desde os finais da década de 1970. Grande parte dos líderes das milícias mantinha laços estreitos com o *Kopassus*, através de vários grupos paramilitares havia muito existentes em Timor-Leste.<sup>692</sup> Um exemplo era Joanico Cesário, tornado comandante da milícia na região Leste, Sector A,<sup>‡</sup> que fora auxiliar de operações militares (*TBO*) na juventude.<sup>693</sup> O conhecido comandante do Sector B, Eurico Guterres, tinha antecedentes nas milícias, por ter prestado serviço no grupo paramilitar *Gadapaksi* na década de 1990. Outro líder, Joni Marques, da *Tim Alfa*, em Lautém, estava unido por laços muito antigos ao *Kopassus*. As *ABRI/TNI* procederam a um recrutamento alargado em 1998/99, para formar este núcleo de líderes.<sup>694</sup> Entre o pessoal das milícias contavam-se também timorenses de Timor Ocidental e de Timor Leste no activo ao serviço das *ABRI/TNI*.<sup>695</sup> Alguns aderiram sob coacção, outros motivados por dinheiro e prestígio (ver Capítulo 9: Reconciliação Comunitária).

538. Rapidamente se tornou evidente o papel desempenhado pelos militares na formação destas milícias. Indicador importante era o facto de os principais militares em Timor Leste assistirem às sessões públicas de apresentação dos grupos de milícias.<sup>696</sup> Os próprios líderes das milícias declaravam terem sido armados pelas *ABRI/TNI*.<sup>697</sup> Provas ainda mais definitivas

<sup>†</sup> Em algumas regiões, as milícias eram formadas sob influência de famílias de *liurai*, como a família Carvalho, em Cassa.

<sup>‡</sup> Entre eles contavam-se *Hansip*, *Ratih*, *Wanra* e *Kamra* (Polícia), bem como *TBO* – auxiliares de operações militares.

<sup>‡</sup> As designações dos sectores (A, B e C) reflectiam o comando sectorial orientado para as operações de combate dirigido pelo *Kopassus*, que dividia Timor Leste em três áreas.

foram as declarações proferidas por oficiais de alta patente das *ABRI/TNI*<sup>\*</sup>, afirmando que estavam a armar grupos.<sup>698</sup> O general Wiranto, comandante-em-chefe das Forças Armadas reconheceu a participação das *ABRI/TNI* nas milícias.<sup>699</sup> Este relacionamento tornou-se claro quando, a partir dos finais de 1998, os grupos de milícias começaram a aparecer. Mais tarde, documentos militares provaram de maneira definitiva os fornecimentos de armas às milícias pelas *ABRI/TNI*.<sup>700</sup> Depois, o desertor das milícias Tomás Gonçalves confirmou a participação da unidade de serviços de informação do *Kopassus* e de oficiais-chave militares, nomeadamente Suratman, Sudrajat e Damiri, no recrutamento.<sup>701</sup>

539. A rapidez com que as milícias surgiram, bem como a coerência do seu comportamento, denotavam a presença de uma poderosa força organizadora por detrás desse aparecimento.<sup>702</sup> Eram as *ABRI/TNI*, que, nas condições de abertura proporcionadas pela *Reformasi*, precisavam de uma força que fosse vista a atacar o bem organizado movimento pró-independência de Timor-Leste. As milícias encontravam-se predominantemente armadas com armas rudimentares, entre outras razões para darem a impressão de que eram um movimento espontâneo de base popular. Tratou-se de um enorme logro, uma vez que as *ABRI/TNI* forneceram armas automáticas a pelo menos alguns grupos de milícias, além de apoio logístico e de segurança diverso.<sup>703</sup>

### Apelos de Xanana Gusmão à tolerância

540. Nos finais de 1998, apesar das crescentes tensões provocadas pela violência em Alas, os habitantes de Díli continuaram a manifestar-se abertamente a favor da mudança. No dia 12 de Novembro, os habitantes organizaram a primeira manifestação pública no aniversário do Massacre de Santa Cruz. Nessa noite, as pessoas ficaram em casa e cobriram as ruas de Díli com milhares de velas acesas, em memória dos mortos. A mensagem de Ano Novo de Xanana Gusmão centrou-se na ideia de autonomia transitória do CNRT e pediu contenção nos protestos, apelando para um referendo imediato. Acima de tudo, apelou para a tolerância face às pressões crescentes:

Agora vamo-nos concentrar a dirigir os nossos esforços para conseguirmos: a) o fim das hostilidades militares e b) um clima de maior tolerância política. E isto tem em vista evitar mais vítimas entre timorenses. Os ocupantes armam timorenses e mandam a eles matar os seus irmãos. Ao invés de rangermos de raiva, esforcemo-nos por pensar com certa ponderação política. Estamos a fazer o jogo do colonialista, estamos a dar argumento ao colonialista de que os timorenses estão ameaçados de uma nova guerra civil.<sup>704</sup>

### Negociações sobre o regime de autonomia

541. No dia 18 de Junho, o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio Ali Alatas viajou até Nova Iorque para apresentar a ideia da autonomia ao Secretário-Geral da ONU Kofi Annan. Em Agosto, a Indonésia concordou em participar em conversações tripartidas sobre autonomia especial com a ONU e com Portugal. O Representante Pessoal do Secretário-Geral para Timor Leste, embaixador Jamsheed Marker, conduziu o processo de negociações, cujo objectivo consistia em chegar a acordo sobre um regime de autonomia especial até ao final do ano. O principal obstáculo residia, aparentemente, na seguinte questão: a autonomia proposta seria uma fase na direcção de um acto de autodeterminação, ou um fim em si mesmo? Portugal entendia a autonomia como uma transição no sentido de um acto definitivo de autodeterminação,

---

<sup>\*</sup> O comandante Supardi do Distrito Militar a 28 de Janeiro, e o comandante Adam Damiri, do *Kodam IX*, a 7 de Fevereiro, admitiram terem armado as milícias.

posição genericamente conforme ao há muito definido plano do CNRM/CNRT. A Indonésia tinha um entendimento diferente, considerando a autonomia como uma cedência final, com a qual se encerraria a questão de Timor Leste na cena internacional. De início, as conversações centraram-se sobretudo no conteúdo do regime de autonomia, mais do que nesta questão política.

542. O embaixador Marker procurou também que os líderes timorenses participassem no processo. A partir da sua nomeação em 1997, Marker tentara alargar o âmbito da participação da ONU, expandindo-o além das conversações tripartidas com Portugal e a Indonésia. O Diálogo Intra-Timorense (*AIETD*) resultara deste objectivo e Marker pôde desenvolver relações de trabalho com importantes líderes timorenses. A ONU consultou Xanana Gusmão, José Ramos-Horta e os bispos D. Ximenes Belo e D. Basílio do Nascimento, entre outros, sobre os pormenores de uma matriz de autonomia delineada para a ONU.

543. Nos finais de 1998, as tensões recrudesceram no interior de Timor-Leste. Por um lado, o povo reclamava insistentemente um diálogo político aberto e a realização de um referendo. Por outro lado, os militares insistiam na sua estratégia de armar os grupos de milícias pró-integração para sufocar o movimento do referendo. Começou a tornar-se cada vez mais claro para os principais governos internacionais envolvidos no assunto que um regime de autonomia especial, por si, não bastaria para solucionar o problema.

544. No dia 19 de Dezembro de 1998, o primeiro-ministro australiano John Howard endereçou uma carta ao Presidente Habibie, documento que tem sido encarado como tendo tido um impacto significativo no pensamento do Presidente indonésio. Ao mesmo tempo que reafirmava a preferência da Austrália pela manutenção de Timor Leste como parte da Indonésia, o primeiro-ministro Howard fez uma comparação com os Acordos de Matignon relativos à Nova Caledónia francesa, sugerindo que a Indonésia ponderasse pôr em prática o regime de autonomia especial com um “mecanismo de revisão” que contemplasse a realização efectiva de um referendo alguns anos mais tarde:

Poderá ser útil, portanto, considerar um meio de ir ao encontro do anseio dos timorenses de um acto de autodeterminação, de forma a evitar uma decisão precoce e final sobre o estatuto futuro da província.<sup>705</sup>

545. Esta sugestão de evitar uma solução apressada e definitiva para Timor Leste articulava-se com a posição da ONU, que defendia um período de autonomia de cinco a sete anos. No entanto, a Indonésia interpretou esta missiva como uma importante alteração na política do seu mais firme defensor internacional, uma alteração que reconhecia o direito à autodeterminação dos timorenses. No dia 12 de Janeiro, depois da carta da Austrália se tornar pública, o ministro dos Negócios Estrangeiros Alexander Downer explicou “a nossa preferência seria uma solução ao abrigo da qual Timor Leste tivesse um grau elevado de autonomia, mas continuando a fazer parte integrante da Indonésia, em termos jurídicos.”<sup>706</sup>

546. O Presidente Habibie e o ministro dos Negócios Estrangeiros Ali Alatas envidaram esforços no sentido de concluir as negociações com Portugal antes das eleições parlamentares indonésias marcadas para 7 de Junho de 1999, as quais conduziriam à nomeação de um novo Presidente. O original da carta do primeiro-ministro Howard foi entregue ao Presidente Habibie a 21 de Janeiro. À margem, o Presidente Habibie anotou à mão o seguinte memorando:

---

<sup>705</sup> À época, o Presidente da República da Indonésia não era eleito directamente, mas nomeado pelo *MPR* (Assembleia Consultiva Popular da Indonésia).

Se, passados 22 anos, a população de Timor Leste não se sente unida ao povo indonésio...talvez seja razoável e prudente, desde que a Assembleia Consultiva Popular o decida, que a 27ª província de Timor Leste possa ser honrosamente separada da República Unitária da Indonésia.<sup>707</sup>

547. Muito se tem especulado sobre as causas da mudança do Presidente Habibie e talvez se tenha dado excessiva importância à carta da Austrália e à aparente alteração da sua política. No entanto, parece evidente que o Presidente Habibie teve plena consciência das escassas oportunidades disponíveis para condicionar a solução deste problema antigo, mostrando-se mais aberto à influência das opiniões internacionais liberais do que o seu antecessor e muitas das pessoas que ainda detinham cargos importantes na Indonésia.

548. No dia 27 de Janeiro de 1999, antes sequer de finalizado o quadro de autonomia especial por si proposta, a Indonésia anunciou uma alteração da sua política: iria dar a Timor Leste a oportunidade de rejeitar a sua oferta de autonomia especial. Se os timorenses rejeitassem o regime de autonomia, a Indonésia revogaria a sua lei de Junho de 1976 que integrava o território na República da Indonésia. Quatro poderosos generais das *ABRI/TNI* faziam parte do governo do Presidente Habibie. É um facto notável que eles tivessem aceite esta política sendo a explicação mais provável o estarem confiantes de que seria possível convencer a maioria dos eleitores timorenses a votarem na integração continuada do território na Indonésia.<sup>708</sup>

549. Uma votação definitiva proporcionaria uma resposta firme à questão de Timor Leste, assunto que há muito irritava a Indonésia. O general Wiranto defendeu que não houvesse qualquer período de transição, posição partilhada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, que afirmou:

*Por que razão deverá a Indonésia pagar, se Timor Leste não quiser? Se a nossa proposta for mesmo inaceitável, não vou aceitar alternativas em que eles peçam 5-10 anos e depois um referendo.*<sup>709</sup>

550. Xanana Gusmão foi transferido da prisão de segurança máxima de Cipinang para prisão domiciliária a 10 de Fevereiro de 1999. Embora permanecesse em cativeiro e dispusesse de capacidade limitada para desempenhar um papel pleno na busca de uma solução no interior de Timor Leste, recebeu um grande número de timorenses, indonésios e visitantes internacionais de alto nível na casa que lhe servia de prisão em Salemba, Jacarta, sendo cada vez mais aceite como estadista internacional. Entretanto, numerosos prisioneiros timorenses permaneciam detidos em toda a Indonésia.

### Terror crescente das milícias

551. Nas semanas que antecederam o anúncio feito pelo Presidente Habibie em Jacarta, a 27 de Janeiro, mais de 4 mil pessoas haviam-se refugiado na inacabada Sé Catedral de Suai.<sup>710</sup> Fugiam dos actos violentos perpetrados por um grupo de milícias sediado em Cassa, que se tornaria conhecido como milícia *Mahidi* (*Mati Hidup Integrasi dengan Indonesia*, Vida ou Morte, Integração na Indonésia). Chefiado por Cândia Carvalho, membro da família *liurai* local, este grupo praticou um rol de assassínios brutais tendo como alvo os dirigentes locais do CNRT; num dos piores, ocorrido a 23 de Janeiro de 1999, na pequena localidade de Galitas, uma mulher grávida foi assassinada, com o bebé a ser-lhe arrancado do ventre.<sup>711</sup> Três dias depois, o CNRT escreveu ao Secretário-Geral da ONU:

É verdade que muitos destes “soldados” são timorenses. Trágico para nós, é que tudo isto esteja a ser descrito pelas autoridades como uma guerra civil—timorenses contra timorenses. Temos consciência das divisões existentes na nossa sociedade. Também temos consciência da razão por que essas divisões existem. Não temos recursos nem força para controlar o que está a acontecer.<sup>712</sup>

552. Após as mortes ocorridas em Mauboke (Maubara, Liquiça) e na véspera da matança da Igreja de Liquiça, a 5 de Abril, Xanana Gusmão emitiu um comunicado encolerizado, autorizando uma “insurreição popular generalizada” contra a violência contínua das milícias.<sup>713</sup> No dia seguinte, a milícia matou sessenta refugiados na Igreja de Liquiça, com a presença e participação dos militares e da *Brimob* (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados, secção relativa ao ano de 1999). Oficiais de alta patente do *TNI* tinham sido vistos na igreja imediatamente antes do acontecimento.<sup>714</sup> Então, a milícia matou sete pessoas em Cailaco (Bobonaro), no dia 12 de Abril. Depois de um comício frente à residência do governador, no dia 17 de Abril, durante a qual o líder da milícia *Aitarak*, Eurico Guterres, incentivou a milícia a “capturar e matar (os apoiantes da independência) se necessário”,<sup>715</sup> os membros da milícia percorreram Díli com violência. Em casa de Manuel Carrascalão, mataram 12 pessoas.<sup>716</sup> O ministro dos Negócios Estrangeiros irlandês David Andrews encontrava-se nesse momento reunido em Díli com o comandante militar de Timor Leste, coronel Tono Suratman, e viu-o receber o relatório do massacre sem nada fazer. As milícias atacaram e incendiaram também os escritórios do único jornal do território, *Suara Timor Timur* (*STT*, Voz de Timor Leste). Embora por tradição tivesse sido porta-voz das políticas indonésias, desde finais de 1998, início de 1999, que o *STT* vinha fazendo uma cobertura relativamente neutra da violência galopante e do apoio crescente ao referendo, provocando a ira dos pró-integracionistas ferrenhos. No meio da violência emergente de Abril, membros do clero e freiras católicas organizaram uma marcha à luz de velas pelas ruas de Díli, num esforço para acalmarem a situação.

553. Em todos estes casos, as mortes tiveram em comum os seguintes factores: apoio ou participação directa dos militares, perpetração pelas milícias, apoiantes da independência escolhidos como alvos e recolha sistemática dos cadáveres pelos militares, tornando assim difícil a determinação do total de mortos. Estes padrões são claramente indicativos da participação do *TNI* na condução das operações.<sup>717</sup> Esta violência foi concebida para criar a ilusão de que existia um conflito armado entre timorenses. Os Massacres de Liquiça e de Díli foram mais tarde explicados pelo coronel Suratman como tendo sido provocados por balas disparadas pelos apoiantes pró-independência.<sup>718</sup> No entanto, as investigações provaram não se ter encontrado qualquer caso de vítimas armadas.<sup>719</sup>

554. No dia 20 de Abril, o general Wiranto deslocou-se de avião a Díli para supervisionar a assinatura pelos líderes autonomistas e independentistas de um acordo de paz destinado a cessar as hostilidades. Isto denunciou o facto de que a violência consistira no assassinio de civis desarmados em busca de refúgio, não se tratando de modo algum um conflito entre dois grupos armados. Foi criada a Comissão para a Paz e Estabilidade (*KPS*), na qual tinham lugar representantes dos militares, da polícia e da administração civil.<sup>720</sup> O CNRT e as Falintil também se encontravam representados.

## Acordos de Maio

555. Em Fevereiro de 1999, a ONU agendou uma proposta de plano de autonomia, denominada *SARET* (Região Autónoma Especial de Timor-Leste). A Indonésia manteria sob controlo os negócios estrangeiros, a moeda, a defesa e as finanças, enquanto um Conselho Regional Timorense disporia de amplos poderes legislativos e de controlo sobre a polícia e o

sistema judicial. A presença do *TNI* destinar-se-ia estritamente a funções de defesa externa, devendo o mesmo de outro modo confinar-se aos quartéis.

556. Em Março, a Indonésia pronunciou-se a favor da votação por sufrágio directo, por desejar que a decisão fosse irrecusável e definitiva. Ao acto chamar-se-ia “consulta popular”, de maneira a evitar o termo referendo, uma vez que este implicava a autodeterminação e a escolha soberana do povo de Timor-Leste, que, insistia a Indonésia, já ocorrera através da petição de integração apresentada em 1976 pelo governo provisório de Timor Leste e da Lei nº 7 de 1976, definidoras da integração de Timor Leste como 27ª Província da Indonésia.

557. Face à degradação da situação de segurança, as conversações Portugal-Indonésia sob patrocínio da ONU debruçaram-se sobre questões de segurança relativas ao desarmamento das milícias, à redução dos efectivos do *TNI*, ao acantonamento das Falintil e à criação de uma polícia civil. No entanto, o ministro dos Negócios Estrangeiros Ali Alatas recusou-se a aprovar planos específicos.<sup>721</sup> Os EUA e a Austrália aconselharam o Representante Especial do Secretário-Geral, Jamsheed Marker, a não fazer perigar as negociações ao insistir demasiado nas questões de segurança.<sup>722</sup>

558. No dia 5 de Maio, a Indonésia e Portugal assinaram um conjunto de acordos relativos à concretização do acto de voto. A Indonésia pretendia um resultado antes da reunião de Setembro da sua *MPR*, de maneira a que este pudesse ser ratificado em conformidade com a legislação indonésia. A data aprovada foi o dia 8 de Agosto. Impunha-se assim um calendário apertado e uma margem reduzida de oportunidade. Na redacção aprovada para a votação, perguntava-se aos timorenses se aceitavam ou rejeitavam o regime de autonomia especial proposto para Timor Leste no quadro do Estado Unitário da República da Indonésia. Os acordos sublinhavam a realização de um “votação directa, secreta e universal” (artigo 1º), definindo a responsabilidade de “O Governo da Indonésia será responsável pela manutenção da paz e segurança em Timor Leste de forma a garantir que a consulta popular se realize de uma forma justa e pacífica numa atmosfera livre de intimidação, violência e interferência de qualquer lado” (artigo 3º). Nos acordos definia-se também um período de transição após a votação, com uma presença adequada da ONU em Timor-Leste. As directrizes *SARET* faziam parte integrante do acordo, sendo a ONU responsável por desenvolver uma campanha pública para as divulgar. A Indonésia e Portugal ficavam proibidos de fazer campanha a favor de qualquer opção.

### Medidas de segurança ao abrigo dos Acordos de 5 de Maio

559. Os Acordos de 5 de Maio não conseguiram definir de maneira adequada a responsabilidade pela segurança. A polícia indonésia foi formalmente incumbida da responsabilidade de velar pela segurança. A polícia só fora recentemente separada das forças militares, encontrando-se ainda sob o comando do general Wiranto, ministro da Defesa. Os acordos destacaram 300 elementos desarmados de polícia civil internacional para apoiarem as equipas eleitorais da ONU, número mais tarde aumentado com 50 oficiais de ligação militares, por se entender que estes estariam mais capacitados para lidarem com o *TNI*.

560. Os Acordos exigiam a “neutralidade absoluta do *TNI*,” mas não obrigavam o *TNI* a reduzir o número de efectivos nem a ser desarmado. Afirmavam, vagamente, que a recém-formada *KPS* seria responsável pela “deposição das armas.”<sup>723</sup> José Ramos-Horta, ciente das deficiências destas medidas de segurança, não compareceu à assinatura dos Acordos. Em momento anterior, prevenira por escrito a ONU, através de carta endereçada a Kofi Annan, que Timor-Leste não podia sentir-se seguro “com a ‘protecção’ dispensada pelo mesmo exército e bando de criminosos que havia transformado o país num inferno.”<sup>724</sup> A ONU não desconhecia os perigos referidos nestas palavras e o Secretário-Geral escreveu à Indonésia levantando várias preocupações e mostrando-se disposto a cancelar a votação se as condições de segurança não fossem aceitáveis. No entanto, esta carta era quanto muito informal e as estipulações nela contidas não foram aprovadas pela Indonésia. Assim sendo, a ONU manteve-se numa posição

débil durante todo o processo. Ian Martin, Representante Especial do Secretário-Geral, escreveria mais tarde que, mesmo que um dispositivo de segurança mais forte, “a ONU ter-se-ia visto a braços com o mesmo dilema: prosseguir ou não em condições de segurança que claramente violavam os termos acordados pela Indonésia.”<sup>725</sup>

561. No dia 5 de Maio, o vice-chefe do Estado-Maior do Exército, tenente-general Johny Lumintang, enviou um telegrama ao comando regional de Bali (*Kodam IX Udayana*) solicitando preparativos para planos de evacuação de Timor Leste. Isto conduziu à elaboração de planos de contingência pela polícia e pelos militares para a fase posterior à votação, onde se previa, entre outras coisas, a evacuação de um máximo de 250 mil pessoas de Timor Leste. Estes planos comprovavam a antipatia do *TNI* por um amplo espectro de intervenientes da sociedade civil, entre os quais os líderes independentistas, os estudantes, a Igreja, os observadores internacionais e a ONU, em flagrante contradição com a neutralidade exigida pelos Acordos de 5 de Maio. Nem a polícia nem o *TNI* informaram a ONU sobre a existência destes planos, senão mesmo antes da realização da votação.<sup>726</sup>

---

<sup>725</sup> Os planos operacionais incluíam: a *Operasi Cabut* [Operação “Está Perdido”], a *Operasi Wira Dharma 99* do *Korem* e o plano policial *Operasi Hanoi Lorosae II* [Operação Lembrar Lorosa’e II]. [Colecção da *Yayasan Hak*].

## 3.20 Consulta Popular

### Síntese

562. Os funcionários da ONU começaram a chegar a Timor-Leste em finais de Maio de 1999, para implementar a Missão das Nações Unidas em Timor Leste (UNAMET). Em Junho, o pessoal internacional da UNAMET, colaboradores eleitorais, polícia civil e oficiais de ligação militares, encontravam-se colocados nos treze distritos eleitorais do território. Faltavam menos de quatro meses para a realização da Consulta Popular.

563. O nível de violência, que escalara em Abril, abrandou um pouco com a chegada da ONU e do crescente grupo de jornalistas e observadores internacionais presentes para presenciarem a votação. Porém, os responsáveis pelos massacres de Abril permaneciam à solta e a tensão mantinha-se elevada. Em todo o território continuava a haver grupos de milícias apoiados pelos militares e pela polícia indonésias, tendo sido feitos esforços para legitimá-los no quadro do sistema da administração militar indonésia.

564. Aparentes tentativas de edificação da paz entre representantes pró-independência e pró-autonomia revelaram-se infrutíferas, em parte por não levarem em conta o papel desempenhado pelo *TNI* na violência. As Falintil acantonaram unilateralmente as suas forças, mas as tropas do *TNI* não foram acantonadas, nem as das milícias pró-autonomia. O aparente desarmamento das milícias, pouco antes da votação, foi mais cerimonial do que real.

565. A UNAMET adiou o início do recenseamento dos eleitores devido a razões de segurança, em Junho, e Ian Martin voou até Jacarta para manifestar estas preocupações ao chefe das forças de segurança indonésias, o general Wiranto. O recenseamento eleitoral avançou e, no espaço de 22 dias, recensearam-se 451.792 eleitores.<sup>727</sup>

566. Cerca de 40 mil pessoas haviam sido forçadas a abandonar as suas casas devido à violência ocorrida antes da chegada da UNAMET e, devido à intimidação exercida pelas milícias, essas deslocções continuaram ao longo das semanas que antecederam a votação. A maioria das pessoas forçadas a deslocação interna encontravam-se nos distritos ocidentais de Bobonaro, Covalima e Liquiça, tendo algumas procurado refúgio em Timor Ocidental antes da votação. Num ambiente marcado pela tensão — e, por vezes, pela violência — a campanha decorreu, regra geral, discretamente. Os grupos pró-autonomia organizaram vários comícios de grande dimensão e os apoiantes da independência levaram a efeito um único grande comício, na capital, no penúltimo dia do período de campanha.

567. Inicialmente marcado para 8 de Agosto, o dia da votação foi adiado, para 30 de Agosto. O dia da Consulta Popular amanheceu com os eleitores timorenses fazendo fila junto às secções de voto, em todo o país, muito antes da hora da sua abertura. Uma notável percentagem de 98,6 por cento dos eleitores recenseados exerceram o direito de voto. Depois de votarem, as pessoas regressavam rapidamente a casa evidenciando assim o ambiente de ansiedade reinante.

568. Os votos foram trazidos para Díli, a fim de serem contados. Em algumas zonas, a violência contra os funcionários da ONU e os apoiantes da independência começou pelo final do dia da votação. Nos dias que se seguiram à votação, os ataques desencadeados pelas milícias pró-autonomia intensificaram-se. Por entre crescentes ameaças de violência, a UNAMET anunciou os resultados da Consulta Popular na manhã de 4 de Setembro: uma clara maioria de 78,5 por cento dos timorenses haviam decidido rejeitar a proposta de autonomia especial do território dentro da República da Indonésia, enquanto 21,5 por cento se pronunciaram a favor do regime de autonomia especial.

## Instalação da UNAMET

569. Havia funcionários das Nações Unidas presentes em território de Timor-Leste pouco depois da assinatura dos Acordos de 5 de Maio, com o objectivo de avaliarem a situação e as necessidades de apoio à missão eleitoral. O pessoal da UNAMET começou a trabalhar em finais de Maio e a 4 de Junho a bandeira da ONU era hasteada nas instalações da UNAMET em Díli. O pessoal da UNAMET foi chegando ao longo de Junho — funcionários eleitorais civis, polícias civis desarmados e oficiais de ligação militares desarmados — vindo dos quatro cantos do mundo. Os funcionários timorenses, cujo número se elevou a cerca de 4 mil no dia da votação, desempenharam funções decisivas na área da interpretação, administração e logística, bem como nas funções de apoio eleitoral durante o processo de recenseamento e votação. Trabalharam sob a direcção de Ian Martin, o qual, além de Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para a Consulta Popular em Timor-Leste, era igualmente chefe da Missão da ONU em Timor-Leste (UNAMET).<sup>†</sup> A data inicialmente definida para a votação foi o dia 8 de Agosto, dando origem a um cronograma operacional muito apertado.

## Comissão Eleitoral

570. Nos Acordos de 5 de Maio fazia-se referência a uma Comissão Eleitoral Independente. O Secretário-Geral da ONU nomeou três eminentes peritos internacionais para esta Comissão.<sup>‡</sup> A Comissão era totalmente independente da UNAMET e da ONU, em Nova Iorque, cabendo-lhe a certificação de cada etapa da Consulta Popular. À Comissão cabia igualmente a arbitragem definitiva de todas as queixas ou reclamações relativas ao processo.

571. Os membros da Comissão Eleitoral chegaram a Díli logo que iniciado o processo de recenseamento dos eleitores, observando o processo da consulta em todas as suas fases.

## Escolha

572. A pergunta formulada ao povo timorense durante a votação estava formatada em duas partes, devendo o eleitor escolher uma das opções. Perguntava-se ao eleitor se aceitava ou rejeitava a oferta feita pela Indonésia de um regime de autonomia especial, baseado na proposta Região Autónómica Especial, conhecida como *SARET*. No boletim de voto lia-se:

“Aceita a autonomia especial proposta para Timor Leste integrada no Estado Unitário da República da Indonésia?”  
ou “Rejeita a autonomia especial proposta para Timor Leste, levando à separação de Timor Leste da Indonésia?”

---

<sup>\*</sup> Entre os colaboradores internacionais da UNAMET contavam-se uma equipa eleitoral sediada em Díli e oito responsáveis regionais, assistidos por 20 funcionários profissionais e por cerca de 500 voluntários da ONU, 275 polícias, 15 funcionários políticos, 9 funcionários de informação pública, 271 funcionários administrativos e de apoio e 16 oficiais de segurança, originários de mais de 70 países. Inicialmente não previsto na missão, um grupo adicional de cerca de 50 oficiais de ligação militares chegou em Junho, depois de a comunidade internacional reconhecer o papel decisivo desempenhado pelo *TNI* e a importância de tentar influenciá-las. Ver Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 73 e pp. 80-81.

<sup>†</sup> Ian Martin trabalhara para a ONU e para organizações não governamentais, ocupando altos cargos entre 1985 e 1999. Foi secretário-geral da Amnistia Internacional entre 1986 e 1992, tendo anteriormente sido director do Departamento de Investigação sobre a Ásia e Pacífico desta organização. Ian Martin apresentou depoimento à Comissão sobre o período da UNAMET, durante a Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e Comunidade Internacional, em 15 a 17 de Março de 2003.

<sup>‡</sup> Juiz Johann Kriegler (presidente da Comissão Eleitoral da África do Sul), que presidiu à Comissão, Pat Bradley (responsável eleitoral máximo da Irlanda do Norte) e Bong-Suk Sohn (membro da Comissão Nacional de Eleições da República da Coreia do Sul).

573. Ao abrigo dos Acordos de 5 de Maio, a Indonésia e Portugal estavam proibidos de promoverem qualquer uma das opções. O mandato da UNAMET incluía a obrigação de organizar uma campanha pública de informação para esclarecer o povo timorense sobre os pormenores da oferta de autonomia especial. Essa campanha foi feita através da televisão, da rádio e de publicações impressas.<sup>728</sup>

### Coordenação da Consulta Popular pelo Governo indonésio

574. A Indonésia criou a Força de Intervenção para a Implementação da Consulta Popular em Timor-Leste (*Satuan Tugas Pelaksanaan Penentuan Pendapat di Timor Timur, Satgas P3TT*), hierarquicamente dependente do ministro para a Coordenação dos Assuntos Políticos e Segurança, em Jacarta. O representante dos militares na Força de Intervenção era o major-general Zacky Anwar Makarim, o mais graduado oficial do *TNI* em Timor Leste durante o acto eleitoral. Esta Força de Intervenção era o primeiro ponto de ligação para a UNAMET, cujos colaboradores se reuniam com membros seus quase todos os dias.<sup>729</sup>

### Presença internacional em Timor-Leste

575. Com a presença da ONU em Timor-Leste, a comunidade internacional acorreu em massa ao território, até há pouco tempo praticamente fechado. Grandes contingentes de meios de comunicação internacionais fizeram a reportagem dos preparativos para o acto eleitoral, encontrando-se presentes no terreno representantes dos principais jornais e revistas do mundo. A UNAMET credenciou cerca de 600 jornalistas, no decurso da Consulta Popular.<sup>730</sup>

576. Vários governos estrangeiros importantes mantiveram a situação em Timor-Leste sob estrita vigilância diplomática durante o período da UNAMET. Os EUA criaram um consulado satélite a partir da sua embaixada em Jacarta e uma delegação do Congresso dos EUA visitou Timor Leste em Agosto. A Austrália, em particular, criou um consulado com um grande quadro de pessoal em Díli.

577. Portugal e a Indonésia enviaram, cada um, equipas de observadores com um total de 50 membros, tendo as equipas percorrido todo o território ao longo do período de recenseamento, campanha e preparativos finais para o acto eleitoral.<sup>731</sup> No dia da votação, mantiveram sob observação as secções de voto em todo o território, bem como o escrutínio dos votos em Díli. Além dos observadores oficiais portugueses e indonésios, a UNAMET credenciou quase 2300 observadores que ficaram vinculados a um código de conduta que impunha um comportamento neutro. Cerca de 500 observadores internacionais acompanharam as delegações governamentais representativas da Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Irlanda, Nova Zelândia e Espanha, bem como da União Europeia. Estavam também presentes inúmeros membros de organizações não governamentais e da sociedade civil internacional, indonésia e timorense. Duas ONG, o *Carter Center* e a *IFET* (International Federation for East Timor), mantiveram equipas de observadores nos distritos.<sup>732</sup>

578. Esta presença internacional jamais tivera precedente semelhante na história de Timor Leste. Em especial durante o período de 25 anos da presença indonésia, fora impensável que o território pudesse ter uma tal abertura face à comunidade internacional. Após os meses de violência sangrenta contra civis que conduziram aos Acordos de 5 de Maio, época em que a presença internacional em Timor Leste foi quase nula, a presença de cidadãos internacionais em todo o território assegurou um nível de vigilância que talvez tenha contribuído para reduzir os ataques em larga escala perpetrados pelas milícias ou pelo *TNI*.

## Observadores timorenses e indonésios

579. A UNAMET credenciou para o acto eleitoral cerca de 1.700 observadores não governamentais timorenses e indonésios. Muitos pertenciam a organizações de estudantes e activistas, mas todos foram obrigados a subscrever o código de conduta da UNAMET que estipulava o comportamento neutral dos observadores credenciados.<sup>733</sup> A UNAMET autorizou o CNRT e a organização de cúpula pró-autonomia UNIF (Frente Unida para a Autonomia em Timor Leste) a credenciarem observadores, denominados agentes partidários, para o dia do acto eleitoral e do escrutínio dos votos.

## Segurança durante o acto eleitoral

580. As frágeis condições de segurança existentes em todo o território continuavam a ser a principal ameaça ao processo eleitoral. Embora os militares indonésios e as milícias já não pudessem concretizar abertamente grandes operações militares sem serem observadas pela comunidade internacional, os militares indonésios não desarmaram as milícias nem refrearam a sua presença intimidatória junto das comunidades. No seguimento dos massacres de Abril, na Igreja de Liquiça e em casa de Manuel Carrascalão, em Díli, não foram tomadas quaisquer medidas para investigar e deter as pessoas responsáveis. Prevalencia uma atmosfera de impunidade para os crimes cometidos entre os finais de 1998, inícios de 1999, apesar da presença da ONU e da comunidade internacional.

581. Os Acordos de 5 de Maio haviam conferido formalmente à polícia indonésia a responsabilidade pela segurança durante o acto eleitoral. Esta solução revelou-se totalmente inadequada. Um problema institucional grave era o estatuto de subordinação da polícia ao *TNI*. Embora em Abril de 1999 os comandos militar e da polícia fossem institucionalmente separados, ambos permaneceram sob a autoridade do ministro da Defesa, o general Wiranto. Em questões operacionais, existia uma antiga cultura de domínio do *TNI* sobre a polícia. Uma vez que o *TNI* se manteve posicionado em grande número em todo o território de Timor Leste, a nível comunitário, a sua presença colocava sob grande pressão a polícia, quanto à capacidade desta para actuar com independência como guardiã da lei e da ordem.

582. As forças policiais mostraram repetidamente a sua falta de capacidade, ou de vontade, para controlarem a violência durante o acto eleitoral. Outra possível razão terá sido a presença de um elevado número de agentes da polícia antimotim indonésia, a *Brimob*, que se tornara famosa em Timor Leste pela sua violência e participação em violações dos direitos humanos, ao longo da década de 1990. O número de agentes da polícia, em particular da *Brimob*, foi reforçado durante o período do acto eleitoral, até atingir cerca de 8 mil efectivos.<sup>734</sup> A polícia costumava demonstrar lentidão na resposta a actos de violência que lhe eram comunicados, ou na detenção de perpetradores conhecidos. Esta situação permitiu que se mantivesse a liberdade de acção dada aos perpetradores de violência e intimidação em todo o território. Um exemplo evidente desta afirmação aconteceu quando a polícia nada fez para contrariar o ataque perpetrado pela milícia Ferro Vermelho e Branco (*Besih Merah Putih, BMP*) contra uma caravana humanitária, no dia 4 de Julho, embora tivesse recebido instruções específicas para protegê-la.<sup>735</sup> Situação mais incriminatória, havia polícias repetidas e directamente envolvidos no apoio à violência das milícias. O caso mais flagrante foi o assassinato de Bernardino Augusto Guterres, no dia 26 de Agosto de 1999, morto a tiro pela *Brimob* em Becora, Díli, enquanto as milícias desenvolviam acções agressivas nas redondezas.<sup>736</sup>

583. Os Oficiais de Ligação Militares (*MLO*) da UNAMET não conseguiram obter informação exacta do *TNI* sobre o número nem posicionamento dos militares, embora se calculasse que o número de efectivos dos militares indonésios em Timor-Leste ultrapassaria os 15 mil.<sup>737</sup> Apesar dos esforços envidados por Xanana Gusmão para negociar uma redução dos efectivos do *TNI* e a retirada das restantes tropas para aquartelamentos ao nível dos distritos, os militares

indonésios continuaram a posicionar-se ao nível das aldeias, em todo o território de Timor Leste.<sup>738</sup>

584. Os Acordos de 5 de Maio não haviam estabelecido disposições directamente respeitantes ao acantonamento do *TNI*, das milícias nem das Falintil, ou relativas ao respectivo desarmamento. No entanto, este assunto fora entregue à Comissão para a Paz e Estabilidade (*KPS*), criada pelo general Wiranto a 21 de Abril, após os massacres ocorridos nesse mês em Liquiça e Díli. A *KPS* era responsável “pela cooperação com as Nações Unidas para elaborar um código de conduta, pelo qual todas as partes deviam reger-se durante o período anterior e posterior à consulta, por garantir a deposição das armas e tomar as medidas necessárias à realização do desarmamento.” A *KPS* revelou a sua ineficácia em cumprir na prática esta responsabilidade, apesar do acordo assinado pelos membros da Comissão no dia 18 de Junho, segundo o qual ambos os lados cessariam todos os actos de violência e deporiam todas as armas nas mãos das autoridades.<sup>739</sup>

#### Violência do *TNI*-milícias: Junho/Julho

585. Existem abundantes provas que comprovam ter sido o *TNI* a orientar a campanha pró-autonomia e a violência das milícias.<sup>740</sup>

586. Após os Acordos de 5 de Maio, o *TNI* apresentou as milícias como grupos de defesa civil. O administrador do distrito (*Bupati*) de Díli criou o *Pam Swakarsa* (Grupo de Autodefesa de Iniciativa Própria) no dia 17 de Maio de 1999. A decisão nomeava o governador, o comandante militar provincial (*Danrem*) e o chefe da polícia provincial assessores máximos do *Pam Swakarsa*, sendo Eurico Guterres o seu “comandante operacional”. Entre os 2.650 membros inscritos no *Pam Swakarsa* em Díli, 1.521 pertenciam à *Aitarak*.<sup>741</sup> Isto conferia a esta milícia um grau de legalidade nunca antes possuído.<sup>742</sup> Uma imagem generalizadamente utilizada pela milícia era que um “mar de fogo” se abateria sobre os timorenses que votassem a favor da independência. Antecipando esta previsão, muito antes do referendo, em Junho, o chefe do *TNI* em Timor Leste, coronel Tono Suratman, dizia o seguinte ao programa de actualidades *Sunday*, da televisão australiana:

*Quero transmitir esta mensagem. Se o partido favorável à independência vencer, não vai ser apenas o Governo da Indonésia que terá de tratar da situação posterior. A ONU e a Austrália também vão ter de resolver o problema e, bem, se isso acontecer, não haverá vencedores. Tudo ficará destruído. Timor Leste deixará de existir como existe agora. Vai ser muito pior do que há 23 anos.*<sup>743</sup>

587. Ian Martin prestou depoimento à Comissão sobre as provas reunidas pelo pessoal da UNAMET relativamente às ligações existentes entre o *TNI*, a administração local e os grupos de milícias. Ian Martin observou:

---

<sup>738</sup> A *KPS* integrava dois membros do CNRT/Falintil e dois pró-integracionistas, descritos como partes no conflito, além de membros das forças militares, polícia e administração local indonésias. Não havia representantes da sociedade civil e a ONU foi excluída. Era a Comissão Indonésia dos Direitos Humanos, *Komnas HAM*, que convocava a *KPS*. Ver Martin, *Self-Determination*, pp. 69-70.

*Quando os nossos funcionários começaram a instalar-se nos distritos e subdistritos, começámos a saber mais sobre as actividades das milícias. Rapidamente nos apercebemos de que as milícias haviam sido criadas e armadas pelo TNI e eram por este orientadas, juntamente com a administração local. Tivemos encontros directos com milícias sob formação e orientação do TNI e dissemo-lo em público.<sup>744</sup>*

## Dare II

588. Entre 25 e 30 de Junho, os bispos D. Ximenes Belo e D. Basílio do Nascimento fizeram mais um esforço para congregarem os timorenses apoiantes da independência e da integração. O Encontro de Paz e Reconciliação Dare II realizou-se em Jacarta, permitindo a participação de Xanana Gusmão. Era a primeira vez desde 1975 que se encontrava com José Ramos-Horta, autorizado a comparecer juntamente com outros representantes timorenses pró-independência que viviam no exílio. Embora as discussões se desenrolassem num ambiente de cordialidade, a reunião não definiu um plano de acção para dar continuidade ao diálogo entre as partes, que poderia ter reduzido as animosidades e a violência.

589. Após o encontro Dare II registou-se uma série de ataques das milícias em Timor Leste. No dia 29 de Junho, a milícia *Dadarus Merah Putih* (DMP, Furacão Vermelho e Branco) atacou o escritório da UNAMET em Maliana, e no dia 4 de Julho a milícia *BMP* atacou uma caravana humanitária entre Liquiça e Díli.<sup>745</sup> Ian Martin relatou à Comissão a realização de reuniões regulares entre a UNAMET e membros civis e militares da Força de Intervenção Indonésia, durante as quais ele e os seus colegas exprimiam as suas preocupações. Ian Martin contou à Comissão que no dia 7 de Julho, após estes ataques, se deslocou de avião até Jacarta para um encontro com o general Wiranto, confrontando-o directamente com as provas reunidas pela ONU sobre a relação entre o *TNI* e as milícias.<sup>746</sup>

590. Esta violência e os atrasos por ela provocados causaram um alvoroço de actividade diplomática que, em última análise, acabou por obrigar a Indonésia a melhorar a situação de segurança. No dia 12 de Julho, a Força de Intervenção Indonésia fez uma visita a Timor-Leste, acompanhando o general Wiranto. Em poucos dias, a violência diminuiu e, embora sublinhando que o acto eleitoral poderia ser cancelado a qualquer momento, o Secretário-Geral da ONU deu autorização para que o mesmo fosse em frente.<sup>747</sup>

## Recenseamento eleitoral

591. Os Acordos de Maio definiam 16 de Julho como último dia aceitável para o início do recenseamento eleitoral. Isto porque a Assembleia Consultiva Popular da Indonésia (*MPR*) se iria reunir em Setembro e só ela, ao abrigo do direito indonésio, tinha poder para ratificar o resultado da Consulta Popular. Para que isso acontecesse, o acto eleitoral teria de realizar-se até ao final de Agosto. Sob crescente pressão internacional, o recenseamento dos eleitores iniciou-se, de facto, no dia 16 de Julho.

592. No dia 20 de Julho, Kofi Annan comunicava o seguinte ao Conselho de Segurança:

*Essas actividades [das milícias], que têm provocado a deslocação de numerosos timorenses, privando-os da segurança e liberdades fundamentais, com o claro propósito de influenciar as decisões políticas, continuam a levantar desafios graves à realização de um processo credível de consulta popular.<sup>748</sup>*

593. O Secretário-Geral observava ainda que a actividade do CNRT estava a ser restringida, que havia limitações de acesso aos meios de comunicação social independentes, que a campanha pró-autonomia começara antes do período estabelecido, que os funcionários públicos utilizavam os seus escritórios e fundos em prol da campanha pró-autonomia e que os partidários pró-autonomia exerciam pressões indevidas sobre os funcionários públicos.<sup>749</sup>

594. Em Junho, o clima de medo criado pelas milícias e pelos grupos pró-autonomia obrigara já 40 mil pessoas a abandonarem as suas casas, deslocando-se.<sup>750</sup> Devido à violência contínua, em meados de Julho este número elevava-se para 60 mil (ver Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome). Entre estas pessoas, contavam-se os líderes pró-independência que foram marcados como alvos nas respectivas aldeias natais. Muitos estavam apenas a fugir da violência e da intimidação. Outros procuravam protecção nas cidades maiores de Timor Leste, outros ainda escaparam para a segurança de Timor Ocidental. Perante esta calamitosa situação de segurança, a campanha de formação dos eleitores levada a efeito pela UNAMET sublinhou que o voto seria secreto e recordou o compromisso da ONU em permanecer após o acto eleitoral.

595. Apesar dos problemas e atrasos, o recenseamento eleitoral realizado pela UNAMET quase não sofreu perturbações, recenseando-se nas condições exigidas 451.792 eleitores, em Timor e no estrangeiro. Dadas as circunstâncias, este resultado excedeu em muito as expectativas, demonstrando a determinação do povo de Timor Leste em escolher o seu destino político, mesmo sujeito a intimidações e violência. A Comissão Eleitoral declarou ter sido legítimo o processo de recenseamento, afirmando tratar-se de uma sólida base para a prossecução da Consulta Popular.<sup>751</sup>

## Campanha

### Grupos pró-independência

596. No clima de medo criado pela actividade contínua das milícias ao longo dos primeiros meses de 1999, a direcção do CNRT decidiu optar por uma campanha muito discreta, na convicção de que o nacionalismo timorense construído ao longo de 25 anos de resistência ao regime indonésio tornava desnecessária a campanha em prol da independência. Assim, o CNRT concentrou os seus esforços na Reconciliação de forma a contribuir para criar uma situação de estabilidade e de paz que possibilitasse à UNAMET levar por diante a votação.

597. Em Março de 1999 Xanana Gusmão pedira aos estudantes para assumirem o papel de “motor” da campanha, já que seria demasiado perigoso o próprio CNRT assumir esse papel. Em Abril, o escritório do CNRT em Díli foi destruído pelas milícias e a maior parte dos seus líderes entraram na clandestinidade. Por volta dessa época, 800 estudantes regressaram a Timor Leste das universidades onde estudavam em toda a Indonésia. Muitos grupos estudantis uniram-se sob a bandeira do *Presidium Juventude Loriku Ass'wain Timor Lorosa'e*.<sup>†</sup> Ao regressarem dos estudos na Indonésia, muitos voltaram às suas aldeias natais ou à capital, Díli. Em Díli, os estudantes centraram a sua actividade na coordenação de uma campanha de informação e na publicitação do símbolo do CNRT representado no boletim de voto. Entre as actividades por eles desenvolvidas, são de referir debates sobre a reconciliação, prestação de informação actualizada sobre os preparativos para o acto eleitoral e transmissão das directrizes do CNRT. O meio utilizado consistiu em fotocopiar os boletins, uma vez que, de início, as gráficas não estavam dispostas a correr o risco de imprimirem este material. O Presidium criou igualmente um serviço de rádio, *Matebian Lian* (A Voz de Matebian), o qual, mesmo depois de forçado a entrar na clandestinidade, prosseguiu as suas emissões.

---

<sup>\*</sup> Foram criados centros de voto no estrangeiro em cinco localizações dentro da Indonésia, bem como na Austrália e na Europa.

<sup>†</sup> O Conselho de Solidariedade com os Estudantes de Timor-Leste (ETSSC) foi uma notável e eminente excepção, ao decidir não alinhar pelo CNRT, por entender que este estava marcado pela política partidária de 1975.

598. Devido ao papel desempenhado, os estudantes corriam o risco de represálias e foram efectivamente definidos como alvos durante a campanha.<sup>752</sup> A 20 de Maio, a milícia *Aitarak* matou dois membros do Conselho de Solidariedade Estudantil (*DSMPTT*) em Hera, alegadamente com a participação do *TNI*.<sup>753</sup> A milícia *Laksaur* matou mais dois estudantes em Covalima.<sup>754</sup> Cumprindo as instruções do CNRT, os estudantes não reagiam à violência das milícias. Este comportamento foi decisivo, contribuindo para evitar uma escalada do conflito entre grupos timorenses, que o *TNI* poderia descrever como guerra civil.

599. Xanana Gusmão reuniu-se de 1 a 4 de Julho, com a delegação do CNRT que se encontrava em Jacarta para participar no encontro Dare II e outros membros do CNRT, na casa-prisão em Salemba e formou a equipa para a campanha—a Comissão de Planeamento e Coordenação da Campanha (CPEC). A CPEC reuniu-se em Díli, a 9 de Julho, e definiu o seu plano, baseado numa discreta campanha porta-a-porta, destinada sobretudo a publicitar o símbolo do CNRT e a edificar um sentido de unidade nacional e de estabilidade. A sua bandeira só há pouco tempo havia sido mostrada em Timor-Leste e muitas pessoas ainda não a conheciam. Publicou igualmente o jornal de grande formato *Vox Populi*, com uma tiragem de 1.300 exemplares de dois em dois dias, e produziu um programa de rádio com o mesmo nome.<sup>755</sup>

### **Grupos pró-autonomia activos**

600. No início de 1999, formaram-se várias organizações que vieram a transformar-se na ala política da campanha pró-autonomia. No dia 27 de Janeiro foi criado o Fórum Unido para a Democracia e Justiça (*Forum Persatuan, Demokrasi dan Keadlian, FPDK*), sendo dirigido pelo administrador do distrito de Díli, Domingos Soares. Em Abril, surgia a Frente Popular de Timor Leste (*Barisan Rakyat Timor Timur, BRTT*), liderada pelo antigo presidente da UDT Francisco Lopes da Cruz. Uma terceira organização, a Frente Unida pela Autonomia de Timor Leste (*UNIF Front untuk Otonomi Timor Timur*) nasceu a 23 de Junho.

601. O *FPDK* e as suas organizações irmãs pró-autonomia mantinham estreita ligação entre si e eram financiadas pela administração civil.<sup>756</sup> Costumavam estar presentes nas reuniões tripartidas entre militares, polícia e governo (*Muspida*), apesar de não possuírem qualquer estatuto oficial. Aquando da chegada da UNAMET, já a campanha das milícias e dos grupos pró-autonomia se desenrolava havia algum tempo. As pessoas andavam a ser pressionadas para declararem em público a sua fidelidade à Indonésia, participando em manifestações públicas e hasteando uma bandeira indonésia à frente de casa. Os funcionários públicos eram um alvo desta coerção. O *FPDK* lançou uma campanha para desacreditar a UNAMET, que foi amplamente publicitada na Indonésia e através dos canais diplomáticos indonésios.<sup>757</sup>

602. A formação da *UNIF*, em 23 de Junho, teve por objectivo unir os grupos pró-autonomia sob a cúpula de um único órgão, liderado por vários líderes timorenses pró-integracionistas de importância. Basílio Araújo explicou à Comissão:

A UNIF...*abrange-nos a todos. Tinha uma liderança colectiva [presidium] composta pelo Sr. Lopes [da Cruz, embaixador itinerante da Indonésia e líder do BRTT], pelo Sr. Armindo [Soares, líder da Assembleia Provincial de Timor Leste (DPRD)], pelo Sr. Domingos [Soares, administrador do distrito de Díli e líder do FPK], e pelo Sr. João Tavares [comandante-em-chefe]...do PPI*. Por isso, a liderança colectiva era um único grupo e eu continuei como porta-voz, quando ainda era porta-voz do FPK.<sup>758</sup>

### Administração civil indonésia em Timor-Leste

603. A administração civil de Timor-Leste lançou uma campanha destinada a “socializar” o regime de autonomia especial, em contravenção dos Acordos de Maio, que conferiam essa responsabilidade exclusivamente à UNAMET. O método adoptado era um misto de coerção e de incentivos, tirando partido da influência da administração sobre os seus empregados. Numa carta endereçada aos chefes do serviço civil (*Kepala Instansi Vertikal dan Otonomi*), datada de 28 de Maio de 1999, o governador determinava a demissão obrigatória dos funcionários públicos que participassem em actividades de oposição ao Governo indonésio.<sup>759</sup> Contribuiu igualmente com fundos para as manifestações pró-autonomia organizadas por todo o território, durante as quais as milícias armadas estavam activas e forçavam os habitantes locais a comparecerem.<sup>760</sup>

604. Além das suas actividades de campanha, a administração civil envolveu-se profundamente no financiamento e organização das milícias. Em Maio, o governador José Abílio Osório Soares escreveu aos administradores de distrito (*Bupati*) a solicitar propostas de orçamento para o grupo *Pam Swakarsa* (grupos de defesa civil) e para “despesas associadas...com (o) plano de autonomia”.<sup>761</sup> Cada distrito recebeu uma parte dos fundos governamentais do Programa “Rede de Assistência Social”, que incluíam provavelmente fundos disponibilizados pelo Banco Mundial. A distribuição era aprovada pelo governador e incluída na distribuição de fundos à polícia, a serem despendidos na ‘socialização’ do regime de autonomia.<sup>762</sup>

### Período oficial de campanha

605. A campanha começou oficialmente a 14 de Agosto e foi curta. Em todo o país, elaboraram-se planos dos eventos em colaboração com o pessoal da UNAMET, numa tentativa de organizar as reuniões e as manifestações de modo a evitar confrontos entre apoiantes pró-integração e pró-autonomia. O CNRT não conseguiu abrir sedes em três distritos, devido a ameaças de violência,<sup>†</sup> enquanto noutros distritos foi rapidamente marcado como alvo e teve de encerrar as portas: isso aconteceu, entre outros, em Díli a 17 de Agosto, em Manatuto a 19 de Agosto e em Ainaro a 21 de Agosto.<sup>763</sup> Estudantes e grupos da sociedade civil desempenharam um papel decisivo na campanha pró-independência. Mais tarde, descobriram-se provas documentais de que o TNI identificou o CNRT, o ETSSC e a OJETIL como “forças inimigas” no seu plano de operações para o referendo.<sup>‡</sup><sup>764</sup>

606. Os assassinatos continuaram durante o período de campanha, nomeadamente entre 14 e 16 de Agosto, o que levou o CNRT a pôr fim às suas actividades de campanha nos distritos, a 19 de Agosto, organizando apenas uma última manifestação de campanha em Díli, no dia 25 de Agosto. Milhares de pessoas acorreram a manifestar o seu apoio e, surpreendentemente, Díli

---

<sup>\*</sup> O PPI- Força de Combatentes pela Integração, liderada por João Tavares; era um grupo de cúpula que integrava os antigos grupos paramilitares e os novos grupos de milícias criados em 1999.

<sup>†</sup> Bobonaro, Ermera e Liquiça.

<sup>‡</sup> *Operasi Wira Dharma 1999*.

encontrava-se pacífica. No dia seguinte, contudo, o caos seguiu-se ao comício final dos apoiantes pró-autonomia em Díli. Oito pessoas foram mortas, incluindo Augusto Guterres, o estudante assassinado pela *Brimob* em Becora. Nessa noite, os escritórios da Renetil e do CNRT foram incendiados. Este surto de violência por parte dos apoiantes pró-autonomia assinalou o fim das actividades públicas de campanha em Díli.

#### Degradação da situação de segurança: Agosto

607. Do relato feito pelo comandante militar de Timor Leste, Tono Suratman, sobre o período de campanha ressaltam dois pontos: a insistência da Indonésia para que o *TNI* tivesse responsabilidade pela segurança, contrariamente ao disposto nos Acordos de 5 de Maio que atribuíam especificamente esta tarefa à polícia, e a manutenção da ficção da guerra civil, em lugar de um conflito edificado:

A segurança teve de tornar-se um contributo antes do referendo...A Indonésia, neste caso a polícia e o *TNI*, concretizaram essa segurança e foram responsáveis pelos problemas de segurança e seus derivados, ou seja, os problemas da aplicação da lei...Na minha opinião pessoal, a responsabilidade do *TNI* pela segurança era muito pesada. O tempo disponível para acalmar a situação era tão curto...ao passo que a história da violência intra-timorense tinha 23 anos de idade, ou mais.<sup>765</sup>

608. Ao longo do período de campanha, o *TNI* repetiu o argumento de que as milícias armadas eram uma reacção timorense às Falintil, desvalorizando por completo o papel do *TNI* na sua criação e apoio—e o conflito de 25 anos entre o *TNI* e as Falintil.

609. O facto de o *TNI* descrever de forma distorcida o conflito e de desmentir o seu próprio estatuto de combatente tornou difíceis as negociações de paz e estabilidade. O *TNI* nunca revelou aos *MLO* da UNAMET o número de efectivos que mantinha no território.<sup>766</sup> Perante esta situação, Xanana Gusmão, na qualidade de Comandante-em-chefe das Falintil, exigiu que houvesse um mínimo de redução dos efectivos militares do *TNI* e que este permanecesse confinado aos seus quartéis. Entretanto, o general Wiranto, comandante do *TNI*, exigiu o desarmamento das Falintil. Embora o *TNI* não reduzisse o número de efectivos, as Falintil confinaram-se unilateralmente aos seus locais de acantonamento, com o objectivo explícito de provar que não eram a origem da violência e de convencer o *TNI* a agir em reciprocidade, retirando para os quartéis e desarmando as milícias. No dia 12 de Agosto, todos os 670 militares das Falintil encontravam-se confinados aos locais de acantonamento.

610. No entanto, o *TNI* não retirou os seus militares para os aquartelamentos distritais e os membros das milícias mantiveram livremente uma presença ameaçadora a nível das comunidades, em todo o território. Alguns dias depois de as Falintil terminarem o acantonamento das suas tropas, os líderes das milícias anunciaram que iriam depor as armas. A UNAMET presenciou cerimónias realizadas em quatro distritos, de 16 a 19 de Agosto, durante as quais os membros das milícias entregaram as suas armas de fogo à polícia. Contudo, a UNAMET observou que aquela quantidade de armas “era apenas uma fracção das que se encontravam na posse das milícias.”<sup>767</sup>

---

<sup>765</sup> Os quatro locais de acantonamento das Falintil eram os seguintes: Uaimori (260 efectivos), Atelari, Baucau (70 efectivos), Poetete, Ermera (153 efectivos) e Aiassa, Bobonaro (187 efectivos). Os oficiais de ligação militares (*MLO*) da UNAMET observaram estes locais de acantonamento e encontraram-se com os membros das Falintil. Ver Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 149.

611. Embora os líderes pró-integração acusassem as Falintil de cometerem excessos durante este período, as investigações da UNAMET raramente comprovaram estas acusações. Dois incidentes violentos causados pelos apoiantes pró-independência foram provados. Num deles, os apoiantes da independência mataram um apoiante pró-integração no dia 12 de Julho e um membro da milícia *Aitarak* foi morto em Becora, Díli, a 29 de Agosto.<sup>768</sup>

612. Além das funções desempenhadas na Força de Intervenção de Implementação da Consulta Popular em Timor Leste, o major-general Zacky Anwar Makarim parece ter sido encarregado da tarefa de dirigir a campanha das milícias.<sup>769</sup> No dia 18 de Agosto, uma delegação do Congresso dos EUA testemunhou actos violentos cometidos em Suai e esse testemunho levou à demissão oficial do general Makarim, bem como dos comandantes dos distritos de Bobonaro e Covalima. Os pressupostos justificativos desta demissão, no sentido de que um grupo isolado de oficiais fora responsável pela violência, em nada contribuíram para diminuir os excessos dos militares indonésios, enquanto instituição. No dia 13 de Agosto, o coronel Tono Suratman fora substituído por outro comandante do *Korem* com um currículo ligado ao *Kopassus*, o coronel Noer Muis.<sup>770</sup>

613. No dia 24 de Agosto, o Secretário-Geral da ONU, perante o Conselho de Segurança, citou um testemunho da Comissão Eleitoral Independente, onde se afirmava que o período de campanha eleitoral nunca fora “livre de intimidação, violência ou interferência (ao contrário do exigido pelos Acordos de 5 de Maio)”.<sup>771</sup>

#### Preparativos finais para a votação

614. O período formal de campanha terminou a 26 de Agosto. A UNAMET contratou aproximadamente 4 mil colaboradores timorenses para prestar assistência durante o acto eleitoral nas 200 secções de voto existentes em todo o país.<sup>772</sup> Exigiu-se a todos estes colaboradores que se comportassem de maneira politicamente neutra, tendo como responsáveis membros do pessoal eleitoral internacional. Os grupos de observadores e meios de comunicação social internacionais foram chegando, em grande número, ao longo dos dias que antecederam 30 de Agosto, assegurando que o acto eleitoral em si se realizaria sob vigilância da comunidade internacional.

#### Acto eleitoral

615. O dia 30 de Agosto de 1999 amanheceu como um dia memorável na história de Timor-Leste. Apesar de meses sucessivos de intimidação e violência, as pessoas em todo o país acorreram em multidões para exercerem o seu direito de voto. Muitos vinham vestidos com as melhores roupas e nas áreas rurais gente houve que caminhou durante horas até chegar aos centros de voto. Ao alvorecer, quase 50% dos eleitores recenseados aguardavam no exterior dos centros de voto a sua vez de votar.<sup>773</sup> As pessoas esperaram, com paciência, em longas filas, junto à maioria dos centros de voto e regressaram rapidamente a casa depois de votarem. Os centros de voto permaneceram abertos entre as 6.30h e as 16.00h, embora na maioria dos lugares a votação estivesse terminada ao início da tarde.

616. Os observadores e meios de comunicação social internacionais comentaram a coragem e a dignidade do povo, que após 24 anos de violência não permitiu que a intimidação dos meses anteriores os impedisse de exercer o direito de determinar o seu futuro. Os timorenses afluíram em massa às urnas para votarem, tendo votado 98,6 % dos eleitores recenseados. Em contraste com o surto de violência registado no dia 26 de Agosto, o dia correu calmamente na maioria das zonas. No entanto, as milícias mataram dois colaboradores eleitorais timorenses em Atsabe. Uma testemunha da *Civpol* (Polícia Civil da ONU) testemunhou a presença do *TNI* na cena.<sup>774</sup>

617. Imediatamente após a votação, antes do escrutínio e do anúncio dos resultados, o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, confirmou o entendimento do Governo indonésio, segundo o qual o acto eleitoral fora legítimo:

*Estou muito entusiasmado e satisfeito por dizer que [a votação] constitui efectivamente uma execução pacífica e, logo, justa, da consulta.*<sup>775</sup>

618. Porém, um porta-voz do movimento pró-integração, Basílio Araújo, apresentou uma lista de 37 alegadas violações imputadas ao pessoal da UNAMET, afirmando que o acto eleitoral fora injusto. A Comissão Eleitoral apreciou as objecções dos apoiantes pró-integração, ao longo de um dia e meio de deliberações, a 2 e 3 de Setembro. A Comissão Eleitoral concluiu:

Qualquer que seja o mérito dos protestos individuais, em relação a alegado comportamento incorrecto e/ou parcialidade por parte do pessoal da equipa eleitoral, nenhum deles, por si só ou colectivamente, comprometeu o processo em si.<sup>776</sup>

### Escrutínio e resultados

619. A fim de garantir o sigilo do acto eleitoral, a contagem dos votos realizou-se em Díli. Durante a tarde de 30 de Agosto, o pessoal da UNAMET presente nos centros de voto transportou os boletins de voto para a respectiva sede distrital, sob vigilância da polícia da ONU. Os votos foram guardados de noite, sob vigilância da polícia da ONU, e transportados pelo pessoal da UNAMET e pela polícia da ONU, de helicóptero ou em caravana automóvel, até ao centro de escrutínio de Díli, no dia 31 de Agosto. Em Maliana, o helicóptero que transportava os votos foi alvo de disparos e em Gleno e Atsabe, no distrito de Ermera, houve violência e intimidação perpetradas por grupos de milícias contra as equipas da UNAMET que traziam consigo as urnas de voto.<sup>777</sup> O escrutínio foi centralizado em Díli. Não estava previsto anunciar resultados parciais, a nível distrital ou regional, mas um único resultado referente à totalidade do eleitorado. Este procedimento foi adoptado para garantir a segurança de regiões que, de outro modo, poderiam ser marcadas como alvos devido à sua simpatia política e, também, para contrariar sugestões anteriormente feitas pelo movimento pró-autonomia de que o território poderia ser dividido de maneira a reflectir os resultados regionais.

620. No centro de escrutínio instalado no Museu de Díli, em Comoro, os funcionários eleitorais da UNAMET de todo o país reuniram-se para a contagem dos votos. Os observadores internacionais, incluindo as delegações portuguesa e indonésia, tiveram acesso ao centro de escrutínio e assistiram a todas as etapas do processo. Muitos dos maiores meios de comunicação social internacionais partiram de Timor-Leste logo após o pacífico dia do escrutínio, tal como alguns dos observadores internacionais.

621. A violência das milícias explodiu nos dias que se seguiram ao acto eleitoral. No dia 1 de Setembro, as milícias chegaram a Díli e atacaram apoiantes pró-independência perto do complexo da UNAMET, em Balide. Um homem foi filmado pelos meios de comunicação social internacionais a fugir, tentando salvar a vida, mas sendo capturado e morto à machadada pelas milícias. Centenas de pessoas refugiaram-se na escola ao lado do complexo da UNAMET. Em Ermera, a violência eclodiu e a UNAMET evacuou o seu pessoal para Díli. No dia 2 de Setembro, em Maliana, as milícias cercaram a sede da UNAMET e partiram para uma largada de tiroteio e incêndios de habitações. Dois funcionários timorenses da UNAMET foram assassinados.

622. O escrutínio realizou-se sem interrupções, em condições de segurança que se degradavam em crescendo. A ONU decidiu que o resultado seria anunciado em simultâneo pelo

Secretário-Geral em Nova Iorque, ao princípio da noite de 3 de Setembro, e pelo seu Representante Especial Ian Martin em Díli, na manhã de 4 de Setembro. Após consulta com a Força de Intervenção Indonésia, entendeu-se que um anúncio matinal em Díli permitiria controlar melhor a situação de segurança durante as primeiras horas seguintes, com iluminação natural.<sup>778</sup>

623. Às 9 da manhã, de sábado, 4 de Setembro, Ian Martin leu os resultados do acto eleitoral no Hotel Makhota, em Díli: 21,5% dos eleitores haviam votado a favor do regime de autonomia especial e 78,5% contra. A Comissão Eleitoral preparara a sua decisão final sobre o acto eleitoral:

[A] Comissão pôde concluir que a consulta popular foi isenta, do ponto de vista processual, e conforme os Acordos de Nova Iorque constituindo, conseqüentemente, um reflexo exacto da vontade do povo de Timor-Leste. Não existem dúvidas de que a esmagadora maioria do povo desta terra agitada deseja separar-se da República da Indonésia.<sup>779</sup>

## 3.21 Partida da Indonésia: terra queimada

### Síntese

624. Feito o anúncio do resultado do acto eleitoral, as Nações Unidas apelaram à Indonésia para garantir a segurança no território.<sup>780</sup> Exerceram-se pressões diplomáticas para cumprir este objectivo, mas as disposições relativas à protecção da população timorense ainda eram inadequadas. Os acontecimentos de Setembro e Outubro de 1999 foram sujeitos a dois processos judiciais e vários relatórios de investigação, elaborados por organizações e agências timorenses, indonésias e internacionais, entre elas as Nações Unidas.

625. Sabe-se que os militares indonésios e as milícias mataram entre 1.200 a 1.500 timorenses em 1999, 900 dos quais após o acto eleitoral. Entre eles 400 em homicídios em massa e os restantes em assassínios individuais.<sup>781</sup> As vítimas sofreram mortes brutais, sendo muitas abatidas com catanas. Das que conseguiram escapar, muitas ficaram mutiladas e continuam a sofrer problemas de saúde. Em particular, os assassinos buscaram e executaram dirigentes do CNRT e as suas famílias.<sup>782</sup> Em todo o território registou-se tortura, violência sexual e transferência forçada de populações.<sup>783</sup> Mais de metade da população, 550 mil pessoas, fugiu de casa, incluindo as 250 mil que foram transferidas para Timor Ocidental à força, ou sob intimidação (ver Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome).<sup>784</sup> As milícias mataram pessoas que se refugiaram nas igrejas, encontrando-se padres e freiras entre os alvos procurados. O *TNI* e as milícias desenvolveram então colaboração para concretizarem uma estratégia de violência em massa em todo o território.

626. A atenção do mundo centrou-se no complexo da UNAMET em Díli, onde se refugiaram um pequeno número de funcionários da UNAMET e os poucos jornalistas internacionais ainda presentes no território. Desenvolveu-se então uma frenética actividade diplomática, nos bastidores e por vezes em público, para pressionar a Indonésia a cumprir as suas obrigações de segurança ou a permitir que uma força internacional restaurasse a segurança. Nenhum país se mostrou disposto a actuar para proteger o povo de Timor-Leste sem o consentimento da Indonésia. Os líderes timorenses residentes no exterior desenvolveram esforços no sentido de convencerem as potências mundiais e regionais a intervirem para salvar vidas em Timor-Leste. Nas Nações Unidas, na cimeira da *APEC* que se realizava na Nova Zelândia, em Portugal e em Roma, em Jacarta e na Austrália, os líderes timorenses trabalharam sem parar.

627. Com o *TNI* a dar provas de que não conseguiria controlar a violência e uma equipa do Conselho de Segurança no terreno, em Díli e em Jacarta, o Presidente indonésio Habibie anuiu à intervenção de uma força internacional no dia 12 de Setembro. Uma semana mais tarde, o comandante da Força Internacional para Timor-Leste (Interfet), o major-general australiano Peter Cosgrove, chegava a Díli, seguido pelas suas tropas um dia depois. Ao partir de Timor-Leste, o *TNI* destruiu 70% das suas principais infra-estruturas, habitações e outros edifícios, arrasando aldeias inteiras e saqueando os bens dos timorenses.<sup>785</sup>

628. Xanana Gusmão regressou a Timor-Leste no dia 22 de Outubro e, no dia 25 de Outubro, o Conselho de Segurança da ONU criou a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET), chefiada por Sérgio Vieira de Mello. Tinha pela frente a tarefa de resolver a crise humanitária em Timor-Leste e de reconstruir a sua despedaçada nação.

---

<sup>780</sup> Os mais importantes até à data são talvez os relatórios da Unidade e do Painel de Crimes Graves em Timor-Leste, do Tribunal *Ad hoc* sobre os Direitos Humanos em Timor Leste, em Jacarta, na Indonésia, o relatório da comissão indonésia *KPP-HAM* e o relatório do professor Geoffrey Robinson apresentado ao Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos.

## Violência após o anúncio dos resultados

629. A violência posterior ao acto eleitoral, iniciada ao final do dia 30 de Agosto e crescente durante os dias de escrutínio dos votos, intensificou-se após o anúncio do resultado, a 4 de Setembro. Em Díli, por temor da ameaça de represálias contra o voto favorável à independência, um grande número de pessoas fugiram para Dare, no sopé das colinas por detrás da cidade, ou procuraram refúgio em lugares como o complexo do CICV, a residência do bispo D. Carlos Ximenes Belo, o complexo da Diocese de Díli e a escola adjacente ao complexo da UNAMET. O pessoal da UNAMET retirou-se para o complexo de Balide, após o anúncio do resultado da votação.

630. No dia 5 de Setembro, a milícia *Aitarak*, o *TNI* e a polícia atacaram as instalações da Diocese de Díli, separando o pessoal timorense da UNAMET e os membros do CNRT e matando entre 15 a 20 das 300 pessoas que ali se haviam refugiado.<sup>786</sup> Os militares transferiram os poucos jornalistas restantes e as pessoas deslocadas internamente, que sobreviveram, para o complexo da UNAMET em Balide, onde os cidadãos internacionais deveriam permanecer até serem evacuados. No dia 6 de Setembro, as milícias expulsaram violentamente as 7 mil pessoas que se haviam refugiado no complexo do CICV e na residência do bispo D. Carlos Ximenes Belo, em Lecidere, que depois destruíram. Estas pessoas foram mais tarde levadas para Timor Ocidental, transferência integrada num plano de contingência denominada *Hanoin Lorosae II* (Operação Lembrar Timor Lorosa'e II) posta em prática pela polícia meses antes, como observado supra.

631. Nesse mesmo dia em Suai, na costa Sul, a milícia *Laksaur*, na presença do administrador do distrito e das chefias militares e policiais distritais, matou entre 27 e 200 dos restantes 2 mil refugiados na igreja.<sup>787</sup> Entre os primeiros a serem assassinados havia três sacerdotes, abatidos com catanas por membros da milícia. A posterior exumação dos cadáveres revelou que, entre os mortos, havia crianças e mulheres.<sup>788</sup> As investigações e depoimentos de testemunhas oculares demonstraram a participação de tropas dos batalhões territoriais do *TNI*.<sup>789</sup>

632. O assassinato de sacerdotes católicos revelou que a Igreja Católica havia sido marcada como alvo. A Igreja mantinha há muito tempo uma tensa relação de coexistência com as autoridades indonésias ocupantes, mas foi só durante a violência cometida após o acto eleitoral que os seus colaboradores se transformaram em alvos a abater. Nos dias que se seguiram ao ataque em Suai, o ataque ao clero católico tornou-se um padrão observado noutros distritos. A Comissão ouviu depoimentos de testemunhas oculares, que referiram ataques propósitos a membros do clero, quando estes tentavam evitar a violência:

*Vi o padre Francisco levantar as duas mãos e dizer à milícia: "Basta. Não disparem mais. Somos todos timorenses. Parem." O padre gritou ao ver o número de vítimas que jaziam no solo, mas a milícia não ligou nada aos gritos. Então um milícia...aproximou-se do padre Francisco. Fingiu que abraçava o padre [Francisco], depois escoltou-o até à imagem da Nossa Senhora. Quando regressaram, [ele] disparou sobre o padre. Mas o padre Francisco ainda não estava morto e, por isso, [ele] pegou numa espada e cravou-lha no peito. Foi então que ele morreu.<sup>790</sup>*

633. Com a escalada da tensão e da violência em todo o país, as pessoas começaram a fugir de casa e a refugiar-se nas florestas e nas montanhas. Milhares de pessoas procuraram a protecção das Falintil, nos locais de acantonamento.

634. Em geral, a violência contra as comunidades perpetrada pelo *TNI* e pelas milícias foi mais grave nos distritos ocidentais. Nestes distritos, perto da fronteira com Timor Ocidental, onde havia menos efectivos das Falintil, as ligações entre o *TNI* e as milícias eram mais fortes. No dia 7 de Setembro, o vice-comandante das Falintil, Taur Matan Ruak, desesperado com a situação, ameaçou retaliar a partir da sua base em Uaimori. Falando com Taur Matan Ruak ao telefone, via satélite, Xanana Gusmão proibiu-lhe que o fizesse, fosse qual fosse o custo de vidas humanas e o sofrimento, no pressuposto de que qualquer retaliação conduziria à guerra civil que o *TNI* há tanto tentava engendrar, e do risco que se correria de impossibilitar a intervenção internacional que era a única esperança de salvação.<sup>791</sup> A disciplina das Falintil manteve-se maioritariamente intacta, apesar das enormes provocações. Durante o período posterior ao acto eleitoral, ficaram documentados vários assassinios de apoiantes da independência ou de membros das Falintil, ocorridos na sua maioria nos distritos ocidentais.<sup>792</sup>

### *TNI* assumem controlo formal

635. No dia 4 de Setembro, o *TNI* reorganizou o seu comando de Timor Leste, da responsabilidade do major-general Adam Damiri, da *Kodam IX Udayana*, retirando o controlo formal à polícia. No dia 5 de Setembro, o general Wiranto reuniu-se com os comandantes das milícias e do *TNI* em Timor Leste e, depois, com o bispo D. Ximenes Belo, que pediu ao general Wiranto para controlar as milícias.<sup>793</sup> No dia 6 de Setembro, o Representante Pessoal do Secretário-Geral da ONU, Jamsheed Marker, pressionou a Indonésia a dirigir um convite às forças internacionais, pedido rejeitado com uma recusa violenta. No dia seguinte, o presidente Habibie instaurou a lei marcial, entregando o comando ao major-general Kiki Syahnakri. O novo comandante substituiu as unidades territoriais por tropas da *Kostrad*, no pressuposto teórico de que a actuação das tropas territoriais era movida pelos laços afectivos que as ligavam ao território e que as novas tropas teriam mais probabilidade de agirem com profissionalismo.

636. Os crimes contra a humanidade continuaram a verificar-se, mesmo depois de o *TNI* assumir o controlo formal. Estes ataques caracterizavam-se por um padrão bem definido de assassinios pelas milícias com o envolvimento do *TNI*, frequentemente presente através de oficiais de alta patente. Muitas destas mortes tinham os seguintes elementos comuns: sobrevinham após um período de escalada de violência, dirigiam-se a determinadas pessoas escolhidas como alvos e pareciam obedecer a um procedimento que incluía a eliminação sistemática dos cadáveres por meio de camiões, que segundo os indícios, seriam fornecidos pelos militares.<sup>794</sup> Outros padrões tinham a ver com o tipo de armamento, composto por armas de fogo "artesaniais" (*senjata rakitan*), facas, catanas e algumas armas automáticas.<sup>795</sup> As ameaças, espancamentos, violações e incêndios de habitações ocorridos nos meses anteriores, passaram a ser perpetrados de forma sistemática e em massa. As milícias incendiaram Timor Leste com gasolina fornecida pelos militares, muitas vezes disponibilizada em carros de bombeiros carregados de gasolina nos tanques de água. Os bens saqueados eram carregados em camiões militares. É improvável que um exercício logístico de tal dimensão pudesse ter-se realizado sem o envolvimento do *TNI*.<sup>796</sup>

637. A Comissão recebeu ainda um documento contendo um depoimento relativo aos artefactos e relíquias culturais de Timor-Leste que foram retirados pelas autoridades indonésias do local conhecido por Museu de Díli, em Comoro, durante a violência ocorrida em Setembro de 1999.<sup>797</sup> O Museu fora inaugurado pelas autoridades indonésias em 1995 e em 1999 abrigava uma colecção de cerca de 3.000 objectos, incluindo *tais* antigos (panos de tecelagem tradicional), cerâmica tradicional, cestaria e esculturas sagradas e tradicionais em madeira e em pedra. O documento submetido cita uma entrevista a Virgílio Simith que, em 1999, era membro da direcção do CNRT, responsável pela área cultural. No primeiro governo da RDTL, após 20 de Maio de 2002, Virgílio Simith desempenhou as funções de secretário de Estado da Cultura, Juventude e Desporto. Virgílio Simith afirmou que muitos dos objectos foram levados para o Museu de Kupang, onde se encontram 68 *tais* de Timor-Leste. Ele recorda que, durante as negociações realizadas durante o mandato da UNTAET, sobre as questões pendentes no

relacionamento bilateral entre a Indonésia e Timor-Leste, os representantes indonésios justificaram a remoção dos artefactos “devido ao ambiente político de instabilidade em Timor Leste, os artefactos foram retirados para salvaguarda”. Porém, Virgílio Simith faz notar que compreende que as autoridades em Kupang afirmem hoje que os objectos “foram adquiridos com fundos provenientes do orçamento indonésio e, conseqüentemente, fazem parte do património indonésio”. Virgílio Simith afirmou aos entrevistadores que acredita que muitas das peças, em particular os *tais*, tenham sido vendidos na cidade indonésia de Ubud a partir de 1999.<sup>798</sup>

638. Durante este período, generalizou-se a prática de violência sexual e de escravidão sexual. A Comissão ouviu, em particular, o testemunho de muitas mulheres de Suai, que relataram as suas experiências após o massacre na igreja no dia 6 de Setembro, ao serem conduzidas a uma escola nas proximidades onde foram repetidamente violadas, antes de serem obrigadas a atravessar a fronteira, onde muitas foram mantidas numa situação de escravidão sexual.<sup>799</sup>

639. Os assassinios em Maliana a 8 de Setembro ilustram bem este padrão. Após uma escalada de violência durante vários dias, camiões do *TNI* levaram as milícias até ao quartel distrital da polícia, onde centenas de pessoas se haviam refugiado. Na presença de oficiais do *TNI* e da polícia, as milícias separaram e executaram pelo menos 13 líderes do CNRT, entre as pessoas refugiadas.<sup>800</sup> Treze pessoas que fugiram ao massacre foram perseguidas e assassinadas a golpe de catana no dia seguinte. Dias depois, um incidente semelhante ocorreu, longe da vista, no isolado distrito de Oecusse. A milícia *Sakunar* separou e assassinou líderes do CNRT em Passabe. Depois, veio o assassinio de um total estimado de 170 pessoas, ao longo do mês seguinte, sendo as últimas mortas dois dias antes da tardia chegada da Interfet ao distrito.<sup>801</sup>

### Complexo da UNAMET

640. Enquanto esta violência grassava por todo o território, o pessoal desarmado da UNAMET refugiou-se nas respectivas sedes regionais. No seu depoimento perante a Comissão, Ian Martin relatou a situação vivida no complexo durante este período e os esforços da ONU para mobilizar a intervenção internacional. Referiu-se a ataques directos contra o pessoal e instalações da UNAMET nos distritos, bem como à decisão de retirar as equipas regionais da UNAMET para o complexo de Díli. Um oficial de polícia da ONU foi atingido a tiro por uma arma de alta potência disparada pelas milícias em Liquiça, sendo salvo apenas por trazer vestido um colete à prova de bala; em Baucau, a polícia entreteve-se a disparar armas automáticas durante mais de 20 minutos, ao nível do peito, contra as instalações da UNAMET, onde mais de 70 funcionários haviam procurado refúgio. Quando o pessoal da sede regional de Baucau foi evacuado para o aeroporto, o *TNI* e as milícias tentaram impedir a evacuação dos funcionários timorenses da UNAMET para Díli. A 5 de Setembro, a maior parte das equipas regionais da UNAMET já haviam retirado dos distritos para o complexo de Díli, em Balide. Ian Martin recordou que os funcionários timorenses eram alvos preferenciais, contando à Comissão:

*Os funcionários locais da UNAMET foram dos primeiros a serem assassinados quando as urnas encerraram e nos dias que se seguiram. Sabe-se, ou estima-se, que 15 funcionários timorenses da UNAMET perderam a vida...Peço à Comissão que faça registo especial da coragem demonstrada pelos funcionários locais da UNAMET, sem cuja colaboração as Nações Unidas não poderiam ter cumprido o mandato de levar a efeito o acto eleitoral, que lhes fora atribuído.<sup>802</sup>*

641. Os funcionários da UNAMET ficaram encurralados no complexo de Balide, em Díli. As equipas que saíam do complexo de Díli em busca de acesso a alimentos e água no armazém da UNAMET eram alvo de disparos. O pequeno número de estrangeiros ainda presentes em Díli refugiou-se no complexo, juntamente com vários timorenses em busca de refúgio. Na noite de 5 de Setembro, ouviu-se na escola adjacente ao complexo um tiroteio cerrado com armas automáticas e, depois de 20 minutos sob fogo, o grande número de pessoas refugiadas na escola começou a saltar sobre os muros forrados de arame farpado, para dentro do complexo da UNAMET. Este grupo era composto por cerca de 1.500 pessoas. Havia agora mais de 3 mil pessoas no complexo da UNAMET, com acesso limitado a alimentos, água e condições sanitárias.

642. No dia 6 de Setembro, afora o pessoal da Igreja, não havia praticamente qualquer estrangeiro em Timor-Leste fora do complexo da UNAMET. O *TNI* cercou o complexo com um cordão humano e o primeiro passo no sentido de encerrar Timor-Leste ao mundo exterior fora alcançado. Entre as pessoas retidas no complexo, havia um pequeno número de jornalistas estrangeiros. Por meio de telemóveis e de comunicações via satélite fizeram a sua reportagem para o mundo. No entanto, embora os meios de comunicação social mundiais centrassem a sua atenção no complexo da UNAMET que estava sitiado em Díli, não dispunham de imagens da violência e destruição sistemáticas que nesse momento eram perpetradas em todo o território.

#### Aumento da pressão internacional

643. Os líderes timorenses que se encontravam fora do território desenvolveram uma frenética actividade diplomática no intuito de garantirem a intervenção internacional. No dia 7 de Setembro, Xanana Gusmão foi finalmente libertado da prisão pela Indonésia e entregue à UNAMET, em Jacarta. Para prevenir qualquer tentativa de assassinato, foi levado para a Embaixada Britânica em Jacarta e dali para Darwin, na Austrália. Depois do ataque à sua residência em Díli, o bispo D. Carlos Ximenes Belo fora evacuado para Baucau, e dali para Darwin, a 6 de Setembro, num avião da ONU. De Darwin, o bispo viajou até Roma e Lisboa, em busca de apoio. José Ramos-Horta e outros deslocaram-se a Auckland, na Nova Zelândia, onde dirigentes regionais e mundiais se haviam reunido para a cimeira anual da *APEC*. Em todo o mundo, especialmente na Austrália e em Portugal, manifestações de protesto envolvendo multidões, mobilizadas pelo movimento de solidariedade não governamental e pela diáspora timorense, exigiram a intervenção internacional. Aliadas às imagens pungentes mas limitadas do complexo da UNAMET em Díli, e às mensagens enviadas por jornalistas e por outras pessoas presentes no complexo, a história dominou as notícias internacionais e manteve a pressão sobre a Indonésia e sobre os líderes mundiais, incentivando-os a intervir.<sup>803</sup>

644. O Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, desenvolveu a sua própria diplomacia pessoal de emergência. Os seus primeiros esforços centraram-se na tentativa de obrigar a Indonésia a cumprir as suas obrigações de segurança. O Presidente Habibie opôs-se à ideia proposta pelo Secretário-Geral do envio de uma força internacional de manutenção da paz, apresentada por chamada telefónica directa no dia 5 de Setembro, e, em vez disso, decretou a lei marcial no território. O Secretário-Geral aumentou a pressão sobre a Indonésia, declarando em público que outras medidas teriam de ser ponderadas se a situação não melhorasse em Timor-Leste no prazo de 48 horas.<sup>804</sup>

645. Antes do acto eleitoral e, de novo, no dia 1 de Setembro, Portugal apelara para a mobilização de uma força internacional de manutenção da paz. Desde os finais de 1998 que a Austrália vinha fazendo preparativos discretos para o caso de ser necessária uma intervenção militar, tendo tropas preparadas a intervir a qualquer momento. A Nova Zelândia também fazia preparativos. No entanto, nenhum Estado se mostrou disponível para intervir sem o consentimento prévio da Indonésia.<sup>805</sup> No dia 4 de Setembro, o ministro dos Negócios Estrangeiros australiano, Alexander Downer, manifestou publicamente a disponibilidade da Austrália para liderar uma força internacional de intervenção em Timor Leste, se a Indonésia

concordasse e se recebesse um mandato do Conselho de Segurança da ONU. Kofi Annan e o primeiro-ministro John Howard mantiveram-se em constante contacto relativamente a estes esforços, procurando obter o acordo da Indonésia face a uma tal força internacional e reunir uma coligação com o objectivo de formar uma força que pudesse ser rapidamente posicionada.

646. No dia 5 de Setembro, o Conselho de Segurança da ONU criou uma missão que iria deslocar-se a Jacarta e a Timor-Leste. A missão partiu de Nova Iorque a 6 de Setembro, acompanhada por Francesc Vendrell, Representante Pessoal Adjunto do Secretário-Geral. A missão deu início a reuniões no dia 8 de Setembro. Reuniu-se com o Presidente Habibie, com a sua provável sucessora, Megawati Sukarnoputri, com uma delegação de funcionários da UNAMET que haviam partido do complexo em Díli e voado directamente para Jacarta e com o general Wiranto. Reuniram-se também com Xanana Gusmão, então recentemente libertado. A missão insistiu em deslocar-se a Timor Leste.

647. No dia 10 de Setembro, a Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Mary Robinson, deslocou-se de avião a Darwin para reunir-se com os funcionários e refugiados timorenses entretanto evacuados. Referiu-se em público à necessidade de denunciar e entregar à Justiça os responsáveis pela violência.<sup>806</sup>

648. Entretanto, a reunião dos líderes políticos e económicos mundiais na cimeira da APEC propiciou a criação de um fórum fortuito para discutir a situação. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) fizeram declarações influentes e o presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, escreveu directamente ao Presidente Habibie no dia 8 de Setembro, sublinhando a importância de a Indonésia restaurar a ordem e honrar os resultados da Consulta Popular. A Indonésia, ainda economicamente vulnerável após a crise financeira asiática de 1997, viu-se sujeita a pressões crescentes. Quando o Presidente Bill Clinton, dos EUA, chegou à cimeira, a 11 de Setembro, anunciou a suspensão da venda de armamento à Indonésia. O Reino Unido e a União Europeia fizeram anúncios semelhantes.

649. No dia 11 de Setembro, a missão do Conselho de Segurança deslocou-se a Díli. O general Wiranto voou para Timor Leste, adiantando-se à missão. Quando esta chegou, Díli encontrava-se numa calma relativa, indicando que o *TNI* era capaz de manter a segurança se assim o decidisse.<sup>807</sup> A missão teve uma reunião informativa no quartel-general do *TNI* e encontrou-se com funcionários da UNAMET e com os deslocados timorenses presentes no complexo. Regressou a Jacarta no final desse dia, no momento em que o Conselho de Segurança se reunia em Nova Iorque para ponderar a situação em Timor Leste. A reunião do Conselho de Segurança durou quase seis horas, com cinquenta delegações a intervirem.<sup>808</sup> Os apoios a uma intervenção internacional em Timor-Leste eram fortes, com muitos países a solicitarem a anuência da Indonésia a esta medida.

650. O isolamento da Indonésia relativamente aos acontecimentos em Timor Leste atingira o auge. No dia 12 de Setembro, com a missão do Conselho de Segurança ainda em Jacarta, o Presidente Habibie convocou uma reunião do Conselho de Ministros. No final dessa reunião, telefonou ao Secretário-Geral da ONU e pediu a ajuda das Nações Unidas para restaurar a paz e a segurança em Timor Leste e, imediatamente a seguir, anunciou esta iniciativa perante as redes nacionais de rádio e televisão da Indonésia.

651. Obtido o consentimento da Indonésia, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1264 (1999) a 15 de Setembro, mandatando uma força multinacional com plenos poderes, ao abrigo do Capítulo VII, para restaurar a paz e a segurança em Timor Leste. No seu depoimento à Comissão, Ian Martin declarou que foi só depois de garantido este envolvimento internacional que tomou a decisão de encerrar o complexo da UNAMET em Díli. Relatou à Comissão que,

---

<sup>806</sup> Os cinco membros da missão eram: Martin Andjabal, da Namíbia, o embaixador Jeremy Greenstock, do Reino Unido, o embaixador Danilo Türk, da Eslovénia, o embaixador Hasmy Agam, da Malásia, e o ministro Alphons Hamer, dos Países Baixos, presidente-adjunto do Conselho de Segurança.

alguns dias antes, a 8 de Setembro, recomendara a retirada da UNAMET, contudo na reunião com os funcionários de hierarquia superior estes revelaram estarem dispostos a ficar, enquanto houvesse timorenses consigo no complexo.<sup>809</sup> No dia 10 de Setembro, a primeira evacuação retirou a maior parte dos funcionários da UNAMET, incluindo alguns funcionários timorenses, deixando 80 voluntários a acompanhar os timorenses que se haviam refugiado no complexo. Muitos deles eram colaboradores eleitorais da UNAMET a nível local, certos de que seriam abatidos se ficassem para trás.

652. Quando, a 12 de Setembro, a Indonésia anunciou que aceitaria a intervenção internacional, houve quem temesse que o *TNI* e as milícias tentassem exercer represálias contra os funcionários da UNAMET e os deslocados timorenses que com eles estavam no complexo da UNAMET, antes de a força internacional desembarcar em Díli.<sup>810</sup> Após intensa actividade diplomática, no sentido de obter autorização do Presidente Habibie e do primeiro-ministro Howard para a evacuação dos 1500 deslocados timorenses que se encontravam no complexo da UNAMET, os mesmos foram transportados para Darwin a 14 de Setembro. Ian Martin acompanhou-os nessa viagem. O complexo da UNAMET foi encerrado e uma pequena equipa de 12 funcionários da UNAMET foi transferida para o fortemente fortificado edifício do consulado da Austrália, onde aguardou a chegada da Interfet, cercada por soldados da *Kostrad*.

### Evacuação forçada da população

653. Por detrás dos imensos esforços diplomáticos e das descrições limitadas sobre Timor Leste fornecidas pelas pessoas ainda presentes no complexo da UNAMET, intensificavam-se a destruição e as deslocações forçadas que se haviam iniciado nos dias posteriores ao anúncio. Embora geralmente mais forte e de maior duração nas regiões ocidentais onde as ligações entre o *TNI* e as milícias eram mais fortes, a violência grassou em todo o território.<sup>811</sup>

654. Antes do acto eleitoral, o *TNI* e a polícia haviam planeado uma evacuação em massa da população. Tinham elaborado planos de contingência pormenorizados para salvarem a população da guerra civil que, segundo as previsões da Indonésia, se seguiria à votação. Tratava-se de uma política planeada com antecedência, como debatido supra.<sup>812</sup> As opiniões divergem sobre se esta seria uma evacuação para proteger os timorenses, ou de uma retirada forçada sob intimidação e com violência. Embora algumas pessoas procurassem genuinamente abandonar o território, as condições de violência eram geradas pelo *TNI* e pelas milícias, os mesmos agentes que organizavam a evacuação. Após o acto eleitoral, 250 mil pessoas, ou seja, mais de um quarto da população, foram retiradas de Timor Leste, na sua maioria para Timor Ocidental (ver Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome). Quer os militares quer a polícia participaram na efectivação dessa retirada, tendo os comandos distritais militares e da polícia sido utilizados como pontos de trânsito para a evacuação.<sup>813</sup> Aterrorizadas pela violência e pilhagem das milícias, muitas pessoas procuraram a protecção dos militares e da polícia, sendo posteriormente levadas para Timor Ocidental. Segundo relatos de testemunhas oculares, as pessoas foram expulsas de suas casas pelo *TNI* e pelas milícias, sendo os seus bens destruídos em seguida.<sup>814</sup> As expulsões forçadas continuaram até à chegada da Interfet, no dia 20 de Setembro.<sup>815</sup> Muitos timorenses haviam voado de avião para Java, nos dias imediatamente seguintes ao acto eleitoral, por temerem um surto de violência.

655. Calcula-se que cerca de 300 mil pessoas tenham fugido à violência nas cidades e aldeias, procurando a segurança relativa das colinas no interior de Timor Leste (ver Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome). Por desconfiarem dos militares e da polícia indonésios, muitas pessoas buscaram a protecção nos locais de acantonamento das Falintil nas montanhas. Dezenas de milhares fugiram das grandes cidades, por exemplo, 10 mil abandonaram Ermera, 30 a 40 mil pessoas fugiram de Díli para a zona em redor do complexo da igreja nos contrafortes das colinas junto a Dare. As pessoas que possuíam telemóveis telefonavam para os seus contactos em todo o mundo e, do alto do ponto de observação onde se encontravam,

descreviam a destruição de Díli. Havia escassez de alimentos, água e medicamentos, e o grande medo de um ataque do *TNI* e das milícias.

#### Chegada da Interfet: retirada do *TNI*

656. No dia 19 de Setembro, o comandante da Interfet, o major-general Peter Cosgrove, australiano, o seu vice-comandante tailandês e os responsáveis por outros contingentes nacionais, viajaram de avião até Díli, vindos de Darwin, acompanhados pelo responsável da UNAMET, Ian Martin. No dia 20 de Setembro, as tropas da Interfet chegaram a Timor-Leste.

657. Os militares indonésios já estavam em processo de retirada. Em 20 e 21 de Setembro, o Batalhão 745 retirou de Lautém para Díli, sabendo-se que mataram 17 pessoas ao retirarem (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados). Além dos assassinios perpetrados pelo *TNI* durante o período pós-eleitoral, certos grupos de milícias mantiveram-se activos. No dia 23 de Setembro, as milícias mataram 12 pessoas em Ainaro. No dia 25 de Setembro, cinco dias após a chegada da Interfet a Timor Leste, a há muito enraizada milícia *Tim Alfa*, com ligações ao *Kopassus*, armou uma emboscada e executou, com catanas, os membros de uma caravana humanitária conduzida por freiras católicas, numa curva perto do rio Sika, no distrito de Lautém. Nove pessoas, incluindo cinco membros do clero, um jornalista indonésio e duas outras pessoas foram assassinadas.<sup>816</sup>

658. Sabendo da fúria do *TNI* provocada pela sua intervenção, e consciente do perigo potencial criado pelos grupos de milícias, a Interfet foi-se posicionando cautelosamente. Precisou de um mês para chegar a áreas isoladas como Oecusse. À medida que ia garantindo o controlo de cada área, as pessoas que se haviam refugiado nas montanhas, ou procurado refúgio junto das Falintil, regressavam às ruínas das suas cidades e aldeias. Muitas dessas pessoas que regressavam das montanhas — ou de outros locais de deslocação interna — encontravam-se esfomeadas, doentes e, regra geral, em péssimas condições. No dia 30 de Outubro, os últimos membros dos militares indonésios tinham-se finalmente retirado.<sup>817</sup> O Comandante-em-chefe das Falintil, Xanana Gusmão, compareceu no aeroporto de Díli para se despedir do último contingente militar que partiu.

659. A experiência dos 250 mil refugiados em Timor Ocidental foi completamente diferente da vivida pelas pessoas deslocadas internamente em Timor-Leste. A maioria encontrava-se instalada em acampamentos junto à fronteira e perto de Kupang. A Comissão ouviu o depoimento de uma coligação de organizações não governamentais indonésias de Timor Ocidental que trabalharam com refugiados timorenses.<sup>818</sup> A coligação explicou que nos acampamentos controlados pelo *TNI* e pelos seus auxiliares das milícias, as pessoas viviam sob medo e intimidação. As mulheres e as raparigas encontravam-se particularmente impotentes e vulneráveis. Depoimentos apresentados à Comissão por vítimas do sexo feminino dão testemunho de escravidão sexual às mãos dos membros das milícias.

660. As instalações em Timor Ocidental estavam mal preparadas e não podiam acolher um número tão elevado de pessoas. À sua chegada, muitas pessoas assinavam impressos declarando a sua intenção de se tornarem cidadãos indonésios, aceitando serem reinstaladas noutros lugares da Indonésia. Algumas pessoas afirmaram mais tarde terem assinado esta declaração sob coacção.<sup>819</sup> Os grupos de milícias mantinham a autoridade no interior dos acampamentos e continuaram a marcar como alvos os dirigentes do CNRT. Mau Hodu, que tentou prosseguir o diálogo com a *KPS* após o acto eleitoral, desapareceu em Atambua.<sup>820</sup> Muito depois da Consulta Popular, as milícias continuaram a incomodar e a intimidar os refugiados,

---

<sup>816</sup> Quando atingiu toda a sua dimensão total, a Interfet era composta por aproximadamente 11 mil efectivos, de vinte países diferentes. A Austrália comandava a força, tendo contribuído com 5 mil efectivos. Foram precisos alguns dias até que atingisse a força máxima, encontrando-se de início em inferioridade numérica face ao *TNI*. [Dunn, *East Timor*, p. 361].

espalhando desinformação sobre a situação em Timor Leste. Também incomodavam as pessoas que pretendiam regressar.<sup>821</sup>

## Formação da UNTAET: Resolução do Conselho de Segurança

661. Com a chegada da Interfet, regressou a Timor Leste um número reduzido de funcionários da UNAMET. Os oficiais de ligação militares (*MLO*) foram os primeiros a regressar, seguidos de um pequeno número de funcionários de polícia e dos assuntos civis. A sua preocupação imediata era garantir a segurança e a estabilidade, procurando resolver a urgente crise humanitária. Com a Interfet posicionada e controlando o território, iniciou-se uma gigantesca operação humanitária internacional. Uma conferência de doadores realizou-se em Novembro, em Tóquio, tendo sido recebidas promessas de contribuição no valor de 522 milhões de USD.<sup>822</sup> As agências da ONU, o FMI, o Banco Mundial e as ONG internacionais de ajuda humanitária mobilizaram a ajuda de emergência. O CNRT organizou a sua rede para dar assistência a esta operação. As ONG timorenses desenvolveram actividade em termos de assistência humanitária e coordenação, embora enfrentassem o enorme desafio de conseguirem acompanhar o ritmo quando a gigantesca operação internacional arrancou. A Igreja Católica desempenhou um importante papel de coordenação em muitas áreas.

662. A Indonésia insistiu que mantinha o controlo *de jure* sobre Timor Leste até que o Parlamento tomasse uma decisão formal sobre os resultados do acto eleitoral. No entanto, concordou que as Nações Unidas podiam exercer poderes *de facto*.<sup>823</sup> No dia 19 de Outubro, a Assembleia Consultiva Popular da Indonésia (*MPR*) revogou a lei de 1976 que integrava Timor Leste como província da Indonésia e, no dia 25 de Outubro, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução nº 1272 (1999) que criava a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET), transformando a ONU na autoridade administrativa oficial de Timor Leste.

## Regresso a casa

663. Para os timorenses de leste que estavam em Timor Ocidental, noutras regiões da Indonésia, em Portugal, na Austrália e noutras partes do mundo, para os que haviam sido recentemente deslocados, os que foram libertados de prisões indonésias e os que há muito se encontravam no exílio, a questão que se pôs foi quando e como regressar a casa. De entre os líderes timorenses que se encontravam fora de Timor-Leste, o bispo D. Carlos Ximenes Belo foi o primeiro a voltar, no dia 5 de Outubro, após um mês de ausência do território. Ao regressar, a 22 de Outubro, Xanana Gusmão foi recebido com boas-vindas apoteóticas. Depois de 24 anos passados no estrangeiro, José Ramos-Horta regressou e, depois, voltou à ilha na companhia do recém-nomeado Administrador Transitório das Nações Unidas e Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, Sérgio Vieira de Mello, no dia 1 de Dezembro. Os refugiados timorenses começaram a regressar de Timor Ocidental nos últimos meses de 1999, com a ajuda do ACNUR, da OIM e das ONG internacionais. Outras pessoas, algumas exiladas desde 1975, regressaram para encontrar a sua pátria em cinzas.

664. O direito à autodeterminação fora finalmente respeitado e respeitado pela comunidade internacional, mas só depois de os habitantes de Timor-Leste terem dado provas de enorme coragem face à intimidação e à violência em massa e de terem exercido o seu direito de voto. A tarefa de construção de uma nação baseada no respeito pelos direitos humanos, o Estado de direito e os princípios democráticos, incluindo a justiça pelos crimes contra a humanidade cometidos no passado, é o trabalho e a esperança das gerações actuais e futuras.

---

<sup>1</sup> Dr. Asvi Warman Adam, em artigo intitulado “The History of East Timor in the Indonesian History”, apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.

<sup>2</sup> Luís Filipe F. R. Thomaz, *De Ceuta A Timor*, DIFEL, Lisboa, 1994, p. 598.

<sup>3</sup> James Dunn, *East Timor: A Rough Passage to Independence*, Longueville, 2003, p. 17.

<sup>4</sup> René Pélissier (eds), *Timor en Guerre, Le Crocodile et Les Portugais (1847-1913)*, Pelissier, Orgaral, 2000.

<sup>5</sup> Dr. Subiandro, à época ministro dos Negócios Estrangeiros, dirigindo-se ao Primeiro Comité da Assembleia Geral da ONU, em 1957, citado por Dunn, *East Timor: A Rough Passage to Independence*, Longueville, 2003, pp. 85 e 86.

<sup>6</sup> Geoffrey Robinson, “People’s war: Militias in East Timor and Indonesia”, in *South East Asia Research* 9, 3, pp. 271-318.

<sup>7</sup> Hélio Felgas, *Timor Português*, Agência Geral do Ultramar, 1956, p. 227, citado por Abílio de Araújo, *Timor Leste: Os Loricos Voltaram a Cantar: Das Guerras Independentistas à Revolução do Povo Maubere*, Lisboa, 1977, p. 75.

<sup>8</sup> Ver Geoffrey C. Gunn, *Timor Loro Sae: 500 Years*, Livros do Oriente, Macau, 1999, pp. 95-103.

<sup>9</sup> Dunn, *East Timor: A Rough Passage to Independence*, Longueville, 2003, p. 17.

<sup>10</sup> René Pélissier (eds), *Timor en Guerre, Le Crocodile et Les Portugais (1847-1913)*, Pelissier, Orgaral, 2000.

<sup>11</sup> Peter Hastings, “The Timor Problem”, *Australian Outlook*, (Journal of the Australian Institute of International Affairs), Vol. 29, No 1.

<sup>12</sup> David Scott. Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, Díli, 15 a 17 de Março de 2004.

<sup>13</sup> Dunn, *East Timor: A Rough Passage to Independence*, Longueville, 2003, pp. 19-22.

<sup>14</sup> Ver depoimento de Tomás Gonçalves à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>15</sup> Gunn, *Timor Loro Sa’e*, pp. 235-236.

<sup>16</sup> Rowena Lennox, *Fighting Spirit of East Timor: The life of Martinho da Costa Lopes*, Pluto Press, 2000, p. 62.

<sup>17</sup> Xanana Gusmão, *Timor-Leste: Um Povo Uma Pátria*, Edições Colibri, 1994, p. 3.

<sup>18</sup> Arnold Kohen, *From the Place of the Dead: Bishop Belo and the Struggle for East Timor*, Lion Books, 1999, p. 88.

<sup>19</sup> Lennox, *Fighting Spirit*, p. 63.

<sup>20</sup> Xanana Gusmão, *Timor-Leste: Um Povo Uma Pátria*, Edições Colibri, 1994, p. 3.

<sup>21</sup> Ver Bill Nicol, *Timor: The Stillborn Nation*, Visa Books, Melbourne and Connecticut, 1978, p. 21.

<sup>22</sup> João César das Neves, *The Portuguese Economy: A Picture in Figures XIX and XX Centuries*, Universidade Católica Editora, 1994, pp. 79-84.

<sup>23</sup> ACFOA (Concelho Australiano para a Assistência Externa), *Report On Visit to East Timor*, October 1975, p. 7.

<sup>24</sup> Official records of the General Assembly, Thirtieth Session, Supplement No. 23 (A/10023/Rv.1), chapter VIII, annex, section B, parágrafo 56.

- 
- <sup>25</sup> Thomaz, pp. 686-687; Helen Hill, *Stirrings of Nationalism in East Timor: Fretilin 1974-1978, The Origins, Ideologies and strategies of a nationalist movement*, Oxford Press, 2002, p. 39.
- <sup>26</sup> João Mariano de Sousa Saldanha, *Ekonomi Politik Pembangunan Timor Timur*, Pustaka Sinar Harapan, Jakarta, 1994, p. 57; ver também: Documento de Trabalho sobre Timor, preparado pelo Secretariado da ONU para o Comité Especial de Descolonização, 20 de Novembro de 1975, in Heike Krieger (ed.), *East Timor and the International Community: Basic Documents*, Cambridge University Press, 1997, pp. 18-26.
- <sup>27</sup> *Timor: pequena monografia*, Agência-Geral do Ultramar, Timor: Pequena Monografia, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1965, pp. 47-48.
- <sup>28</sup> Resolução 1807 da Assembleia Geral da ONU (XVII), de 1962, parágrafo 4 c). Ver Heike Krieger (ed.), *East Timor and the International Community: Basic Documents*, Cambridge University Press, 1997, p. 31.
- <sup>29</sup> Bill Nicol, *Timor: The Stillborn Nation*, Visa Books, Melbourne and Connecticut, 1978, p. 21.
- <sup>30</sup> Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor (Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor, CAEPDT), Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 1981, p. 25.
- <sup>31</sup> Norrie MacQueen, *The Decolonization of Portuguese Africa: Metropolitan Revolution and The Dissolution of Empire*, Longman, London, 1997, p.79.
- <sup>32</sup> Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor (Relatório CAEPDT), Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 1981, p. 26.
- <sup>33</sup> Lei nº 7/1974. Ver Heike Krieger (ed.), *East Timor and the International Community: Basic Documents*, Cambridge University Press, 1997, p. 34.
- <sup>34</sup> Ver Lemos Pires, depoimento em vídeo apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>35</sup> Mário Carrascalão, Xanana Gusmão, Francisco Xavier do Amaral, Domingos de Oliveira, João Carrascalão, todos explicaram este ponto nos respectivos depoimentos à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>36</sup> Krieger, pp. 25-29.
- <sup>37</sup> *Ibid.*, pp. 30-31.
- <sup>38</sup> Mário Lemos Pires, *Descolonização de Timor*, Publicações Dom Quixote, 1994, pp. 46-47.
- <sup>39</sup> Relatório CAEPDT, p. 44.
- <sup>40</sup> Domingos Oliveira, antigo secretário-geral do partido político UDT, em depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>41</sup> Ver Mário Lemos Pires, *Relatório do Governo de Timor*, p. 28-30. Ver também depoimentos de Mário Carrascalão e Domingos de Oliveira sobre a UDT, e de Mari Alkatiri, José Ramos-Horta e Francisco Xavier do Amaral sobre a ASDT e a Fretilin, apresentados à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>42</sup> Domingos de Oliveira, depoimento apresentado à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>43</sup> Mário Lemos Pires, *Descolonização de Timor*, Publicações Dom Quixote, 1994, pp. 191-121.
- <sup>44</sup> Ver Lemos Pires, *Relatório*, p. 23; ver também Jill Jolliffe, *East Timor: Nationalism and Colonialism*, The University of Queensland Press, 1978, p. 67.
- <sup>45</sup> Ver entrevista com Paulo Freitas da Silva, Dili, 9 de Julho de 2003; ver também Lemos Pires, *Relatório*, p. 20.
- <sup>46</sup> James Dunn, *East Timor: A Rough Passage to Independence*, 2003, p. 62.

- 
- <sup>47</sup> Ver Dr. José Ramos-Horta, Yusuf Wanandi e James Dunn, depoimentos à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003. O depoimento de Yusuf Wanandi foi apresentado por escrito e lido em público pelo Comissário Nacional, Reverendo Agostinho Vasconcelos.
- <sup>48</sup> Ver Gary Gray, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>49</sup> Dr. José Ramos-Horta, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>50</sup> Francesc Vendrell, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>51</sup> Harold Crouch, *The Army and Politics in Indonesia*, Cornell University Press, Ithaca & London, p. 155; Adam Schwarz, *A Nation in Waiting: Indonesia in the 1990s*, Allen & Unwin, NSW, 1994, p. 20.
- <sup>52</sup> James Dunn, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003; ver também Xanana Gusmão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>53</sup> J.R. Walsh and G.J. Munster, *Documents on Australian Defence and Foreign Policy 1968-1975*, Hong Kong, 1980, pp. 192-193.
- <sup>54</sup> Official Records of the General Assembly, citado em *Decolonisation*, UN Department of Political Affairs, Nº 7, August 1976, p. 41.
- <sup>55</sup> Citado por Jill Jolliffe, *East Timor: Nationalism and Colonialism*, The University of Queensland Press, 1978, p. 66; cópia da carta original no Arquivo da CAVR.
- <sup>56</sup> Department of Foreign Affairs and Trade [DFAT], Wendy Way (ed.), *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor, 1974-76*, University of Melbourne Press, 2000, p.18.
- <sup>57</sup> Ver documento da ONU A/AC 108/L. 13.3, datado de 3 de Dezembro de 1962, citado in John Taylor, *East Timor: The Price of Freedom*, p. 21. Ver também Ken Conboy, *Intel: Inside Indonesia's Intelligence Service*, Equinox Publishing, Singapore, 2004, p. 39.
- <sup>58</sup> Mari Alkatiri, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>59</sup> Entrevista da CAVR a Aloysius Sugianto, antigo oficial da *Opsus*, Jacarta, 24 de Julho de 2003.
- <sup>60</sup> Alocução do embaixador Sani à Assembleia Geral, 13 de Dezembro de 1975, reimpresso em Drs Machmuddin Noor, *Lahirnya Propinsi Timor Timur*, Badan Penerbit Almanak Republick Indonesia, 1977, p. 271 [*O Estabelecimento da Província de Timor Leste*, Publishing Authority Almanac of the Republic of Indonesia].
- <sup>61</sup> James Dunn, *East Timor: A Rough Passage to Independence*, 2003, p. 90. Ver também depoimento de James Dunn apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>62</sup> Sukanto et al, *Integrasi: Kebulatan tekad rakyat Timor Timur*, Yayasan Parikesit, November 1977, p. 97 [*Integração: O Destino do Povo de Timor Leste*, Fundação Parikesit].
- <sup>63</sup> Ver Document 7, Cablegram to Canberra, Jakarta 22 May 1974, in DFAT, Wendy Way (ed.), *Australia and the Indonesian Incorporation of East Timor*, p. 56.
- <sup>64</sup> Ver Document 26, Record of Meeting between Whitlam and Soeharto, State Guest House Yogyakarta, 6 September 1974, 10am, in DFAT, Wendy Way (ed.), *Australia and the Indonesian Incorporation of East Timor*, p. 97.

---

<sup>65</sup> Bilveer Singh, *Timor Timur, Indonesia dan Dunia: Mitos dan Kenyataan*, Institute for Policy Studies, 1998, p. 52. [*Timor Leste: Indonésia e o Mundo: Mitos e Realidade*].

<sup>66</sup> Entrevista da CAVR a Yusuf Wanandi, CSIS, Jacarta, 24 de Julho de 2003.

<sup>67</sup> Mário Carrascalão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>68</sup> José Ramos-Horta, *Timor-Leste: Amanhã em Díli*, Publicações Dom Quixote, 1994, pp. 58-59. Ver igualmente *Funu: The unfinished saga of East Timor*, The Red Sea Press, 1987, pp. 6-7.

<sup>69</sup> Ramos-Horta, *Timor-Leste: Amanhã em Díli*, Publicações Dom Quixote, 1994, pp. 75-76. Também comentou ter-se dito que ele “provocara” os jovens em Bidau a atirarem pedras aos soldados portugueses, acusação que, no seu entender, era absolutamente falsa.

<sup>70</sup> Domingos Oliveira, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>71</sup> *Ibid.*

<sup>72</sup> Francisco Xavier do Amaral, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>73</sup> Lemos Pires, depoimento em vídeo apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>74</sup> Mário Carrascalão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>75</sup> João Carrascalão, Mari Alkatiri, Francisco Xavier do Amaral e Domingos de Oliveira, depoimentos à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>76</sup> José Ramos-Horta, *Timor-Leste - Amanhã em Díli*, Publicações Dom Quixote, 1994, pp. 96-97

<sup>77</sup> Domingos Oliveira, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>78</sup> Xanana Gusmão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>79</sup> Entrevista da CAVR com Tomás Gonçalves, Díli, 23 de Outubro de 2003.

<sup>80</sup> Rogério Lobato, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>81</sup> *Ibid.*

<sup>82</sup> Lemos Pires, *Descolonização de Timor*, Publicações Dom Quixote, 1994, pp. 112-113.

<sup>83</sup> Rogério Lobato, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>84</sup> Mari Alkatiri, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003; ver também Entrevista da CAVR a Nicolau Marito Reis.

<sup>85</sup> Mário Carrascalão e Domingos Oliveira, depoimentos apresentados à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>86</sup> Mari Alkatiri, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>87</sup> *Ibid.*

---

<sup>88</sup> Mário Carrascalão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>89</sup> Domingos Oliveira, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>90</sup> Fretilin, *Manual e Programa Políticos*, p. 9

<sup>91</sup> Mari Alkatiri, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>92</sup> Mário Carrascalão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>93</sup> *Ibid.*

<sup>94</sup> José Ramos-Horta, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>95</sup> João Carrascalão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>96</sup> José Ramos-Horta, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>97</sup> Mário Carrascalão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>98</sup> *Ibid.*

<sup>99</sup> *Ibid.*

<sup>100</sup> João Carrascalão e Mari Alkatiri, depoimentos apresentados à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>101</sup> Mari Alkatiri, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>102</sup> José Ramos-Horta, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>103</sup> Tomás Gonçalves, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>104</sup> Ver, por exemplo, Manuel Duarte, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003; ver também Alexandre da Costa e António Amado, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Massacres, 19 a 21 de Novembro de 2003; ver também Domingos Maria Alves, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, 17 a 18 de Fevereiro de 2003.

<sup>105</sup> Isabel dos Santos Neves, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, 29 a 30 de Março de 2004.

<sup>106</sup> Xanana Gusmão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>107</sup> Mário Lemos Pires, *Descolonização de Timor*, Publicações Dom Quixote, 1994, p. 58.

<sup>108</sup> Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor II, p. 38.

<sup>109</sup> Lemos Pires, depoimento em vídeo apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>110</sup> Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor II, p. 38.

- 
- <sup>111</sup> A. Barbedo de Magalhães, *Descolonização do Ensino em Timor: Um Projecto Que a Intervenção Indonésia Matou à Nascimento*, Porto, Fevereiro de 1997.
- <sup>112</sup> Rogério Lobato, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>113</sup> Lemos Pires, depoimento em vídeo apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>114</sup> Mário Carrascalão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>115</sup> Domingos Oliveira, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>116</sup> Mário Carrascalão e Mari Alkatiri depoimentos apresentados à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>117</sup> Domingos Oliveira, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>118</sup> Lemos Pires, depoimento em vídeo apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>119</sup> Ver “Setelah Townsville,” *Tempo*, 5 May 1975; Conboy, *Kopassus*, p. 208; ver também Ramos-Horta, *Funu*, p. 66.
- <sup>120</sup> Ramos-Horta, *Funu*, p. 64.
- <sup>121</sup> Mário Carrascalão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>122</sup> Domingos Oliveira, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>123</sup> Xanana Gusmão e Mário Carrascalão, depoimentos apresentados à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>124</sup> Domingos Oliveira, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>125</sup> Ver “Indonesia Plans Armed Takeover in Timor,” *The Age*, Melbourne, Austrália, 22 February 1975, citado in Taylor, *East Timor*, p. 40 e nota de rodapé 44; ver também Conboy, *Kopassus*, p. 238.
- <sup>126</sup> Jiwa Atmaja, *TNI Kembali ke Jatidiri: Profesionalisme Kodam IX/Udayana*, p. 74.
- <sup>127</sup> Conboy, *Intel*, p. 90.
- <sup>128</sup> Entrevista da CAVR com Tomás Gonçalves, membro fundador da Apodeti, Díli, 23 de Outubro de 2003.
- <sup>129</sup> Tomás Gonçalves, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>130</sup> Tomás Gonçalves, *ibid.*
- <sup>131</sup> Conboy, *Kopassus*, p. 207.
- <sup>132</sup> Sukanto (ed.), *Integrasi*, Yayasan Parikesit, 1976, pp. 116-134.
- <sup>133</sup> Lemos Pires, *Descolonização de Timor*, Publicações Dom Quixote, 1994, p. 49.
- <sup>134</sup> Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor II, p. 54.
- <sup>135</sup> *Ibid.*, pp.44-46.

- 
- <sup>136</sup> Lemos Pires, depoimento em vídeo apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>137</sup> Ver Document ° 123 in DFAT, *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor 1974-1976*, p. 247.
- <sup>138</sup> Ver Document 26, *Record of Meeting between Whitlam and Soeharto*, State Guest House, Yogyakarta, 6 September 1974, 10am, in DFAT, Wendy Way (ed.) *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor, 1974-76*, p. 96.
- <sup>139</sup> *Ibid.*, p. 97.
- <sup>140</sup> Ver Document 123, *Record of Conversation between Whitlam and Soeharto, Townsville, 4 April 1975*, in DFAT, Wendy Way (ed.), *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor, 1974-76*, p. 245.
- <sup>141</sup> *Ibid.*
- <sup>142</sup> Ver Document 14, Memorandum to Jakarta Canberra 5 July 1974, in DFAT, Wendy Way (Ed.), *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor, 1974-76*, p. 119.
- <sup>143</sup> Ver Document 37, Minute from Woolcott to Renouf, Canberra, 24 September 1974, in DFAT, Wendy Way (ed.), *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor, 1974-76*, p. 111.
- <sup>144</sup> Ver Document 127, Letter from Woolcott to Willesee, Jakarta, 17 April 1975, in DFAT, Wendy Way (ed.), *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor, 1974-76*, p. 253.
- <sup>145</sup> Richard Woolcott, *The Hot Seat: Reflections on Diplomacy from Stalin's Death to the Bali Bombings*, Harpers Collins Publishers, Sydney 2003, p. 306.
- <sup>146</sup> Lemos Pires, *Descolonização*, Publicações Dom Quixote, 1994, pp. 167-168.
- <sup>147</sup> Francisco Xavier do Amaral, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>148</sup> Francisco Xavier do Amaral, *ibid.*
- <sup>149</sup> Entrevista da CAVR com Mari Alkatiri, Díli, Junho de 2004. Ver também depoimento apresentado por Mari Alkatiri à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>150</sup> Mário Carrascalão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>151</sup> Colecção do Arquivo da Segurança Nacional, Memorando das Conversações entre os Presidentes Ford e Suharto, 5 de Julho de 1975, Camp David.
- <sup>152</sup> Woolcott, *The Hot Seat*, p.148
- <sup>153</sup> Domingos de Oliveira e João Carrascalão, depoimentos apresentados à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>154</sup> Lemos Pires, depoimento em vídeo, previamente gravado, apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>155</sup> Tomás Gonçalves, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>156</sup> Entrevista da CAVR a João Carrascalão, Díli, 30 July 2004.
- <sup>157</sup> Ver Document 169, Cablegram to Canberra, Jakarta, 17 August 1975, in DFAT, Wendy Way (ed.), *Australia and the Incorporation of Portuguese Timor, 1974-76*, p. 313,
- <sup>158</sup> João Carrascalão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

- 
- <sup>159</sup> Mário Carrascalão e Domingos de Oliveira, depoimentos apresentados à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>160</sup> Documento submetido à CAVR por Domingos Oliveira, p. 26
- <sup>161</sup> Lemos Pires, *Descolonização de Timor*, Publicações Dom Quixote, 1994, p. 181-231.
- <sup>162</sup> *Ibid.*, p. 204.
- <sup>163</sup> Rogério Lobato, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>164</sup> Mário Carrascalão e Domingos de Oliveira, depoimentos apresentados à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>165</sup> Lemos Pires, depoimento em vídeo, previamente gravado, apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>166</sup> Ver *Relatório da CAEPDT*, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 1981, pp. 186-191; ver também Lemos Pires, *Descolonização de Timor*, Publicações Dom Quixote, 1994, p. 228.
- <sup>167</sup> Lemos Pires, *Descolonização de Timor*, Publicações Dom Quixote, 1994, p. 213.
- <sup>168</sup> *Ibid.*, p. 225.
- <sup>169</sup> Jolliffe, *East Timor: Nationalism and Colonialism*, The University of Queensland Press, 1978, pp. 121-122; ver também Lemos Pires, *Descolonização de Timor*, Publicações Dom Quixote, 1994, p. 205.
- <sup>170</sup> *Relatório do Governo de Timor*, p. 118.
- <sup>171</sup> Entrevista da CAVR a Rogério Lobato, ministro do Interior, 26 de Agosto de 2003.
- <sup>172</sup> Entrevista da CAVR a Lucas da Costa, membro do comité regional da ASDT, Díli, 21 de Junho de 2004.
- <sup>173</sup> Entrevista da CAVR a Rogério Lobato, Díli, 26 de Agosto de 2003.
- <sup>174</sup> Mário Carrascalão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003; Mário Lemos Pires, depoimento em vídeo, previamente gravado, apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003; e Perfil Comunitário da CAVR, Suco de Asucaí Lorosae, subdistrito de Nain Feto, distrito de Díli, 29 de Agosto de 2003.
- <sup>175</sup> Mário Carrascalão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>176</sup> Francisco Xavier do Amaral, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>177</sup> Dunn, *East Timor: A Rough Passage to Independence*, 2003, p. 176.
- <sup>178</sup> Entrevista da CAVR a Elidio Maria de Jesus, 24 de Junho de 2003; ver também testemunhos HRVD n.ºs 03426-01 e 03427-01.
- <sup>179</sup> Adelino Soares, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, 17 a 18 de Dezembro de 2003; ver também Manuel Duarte, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003; ver também entrevista da CAVR a Florentino de Jesus Martins, Ermera, [entrevista não datada].
- <sup>180</sup> Xanana Gusmão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>181</sup> Rogério Lobato, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

---

<sup>182</sup> João Carrascalão e Mari Alkatiri, depoimentos apresentados à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>183</sup> Sobre a participação de altos responsáveis nas violações cometidas pela Fretilin, ver a entrevista da CAVR a Humberto Martins da Cruz, Díli, e a entrevista da CAVR a Francisco Gonçalves; sobre as violações cometidas pela UDT, ver a entrevista da CAVR a João Carrascalão, Díli, 30 de Julho de 2004.

<sup>184</sup> Mário Carrascalão e Rogério Lobato, depoimentos apresentados à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>185</sup> Mário Carrascalão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>186</sup> Tomás Gonçalves, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003; ver também entrevista com Aloysius Sugyianto, Jacarta, 23 de Julho de 2003.

<sup>187</sup> Tomás Gonçalves, *ibid.*; João Carrascalão, *ibid.*; e Padre Francisco Fernandes e Padre Apolinário Guterres, Declaração apresentada ao Quarto Comité da Assembleia Geral da ONU em nome da Comissão dos Refugiados de Timor Oriental, 26 de Outubro de 1979.

<sup>188</sup> Lemos Pires, *Descolonização de Timor*, Publicações Dom Quixote, 1994, pp. 247-248.

<sup>189</sup> Jolliffe, *East Timor*, p. 139; ver também Dunn, *East Timor: A Rough Passage to Independence*, Longueville, 2003, p. 179.

<sup>190</sup> *Relatório da CAEPDT*, p. 230.

<sup>191</sup> Ver *Relatório da CAEPDT I*, pp. 308-11; *Relatório da CAEPDT*, p. 231; Dunn, *East Timor: A Rough Passage to Independence*, Longueville, 2003, p. 184; e Jolliffe, *East Timor*, p.184.

<sup>192</sup> Ver Akihisa Matsuno, “The Balibó Declaration: Between Text and Fact,” in Pedro Pinto Leite [editor], *The East Timor Problem and the Role of Europe*, International Platform of Jurists for East Timor, 1996.

<sup>193</sup> Heike Krieger [editor], *East Timor and the International Community: Basic Documents*, Cambridge University Press, Cambridge, 1997, pp. 70-71.

<sup>194</sup> Mário Carrascalão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003; ver também Jolliffe, *East Timor*, p. 150.

<sup>195</sup> Conboy, *Kopassus*, pp. 211 e 233; ver também Julius Pour, *Benny Murdani: Portrait of a Soldier Statesman*, Yayasan Perjuangan Panglima Besar Sudirman, Jakarta, 1993, p. 390.

<sup>196</sup> Conboy, *Kopassus*, pp. 218-221; ver também: Entrevista da CAVR a Rui Lopes, Camenassa, Covalima, 31 de Outubro de 2003.

<sup>197</sup> Conboy, *Kopassus*, p. 212.

<sup>198</sup> Entrevista da CAVR com Rui Lopes, Camenassa, Covalima, 31 de Outubro de 2003.

<sup>199</sup> “International Committee of the Red Cross, East Timor Relief Operation,” *Report to the ICRC Geneva, 16 September 1976*, p. 1.

<sup>200</sup> Jolliffe, *East Timor*, p. 146.

<sup>201</sup> Jolliffe, *East Timor*, p. 164; ver também Helen Hill, *Stirrings of Nationalism in East Timor*, Otford Press, Sydney, 2001, p. 154.

<sup>202</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Xavier do Amaral, Díli, 18 de Junho de 2004.

<sup>203</sup> Jolliffe, *East Timor*, p. 155; Hill, *Stirrings of Nationalism in East Timor*, p. 197; Dunn, *East Timor: A Rough Passage to Independence*, 2003, p. 271.

<sup>204</sup> Comité Central da Fretilin, comunicado de imprensa, 13 de Setembro de 1975, assinado por Francisco Xavier do Amaral. Arquivo da CAVR.

- 
- <sup>205</sup> *Relatório da CAEPDT*, p. 230.
- <sup>206</sup> Declaração do Comité Central da Fretilin, 16 de Setembro de 1975, documento atribuído a Francisco Xavier do Amaral, mas não assinado. Arquivo da CAVR.
- <sup>207</sup> Dunn, *Timor: A People Betrayed*, Jacaranda Press, NSW, 1983, p. 229.
- <sup>208</sup> Jolliffe, *East Timor*, p. 180.
- <sup>209</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Xavier do Amaral, Díli, 18 de Junho de 2004.
- <sup>210</sup> Ver, por exemplo, testemunhos HRVD n.ºs 02226, 09081 e 08432.
- <sup>211</sup> Ver, por exemplo, João Baptista, 19/08/2003, Aileu, testemunho n.º 05806-01, base de dados PRC da CAVR; e João Soares, 15/05/2003, Ainaro, testemunho n.º 04969-01, base de dados PRC da CAVR.
- <sup>212</sup> Francisco Xavier do Amaral, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>213</sup> Testemunho HRVD n.º 01688.
- <sup>214</sup> Mari Alkatiri, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, como secretário-geral da Fretilin, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>215</sup> *Report on Visit to Portuguese Timor by Senator Gietzelt and K.L. Fry*, p. 4 [Arquivo da CAVR]; ver também Dunn, *East Timor: A Rough Passage to Independence*, 2003, p. 220.
- <sup>216</sup> Mari Alkatiri, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, como secretário-geral da Fretilin, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>217</sup> Ver Senator Gietzelt e Mr KL Fry, *Report on visit to Portuguese Timor*, Setembro de 1975; ver também James Dunn, *Timor: A People Betrayed*, Jacaranda Press, NSW, 1983, p. 187; ver também a entrevista da CAVR com Mari Alkatiri, Díli, 25 de Junho de 2004.
- <sup>218</sup> Moniz da Maia, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>219</sup> Entrevista da CAVR a Mari Alkatiri, secretário-geral da Fretilin, Díli, 25 de Junho de 2004.
- <sup>220</sup> Entrevista da CAVR a Moniz da Maia, Manlewana-Díli, 5 de Dezembro de 2004.
- <sup>221</sup> Entrevista da CAVR a João da Costa, Letefoho-Same, 24 de Junho de 2003.
- <sup>222</sup> José Ramos-Horta, “Timor Leste Amanha Em Díli”, in *De regresso de Jacarta, a cúpula da UDT*, pp. 107-113.
- <sup>223</sup> Entrevista da CAVR a João da Costa, Letefoho-Same, 24 de Junho de 2003.
- <sup>224</sup> *Report on Visit to Portuguese East Timor*, Senator Gietzelt e K.L. Fry, p. 4.
- <sup>225</sup> Rogério Lobato, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>226</sup> Mari Alkatiri, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>227</sup> Entrevista da CAVR a Filomeno Pedro Cabral Fernandes, Díli, 5 de Maio de 2004.
- <sup>228</sup> Testemunho HRVD 03361-01.
- <sup>229</sup> Xanana Gusmão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003; ver também Rogério Lobato, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>230</sup> Entrevista da CAVR com Francisco Xavier do Amaral, antigo presidente da Fretilin, Díli, 18 de Junho de 2004.

- 
- <sup>231</sup> Ver Dunn, *A Rough Passage to Independence*, 2003, p. 211; ver também *Report on Visit to Portuguese East Timor by Senator Gietzelt and K.L. Fry*, p. 3, [Arquivo da CAVR].
- <sup>232</sup> *Report on Visit to Portuguese East Timor by Senator Gietzelt and K.L. Fry*, p. 8.
- <sup>233</sup> Helen Hill, *Stirrings of Nationalism in East Timor*, Otford Press, Sydney, 2001, p. 154.
- <sup>234</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Xavier do Amaral, antigo presidente da Fretilin, Díli, 18 de Junho de 2004.
- <sup>235</sup> Hill, *Stirrings of Nationalism*, 2001, p. 155.
- <sup>236</sup> Hill, *ibid.*, p. 185
- <sup>237</sup> “*ICRC Relief Programme in Eastern Timor*”, 24 de Novembro de 1975, p. 2; ver também Geoffrey Gunn, *Timor Loro Sa'e: 500 Years*, Livros do Oriente, 2000, capítulo 13 “*Colonial Capitalism and Underdevelopment in Post-war Timor.*”
- <sup>238</sup> Ver John G. Taylor, *Perang Tersembunyi: Sejarah Timor Timur yang Dilupakan*, Fortilos, Jakarta, 1998, pp. 1-28. [traduzido de: John G. Taylor, *Indonesia's Forgotten War: The Hidden History of East Timor*, Zed Books, London, 1991.]
- <sup>239</sup> Andre Pasquier ao CICV, Genebra, *Concerning the Situation in East Timor, Report on the activities of the delegation from 1-15 September*, Darwin, 16 de Setembro de 1975.
- <sup>240</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Xavier do Amaral, antigo presidente da Fretilin, Lecidere, 28 de Agosto de 2003.
- <sup>241</sup> Entrevista da CAVR a Moniz da Maia, Manlewana, Díli, 5 de Dezembro de 2003; ver também entrevista com Rafael Nascimento, Aileu, Junho de 2003.
- <sup>242</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Xavier do Amaral, antigo presidente da Fretilin, Díli, 18 de Junho de 2004.
- <sup>243</sup> *Report on Visit to Portuguese East Timor*, Senador Gietzelt and K.L. Fry, p. 6
- <sup>244</sup> ACFOA, “*Report on a Visit to East Timor for the ACFOA Timor Task Force*,” p. 8.
- <sup>245</sup> Hill, *Stirrings of Nationalism*, p. 192.
- <sup>246</sup> Entrevista da CAVR a Lucas da Costa, membro do comité regional da ASDT, Díli, 21 de Junho de 2004.
- <sup>247</sup> *Report on Visit to East Timor for the ACFOA Timor Task Force*, p. 4 and p. 7.
- <sup>248</sup> Shirley Shackleton, “Planting a Tree in Balibó”, in Peter Carey, Ed., *East Timor at the Crossroads*, Cassell, New York, 1995, p. 116.
- <sup>249</sup> Jolliffe, *East Timor*, p. 201.
- <sup>250</sup> Adelino Gomes (jornalista português), película guardada nos arquivos da CAVR.
- <sup>251</sup> Transcrição de entrevista com João Viegas Carrascalão, 13 de Março de 1996, p. 131, “Report on the Deaths of the Australian Based Journalists in East Timor in 1975”, Junho de 1996.
- <sup>252</sup> Van Atta and Toohey, “The Timor Papers, part II” *The National Times*, p. 16.
- <sup>253</sup> Entrevista da CAVR Albino do Carmo, Suai, 31 de Outubro de 2003.
- <sup>254</sup> Budiardjo e Liem, *The War Against East Timor*, Zed Books, London, 1984, p. 21; Conboy, *Kopassus*, pp. 231-232; *Korps Marinir TNI AL, 1970-2000*, Jakarta, Dinas Penerangan Korps Marinir, 2000, pp. 188-189.
- <sup>255</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Xavier do Amaral, antigo presidente da Fretilin, Díli, 18 de Junho de 2004.

- 
- <sup>256</sup> Jolliffe, *East Timor*, p. 201; ver também Mari Alkatiri, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>257</sup> Francisco Xavier do Amaral, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>258</sup> Jolliffe, artigo da AAP, 11 October 1975, quoted by Hill, *Stirrings of Nationalism*, 2001, p. 157.
- <sup>259</sup> Hill, *Stirrings of Nationalism*, p. 197.
- <sup>260</sup> Jolliffe, *East Timor*, pp. 215-16.
- <sup>261</sup> Dunn, *East Timor: A Rough Passage to Independence*, 2003, p. 232.
- <sup>262</sup> Entrevista da CAVR a Adriano João, antigo membro das Falintil em 1975, Díli, Setembro de 2004.
- <sup>263</sup> Jolliffe, *East Timor*, p. 217; Entrevista da CAVR com Mari Alkatiri, secretário-geral da Fretilin, Díli, 25 de Junho de 2004.
- <sup>264</sup> Entrevista da CAVR a Mari Alkatiri, secretário-geral da Fretilin, Díli, 25 de Junho de 2004; ver também Jolliffe, *East Timor*, p. 217; ver também José Ramos-Horta, *Timor-Leste: Amanhã em Díli*, Publicações Dom Quixote, 1994, p.176.
- <sup>265</sup> Entrevista da CAVR a Mari Alkatiri, secretário-geral da Fretilin, Díli, 25 de Junho de 2004; ver também also Jolliffe, *East Timor*, p. 216; ver também Ramos Horta, *Timor-Leste: Amanhã em Díli*, Publicações Dom Quixote, 1994, p.176.
- <sup>266</sup> Hill, *Stirrings of Nationalism*, p. 201.
- <sup>267</sup> Entrevista da CAVR a Manuel Gaspar da Silva, antigo membro das milícias da Fretilin, Uatu-Lari, Viqueque, 19 de Setembro de 2003.
- <sup>268</sup> Hill, *Stirrings of Nationalism*, p. 200.
- <sup>269</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Xavier do Amaral, antigo presidente da Fretilin, Díli, 18 de Junho de 2004.
- <sup>270</sup> Entrevista da CAVR a Mari Alkatiri, Díli, 25 de Junho de 2004.
- <sup>271</sup> Jolliffe, *East Timor*, p. 217.
- <sup>272</sup> Jolliffe, *East Timor*, p. 217; Ramos Horta, *Timor-Leste: Amanhã em Díli*, Publicações Dom Quixote, 1994, p.176.
- <sup>273</sup> Francisco Xavier do Amaral, “*Comrades! Independence or death! We will win,*” tradução em inglês do discurso apresentado na tomada de posse do Conselho de Ministros da República Democrática de Timor-Leste, Díli, 29 de Novembro de 1975, p. 8 [Exemplar no Arquivo da CAVR].
- <sup>274</sup> Entrevista da CAVR a Mari Alkatiri, Díli, 25 de Junho de 2004; ver também a entrevista da CAVR a Lucas da Costa, membro do comité regional da ASDT, Díli, 21 de Junho de 2004; ver também entrevista da CAVR a Francisco Xavier do Amaral, Díli, 18 de Junho de 2004.
- <sup>275</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Xavier do Amaral, Díli, 18 de Junho de 2004.
- <sup>276</sup> Sukanto (ed.), *Integrasi*, pp. 283-284.
- <sup>277</sup> Ver Akihisa Matsuno, “The Balibó Declaration: Between Text and Fact,” in Pedro Pinto Leite [editor], *The East Timor Problem and the Role of Europe*, International Platform of Jurists for East Timor, 1996.
- <sup>278</sup> Mário e João Carrascalão e Domingos de Oliveira; Clementino Amaral e Paulo Freitas; depoimentos apresentados à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003; ver também José Martins, do partido KOTA, numa entrevista com Abuprijadi Santoso publicada em *Jejak-jejak Darah: Tragedi & Pengkhianatan di Timor Timur* [*Vestígios de Sangue: Tragédia e Traição a Timor Leste*], Amsterdam & Yogyakarta: Stichting Inham & Pijar, 1996, pp. 85-86.

- 
- <sup>279</sup> Mário Carrascalão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>280</sup> *East Timor and the International Community: Basic Documents*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, pp. 39-40.
- <sup>281</sup> United Nations Department of Political Affairs, *Trusteeship and Decolonisation*, No. 7, August 1976, p. 44.
- <sup>282</sup> Entrevista da CAVR a Yusuf Wanandi, antigo investigador do CSIS, Jacarta, 24 de Julho de 2003.
- <sup>283</sup> Sukanto, *Integrasi*, p. 276.
- <sup>284</sup> *Ibid.*, pp. 289-291.
- <sup>285</sup> “Malik Warns,” *The Canberra Times*, 3 December 1975, citado in Jolliffe, *East Timor*, pp. 225-226.
- <sup>286</sup> Ver, por exemplo, Document 206, Cablegram to Canberra, Kuala Lumpur, 2 September 1975, in DFAT, Wendy Way (ed.), *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese East Timor*, Documento nº 206, pp. 468-470.
- <sup>287</sup> Ver Dunn, *East Timor: A Rough Passage to Independence*, 2003, pp. 152, 155 e 157; ver também telegrama da Embaixada dos EUA em Surabaya para a Embaixada dos EUA em Jacarta, de 20 de Fevereiro de 1975; memorando 6362-x dirigido a Henry Kissinger pelo Conselho Nacional de Segurança, 30 de Dezembro de 1974; Telegrama do Departamento de Estado dos EUA, Embaixada dos EUA em Jacarta para o secretário de Estado em Washington, 21 de Agosto de 1975.
- <sup>288</sup> *Decolonization*, p. 30; ver também Jolliffe, *East Timor*, p. 217.
- <sup>289</sup> Dunn, *East Timor: A Rough Passage to Independence*, 2003, p. 276.
- <sup>290</sup> Dunn, *ibid.*, p. 236.
- <sup>291</sup> Telegrama da Embaixada dos EUA em Jacarta para o secretário de Estado em Washington, reunião Ford-Suharto, 6 de Dezembro de 1975.
- <sup>292</sup> Entrevista da CAVR com Francisco Xavier do Amaral, Dili, 18 de Junho de 2004; reiterado por Mari Alkatiri e Francisco Xavier do Amaral, depoimentos apresentados à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>293</sup> Jolliffe, *East Timor*, p. 226.
- <sup>294</sup> Jolliffe, *ibid.*, p. 227.
- <sup>295</sup> Ver David Scott, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 Março de 2003.
- <sup>296</sup> Entrevista da CAVR com Mari Alkatiri, Dili, 25 de Junho de 2004.
- <sup>297</sup> Jolliffe, *East Timor*, p. 232.
- <sup>298</sup> Depoimento apresentado pelo Dr. Kenneth Chan à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, Dili, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>299</sup> Telegrama de Francisco Xavier do Amaral ao Presidente dos EUA Gerald Ford, Dili, 5 de Dezembro de 1975.
- <sup>300</sup> Telegrama da Embaixada dos EUA em Jacarta para o secretário de Estado, em Washington, ‘Reunião Ford-Suharto’, 6 de Dezembro de 1975.
- <sup>301</sup> Drs Machmuddin Noor, Drs Slamet Moeljono, Ir Sujamto, Drs H. Soemarno, *Lahirnya Propinsi Timor Timur*, [*The Birth of Province of East Timor*] Badan Penerbit Almanak Republik Indonesia, Jakarta, 1977, p. 83.
- <sup>302</sup> Machmuddin, *Lahirnya*, p. 82.

- 
- <sup>303</sup> Dunn, *East Timor: A Rough Passage to Independence*, 2003, p. 251.
- <sup>304</sup> Telegrama dirigido por Mari Alkatiri ao Conselho de Segurança da ONU, distribuído ao Conselho de Segurança no dia 8 de Outubro, citado in Telegrama enviado pela Missão dos EUA na ONU, em Nova Iorque, ao secretário de Estado, em Washington, *Cables to Security Council about Portuguese Timor from Fretilin*, 11 de Outubro de 1975.
- <sup>305</sup> Dunn, *East Timor: A Rough Passage to Independence*, 2003, p. 196.
- <sup>306</sup> Ver Van Atta and Toohey, p. 15; ver também Ken Conboy, *Kopassus*, Equinox Publishing, Jakarta, 2003, p. 231.
- <sup>307</sup> Hendro Subroto, *Eyewitness to the Integration of East Timor*, Pustaka Sinar Harapan, Jakarta, 1997, p. 147.
- <sup>308</sup> Depoimento apresentado pelo Dr. Asvi Warman Adam à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>309</sup> Ver Subroto, *Eyewitness*, p. 137-138 and *Korps Marinir*, p. 190.
- <sup>310</sup> Subroto, *Eyewitness*, p. 142.
- <sup>311</sup> *Korps Marinir* p. 190; ver também Subroto, *Eyewitness*, p. 137.
- <sup>312</sup> Subroto, *Eyewitness*, p. 137, 150; ver também M. Saleh Kamah, *Seroja*, p. 106; ver também *Korps Marinir*, p. 191.
- <sup>313</sup> Pour, *Murdani*, p. 398; ver também James Dunn, *Timor: A People Betrayed*, 1996, p. 282.
- <sup>314</sup> Subroto, *Eyewitness*, p. 154.
- <sup>315</sup> Conboy, *Kopassus*, p. 243.
- <sup>316</sup> John G. Taylor, *East Timor: Indonesia's Forgotten War*, Zed Books, London, 1991, p. 70.
- <sup>317</sup> Subroto, *Eyewitness*, p. 170.
- <sup>318</sup> Subroto, *Eyewitness*, p. 174.
- <sup>319</sup> Entrevista da CAVR a Carlos Maria Soares, Díli, 27 de Dezembro de 2003.
- <sup>320</sup> George Aditjondro, *In the Shadow of Mt Ramelau: The Impact of the Occupation of East Timor*. Leiden, INDOC, Netherlands, 1994, p. 87.
- <sup>321</sup> Pour, *Moerdani*, p. 325.
- <sup>322</sup> Memorando do Conselho Nacional de Segurança para Brent Scowcroft, de Clinton E Granger, *Indonesian Use of MAP Equipment in East Timor*, 12 de Dezembro de 1975.
- <sup>323</sup> José Ramos-Horta, 'Timor Leste Amanhã Em Díli', from *De regresso de Jacarta, a cúpula da UDT*, p. 113.
- <sup>324</sup> *Pernyataan Pemerintah Tentang Timor Portugis*, Antara, 9 de Dezembro de 1975. [Declaração do Governo (indonésio) sobre Timor Português].
- <sup>325</sup> *Pernyataan Pemerintah Indonesia Tentang Timor Portugis*, Antara, 15 de Dezembro de 1975.
- <sup>326</sup> Ver, por exemplo, M. S. Kamah, *Catatan dari Díli*, [*Notes from Díli*] Antara, 19 de Dezembro de 1975.
- <sup>327</sup> Depoimento apresentado pelo Dr. Asvi Warman Adam à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>328</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Calsonha, 13 de Agosto de 2004, Díli; entrevista da CAVR a Kuo Nhen (Konngeng) Lay, nome de guerra Mali Sera, Díli, 23 de Fevereiro de 2004. Ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados.
- <sup>329</sup> Entrevista da CAVR a Alexandrino do Rego, antigo trabalhador hospitalar, Díli, 4 de Fevereiro de 2004.

- 
- <sup>330</sup> Entrevista da CAVR a Frederico dos Santos Almeida, Díli, 29 de Agosto de 2003.
- <sup>331</sup> Entrevista da CAVR a Kuon Nhen (Konneng) Lay, nome de guerra Mali Sera, Díli, 23 de Fevereiro de 2004
- <sup>332</sup> Subroto, *Eyewitness*, p. 182.
- <sup>333</sup> Depoimento apresentado por Felismina dos Santos Conceição à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Massacres, 19 a 21 de Novembro de 2003.
- <sup>334</sup> Ver entrevista da CAVR a Francisco Soriano, Díli, 3 de Julho de 2004; ver também Testemunho HRVD nº 25666; ver também entrevista da CAVR a Francisco da Cunha, Díli, 3 de Fevereiro de 2004.
- <sup>335</sup> Testemunho HRVD nº 9471-02; ver também entrevista da CAVR a Domingos Freitas, Díli, 29 de Junho de 2004.
- <sup>336</sup> Ver, por exemplo, os depoimentos de Xanana Gusmão e Francisco Xavier do Amaral como intervenientes históricos, apresentados à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>337</sup> Xanana Gusmão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>338</sup> Depoimentos apresentados por Tomás Gonçalves, interveniente histórico, e Clementino Amaral, representante do partido KOTA, à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>339</sup> Telegrama, Missão dos EUA na ONU, em Nova Iorque, ao secretário de Estado, em Washington, *Portuguese Timor: Further Messages to United Nations from Fretilin*, 18 de Dezembro de 1975.
- <sup>340</sup> Pour, *Moerdani*, pp. 398-399.
- <sup>341</sup> Depoimento apresentado por David Scott à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>342</sup> Telegrama, Missão dos EUA na ONU, em Nova Iorque, ao secretário de Estado, em Washington, *Portuguese Timor—Letter to President of UNSC from Fretilin*, 4 de Fevereiro de 1976; ver também Telegrama, Circular do Departamento de Estado dos EUA, *Timor*, 29 de Janeiro de 1976; ver também depoimento apresentado por David Scott à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>343</sup> Telegrama, Missão dos EUA na ONU, em Nova Iorque, ao secretário de Estado, em Washington, *Text of letter to President of UNSC from Fretilin*, 4 de Fevereiro de 1976.
- <sup>344</sup> Ver depoimento apresentado por Francesc Vendrell à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2003.
- <sup>345</sup> Drs Machmuddin Noor, et al, *Lahirnya Propinsi Timor Timur*, Badan Penerbit Almanak Republik Indonesia, 1977, p. 26.
- <sup>346</sup> Noor, *Lahirnya*, p. 29.
- <sup>347</sup> Noor, *Lahirnya*, p. 52.
- <sup>348</sup> Telegrama dirigido pelo Governo Provisório de Timor-Leste (GPTL) ao presidente do Conselho de Segurança da ONU, citado em telegrama da Missão dos EUA na ONU, em Nova Iorque, ao secretário de Estado, em Washington, 23 de Dezembro de 1975; ver também Noor, *Lahirnya*, p. 56.
- <sup>349</sup> Entrevista da CAVR a Mário Viegas Carrascalão, Díli, 30 de Junho de 2004.
- <sup>350</sup> Noor, *Lahirnya*, p. 59.
- <sup>351</sup> Ver depoimento apresentado por David Scott à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2003; ver também Carmel

---

Budiardjo and Liem Soei Liong, *The War Against East Timor*, Zed Books, London, 1984, p. 15, 23; Dunn 2004, p. 244.

<sup>352</sup> Ver Conboy, *Kopassus*, p. 256.

<sup>353</sup> Depoimentos apresentados por António Serpa e Moniz da Maia, UDT, à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>354</sup> Entrevista da CAVR a Humberto Martins da Cruz, antigo director da prisão de Aileu, Díli, sem data.

<sup>355</sup> Entrevista da CAVR a Humberto Martins da Cruz, antigo director da prisão de Aileu, Díli, sem data.

<sup>356</sup> Entrevista da CAVR a Humberto Martins da Cruz, antigo director da prisão de Aileu, Díli, sem data; ver também depoimento apresentado por Alexandre da Costa Araújo à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Massacres, 19 a 21 de Novembro de 2003.

<sup>357</sup> Depoimento apresentado por Francisco Xavier do Amaral, antigo presidente da Fretilin, à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>358</sup> Entrevista da CAVR a Tomás Gonçalves, antigo *Partidário* e líder da Apodeti, Farol, Díli, 23 de Outubro de 2003.

<sup>359</sup> Entrevista da CAVR a João da Costa, antigo prisioneiro da UDT, Same, 24 de Junho de 2003.

<sup>360</sup> Depoimento apresentado por Moniz da Maia à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>361</sup> Depoimento apresentado por Ângelo Araújo Fernandes à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Massacres, 19 a 21 de Novembro de 2003.

<sup>362</sup> *25 Tahun Kodam XIV Hasanudin, 1957-1982 [25 anos de Comando Militar Regional XIV Hasanudin, 1957-1982]* (sem informação bibliográfica).

<sup>363</sup> Dinas Penerangan TNI Angkatan Udara, *50 Tahun Emas Pengabdian TNI Angkatan Udara*, [Bureau of Information of Indonesian Air Force, *50 Golden Years' Service of Indonesian Air Force*], Jakarta, (sem data), p. 134.

<sup>364</sup> As informações deste parágrafo foram extraídas de *35 Tahun Darma Bakti Kostrad [35 Years Service of Kostrad]* (nenhuma informação bibliográfica disponível), p. 82.

<sup>365</sup> Ver, por exemplo, Manuel Cárceres da Costa (acerca da cidade de Lacló, no distrito de Manatuto) e Francisco Soares Pinto (acerca da cidade de Iliomar, no distrito de Lautém), depoimentos apresentados à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.

<sup>366</sup> Relatório publicado em *The Canberra Times*, 27 de Novembro de 1979, citado em Dunn, *East Timor: A Rough Passage to Independence*, 2003, p. 259.

<sup>367</sup> Ver, por exemplo, os depoimentos apresentados por Júlio Alfaro e Maria José Franco Pereira à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Detenções Políticas, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.

<sup>368</sup> Ver depoimento apresentado por Mari Alkatiri, como interveniente histórico, à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003; e depoimento apresentado por Marito Reis à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003

<sup>369</sup> Xanana Gusmão, *Timor Leste – Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, pp. 27-28.

<sup>370</sup> *Ibid.*, pp. 28-29.

<sup>371</sup> Padre Leoneto do Rego, excertos de entrevista dada em 1980, apresentada à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003; ver entrevista *in* António Barbedo de Magalhães, *Timor-Leste: Mensagem aos Vivos*, Limiar, Porto, 1983, pp. 30-44.

<sup>372</sup> Depoimento apresentado por Manuel Cárceres da Costa à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.

- 
- <sup>373</sup> Ver testemunhos HRVD n.ºs 5028, 3160, 0160, 2056.
- <sup>374</sup> Depoimento apresentado por Clementino Amaral à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>375</sup> Entrevista da CAVR a Mário Viegas Carrascalão, Díli, 30 de Junho de 2004.
- <sup>376</sup> Noor, *Lahirnya*, p. 18.
- <sup>377</sup> Depoimento apresentado por Mário Carrascalão à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>378</sup> *Tempo*, 36 June 1976, citado in Carmel Budiardjo and Liem Soei Liong, *The War Against East Timor*, p. 97.
- <sup>379</sup> Report of the Government delegation of the Republic of Indonesia to East Timor, 26 de Junho de 1976, reimpresso em Noor, *Lahirnya*, p. 111.
- <sup>380</sup> Depoimento do contra-almirante dos EUA Gene R. La Roque, *US Congressional Hearings*, 10 de Junho de 1980; ver também Budiardjo, p. 27; John Taylor, *East Timor: The Price of Freedom*, Zed Books, London and New York, 1999, p. 84.
- <sup>381</sup> Entrevista da CAVR a Albino do Carmo, antigo comandante das Falintil em Suai, Covalima, 31 de Outubro de 2003.
- <sup>382</sup> Entrevista da CAVR a José Pereira, Lolotoe, Bobonaro, 29 de Outubro de 2003.
- <sup>383</sup> Telegrama, Embaixada dos EUA em Jacarta para o secretário de Estado, em Washington, *GOI request for help in Timor*, 29 de Abril de 1976.
- <sup>384</sup> Entrevista da CAVR a Taur Matan Ruak, ex-comandante das Falintil, Parte II, Díli, 14 de Junho de 2004.
- <sup>385</sup> Dunn, *Timor: A People Betrayed*, 1983, p. 280; Conboy, *Kopassus*, p. 274.
- <sup>386</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004; ver também Capítulo 5: Resistência: Estrutura e Estratégia.
- <sup>387</sup> Depoimento apresentado por Gilman dos Santos à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>388</sup> Departemen Pertahanan-Keamanan, *Petunjuk Pelaksanaan Nomor JUKLAK/06/V/1976 tentang Kegiatan Dibidang Operasi Tempur Tahun 1976/1977*. [Department of Defence and Security, *Manual Instruction No. JUKLAK/06/V/1976 reg. Activities in Field of Combat Operation year 1976/77*].
- <sup>389</sup> Dinas Penerangan Korps Marinir, *Korps Marinir TNI AL 1970-2000*, [Bureau of Information of Marines Corps, *Marines Corps of Indonesian Armed Forces 1970-2000*] Jakarta, 2000, p. 233.
- <sup>390</sup> “Indonesian Withdrawal Way to Peace,” *East Timor News*, 2 de Junho de 1977, p. 1.
- <sup>391</sup> “Fretilin Ready for Offensive,” *East Timor News*, 16 de Junho de 1977, p. 1.
- <sup>392</sup> *East Timor News*, 19 de Maio de 1977, p. 4.
- <sup>393</sup> Telegrama, secretário de Estado, em Washington, à Embaixada dos EUA em Jacarta, *Report of Wolff Sub Committee on visit to Indonesia*, 28 de Junho de 1977.
- <sup>394</sup> Memorandum, Mike Armacost to Zbigniew Brzezinski, *Initiatives to Deepen Relations with Indonesia*, 14 June 1977.
- <sup>395</sup> Ver secretário de Estado, em Washington, a todos os Postos Diplomáticos dos EUA no Extremo Oriente e Pacífico, *Weekly Status Report—Thailand, Indonesia, Malaysia, Burma and Singapore*, 23 de Março de 78; ver também telegrama, Embaixada dos EUA em Jacarta ao secretário de Estado, em Washington, *Preparation of Congressional Presentation Document (CPD) FOY 1979 Security Assistance Program*, 16

---

de Dezembro de 1977; ver também telegrama, Embaixada dos EUA em Jacarta ao secretário de Estado, in Washington, *A4 sales to Indonesia*, 12 de Maio de 1978.

<sup>396</sup> Taylor, *Indonesia's Forgotten War*, p. 78.

<sup>397</sup> Budiardjo and Liem, *The War in East Timor*, p. 30.

<sup>398</sup> Comunicado, Douglas J Bennet Jr, Assistant Secretary for Congress Relations to the Hon. Frank Church, Chairman, Committee on Foreign Relations, US Senate, 6 de Abril de 1979.

<sup>399</sup> Taylor, *Indonesia's Forgotten War*, p. 95.

<sup>400</sup> Ver Chamberlain, *The Struggle in Iliomar: Resistance in Rural East Timor*, Point Lonsdale, Australia 2003, p. 11.

<sup>401</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004; ver também entrevista da CAVR a José da Conceição, Kupang, 24 de Agosto de 2004; ver também entrevista da CAVR a Sera Malik, Soe, Timor Ocidental, 28 de Agosto de 2004.

<sup>402</sup> Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>403</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004; ver também Xanana Gusmão, *Timor Leste – Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, p. 39.

<sup>404</sup> Budiardjo and Liem, *War Against East Timor*, p. 61.

<sup>405</sup> Depoimento apresentado por Xavier do Amaral à Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>406</sup> *Nossa Vitória é Apenas Questão de Tempo*, Comunicado do Comité Permanente do C.C. da FRETILIN de 14/9/77, aquando da traição de Xavier do Amaral, Lisboa, 1977, p. 7-27.

<sup>407</sup> Ver depoimento apresentado por Domingos Maria Alves à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Massacres, 19 a 21 de Novembro de 2003, e depoimento apresentado por Francisco Xavier do Amaral à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>408</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 10 de Agosto de 2004; ver também Xanana Gusmão, *Timor Leste – Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, p. 31.

<sup>409</sup> 20 de Setembro de 1977, Embaixada dos EUA em Lisboa ao secretário de Estado, em Washington, O Golpe da Fretilin poderá adiar o debate da Assembleia Geral da ONU sobre Timor-Leste.

<sup>410</sup> Depoimento apresentado por Domingos Maria Alves à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Massacres, 19 a 21 de Novembro de 2003.

<sup>411</sup> Depoimento apresentado por António Amado J.R. Guterres à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Massacres, 19 a 21 de Novembro de 2003.

<sup>412</sup> Carmel Budiardjo and Liem Soei Liong, *The War Against East Timor*, Zed Books, 1984, p. 27.

<sup>413</sup> “‘Victory is ours!’ Offensive Defeated,” *East Timor News*, 8 September 1977, p. 1, citando emissões da Rádio Maubere, *The Age*, 31 de Agosto de 1977, Melbourne, Australia, e *The Australian*, 5 de Agosto de 1977.

<sup>414</sup> “Foreign Affairs gag on Timor build-up,” *Australian*, 1 de Setembro de 1977; ver também James Dunn, *Timor: A People Betrayed*, 1983, p. 312.

<sup>415</sup> Ver “Border Zone Offensive Meets Big Defeat,” *East Timor News*, 20 de Outubro de 1977, p. 1.

<sup>416</sup> Entrevista da CAVR a Carlos Tilman, Suai, 31 de Outubro de 2003.

<sup>417</sup> Marine Corps, *TNI Navy 1970-2000*, Official Department of Information, Marine Corps, Jakarta, 2000, pp. 236-237.

- 
- <sup>418</sup> Depoimento apresentado por Manuel Cárceres da Costa à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>419</sup> Ver depoimentos apresentados por Manuel Cárceres da Costa, do Distrito de Manatuto, João Sereno, do Distrito de Covalima, e Maria José da Costa, dos Distritos de Manatuto e Manufahi, à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>420</sup> “Suharto Gambles on Wet Season Offensive,” *East Timor News*, 15 December 1977, p. 1.
- <sup>421</sup> *Ibid.*
- <sup>422</sup> Entrevista da CAVR a Duarte Gaspar Corte Real, Ainaro, 22 de Outubro de 2003; Entrevista da CAVR a Francisco Piedoso Martins, Ainaro, 22 de Outubro de 2003.
- <sup>423</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Barros, Ainaro, 22 de Outubro de 2003.
- <sup>424</sup> Depoimento apresentado por Maria José da Costa à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>425</sup> Budiardjo and Liem, *War Against East Timor*, p. 30.
- <sup>426</sup> *Ibid.*, p. 29.
- <sup>427</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004.
- <sup>428</sup> Baseado no ficheiro de investigação da CAVR sobre as *ABRI*. Ver também Capítulo 6: Perfil das Violações de Direitos Humanos relativamente aos padrões estatísticos das violações relatadas sobre este período.
- <sup>429</sup> Douglas Kammen, depoimento à CAVR, entrevista a antigo oficial da *Kostrad* que prestou serviço em Timor-Leste em 1977-1978, com o nome oculto, *Indonesia*, [sem data].
- <sup>430</sup> Ver, por exemplo, entrevista da CAVR a Abílio Quintão Pinto, Iliomar, 7 de Outubro de 2003; ver também entrevista da CAVR a Teotónio [sem último nome], Ossu, 2 de Outubro de 2003.
- <sup>431</sup> Testemunho HRVD n° 3889.
- <sup>432</sup> Entrevista da CAVR a Tomás Soares da Silva, Uatu-Lari, Viqueque, 4 de Outubro de 2003.
- <sup>433</sup> Xanana Gusmão, *Timor Leste – Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, p. 39.
- <sup>434</sup> Dunn, *Timor: A People Betrayed*, 1983, p. 280; Conboy, *Kopassus*, p. 274.
- <sup>435</sup> Ver depoimento de Pat Walsh à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>436</sup> Ver Abílio dos Santos Belo, depoimento oral apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>437</sup> *Korps Marinir TNI AL 1970-2000*, Dinas Penerangan Korps Marinir, Jakarta, 2000 *Marine Corps, TNI Navy 1970-2000*, Official Department of Information, Marine Corps, Jakarta, 2000, pp. 276-279.
- <sup>438</sup> Ver depoimento apresentado por Edmundo da Cruz à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>439</sup> Taylor, *Indonesia’s Forgotten War*, p. 96.
- <sup>440</sup> Entrevista da CAVR a Taur Matan Ruak, ex-comandante das Falintil, Parte II, Díli, 14 de Junho de 2004.
- <sup>441</sup> Xanana Gusmão, *Timor Leste – Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, p. 42.
- <sup>442</sup> Associação de Ex-Presos Políticos (Assepol), depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.
- <sup>443</sup> Ver Lennox, *Fighting Spirit of East Timor* p. 133 and 155-157; ver também Taylor, *Indonesia’s Forgotten War*, p. 84.

---

<sup>444</sup> Depoimento apresentado por Gilman dos Santos à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.

<sup>445</sup> Manual de Instruções N° Juknis/05/1/1982 – Sistema de Segurança de cidades e áreas de repovoamento, republicado por Budiardjo and Liem, *The War in East Timor*, p. 183; ver também Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome.

<sup>446</sup> USAID, *East Timor-Indonesia, Displaced Persons*, Situation Report No 1, 9 de Outubro de 1979, citado em Taylor, *Indonesia's Forgotten War*, p. 88; ver também CRS, *Final Report*, p. 3.

<sup>447</sup> Taylor, *Indonesia's Forgotten War*, pp. 89 e 90.

<sup>448</sup> Juknis/04-B/IV/1982 Tentang Cara Mengamankan Masyarakat dari Pengaruh Propaganda GPK; [Manual de Instruções n°: JUKNIS/04-B/IV/1982, Tema: Como Proteger a Comunidade da Influência da Propaganda do GPK], citado por Budiardjo and Liem, *The War in East Timor*, 216-17.

<sup>449</sup> Ver, por exemplo, os depoimentos de Francisco Soares Pinto (do subdistrito de Iliomar), Manuel Cárceres da Costa (relativamente aos campos de Metinaro) e Abílio dos Santos Belo (relativamente aos campos de Ainaro e à situação na aldeia de Mauchiga), apresentados à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.

<sup>450</sup> Ver Xanana Gusmão, *Timor Leste – Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, p. 42; ver também testemunhos HRVD n°s 9188-02, 0187-01, 7800-02, 8088-05.

<sup>451</sup> Testemunho HRVD n° 8274-04.

<sup>452</sup> Depoimento apresentado pelo antigo funcionário do CRS, Gilman dos Santos, à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.

<sup>453</sup> Depoimento apresentado por Pat Walsh à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.

<sup>454</sup> Pat Walsh, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.

<sup>455</sup> Depoimento apresentado por Gilman dos Santos à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.

<sup>456</sup> Depoimento apresentado por Pat Walsh à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.

<sup>457</sup> Depoimento apresentado por Gilman dos Santos à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.

<sup>458</sup> *Catholic Relief Services-USCC East Timor Emergency Program*, Final Report, Junho de 1979-Dezembro de 1980, pp. 11 & 19.

<sup>459</sup> Depoimento apresentado por Pat Walsh à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.

<sup>460</sup> Depoimento apresentado por Gilman dos Santos à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.

<sup>461</sup> Ver, por exemplo, o depoimento apresentado por Joana Pereira, do subdistrito de Quelicai, Baucau, à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.

<sup>462</sup> Depoimento apresentado Bernardo Villanova à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Detenções Políticas, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.

<sup>463</sup> Depoimento apresentado por Rosalina da Costa, de Manufahi, à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.

<sup>464</sup> Depoimento apresentado por Abílio dos Santos Belo à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.

- 
- <sup>465</sup> Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, 17 e 18 de Fevereiro de 2003
- <sup>466</sup> Depoimento apresentado por Maria do Céu Lopes Federer à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Detenções Políticas, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.
- <sup>467</sup> Relatórios da Reuters e da AP, 4 de Março de 1982, citado em *Timor Information Service*, nº 35, Março/Abril de 1982, p.6.
- <sup>468</sup> Ver, por exemplo, os depoimentos apresentados por Abílio dos Santos Belo e Marito Reis à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>469</sup> Departamento de Informação [República da Indonésia], *East Timor After Integration*, 1983, p. 88.
- <sup>470</sup> Depoimento apresentado por Maria do Céu Lopes Federer à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.
- <sup>471</sup> Depoimento apresentado por Maria do Céu Lopes Federer à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.
- <sup>472</sup> “Berita Buana”, 14 de Julho de 1982, in *Pengungkapan Kebenaran Timor Leste*; ver também depoimento apresentado por Mário Carrascalão à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre As Mulheres e o Conflito, 28 e 29 de Abril de 2003.
- <sup>473</sup> Taylor, *Indonesia’s Forgotten War*, p. 195
- <sup>474</sup> *Timor Timur Dalam Angka [Timor Leste em Números]*, Gabinete de Estatística da Província de Timor Leste, 1981.
- <sup>475</sup> Entrevista de Costa Alves e Moreira Reis ao padre Leoneto do Rego, 1980, publicado na revista *Funu*, Portugal, Julho de 1980.
- <sup>476</sup> Entrevista de Costa Alves e Moreira Reis ao padre católico português Leoneto do Rego, 1980, publicado na revista *Funu*, Portugal, Julho de 1980.
- <sup>477</sup> Ver contribuição disponibilizada pela Assepol à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.
- <sup>478</sup> Ver, por exemplo, os depoimentos apresentados por Júlio Alfaro, Maria da Silva e Maria José Franco Pereira à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.
- <sup>479</sup> Telegrama, Embaixada dos EUA em Jacarta ao secretário de Estado, em Washington. *Reports of Fretilin attacks in East Timor capital*, 18 de Junho de 1980.
- <sup>480</sup> Entrevista da CAVR a Bernardino Vila Nova, Ataúro, Díli, 7 Março de 2002.
- <sup>481</sup> Telegrama, Embaixada dos EUA em Jacarta ao secretário de Estado, em Washington, [censurado] *Impressions after June 10 attack in East Timor*, 25 de Junho de 1980.
- <sup>482</sup> Ver, por exemplo, depoimento apresentado por Bernardino Vila Nova à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.
- <sup>483</sup> Testemunhos HRVD nºs 2399 e 0663; Entrevista da CAVR a João Rui, Díli, 20 de Junho de 2003, Entrevista da CAVR a Francisco Soares, 5 de Agosto de 2003.
- <sup>484</sup> Ver *Angkatan Bersenjata*, 26 February, 1982; ver também Conboy, *Kopassus*, p. 297.
- <sup>485</sup> Komando Daerah Militer XVI/Udayana, Komando Resor Militer 164/Wira Dharma, Instruksi - Operasi No: INSOP/03/II/1982. [Comando Militar Regional XVI/Udayana, subcomando regional 164/Wira Dharma, Instruções da Operação No. INSOP/03/II/1982].
- <sup>486</sup> Ver Xanana Gusmão, carta datada de 10 de Maio de 1983, p. 3.

- 
- <sup>487</sup> Ver ABRI/TNI, “Petunjuk Tehnis [sic], *Sistem Keamanan Kota dan Daerah Pemukiman*, [Technical Guidelines number Juknis/05/I/1982, *Security system for the city and settled areas*], p. 3, citando “Perintah Operasi Korem 164/WD: 08/Kikis-D.” [“Orders for Korem Operation 164/WD: 08/Kikis-D], reimpresso in Budiardjo and Liem, *War In East Timor*, p. 183.
- <sup>488</sup> ABRI/TNI, Manual de Instruções nº JUKNIS/06/IV/1982, *Babinsa/TPD Activity in Developing and Phasing out Trained People’s Resistance Forces*, republicado em Budiardjo and Liem, p. 238.
- <sup>489</sup> ABRI/TNI, “Instruksi – Operasi No: INSOP/03/II/1982,” p. 8.
- <sup>490</sup> *Korps Marinir TNI AL, 1970-2000*, Dinas Penerangan Korps Marinir, Jakarta, 2000, p. 274.
- <sup>491</sup> Entrevista da CAVR a Anselmo Fernandes Xavier, Lospalos, Lautém, 10 de Outubro de 2003.
- <sup>492</sup> *Informação sobre a situação sócio-humana nas zonas de Ossu, Viqueque, Uatu-Lari e Uatu-Carbau* Abril de 1982, p. 4, datada de 5 de Maio de 1982, Díli, [Documento da Resistência datado de 5 de Maio de 1982, Díli. Não publicado. Arquivo da CAVR].
- <sup>493</sup> *The Age*, ‘Timor: Tales of Torture’, Melbourne, Austrália, 14 Maio 1982, citado in Taylor, p. 111; ver também Lennox, *Fighting Spirit*, p. 172; ver também telegrama, Embaixada dos EUA em Jacarta ao secretário de Estado, em Washington, *Briefing on the Military Situation in East Timor*, 17 de Novembro de 1981.
- <sup>494</sup> “Is There Enough to Eat in East Timor?” *Asian Wall Street Journal*, 21 de Junho de 1982.
- <sup>495</sup> Xanana Gusmão, *Message to the 37<sup>th</sup> United Nations General Assembly*, in Xanana Gusmão, Niner (Ed.), *To Resist*, p. 81.
- <sup>496</sup> Telegrama, Embaixada dos EUA em Jacarta ao secretário de Estado, em Washington, *Briefing on the Military Situation in East Timor*, 17 de Novembro de 1981.
- <sup>497</sup> Budiardjo and Liem, *The War in East Timor*, p. 174, Taylor, *Indonesia’s Forgotten War*, p. 101.
- <sup>498</sup> Entrevista da CAVR a Albino da Costa, Díli, Junho de 2003.
- <sup>499</sup> Testemunho HRVD nº 2092.
- <sup>500</sup> Entrevista da CAVR a Albino da Costa, Díli, Junho de 2003.
- <sup>501</sup> Entrevista da CAVR a António dos Santos, Mehara, Tutuala, Lautém, 10 de Outubro de 2003.
- <sup>502</sup> Entrevista da CAVR a João Fuas de Carvalho, Tutuala, 10 de Outubro de 2003.
- <sup>503</sup> Lennox, *Fighting Spirit of East Timor*, p. 175.
- <sup>504</sup> Depoimento apresentado por Alfredo Alves à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre As Crianças e o Conflito, 29 e 30 de Março de 2004.
- <sup>505</sup> Budiardjo and Liem, *The War in East Timor*, p. 174.
- <sup>506</sup> Taylor, *Indonesia’s Forgotten War*, p. 117.
- <sup>507</sup> Lennox, *Fighting Spirit of East Timor*, p. 180. ver também Taylor, *Indonesia’s Forgotten War*, p. 152
- <sup>508</sup> Lennox, *Fighting Spirit of East Timor*, p. 181.
- <sup>509</sup> Timor Information Service, nº 38, Set/Out 1982, p7: *World Council of Churches Visit, June 3-6 1982*.
- <sup>510</sup> Telegrama, 17 de Novembro de 1981, Embaixada dos EUA em Jacarta ao secretário de Estado, em Washington, *Briefing on the military situation in East Timor*.
- <sup>511</sup> Ver, por exemplo, o depoimento especializado de Maria do Céu Federer Lopes à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.
- <sup>512</sup> Ver depoimentos de Joana Pereira, de Quelicai, Manuel Cárceres da Costa, de Lacló, e Edmundo da Cruz, de Lautém, apresentados à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.

- 
- <sup>513</sup> Catholic Relief Services-USCC East Timor Emergency Program, Relatório Final, Junho de 1979-Dezembro de 1980, p. 3.
- <sup>514</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004.
- <sup>515</sup> Xanana Gusmão, *Timor Leste – Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, p. 41.
- <sup>516</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, 10 de Agosto de 2004.
- <sup>517</sup> Xanana Gusmão, *Timor Leste – Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, p. 46.
- <sup>518</sup> *Ibid.*, p. 45-46.
- <sup>519</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, 10 de Agosto de 2004; ver também Paulino Gama, “A Fretilin Commander Remembers”, in Peter Carey (Ed.), *East Timor at the Crossroads*, Cassell, New York, 1995, p. 101.
- <sup>520</sup> Ver Xanana Gusmão, *Timor Leste – Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, p. 46; ver também entrevista a Lere Anan Timor, Arquivos do Projecto de História Oral *Tuba Rai Metin* [rádio], Taibessi, Março de 2002 [CD n° 18].
- <sup>521</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 10 de Agosto de 2004.
- <sup>522</sup> *Ibid.*
- <sup>523</sup> Depoimento apresentado por Francisco Guterres à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>524</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 10 de Agosto de 2004.
- <sup>525</sup> *Ibid.*
- <sup>526</sup> Chamberlain, *The Struggle in Iliomar*, p. 18.
- <sup>527</sup> Xanana Gusmão, *Timor Leste – Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, pp. 95-98.
- <sup>528</sup> Entrevista da CAVR a Justo Talenta, então secretário para a informação da Brigada Vermelha, Díli, 3 de Novembro 2003; ver também depoimento apresentado por Francisco Guterres “Lú-Olo” à Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>529</sup> Ver entrevista da CAVR a Cornélio Gama (L-7), Baucau, 9 de Abril de 2003; entrevista da CAVR a Justo Talenta, Díli, Novembro de 2004; entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 10 de Junho de 2004; entrevista da CAVR a Francisco Guterres “Lú-Olo”, Díli, 26 de Março de 2003; e entrevista a Lere Anan Timor, Arquivos do Projecto de História Oral *Tuba Rai Metin* [rádio], Taibessi, Março de 2002 [CD n° 18].
- <sup>530</sup> “Reajustamento Estrutural da Resistência e Proposta de Paz” [tradução em tétum da CAVR, sem informação de publicação – versão original em português in Xanana Gusmão, *Timor Leste – Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, pp. 95-107]; ver também entrevista a Lere Anan Timor, Arquivos do Projecto de História Oral *Tuba Rai Metin* [rádio], Taibessi, Março de 2002 [CD. N° 18]; ver também Agio Pereira, *The National Council of Maubere Resistance (CNRM), Overview of the History of the Struggle of East Timor*, documento de trabalho apresentado a uma conferência em Sydney, 1994 [sem indicação de data exacta].
- <sup>531</sup> Entrevista da CAVR a Cornélio Gama, Baucau, 9 de Abril de 2003; ver também entrevista da CAVR a Francisco Guterres “Lú-Olo”, Díli, 26 de Março de 2003.
- <sup>532</sup> Mensagem à Nação de S.E. o Presidente da República Kay Rala Xanana Gusmão, por Ocasão da Comemoração do Dia das FALINTIL, “20 de Agosto” - Dia das Falintil-FDTL, 20 de Agosto de 2003, Uaimori, in Kay Rala Xanana Gusmão, *A Construção da Nação Timorense – Desafios e Oportunidades*, Lidel, Lisboa, pp.232-238.
- <sup>533</sup> Entrevista da CAVR a Júlio Maria de Jesus, ex-Falintil, Lospalos, 29 de Maio de 2003; ver também Budiardjo and Liem, *The War Against East Timor*, p. 70. Ver também Capítulo 5: Resistência: Estrutura e Estratégia.

- 
- <sup>534</sup> Budiardjo and Liem, *The War Against East Timor*, p. 170.
- <sup>535</sup> Juknis/04-B/IV/1982 Tentang Cara Mengamankan Masyarakat dari Pengaruh Propaganda GPK; tradução citada em Budiardjo and Liem, Manual de Instruções N<sup>o</sup>: JUKNIS/04-B/IV/1982, *Subject: How to Protect the Community from the Influence of GPK Propaganda*, reimpressão em Budiardjo and Liem, *The War Against East Timor*, pp. 216-17.
- <sup>536</sup> Testemunhos HRVD n<sup>os</sup> 7816-01, 3315-01 e 7250-01; ver também Aditjondro, *In the Shadow of Mt Ramelau*, p. 83; ver também depoimento apresentado por Olga da Silva Amaral à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Mulheres e o Conflito, 28 e 29 de Abril de 2003.
- <sup>537</sup> Entrevistas da CAVR a Horácio La Hakiduk, Díli, 2 de Junho de 2003; a Albino da Costa, Junho de 2003; e a António Aitahan Matak, Díli, 28 de Abril de 2004.
- <sup>538</sup> Ver Juknis Tentang Cara Babinsa/TPD dalam membongkar Jaring Pendukung GPK, Korem 164, Seksi Intel, [data obscurecida, entre um lote de documentos capturados pelas Falintil em 1982; arquivos da CAVR].
- <sup>539</sup> Ver Rowena Lennox, *Fighting Spirit of East Timor: The Life of Martinho da Costa Lopes*, Zed Books, London and New York, 2000, pp. 189-191.
- <sup>540</sup> Domingos de Oliveira, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>541</sup> Agio Pereira, *ibid.*
- <sup>542</sup> “Fretilin Explains Why No Negotiations,” *East Timor News*, Australia, n<sup>o</sup> 36, 29 June 1978; ver também depoimento apresentado por Francisco Guterres “Lú-Olo” à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>543</sup> Ver entrevistas da CAVR a Francisco Guterres “Lú-Olo”, 26 de Março de 2004; a Cornélio Gama, 9 de Abril de 2003; entrevista a Lere Anan Timor, Arquivos do Projecto de História Oral *Tuba Rai Metin* [rádio], Taibessi, Março de 2002 [CD n<sup>o</sup> 18].
- <sup>544</sup> Entrevista da CAVR a Cornélio Gama, Baucau, 9 de Abril de 2003; ver também entrevistas da CAVR a Taur Matan Ruak, Díli, 14 de Junho de 2004; a Francisco Guterres “Lú-Olo”, Díli, 26 de Março de 2003; e entrevista a Lere Anan Timor, Arquivos do Projecto de História Oral *Tuba Rai Metin* [rádio], Taibessi, Março de 2002 [CD n<sup>o</sup>.18].
- <sup>545</sup> Patrick A. Smythe, *The Heaviest Blow—The Catholic Church and the East Timor Issue*, LIT, Germany, 2004, p. 45.
- <sup>546</sup> José Ramos-Horta, discurso de encerramento à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>547</sup> Kohen, *The Place of the Dead*, p. 150.
- <sup>548</sup> Dunn, *East Timor: A Rough Passage to Independence*, p. 40.
- <sup>549</sup> Kantor Statistik Timor Timur, *Timor Timur Dalam Angka 1981*, [Gabinete de Estatísticas de Timor Leste, *Timor Leste em Números*] Díli, 1981, p. 71.
- <sup>550</sup> International Documentation Centre [IDOC], Rome, Introduction, pp.1-2, *Pro Mundo Vita Dossier ‘East Timor’*, 1984, Brussels, pp.36-7, citado em Smythe, *The Heaviest Blow*, p. 39.
- <sup>551</sup> Ver Ken Conboy, *Kopassus: Inside Indonesia’s Special Forces*, Equinox Publishing, Jakarta and Singapore, 2002, p.298; ver também “Record of Meeting with Governor of Timor Timur (East Timor) on 28 July 1983, to Government Office, Díli,” in *Official Report of the Australian Parliamentary Delegation to Indonesia*, Led by The Honourable W. L. Morrison, M.P., July-August 1983,” p. 152.
- <sup>552</sup> Peter A. Rohi, “Hanya Dengan 1 Pistol di Pinggang Kotak Suara Dikawal Ke Los Palos [sic],” *Sinar Harapan* newspaper, 1 de Junho de 1982.
- <sup>553</sup> Entrevista da CAVR a Tomás Soares da Silva, Díli, 4 de Outubro de 2003.

- 
- <sup>554</sup> A. Goldstone, entrevista a Jacobs, Lisboa, 4 de Agosto de 1982 [Arquivo da CAVR].
- <sup>555</sup> Telegrama, Embaixada dos EUA em Jacarta ao secretário de Estado, em Washington, *East Timor Governor address to Jakarta political officers luncheon*, 29 de Abril de 1983.
- <sup>556</sup> Mensagem de Xanana Gusmão à 37<sup>a</sup> Assembleia Geral da ONU, 14 de Outubro de 1982, reimpressão em Gusmão, Niner (Ed.), *To Resist is to win*, the Autobiography of Xanana Gusmão, Aurora books, Victoria, 2000, p. 82.
- <sup>557</sup> Depoimento apresentado por Abílio dos Santos Belo à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>558</sup> Ver Budiardjo and Liem, *The War in East Timor*, pp. 146-7.
- <sup>559</sup> Entrevista da CAVR a João Fuas de Carvalho, antigo funcionário da Fretilin, Lautém, 10 de Outubro de 2003.
- <sup>560</sup> Ernest Chamberlain, *The Struggle in Iliomar*, 2003, nota de rodapé p. 22.
- <sup>561</sup> Ver Chamberlain; ver também entrevista da CAVR a João Fuas de Carvalho, Tutuala, Lautém, 10 de Outubro de 2003; ver também entrevista da CAVR a Aleixo Ximenes, Díli, 2 de Fevereiro de 2004.
- <sup>562</sup> Entrevista da CAVR a Aleixo Ximenes, antigo membro da UDT, Venilale, 2 de Fevereiro de 2004.
- <sup>563</sup> Entrevista da CAVR a Daniel Amaral, antigo *Hansip*, Venilale, 3 de Outubro de 2003.
- <sup>564</sup> Ver Jill Jolliffe, *Timor: Terra Sangrenta*, O Jornal, Lisboa, 1989, pp. 163-170.
- <sup>565</sup> Entrevista da CAVR a Cornélio Gama (L-7), 9 de Abril de 2004; ver também entrevista da CAVR a António Tomás Amaral da Costa (Aitahan Matak), Díli, 29 de Março de 2004.
- <sup>566</sup> Telegrama, *Negotiations to End Insurgency in East Timor*, 11 de Junho de 1983, Embaixada dos EUA em Jacarta ao secretário de Estado, em Washington.
- <sup>567</sup> *Official Report of the Australian Parliamentary Delegation to Indonesia*, Led by The Honourable W. L. Morrison, M.P., July-August 1983.
- <sup>568</sup> Entrevista da CAVR a Constantino dos Santos, antigo membro das Falintil, Macadique, 26 de Junho de 2003; ver também depoimento apresentado por Francisco “Lú-Olo” Guterres à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>569</sup> J. Jolliffe, ed., *Timor Newsletter*, Vol. II, No. 3, October 1983, p. 6, citada em Ernest Chamberlain, *The Struggle in Iliomar: Resistance in rural East Timor*, 2003, p. 23.
- <sup>570</sup> Ver entrevistas da CAVR a Francisco “Lú-Olo” Guterres, Díli, 26 de Março de 2004; with Albino da Costa, Díli, Junho de 2003; e a Taur Matan Ruak, parte II, Díli, 14 de Junho de 2004.
- <sup>571</sup> Ver Budiardjo and Liem, *The War in East Timor*, pp. 131-5.
- <sup>572</sup> Lennox, *Fighting Spirit of East Timor*, p. 215.
- <sup>573</sup> *Ibid.*, p. 185.
- <sup>574</sup> Patrick A. Smythe, “*The Heaviest Blow*” – *The Catholic Church and the East Timor Issue*, [citação completa], p. 38.
- <sup>575</sup> Ben Anderson, Arief Djati and Douglas Kammen, “Interview with Mário Carrascalão,” *Indonesia* 76, Outubro de 2003, pp. 7-8.
- <sup>576</sup> Carmel Budiardjo e Liem Soei Liong, *The War Against East Timor*, p. 139 e 47.
- <sup>577</sup> Telegrama, Embaixada dos EUA em Jacarta ao secretário de Estado, em Washington, *Current developments in East Timor [obscured] on renewed fighting, access by foreigners, etc*, 23 de Setembro de 1983.

---

<sup>578</sup> Embaixada dos EUA em Jacarta ao secretário de Estado, em Washington, *Briefing on the military situation in East Timor*, 17 de Novembro de 1981.

<sup>579</sup> Ver Conboy, *Kopassus*, p. 310.

<sup>580</sup> Ben Anderson, Arief Djati and Douglas Kammen, “Interview with Mário Carrascalão,” *Indonesia* 76 (October 2003), p. 8.

<sup>581</sup> Telegrama, Embaixada dos EUA em Jacarta ao secretário de Estado, em Washington, *Negotiations to End Insurgency in East Timor*, 11 de Junho de 1983.

<sup>582</sup> Ver “Translation of Letter from Fretilin by K. Reppter (Canberra), in *Official Report of the Australian Parliamentary Delegation to Indonesia, Led by The Honourable W. L. Morrison, M.P., July-August 1983*, pp. 169-170.

<sup>583</sup> Ver testemunhos HRVD n.ºs 6957-01; 5330-01; 2369-02; 6205-01; 39977-01 e 5344-02.

<sup>584</sup> 1983 US State Department Annual Report on Indonesia, p. 109.

<sup>585</sup> Depoimento apresentado por Francisco “Lú-Olo” Guterres à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>586</sup> Entrevista da CAVR a José Gomes, chefe da aldeia de Bibileo-Lalerek Mutin, Viqueque, 13 de Dezembro de 2003

<sup>587</sup> Telegrama, Embaixada dos EUA em Jacarta ao secretário de Estado, em Washington, *Views on East Timor Developments*, 9 de Setembro de 1983; ver também entrevista da CAVR a José Gomes, chefe da aldeia de Bibileo-Lalerek Mutin, Viqueque, 13 de Dezembro de 2003; ver também Taylor, *Indonesia’s Forgotten War*, p. 142.

<sup>588</sup> Embaixada dos EUA em Jacarta ao secretário de Estado, em Washington, *Current developments in East Timor [obscured] on renewed fighting, access by foreigners, etc*, 23 de Setembro de 1983.

<sup>589</sup> Timor Information Service, *Gough Whitlam Fails to Convince*, March/April 1982, p. 10.

<sup>590</sup> “Timor Bishop Accuses Military of Massacring 84 Villagers”, Peter Millership, Reuters, Díli, 1 de Março de 1984, citado in Taylor, *East Timor*, p. 147.

<sup>591</sup> Entrevista da CAVR a José Gomes, chefe da aldeia de Bibileo-Lalerek Mutin, [sem data].

<sup>592</sup> Ver também depoimento apresentado por Olinda Pinto Martins à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Massacres, 19 a 21 de Novembro de 2003.

<sup>593</sup> Embaixada dos EUA em Jacarta ao secretário de Estado, em Washington, *Current developments in East Timor [obscured] on renewed fighting, access by foreigners, etc*, 23 de Setembro de 1983.

<sup>594</sup> Murdani, artigo publicado no jornal *Sinar Harapan*, 17 de Julho de 1983, citado por Taylor, *Indonesia’s Forgotten War*, p. 143.

<sup>595</sup> Budiardjo and Liem, *The War in East Timor*, p. 139.

<sup>596</sup> Telegrama, Embaixada dos EUA em Jacarta ao secretário de Estado, em Washington, *[Obscured] Views on East Timor Developments*, 9 de Setembro de 1983.

<sup>597</sup> ACFOA, *East Timor Report No. 5*, Novembro de 1983.

<sup>598</sup> “Letter To Belo From Indonesian Bishops Conference, 1983”, Reprinted In *Just Reading No 2., The Church And East Timor*, Catholic Commission For Justice, Development And Peace 1993, p. 18; ver também Taylor, *Indonesia’s Forgotten War*, p. 154.

<sup>599</sup> Xanana Gusmão, Sarah Niner (Ed.), *To Resist is to Win! The Autobiography of Xanana Gusmão*, pp. 85-126.

<sup>600</sup> *Ibid.*, pp. 129-136. Xanana Gusmão, *Timor Leste – Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, pp. 97-107. *Ibid.*, pp. 129-136.

- 
- <sup>601</sup> Entrevista da CAVR a António Tomás Amaral da Costa (Aitahan Matak), Díli, 18 de Dezembro de 2003; ver entrevista da CAVR a Avelino Coelho, 17 de Julho de 2004; ver também Pinto & Jardine, *East Timor's Unfinished Struggle*, Boston: South End Press, 1997, p. 122.
- <sup>602</sup> Pinto & Jardine, *East Timor's Unfinished Struggle: Inside the Timorese Resistance*, South End Press, p. 123.
- <sup>603</sup> Depoimento apresentado por Abel Guterres à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>604</sup> Irmã Monica Nakamura, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>605</sup> Depoimentos apresentados por António Tomás Amaral da Costa (Aitahan Matak) e Mariano Soares à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.
- <sup>606</sup> Depoimento apresentado por Marito Nicolau dos Reis à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.
- <sup>607</sup> Depoimento apresentado por Ade Sitompul à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.
- <sup>608</sup> Entrevistas da CAVR a Aleixo da Silva Gama (“Cobra”), Díli, [não datada]; entrevista da CAVR a António Tomás Amaral da Costa (“Aitahan Matak”), Díli, 18 de Dezembro de 2003; entrevista da CAVR a José Manuel Fernandes, Díli, 31 de Outubro de 2002; e entrevista da CAVR a Avelino Coelho, Díli, 17 de Julho de 2004.
- <sup>609</sup> Entrevistas da CAVR a Avelino Coelho, Díli, 17 de Julho de 2004; Gregório Saldanha, Díli, [entrevista não datada]; e entrevista da CAVR a Octávio da Conceição, Díli, 3 November 2002.
- <sup>610</sup> Entrevista da CAVR a João Câmara, Díli, 5 de Junho de 2004.
- <sup>611</sup> Entrevista da CAVR a João Câmara, Díli, 5 de Junho de 2004.
- <sup>612</sup> Ver Arnold S. Kohen, *From the Place of the Dead: Bishop Belo and the Struggle for East Timor*, p161.
- <sup>613</sup> Kohen, *From the Place of the Dead*, pp.151-152
- <sup>614</sup> Kohen, *From the Place of the Dead*, p.166; ver também Mário Carrascalão, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Mulheres e o Conflito, 28 e 29 de Abril de 2003.
- <sup>615</sup> Kohen, *From the Place of the Dead*, p. 167.
- <sup>616</sup> Kohen, *From the Place of the Dead*, p. 169.
- <sup>617</sup> Kohen, *From the Place of the Dead*, pp.169-173.
- <sup>618</sup> Resolução 37/30 da Assembleia Geral da ONU, 1982.
- <sup>619</sup> Depoimento apresentado por Francesc Vendrell à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>620</sup> Depoimento apresentado por Ian Martin à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>621</sup> Depoimento apresentado por Francesc Vendrell à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>622</sup> Kohen, *From the Place of the Dead*, p. 177.
- <sup>623</sup> Kohen, *From the Place of the Dead*, p.178.
- <sup>624</sup> Ver depoimento apresentado por Gregório Saldanha à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.

- 
- <sup>625</sup> Constâncio Pinto, “The Student Movement and The Independence Struggle in East Timor: An Interview,” in Richard Tanter, Mark Selden & Stephen R Shalom (Eds.), *Bitter Flowers, Sweet Flowers, East Timor, Indonesia and The World Community*, London, Rowman & Littlefield Publishers Inc., p. 34.
- <sup>626</sup> Ver, por exemplo, entrevista da CAVR a José Manuel, Díli, 31 de Outubro de 2002; entrevista da CAVR a Fernanda Soares, Caicoli, Díli, 21 de Janeiro de 2003.
- <sup>627</sup> Entrevista da CAVR a Gregório Saldanha, Díli, 6 de Maio de 2004; ver também entrevista da CAVR a Octávio da Conceição, Díli, 3 de Novembro de 2002.
- <sup>628</sup> Entrevista da CAVR a Gregório Saldanha, Díli, 6 de Maio de 2004.
- <sup>629</sup> Keputusan Presiden Republik Indonesia, Nomor 62 Tahun 1988 tentang Penyelenggaraan Pemerintahan dan Pembangunan di Propinsi Daerah Tingkat I Timor Timur [Decreto do Presidente da República da Indonésia nº 62/1988 regulamentando a Organização da Administração e Desenvolvimento da Província de Timor-Leste] publicado em *Himpunan Peraturan Negara* (Colecção de Regulamentação do Estado) Triwulan IV, 1988, Sekretariat Negara Republik Indonesia, Jakarta, pp. 1103-05.
- <sup>630</sup> *East Timor: Keeping the Flame of Freedom Alive*, ACFOA Development Dossier No 29, February 1991.
- <sup>631</sup> Ver depoimentos apresentados por Rosa Yeni Damayanti e Nugroho Katjasungkana à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>632</sup> “A Message to Catholic Youth in Timor-Leste and Students in Jakarta”, 20 de Maio de 1986, reimpresso em Gusmão, *To Resist is to Win!* pp. 109-110.
- <sup>633</sup> Depoimento apresentado por Francesc Vendrell à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>634</sup> José Ramos-Horta, Discurso de Encerramento à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>635</sup> Constâncio Pinto and Matthew Jardine, *East Timor’s Unfinished Struggle: Inside the Timorese Resistance*, South End Press, foreword.
- <sup>636</sup> Depoimento apresentado por Simplício Celestino de Deus à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Massacres, 19 a 21 de Novembro de 2003.
- <sup>637</sup> Depoimento apresentado por Max Stahl à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Massacres, 19 a 21 de Novembro de 2003.
- <sup>638</sup> Depoimento apresentado por Simplício Celestino de Deus à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Massacres, 19 a 21 de Novembro de 2003.
- <sup>639</sup> Ver Kohen, *From the Place of the Dead*, pp. 197-200.
- <sup>640</sup> Depoimento apresentado por Max Stahl à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Massacres, 19 a 21 de Novembro de 2003.
- <sup>641</sup> Depoimento apresentado por Alexandrino da Costa à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre As Crianças e o Conflito, 29 e 30 de Março de 2004.
- <sup>642</sup> Entrevista da CAVR a Avelino Coelho Silva, Díli, 17 de Julho de 2004; entrevista da CAVR a João Freitas da Câmara, Díli, 5 de Junho de 2004; ver também Pinto & Jardine, *East Timor’s Unfinished Struggle*, pp. 196-197.
- <sup>643</sup> Ver depoimento apresentado por Gregório Saldanha à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Detenções Políticas, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.
- <sup>644</sup> Depoimento apresentado por Luhut Pangaribuan e Ade Sitompul à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Detenções Políticas, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.

---

<sup>645</sup> *East Timor After Santa Cruz: Indonesia and the international order*, compiled by Peace is Possible in East Timor, Ed. Peace is Possible in East Timor, Lisbon, January 1993.

<sup>646</sup> Tony Parkinson, ‘Hawk Blasts Jakarta Over Sick Remarks’, *The Australian*, November 22, 1991; ver também Pinto, depoimento à Hearing Before The Subcommittee On International Operations And Human Rights Of The Committee On International Relations House Of Representatives, One Hundred Fifth Congress, Second Session; May 7, 1998.

<sup>647</sup> Testemunho HRVD nº 02049.

<sup>648</sup> Depoimento apresentado pela Assepol à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.

<sup>649</sup> Xanana Gusmão, Discurso proferido por ocasião da Inauguração da Nova Sede da CAVR, ex-Prisão de Balide, Díli, 17 de Fevereiro de 2003 in Kay Rala Xanana Gusmão, *A Construção da Nação Timorese – Desafios e Oportunidades*, Lidel, Lisboa, 2004, pp. 138-140.

<sup>650</sup> Ver Geoffrey Robinson, *East Timor 1999: Crimes Against Humanity—A Report Commissioned by the UN Office of the High Commissioner for Human Rights*, July, 2003, p. 85 [Robinson, documento disponibilizado à CAVR pelo Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, OHCHR] Arquivo da CAVR.

<sup>651</sup> AFP, “East Timor/Church”, Jakarta, 12 de Julho de 1994.

<sup>652</sup> Amnesty International, *East Timor—Continuing Human Rights Violations*, 2 de Fevereiro de 1995.

<sup>653</sup> Depoimento apresentado por Alexandrino da Costa à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre As Crianças e o Conflito, 29 e 30 de Março de 2004. Ver também artigo de Kieran Dwyer in *Matebian News* April 1995, publicado pela East Timor Relief Association (ETRA)

<sup>654</sup> Depoimento apresentado por Ade Sitompul à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, 17 e 18 de Fevereiro de 2003; Assepol, Depoimento à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.

<sup>655</sup> Depoimento apresentado por Nugroho Katjasungkana à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.

<sup>656</sup> Entrevista da CAVR a Joaquim Fonseca, Díli, 23 de Maio de 2004; entrevista da CAVR a Fernando de Araújo (Lasama), Díli, 5 de Maio de 2004; e entrevista da CAVR a Avelino Coelho, Díli, 17 de Julho de 2004.

<sup>657</sup> Entrevista da CAVR a Joaquim Fonseca, Díli, 23 de Maio de 2004; e entrevista da CAVR a Óscar da Silva, Díli, 23 de Maio de 2004.

<sup>658</sup> Entrevista da CAVR a Fernando de Araújo (“Lasama”), Díli, 5 de Maio de 2004.

<sup>659</sup> Depoimento apresentado por Yeni Rosa Damayanti à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.

<sup>660</sup> Depoimentos apresentados por Yeni Rosa Damayanti e Nugroho Kacasungkana à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.

<sup>661</sup> Entrevista da CAVR a Mariano Sabino Lopes, Díli, [entrevista não datada].

<sup>662</sup> Ver entrevista da CAVR a Virgílio da Silva Guterres, Díli, 21 de Fevereiro de 2005; ver também entrevista da CAVR a Avelino Coelho, Díli, 17 de Julho de 2004.

<sup>663</sup> Entrevista da CAVR a Virgílio da Silva Guterres, Díli, 21 de Fevereiro de 2005.

<sup>664</sup> *Kompas* Newspaper, Jakarta, 18 de Novembro de 1995.

<sup>665</sup> Entrevista da CAVR a Naldo Rei, Díli, 11 de Novembro de 2003.

<sup>666</sup> Entrevista da CAVR a Mariano Sabino Lopes, Díli, 2004; ver também entrevista da CAVR a Naldo Rei, Díli 11 de Novembro de 2003.

- 
- <sup>667</sup> Entrevista da CAVR a Joaquim Fonseca, antigo membro da Renetil, Díli, 23 de Maio de 2004.
- <sup>668</sup> Entrevista da CAVR a Mariano Sabino Lopes, Díli, [entrevista não datada].
- <sup>669</sup> Dunn, *East Timor*, 2003, pp. 338-9.
- <sup>670</sup> Depoimento apresentado por Francesc Vendrell à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>671</sup> Depoimento apresentado por Suzannah Linton à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>672</sup> *Ibid.*
- <sup>673</sup> Discurso de Apresentação ao Prémio Nobel da Paz, 10 de Dezembro de 1996, in *Timor Leste – Nobel da Paz, Discursos proferidos na Cerimónia de Outorga do Prémio Nobel da Paz 1996*, Edições Colibri, 1997, pp. 35-41.
- <sup>674</sup> Bispo D. Carlos Ximenes Belo, Discurso de Aceitação do Prémio Nobel da Paz, 10 de Dezembro de 1996, in *Timor Leste – Nobel da Paz, Discursos proferidos na Cerimónia de Outorga do Prémio Nobel da Paz 1996*, Edições Colibri, 1997, pp. 51-65.
- <sup>675</sup> Depoimento apresentado por Francesc Vendrell à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>676</sup> *Ibid.*
- <sup>677</sup> *Ibid.*
- <sup>678</sup> Jim Schiller, *The 1997 Indonesian Elections: Festival of democracy or costly fiction?*, Occasional Paper 22, Center for Asia Pacific Initiatives, University of Victoria, May 1999.
- <sup>679</sup> "Statement of the National Commission on Human Rights concerning the unrest in Jakarta and surrounding areas," Komnas HAM [Indonesian National Commission for Human Rights], June 2, 1998.
- <sup>680</sup> Don Greenless & Robert Garran, *Deliverance: The Inside Story of East Timor's Fight for Freedom*, Allen & Unwin, Australia, 2002, pp. 28-29.
- <sup>681</sup> Dan Nicholson, 'The Lorikeet Warriors: East Timor New Generation National Resistance 1989-1999', BA Thesis, University of Melbourne, Outubro de 2001, p. 38.
- <sup>682</sup> Entrevista da CAVR a Basílio Dias Araújo, Kupang, 26 de Julho de 2004.
- <sup>683</sup> John Martinkus, *A Dirty Little War: An Eyewitness of East Timor's Descent into Hell 1997-2000*, Random House, Australia, 2001, p. 54.
- <sup>684</sup> Komando Daerah Militer IX Udayana, Komando Resor Militer 164, 'Rekaputulasi Kekuatan Personil Organik dan Penugasan', Julho 1998 [Comando Militar Regional IX Udayana, Comando Militar Subregional 164, 'Recapitulação da Capacidade do Pessoal Orgânico e seu Destacamento']; ver também Komando Daerah Militer IX Udayana, Komando Resor Militer 164, 'Rekaputulasi Kekuatan Personili Organik dan Penugasan Posisi, Novembro 1997' [Comando Militar Regional IX Udayana, Comando Militar Subregional 164, 'Recapitulação da Capacidade do Pessoal Orgânico e seu Destacamento'].
- <sup>685</sup> Komando Daerah Militer IX Udayana, Komando Resor Militer 164, 'Kekuatan Personil Tim Tim Penugasan', Julho 1998 [Comando Militar Regional IX Udayana, Comando Militar Sub-regional 164, 'Capacidade do Pessoal de Timor-Leste e seu Destacamento']
- <sup>686</sup> Relatório da comissão de inquérito indonésia sobre as atrocidades cometidas em Timor-Leste em 1999 (KPP HAM, *Report on East Timor*), 31 de Janeiro de 2000, parágrafo 68.
- <sup>687</sup> Ver depoimento testemunhal apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR 'Rona Ami Nia Lian' (Ouçam as Nossas Vozes), 11 e 12 de Novembro de 2002.
- <sup>688</sup> Martinkus, *A Dirty Little War*, p. 106.

- 
- <sup>689</sup> Martinkus, *A Dirty Little War*, p. 98.
- <sup>690</sup> Martinkus, *A Dirty Little War*, p. 105; ver também KPP HAM, *Relatório*, parágrafo 68.
- <sup>691</sup> Ver discussão em Geoffrey Robinson, “People’s War: Militia in East Timor and Indonesia”, *South East Asia Research*, 9, November 2001, p. 296.
- <sup>692</sup> KPP HAM, *Report on East Timor*, parágrafo 39; ver também Geoffrey Robinson, *East Timor 1999: Crimes Against Humanity—A Report Commissioned by the UN Office of the High Commissioner for Human Rights*, July, 2003, pp. 90-93.
- <sup>693</sup> Samuel Moore, “The Indonesian Military’s Last Years in East Timor: An Analysis of its Documents”, *Indonesia* 72, Cornell South East Asia Program, Outubro de 2001, p. 31.
- <sup>694</sup> KPP HAM, *Report on East Timor*, parágrafos 40 e 49.
- <sup>695</sup> Robinson, *People’s War*, p. 276.
- <sup>696</sup> KPP HAM, *Report*, parágrafo 44; ver também Moore, *Indonesian Military’s Last Years*, p. 30.
- <sup>697</sup> KPP HAM, *Report*, parágrafo 48; ver também Robinson, *East Timor*, p. 106.
- <sup>698</sup> Louise Williams, “Separatists fear bloodshed as military arms integrationists”, *Sydney Morning Herald*, 28 Janeiro 1999; “Entrevista: Ordens para Matar”, *Expresso*, Lisboa, 17 de Setembro de 1999.
- <sup>699</sup> KPP HAM, *Report on East Timor*, para 47.
- <sup>700</sup> Danrem 164/WD to Dandim 1627-1639. Telegrama secreto nº TR/41/1999, 28 de Janeiro, citado por Robinson, *East Timor*, p. 110; ver também KPP HAM, *Report*, parágrafo 50.
- <sup>701</sup> Robinson, *East Timor*, p. 98. KPP HAM, *Report on East Timor*, parágrafo 40.
- <sup>702</sup> KPP HAM, *Report on East Timor*, parágrafo 54.
- <sup>703</sup> KPP HAM, *Report on East Timor*, parágrafo 50.
- <sup>704</sup> Xanana Gusmão, Presidente do CNRT e Comandante das Falintil, Mensagem de Ano Novo 1998-1999.
- <sup>705</sup> Citado in Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 49.
- <sup>706</sup> Alexander Downer, conferência de imprensa, Adelaide, 12 de Janeiro de 1999.
- <sup>707</sup> Susan Sim, *The Straits Times*, Singapura, 2 February 1999, citado in Greenless and Garran, *Deliverance-The Inside Story of East Timor’s Fight for Freedom*, Allen and Unwin, Sydney, 2002, p. 93.
- <sup>708</sup> Moore, *Indonesian Military’s Last Years*, p. 33.
- <sup>709</sup> Conferência de imprensa sobre Timor-Leste, Nações Unidas, Nova Iorque, 9 de Fevereiro de 1999, citado em Martin, p. 24.
- <sup>710</sup> Lansell Taudevin, *East Timor: To Little Too Late*, Duffy & Snellgrove, Sydney, 2000, p. 223.
- <sup>711</sup> Martinkus, *A Dirty Little War*, p. 119.
- <sup>712</sup> Mensagem do CNRT ao Secretário-Geral da ONU e ao embaixador da Austrália na Indonésia, 26 de Janeiro de 1999, assinada por Leandro Isaac, citada em Taudevin, *East Timor*, p. 222.
- <sup>713</sup> Comunicado de Imprensa do CNRT, “Falintil reassume a Missão de Defesa do Povo de Timor-Leste”, 5 de Abril 1999, parcialmente citado in Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 68.
- <sup>714</sup> Geoffrey Robinson, *East Timor 1999: Crimes Against Humanity—A Report Commissioned by the UN Office of the High Commissioner for Human Rights*, July, 2003, p. 193 [Documento disponibilizado à CAVR pelo Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, OHCHR] Arquivo da CAVR; ver também KPP HAM, *Report on East Timor*, 104-114.

---

<sup>715</sup> Mcdonald, Ball (ed.), *Masters of Terror: Indonesia's Military and Violence in East Timor in 1999*, Australian National University, Canberra, 2002, <http://yayasanhak.minihub.org/mot/cons92z%20-%20Eurico%20Guterres.htm>, em Janeiro de 2005.

<sup>716</sup> KPP HAM, *Report on East Timor*, parágrafos 119-121.

<sup>717</sup> Ver KPP HAM, *Report on East Timor*, 186-191; ver também, em geral, Robinson, *East Timor*, cap. 10.

<sup>718</sup> Tono Suratman, *Untuk Negaraku*, Pustaka Sinar Harapan, Jakarta, 2002, pp. 112 e 118.

<sup>719</sup> Ver, por exemplo, KPP HAM, *Report*, parágrafos 108 e 119-121.

<sup>720</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 69.

<sup>721</sup> *Ibid.*, p. 71.

<sup>722</sup> *Ibid.*, p. 74.

<sup>723</sup> Artigo 2º do Anexo 3 aos acordos de 5 de Maio, citado (em inglês) in Department of Foreign Affairs and Trade (DFAT), *East Timor in Transition 1998-2000—An Australian Policy Challenge*, Canberra, 2001 e em português in [http://www.un.org/peace/etimor99/agreement/agreeFrame\\_Por01.html](http://www.un.org/peace/etimor99/agreement/agreeFrame_Por01.html).

<sup>724</sup> José Ramos-Horta carta a Kofi Annan, citada in Greenless and Garran, p.147.

<sup>725</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 75; ver também depoimentos apresentados por Francesc Vendrell e Ian Martin Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.

<sup>726</sup> Moore, *Indonesian Military's Last Years*, p. 41.

<sup>727</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 127.

<sup>728</sup> Anexo II - Acordo relativo às modalidades da consulta popular ao povo de Timor Leste através de uma votação directa, Acordos de 5 de Maio, reproduzido in [http://www.un.org/peace/etimor99/agreement/agreeFrame\\_Por03.html](http://www.un.org/peace/etimor99/agreement/agreeFrame_Por03.html).

<sup>729</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, pp. 89-90 e 99.

<sup>730</sup> *Ibid.*, p. 194.

<sup>731</sup> *Ibid.*, p. 90.

<sup>732</sup> *Ibid.*, p.184

<sup>733</sup> Ver depoimento apresentado por Yeni Rosa Damayanti à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.

<sup>734</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 145.

<sup>735</sup> Geoffrey Robinson, *East Timor 1999: Crimes Against Humanity—A Report Commissioned by the UN Office of the High Commissioner for Human Rights*, July 2003, p. 216. [Documento disponibilizado à CAVR pelo Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, *OHCHR*] Arquivo da CAVR.

<sup>736</sup> Relatório da Comissão Indonésia de Inquérito às Atrocidades Cometidas em Timor-Leste em 1999 (KPP HAM), 31 de Janeiro de 2000, parágrafo 124; ver também Robinson, *East Timor* 1999, p. 63 [Documento disponibilizado à CAVR pelo Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, *OHCHR*] Arquivo da CAVR.

---

<sup>737</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, pp. 145-146.

<sup>738</sup> *Ibid.*, p. 146.

<sup>739</sup> *Ibid.*, p. 70.

<sup>740</sup> Ver G. Robinson, *East Timor 1999: Crimes Against Humanity—A Report Commissioned by the UN Office of the High Commissioner for Human Rights*, July, 2003, em geral [Documento disponibilizado à CAVR pelo Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, *OHCHR*] Arquivo da CAVR; ver também o relatório da Comissão Indonésia de Inquérito às Atrocidades Cometidas em Timor-Leste em 1999 (KPP HAM), 31 de Janeiro de 2000; ver depoimento apresentado por Julieta Jesurina dos Santos à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre As Crianças e o Conflito, 29 e 30 de Março de 2004; ver também Capítulo 9: Reconciliação Comunitária, secção referente ao mandato do PRC.

<sup>741</sup> Surat Bupati Kepala Daerah Tk II Dili, Nomor 33 tahun 1999, tentang Pengamanan Swakarsa dan Ketertiban Kota Dili [Carta do Administrador do Distrito de Dili, nº 33, ano de 1999, reg. Self-Initiate Security and Order in city of Dili].

<sup>742</sup> KPP HAM, *Report*, parágrafo 89; Moore, *Indonesian Military's Last Years*, p. 39.

<sup>743</sup> Ross Coulthart, 'Timor on the brink', Sunday Program, Channel 9, Sydney, Australia. Screened June 1999.

<sup>744</sup> Depoimento apresentado por Ian Martin à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2003.

<sup>745</sup> Robinson, *East Timor 1999*, pp. 210-213.

<sup>746</sup> Depoimento apresentado por Ian Martin à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2003.

<sup>747</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 105.

<sup>748</sup> Report of the Secretary-General, S/1999/803, 20 July 1999.

<sup>749</sup> Report of the Secretary-General, S/1999/803, 20 July 1999.

<sup>750</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 96.

<sup>751</sup> Comissão Eleitoral, Consulta Popular em Timor-Leste. Determinação. Recenseamento dos Eleitores, 25 de Agosto de 1999, citado por Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 129.

<sup>752</sup> KPP HAM, *Report*, parágrafo 161.

<sup>753</sup> Ver Geoffrey Robinson, "People's War: Militia in East Timor and Indonesia", *South East Asia Research*, 9, November 2001, p206.

<sup>754</sup> Fernando de Araújo, "The CNRT Campaign for Independence" in James J. Fox and Dionisio Babo Soares (Eds.), *East Timor: Out of the Ashes*, Crawford House Publishing, Adelaide, 2000, p. 111.

<sup>755</sup> Entrevista da CAVR a Agio Pereira, antigo responsável pelo Departamento Nacional de Informação do CPCC, Março de 2005. Arquivos da CAVR.

<sup>756</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, pp. 91-92.

<sup>757</sup> *Ibid.*, pp. 101-102.

<sup>758</sup> Entrevista da CAVR a Basílio Dias Araújo, ex-porta-voz do FPKD, Hotel Astiti, Kupang, Timor Ocidental, Indonésia, 26 de Julho de 2004.

---

<sup>759</sup> Surat Gubernur No 200/827/SOSPOL/V/1999, tentang Tindakan terhadap PNS yang terlibat organisasi/kegiatan yang menentang Pemerintah RI, Díli 28 May 1999 [Carta do Governador (de Timor-Leste) n° 200/827/SOSPOL/V/1999, reg. Action to Civil Servant involved in organization/activities against the Government of Republic of Indonesia]

<sup>760</sup> Geoffrey Robinson, *East Timor 1999: Crimes Against Humanity—A Report Commissioned by the UN Office of the High Commissioner for Human Rights*, July, 2003, p35 [Documento disponibilizado à CAVR pelo Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, *OHCHR*] Arquivo da CAVR.

<sup>761</sup> Carta do Governador ao Bupati de Liquiça, datada de 21 de Maio de 1999, colectânea de Yayasan Hak, citada in Robinson, *East Timor 1999: Crimes Against Humanity—A Report Commissioned by the UN Office of the High Commissioner for Human Rights*, July, 2003, p. 115.

<sup>762</sup> Carta do Governador 461/e.09/BIDRAM II/99 ao Bupati de Lautém, Los Palos, Aprovação de Proposta.

<sup>763</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 133.

<sup>764</sup> Komando Resort Militer 164/Wira Dharma, *Rencana Operasi Wira Dharma-99*, [Operação Plano de Wira Dharma-99] Díli, Julho de 1999. (documento n° 34 de Yayasan Hak).

<sup>765</sup> Tono Suratman, *Untuk Negaraku [Pelo Meu País]*, Pustaka Sinar Harapan, Jakarta, 2002, p. 51.

<sup>766</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 145.

<sup>767</sup> *Ibid.*, pp. 149-150.

<sup>768</sup> “Clash Mars East Timor Registration”, *The Jakarta Post*, 17 de Julho de 1999; 'Fortilos: Situasi Díli 1/9/99 - 21:00', *SiaR*, 31 August 1999, citado por McDonald, Ball, et al, *Masters of Terror: Indonesia's Military and Violence in East Timor in 1999*, Canberra: Strategic and Defence Studies Centre, Australian National University (Canberra Paper #145), 2002, available at: [yayasanhak.minihub.org/mot/Timbul%20Silaen.htm](http://yayasanhak.minihub.org/mot/Timbul%20Silaen.htm); ver também KPP HAM, *Report*, parágrafo 172.

<sup>769</sup> KPP HAM, parágrafo 48; ver também Robinson, *East Timor 1999: Crimes Against Humanity—A Report Commissioned by the UN Office of the High Commissioner for Human Rights*, July, 2003, p. 39.

<sup>770</sup> Don Greenless and Robert Garran, *Deliverance-The Inside Story of East Timor's Fight for Freedom*, Allen and Unwin, Sydney, 2002, p. 187.

<sup>771</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, pp. 172-173.

<sup>772</sup> *Ibid.*, p. 185.

<sup>773</sup> *Ibid.*, p. 186.

<sup>774</sup> *Ibid.*, pp. 187-188.

<sup>775</sup> Citado por Greenless, p. 191.

<sup>776</sup> Relatório da Comissão Eleitoral, citado in Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 191.

<sup>777</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 188.

<sup>778</sup> *Ibid.*, p. 195.

<sup>779</sup> Determinação da Comissão Eleitoral, Díli, 4 de Setembro de 1999, e ver Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 196.

- 
- <sup>780</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 196.
- <sup>781</sup> Relatório da Comissão Indonésia de Inquérito às Atrocidades Cometidas em Timor-Leste em 1999 (KPP HAM), 31/01/2000, parágrafo 72.
- <sup>782</sup> KPP HAM, *Report*, parágrafo 161.
- <sup>783</sup> KPP HAM, *Report*, parágrafo 181.
- <sup>784</sup> KPP HAM, *Report*, parágrafo 81.
- <sup>785</sup> KPP HAM, *Report*, parágrafos 84 e 85; ver também Robinson, *East Timor 1999: Crimes Against Humanity—A Report Commissioned by the UN Office of the High Commissioner for Human Rights*, July, 2003, p. 44.
- <sup>786</sup> Robinson, *East Timor 1999*, p. 221.
- <sup>787</sup> KPP HAM, *Report*, parágrafos 131-135; ver também Robinson, *East Timor*, p. 225.
- <sup>788</sup> KPP HAM, *Report*, parágrafo 139.
- <sup>789</sup> Samuel Moore, “The Indonesian Military’s Last Years in East Timor: An Analysis of its Documents”, *Indonesia 72*, Cornell South East Asia Program, October 2001, p. 31.
- <sup>790</sup> Depoimento apresentado por Feliciano Cardoso à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre As Mulheres e o Conflito, 28 e 29 de Abril de 2003.
- <sup>791</sup> Greenless and Garran, p. 231.
- <sup>792</sup> Ver testemunhos HRVD 3530-04; 6160; 6229; 6762; 6173-03; 4266; 8259; 2104-02; 8255; 1061-05; 0710; ver também KPP HAM, *Report*, parágrafo 171.
- <sup>793</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 202.
- <sup>794</sup> Relatório da Comissão Indonésia de Inquérito às Atrocidades Cometidas em Timor-Leste em 1999 (KPP HAM), 31 de Janeiro de 2000, VI.6.
- <sup>795</sup> Relatório da Comissão Indonésia de Inquérito às Atrocidades Cometidas em Timor-Leste em 1999 (KPP HAM), 31 de Janeiro de 2000, parágrafo 50.
- <sup>796</sup> KPP HAM, *Report*, parágrafo 162.
- <sup>797</sup> Documento submetido à CAVR, entrevista a Virgílio Simith efectuada por David Hicks, Maxine Hicks e Phyllis Ferguson, 7 de Julho de 2005. Arquivo da CAVR.
- <sup>798</sup> *Ibid.*
- <sup>799</sup> Ver discussão no Subcapítulo 7.7: Violência Sexual e, por exemplo, o depoimento apresentado por BM à Audiência Pública Nacional da CAVR *Rona Ami Nia Lian* (Ouçam as Nossas Vozes), 11 e 12 de Novembro de 2002.
- <sup>800</sup> KPP HAM, *Report*, parágrafo 142; ver também Procurador-Geral Adjunto para Crimes Graves, Procuradoria de Maliana, Processo nº 2003/18, parágrafos 128-190.
- <sup>801</sup> Geoffrey Robinson, *East Timor 1999: Crimes Against Humanity—A Report Commissioned by the UN Office of the High Commissioner for Human Rights*, July, 2003, p. 185.
- <sup>802</sup> Depoimento apresentado por Ian Martin à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>803</sup> Depoimento apresentado por Abel Guterres à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.

---

<sup>804</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 218.

<sup>805</sup> Ver Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, pp. 217-218; ver também depoimento apresentado por Ian Martin à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.

<sup>806</sup> Depoimento apresentado por Ian Martin à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.

<sup>807</sup> Ver KPP HAM, *Report*, parágrafo 87.

<sup>808</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 233.

<sup>809</sup> Depoimento apresentado por Ian Martin à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.

<sup>810</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, pp. 211-212.

<sup>811</sup> KPP HAM, *Report*, parágrafo 98.

<sup>812</sup> KPP HAM, *Report*, parágrafo 83.

<sup>813</sup> KPP HAM, *Report*, parágrafo 164.

<sup>814</sup> *Human Rights Watch*, Report on West Timor, 1999.

<sup>815</sup> *Human Rights Watch*, Report on West Timor, 1999.

<sup>816</sup> KPP HAM, *Report*, parágrafo 151; ver também Testemunho n° 2285. Procurador-Geral da UNTAET, pronúncia de acusação contra Joni Marques, et. al., Processo n° 2000/9, parágrafo 33-40. Painel Especial de Crimes Graves, Julgamento, 11 de Dezembro de 2001. Sete membros da milícia, entre os quais Joni Marques, foram considerados culpados pelo Painel Especial de Crimes Graves.

<sup>817</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 242.

<sup>818</sup> Depoimento de *Truk F [Tim Relawan Untuk Kemanusiaan, Equipa Voluntária para a Humanidade]*, apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre as Mulheres e o Conflito, 28 e 29 de Abril de 2003.

<sup>819</sup> *Human Rights Watch*, *Report on West Timor*, 1999.

<sup>820</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 202.

<sup>821</sup> KPP HAM, Relatório, parágrafo 185.

<sup>822</sup> *Human Rights Watch*, World Report 2001, East Timor, at <http://www.hrw.org/wr2k1/asia/etimor3.html>.

<sup>823</sup> Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 240.